

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO 2025



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
> Mensagem do Conselho de Administração	4
> Mensagem do presidente	6
> Sobre este relatório	8
> O Brasil e o mundo em 2025	11
COMO GERAMOS VALOR?	13
O BNDES	16
> Perfil – O Banco do desenvolvimento do Brasil	17
> O que fazemos?	19
> Nossa estratégia	25
> Nosso impacto socioambiental e climático	31
> Nossa governança	47
> Nossa equipe	59
> Nossos relacionamentos	71
> Ética, <i>compliance</i> e transparência	86
> Gestão de riscos	93

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	98
DESEMPENHO OPERACIONAL	111
> Destaques em 2025	112
> Infraestrutura	116
> Desenvolvimento produtivo e inovação	126
> Desenvolvimento social e regional e gestão pública	133
> Meio ambiente e clima	145
> Exportação	152
> MPMEs, agropecuária e cooperativismo	154
> Mercado de capitais	159
> Atuação emergencial	164
DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO	168
ANEXOS	170



APRESENTAÇÃO



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO [GRI 2-22]

O mundo atravessa um período de transformações profundas. As mudanças climáticas avançam em ritmo acelerado, provocando eventos extremos cada vez mais frequentes, pressionando ecossistemas, sociedades e economias. Ondas de calor, secas severas, inundações e mudanças nos padrões de biodiversidade reforçam a urgência de respostas conjuntas e sustentáveis, capazes de mitigar impactos e promover um futuro mais resiliente.

O debate sobre desenvolvimento e crescimento econômico tornou-se mais complexo diante da realidade ambiental do planeta. Nas últimas décadas, ficou evidente que modelos tradicionais, baseados no uso intensivo de recursos naturais e na expansão ilimitada da produção, já não respondem aos desafios atuais.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento ganha nova dimensão: não é apenas crescer, mas crescer com consciência, integrando inovação tecnológica, inclusão social e preservação ambiental. Governos, empresas e sociedade são chamados a assumir um papel ativo nessa transição, reconhecendo que o meio ambiente não é um recurso inesgotável, mas o fundamento sobre o qual todas as atividades econômicas se apoiam.

Com esse objetivo, o Brasil sediou, em novembro de 2025, em Belém (PA), a 30ª edição da Conferência das Partes (COP30) da Organização das Nações Unidas (ONU) para discussões e negociações sobre as mudanças climáticas. O BNDES teve participação relevante, tanto no apoio à preparação da cidade, impulsionando investimentos estratégicos que fortaleceram a

infraestrutura de Belém e deixarão um legado social, cultural e econômico, quanto nos debates acerca dos principais temas discutidos na conferência, como a transição energética, a gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade, a transformação da agricultura e dos sistemas alimentares, e a promoção do desenvolvimento humano e social.

Na ocasião, o Banco consolidou seu compromisso com a atuação na captação e no financiamento de projetos sustentáveis e de recuperação do meio ambiente. Foram firmados acordos com instituições financeiras de desenvolvimento para mobilização de R\$ 21 bilhões destinados ao financiamento de projetos sustentáveis no Brasil, e foi anunciado o maior investimento da história do BNDES no setor florestal, com R\$ 7 bilhões para conservação, recuperação e manejo de florestas.

Durante a COP30, o Fundo Amazônia recebeu de forma efetiva os R\$ 124 milhões doados pela União Europeia, com desembolsos previstos ao longo de quatro anos, e celebrou a oficialização de nova doação da Suíça, no valor de R\$ 33 milhões. Além disso, apresentou um conjunto de anúncios que ampliam sua presença territorial e fortalecem políticas públicas estruturantes, consolidando-se como instrumento fundamental no financiamento climático.

O ambiente internacional também tem sido marcado pelo fortalecimento de práticas protecionistas, impulsionadas por incertezas econômicas, disputas comerciais e a busca por maior autonomia produtiva. Nesse contexto, o fortalecimento de uma indústria nacional faz-se imprescindível.

Assim, em 2024, o Governo Federal lançou a Nova Indústria Brasil (NIB), política industrial que tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento industrial nacional, reconhecendo que o setor é estratégico para reduzir desigualdades regionais, promover inovação tecnológica e fortalecer a competitividade do Brasil no cenário internacional. O BNDES assumiu o braço de financiamento da NIB – o Plano Mais Produção – em conjunto com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), chegando a mais de R\$ 300 bilhões de recursos para a indústria nacional até o fim de 2025.

Desde que a NIB entrou em vigor, indicadores importantes apontam avanços. Segundo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO, na sigla em inglês), o Brasil passou da 70ª para a 40ª posição no ranking global de produção industrial, ganhando trinta posições. Já segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a indústria brasileira chegou a 83% de utilização da capacidade instalada, o maior índice dos últimos 13 anos.

O emprego de práticas protecionistas pelos Estados Unidos a partir de janeiro de 2025 desorganizou parcialmente as cadeias produtivas e os fluxos comerciais globais. Para as economias emergentes, o cenário conturbado e em constante transformação representou volatilidade nos preços dos ativos e dos mercados financeiros.

O BNDES foi chamado a cooperar nos episódios do tarifaço, implementando o programa Brasil Soberano. Foram disponibilizadas soluções financeiras emergenciais para proteger empregos e apoiar exportadores de bens, assim como seus fornecedores, impactados pela imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos.

Essas ações de destaque e os bons resultados do BNDES em 2025 demonstram que o Banco trabalha para transformar a realidade da população, buscando inclusão social, infraestrutura, fortalecimento da indústria e transição justa para uma economia verde. Como empresa pública, o BNDES tem ciência de sua responsabilidade de prestação de contas e é recorrentemente reconhecido pelos órgãos de controle por sua transparência.

Para sustentar esse protagonismo em um cenário de custos de captação elevados, o Conselho de Administração (CA) do Banco tem dedicado especial atenção à otimização da sua estrutura de capital. Encerramos o exercício com um Índice de Basileia de 25,2%, patamar que, embora ratifique indiscutivelmente a solidez do BNDES, revela uma oportunidade de alocação de mais recursos para financiar os projetos estratégicos do país, como os relacionados à NIB e os de transição energética, assegurando a perenidade do retorno social e financeiro ao acionista e à sociedade brasileira.

Nós, do CA, asseguramos a integridade das informações deste relatório, que é um dos mais importantes instrumentos de transparência e prestação de contas do BNDES para a sociedade brasileira, trazendo um panorama da atuação do Banco em 2025 e traçando sua estratégia para os próximos anos.

Boa leitura!



MENSAGEM DO PRESIDENTE

[GRI 2-22]

O ano de 2025 foi muito especial para o BNDES pelo conjunto de nossas realizações. Estamos crescendo de forma acelerada, com qualidade, consistência e solidez, mesmo diante de um cenário desafiador para o sistema financeiro brasileiro e internacional.

Considerando as operações aprovadas e garantias, a injeção de crédito do Banco na economia no ano passado totalizou R\$ 366 bilhões, o equivalente a R\$ 1 bilhão por dia. Desse total, R\$ 224 bilhões foram para micro, pequenas e médias empresas (MPME) – uma alta de 43% em relação a 2024, mostrando que o BNDES não é só o Banco dos grandes projetos estruturantes, mas também o Banco das MPMEs, segmento que gera muitos empregos, democratiza o capital e distribui melhor a riqueza.

O lucro recorrente de 2025 foi o maior da história do Banco, chegando a R\$ 15,2 bilhões – 15,4% a mais que em 2024. Nossa carteira de crédito atingiu R\$ 663 bilhões e os ativos estão chegando a quase R\$ 1 trilhão – uma expansão muito sólida, que cria os alicerces para o Banco do futuro.

O BNDES faz esse salto de qualidade tendo o segundo melhor resultado de todo o sistema financeiro e a menor inadimplência – de apenas 0,06%. Nesse período, a produtividade manteve-se a maior do Sistema Financeiro Nacional: R\$ 4,5 milhões do resultado operacional bruto por empregado.

Esses resultados contribuem enormemente para o desenvolvimento do Brasil, pois, além de ajudarem o esforço

fiscal do Governo Federal ao gerarem dividendos, também permitem investimento, inovação, modernização, descarbonização da economia, aumento da produtividade e aumento da oferta de produtos, com mais competitividade, ajudando ainda a reduzir a inflação estrutural.

Quero também destacar a diversificação das nossas fontes de captação. Conseguimos aprovar no Congresso o mecanismo da Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD), buscamos empréstimos e parcerias internacionais com toda a força da nossa credibilidade, e aumentamos a captação de recursos via debêntures, um mecanismo de mercado que está alavancando todo o nosso esforço de infraestrutura.

Aprovamos, entre 2023 e 2025, o maior projeto de rodovia da história do Brasil, a Dutra; o maior projeto de mobilidade urbana, que é o complexo do trem intercidades Campinas-São Paulo, e a linha 6 do metrô de São Paulo, integralmente financiada pelo BNDES; o maior projeto de energia renovável, o Complexo Babilônia, na Bahia; o maior projeto de energia térmica, Portocém, no Pará; e somos hoje o maior financiador de ônibus elétricos da América Latina.

No agro, dobramos o crédito agrícola, e estamos prestando auxílio a programas de renegociação de dívida agrícola, além de atuarmos em momentos de seca e inundações, socorrendo as economias regionais. Temos também trabalhado para a descarbonização do agro, investindo em bioeconomia, *equity*, bioinsumos, entre outros.

Quando a Nova Indústria Brasil (NIB) foi lançada, a meta inicial do BNDES eram R\$ 259 bilhões de recursos para a indústria nacional. Ultrapassamos essa meta, chegando a mais de R\$ 300 bilhões, e pretendemos chegar a R\$ 370 bilhões em 2026. A indústria foi o setor líder em crescimento nas aprovações, e fortalecemos também nosso apoio à inovação, com R\$ 17 bilhões, além de R\$ 22,8 bilhões para exportações.

Quando o governo norte-americano impôs de forma unilateral alíquotas de até 50% sobre a importação de produtos brasileiros, no chamado “tarifaço”, tivemos papel decisivo nas medidas que visavam auxiliar empresas exportadoras nacionais por meio do Plano Brasil Soberano. Em quatro meses, aprovamos R\$ 19,6 bilhões de crédito para as empresas que foram mais impactadas.

Em relação às mudanças climáticas, temos contribuído amplamente nas agendas de descarbonização, redução de emissões e redução do desmatamento, preocupados não só com a mitigação dos riscos, mas também com a adaptação das regiões e da população do país aos extremos climáticos. O Fundo Clima se consolidou como principal instrumento de financiamento à transformação ecológica no Brasil, apoiando projetos que fortalecem os setores de transição energética, indústria verde, desenvolvimento urbano resiliente, logística e mobilidade

sustentáveis, florestas nativas e recursos hídricos e serviços e inovação verdes. Foram R\$ 12,5 bilhões aprovados em projetos, investidos pelo Governo Federal e pelo BNDES, e de aportes do setor privado, o que evidencia a capacidade do Banco de combinar recursos públicos e privados em escala para enfrentar a mudança do clima.

Em novembro, vivemos um momento histórico em Belém, com a 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). Para que a capital paraense estivesse pronta para receber esse grande evento, impulsionamos investimentos estratégicos que fortaleceram sua infraestrutura e deixaram um legado social, cultural e econômico para a cidade.

Durante a COP30, tivemos importante atuação na captação e no financiamento de projetos sustentáveis e de recuperação do meio ambiente, fundamentais no país. Firmamos acordos com instituições financeiras de desenvolvimento para mobilização de R\$ 21 bilhões para financiar projetos sustentáveis no Brasil. Também foi anunciado neste ano o maior investimento da história do BNDES no setor florestal. São R\$ 7 bilhões para restauro, conservação, recuperação e manejo de florestas, resultados de uma combinação de instrumentos reembolsáveis e não reembolsáveis, crédito, garantias, concessões e apoio produtivo.

O Fundo Amazônia mostrou a força de um instrumento que combina política pública, ciência, participação social e cooperação internacional, tendo reconstruído sua capacidade operacional e atingido aprovações recordes de R\$ 2 bilhões em

2025, além de ter ampliado sua base de doadores de três para dez, entre 2023 e 2025.

Em suma, tivemos um resultado extraordinário em 2025, que fica na história do BNDES como um momento de muito êxito. Estamos retomando o papel histórico do Banco de grande formulador de políticas públicas e instrumento de financiamento de projetos estruturantes. Assim, mostramos nosso compromisso com o desenvolvimento do país, sempre com muita transparência e respeito às normas legais e à qualidade do gasto público.

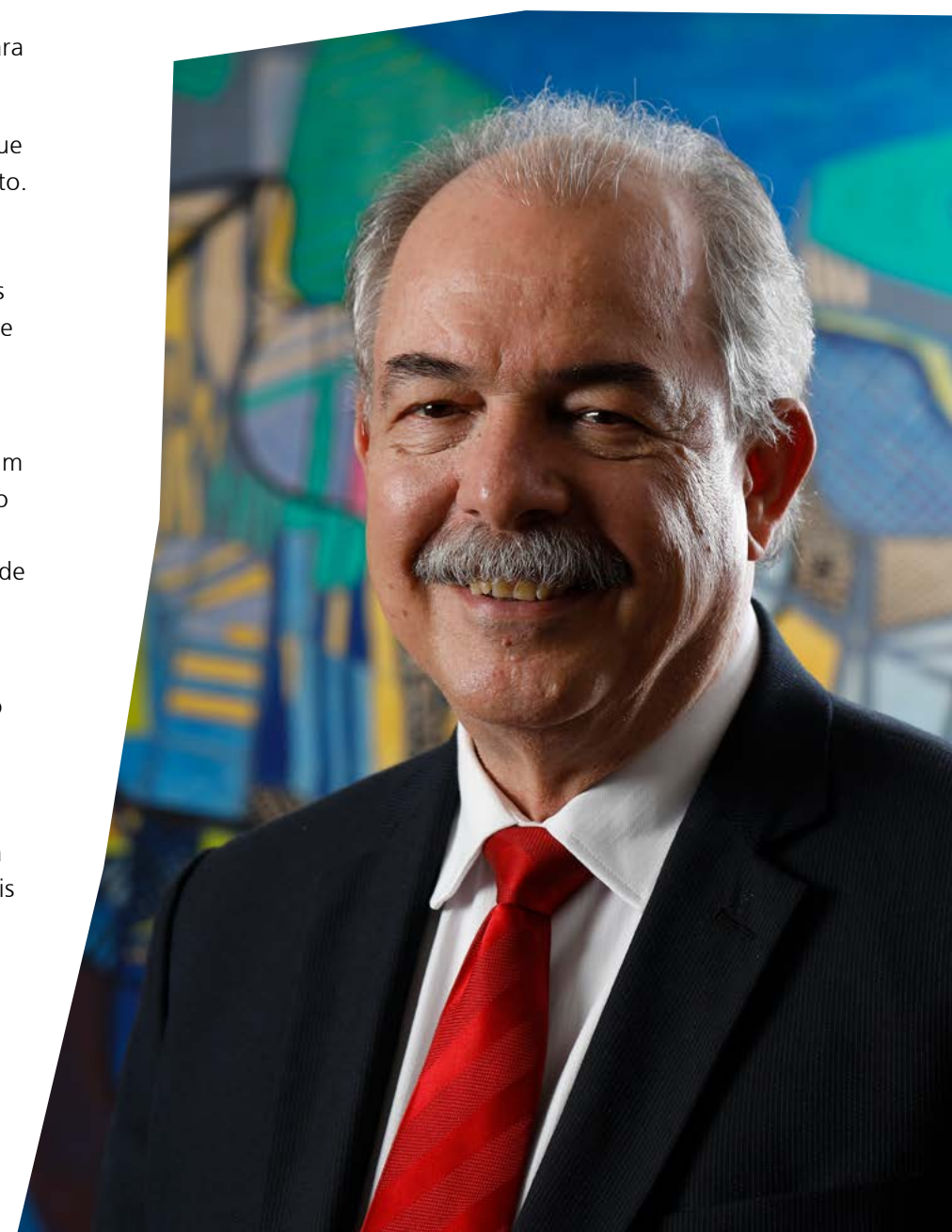
As informações apresentadas neste relatório anual reafirmam nosso comprometimento com o desenvolvimento e o futuro do Brasil. Além dos principais resultados e impactos alcançados pelo Banco em 2025, o documento demonstra de que maneira atuamos e como buscamos gerar valor para a sociedade brasileira em curto, médio e longo prazo.

A publicação segue os princípios do relato integrado, como exigido para prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), e busca apresentar os principais impactos econômicos, sociais e ambientais do BNDES, com base no modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI). Assegurando a integridade deste relato, convido os leitores a conhecer mais sobre nossa atuação nas próximas páginas.

Boa leitura!

Aloizio Mercadante

PRESIDENTE DO BNDES



SOBRE ESTE RELATÓRIO

Nosso relatório anual integrado abrange todo o Sistema BNDES: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME). Todos os resultados e informações apresentados aqui englobam essas três empresas, exceto quando especificado de outra forma. [GRI 2-2]

O período reportado vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. A aprovação do relatório pelo Conselho de Administração (CA) ocorreu em 22 de maio de 2026.

[GRI 2-3] [GRI 2-14]

O documento segue o padrão do relato integrado, da International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation, atendendo aos requisitos da Estrutura Internacional do Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC), que segue a Orientação Técnica – CPC 09.

Assim, aqui podem ser encontradas informações sobre nossa visão geral organizacional e o ambiente externo, nossa governança, nosso modelo de negócios, os riscos e as oportunidades de nossa atuação, nossa estratégia e alocação de recursos, nosso desempenho, nossa perspectiva diante dos desafios futuros e de que maneira determinamos os temas materiais apresentados.

O relatório também responde aos indicadores de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), um dos padrões mais utilizados no mundo para relatórios de sustentabilidade. Os indicadores podem ser identificados ao longo de cada capítulo e no sumário de conteúdo da GRI no fim do documento.

Com isso, buscamos mostrar como geramos ou pretendemos gerar valor em curto, médio e longo prazos para nossos diferentes públicos de interesse e dar transparência a nosso impacto ambiental, social e econômico, além de cumprir exigência da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), que atualmente requer a adoção de pelo menos um dos dois modelos.

Assim como no último relatório, indicamos, nas seções relacionadas a nosso desempenho, como nossa atuação se relaciona com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, no sumário GRI, apresentamos a relação entre os indicadores respondidos, os dez princípios do Pacto Global e os 17 ODS.

A estrutura do relato integrado busca entender como a organização gera valor baseada nos seis capitais que compõem um negócio (financeiro, manufaturado, humano, intelectual, natural e social e de relacionamento). Por isso, tanto na matriz de materialidade quanto no diagrama de geração de valor, os conteúdos estão relacionados aos capitais com os quais estiverem envolvidos.

Este relatório é também o relatório de gestão do BNDES, uma vez que o padrão do relato integrado é exigido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a prestação de contas anual da instituição, de acordo com a Instrução Normativa (IN) 84/2020 e a Decisão Normativa (DN) 198/2022. Informamos, ainda, que o documento atende às exigências quanto à apresentação de informações obrigatórias.

CONTATO

Para mais informações sobre este documento e seu conteúdo, envie e-mail para relatorioanual@bndes.gov.br.

[GRI 2-3] Caso tenha interesse em se tornar assinante, acesse a opção “Pedido de publicações” em: www.bndes.gov.br/bibliotecadigital.

SAIBA MAIS

Acesse também a versão em inglês deste relatório em www.bndes.gov.br/ra2025.

Para informações mais aprofundadas sobre temas específicos, acesse www.bndes.gov.br/publicacoes e consulte também:

- » [Outros relatórios publicados pelo BNDES](#)
- » [Seção Transparência e prestação de contas em nosso site](#)
- » [Portal BNDES Relações com Investidores](#)
- » [Seção Desenvolvimento sustentável em nosso site](#)
- » [Taxonomia e painel de sustentabilidade](#)



A KPMG Auditores Independentes foi contratada por meio de licitação para realizar a asseguuração externa deste relatório. O processo contemplou a apresentação de evidências das informações relatadas pelo BNDES para uma amostra selecionada de indicadores GRI, além de entrevistas com os responsáveis por seu reporte, envolvendo equipes de diferentes áreas do Banco. A KPMG avaliou também a aderência do relatório ao modelo do relato integrado. A minuta do relatório de asseguuração foi submetida ao conhecimento do Conselho de Administração do BNDES com a versão do relatório encaminhada para aprovação. O relatório de asseguuração limitada assinado pela KPMG, com uma descrição das normas e dos procedimentos utilizados, está inserido ao fim desta publicação. [GRI 2-5]

Como consequência de arredondamentos, a soma dos números nos gráficos pode não ser exata, assim como a soma dos percentuais dos gráficos pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo deste relatório.

Por fim, reformulações de informações, quando ocorridas, serão mencionadas no texto, assim como seu motivo e efeito. [GRI 2-4]

MATERIALIDADE [GRI 3-1] [GRI 3-2]

Este relatório apresenta uma matriz de materialidade que busca identificar temas que afetam nossa capacidade de gerar valor a curto, médio e longo prazos e que provocam impacto econômico, social ou ambiental relevante.

Tal identificação nos permite destacar os assuntos mais importantes do ponto de vista de nossos *stakeholders* (partes interessadas) e refletir sobre os impactos da nossa atuação, considerando os capitais envolvidos e relacionando esses temas com indicadores GRI.

Em 2025, além da manutenção dos temas materiais identificados em 2024 – agropecuária, apoio a MPME e cooperativismo, economia verde e mudanças climáticas, infraestrutura e neointustrialização e inovação –, um novo tema foi incorporado: atuação emergencial.

Para essa definição, foi realizada uma revisão simples, considerando as atualizações implementadas na estratégia corporativa do BNDES e um novo levantamento dos assuntos mais demandados pelos principais grupos de interesse.

Esse levantamento envolveu uma consulta aos canais de comunicação e relacionamento do Banco – como atendimento à imprensa, central de atendimento, relações com investidores, redes sociais, entre outros –, que confirmou que os cinco temas validados em 2024 continuaram entre os mais relevantes em 2025. O tema de atuação emergencial, que inclui a ação do Banco perante situações emergenciais, que vão desde desastres climáticos a disputas comerciais, recebeu destaque na Estratégia Corporativa do BNDES 2026-2030 e foi relevante no levantamento de demandas das partes interessadas, tendo sido adicionado à lista.

Após esse processo, os temas foram apreciados pela Diretoria Executiva [GRI 2-14], que concordou com a manutenção dos temas de 2024 e com a inclusão do novo tema.

A seguir, apresentamos nossa matriz de materialidade, relacionando os temas materiais e seus limites aos capitais envolvidos, aos indicadores GRI e ODS associados e aos principais *stakeholders* afetados, bem como a indicação dos capítulos nos quais há menção de conteúdos pertinentes a esses temas.



Conheça nossa matriz de materialidade:

TEMA MATERIAL	LIMITES	CAPITAIS	INDICADORES GRI	ODS	PÚBLICOS PRINCIPAIS	CAPÍTULOS
AGROPECUÁRIA	Agropecuária sustentável, financiamentos e ações no setor, agricultura familiar, agronegócio.	<ul style="list-style-type: none"> » Manufaturado » Natural » Financeiro 	[3-3] [203-2]	1, 2, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 17	<ul style="list-style-type: none"> » Clientes » Agentes financeiros » Fornecedores » Governo 	<ul style="list-style-type: none"> » MPMEs, agropecuária e cooperativismo » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos? » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2025
APOIO A MPMEs E COOPERATIVISMO	Ampliação do acesso a crédito; desconcentração bancária; atuação de agentes financeiros; participação nas operações e nos desembolsos totais.	<ul style="list-style-type: none"> » Social e de relacionamento » Financeiro 	[3-3] [203-2]	1, 8, 10	<ul style="list-style-type: none"> » Clientes » Governo » Agentes financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> » MPMEs, agropecuária e cooperativismo » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos? » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2025 » Mercado de capitais
ECONOMIA VERDE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	Mudanças climáticas, transição energética, descarbonização, biodiversidade, meio ambiente, atuação perante crises climáticas e emergências ambientais.	<ul style="list-style-type: none"> » Natural » Social e de relacionamento » Financeiro 	[3-3] [203-2] [305-1] [305-2] [305-3] [305-4] [305-5] [101-1]	1, 2, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 17	<ul style="list-style-type: none"> » Sociedade » Governo » Investidores 	<ul style="list-style-type: none"> » Meio ambiente e clima » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos? » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2025 » Mercado de capitais
INFRAESTRUTURA	Participação em políticas públicas, crédito e financiamento para o setor, principais projetos, transição energética.	<ul style="list-style-type: none"> » Manufaturado » Financeiro 	[3-3] [203-1] [203-2]	6, 7, 8, 9, 11, 13	<ul style="list-style-type: none"> » Sociedade » Governo » Instituições parceiras » Investidores 	<ul style="list-style-type: none"> » Infraestrutura » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos? » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2025 » Mercado de capitais
NEOINDUSTRIALIZAÇÃO E INOVAÇÃO	Nova política industrial, participação em políticas públicas, atuação do BNDES, crédito e financiamento, principais projetos.	<ul style="list-style-type: none"> » Manufaturado » Financeiro 	[3-3] [203-2]	1, 3, 4, 8, 9, 11, 13, 17	<ul style="list-style-type: none"> » Instituições parceiras » Academia » Clientes 	<ul style="list-style-type: none"> » Desenvolvimento produtivo e inovação » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos? » Como geramos valor? » Nossa estratégia » Destaques em 2025 » Mercado de capitais
ATUAÇÃO EMERGENCIAL	Atuação perante situações emergenciais, em especial aquelas derivadas da crise climática, desastres naturais e disputas comerciais.	<ul style="list-style-type: none"> » Natural » Financeiro » Social e de relacionamento 	[3-3]	2, 3, 8, 9, 13	<ul style="list-style-type: none"> » Clientes » Agentes financeiros » Governo » Sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> » Atuação emergencial » Nosso impacto socioambiental e climático » O que fazemos? » Como geramos valor? » Nossa estratégia

O BRASIL E O MUNDO EM 2025

O ano de 2025 foi marcado por intensas transformações no ambiente macroeconômico global e pela reconfiguração dos principais vetores geopolíticos. A nova administração dos Estados Unidos da América (EUA) adotou práticas protecionistas no comércio exterior, impondo tarifas e barreiras que desorganizaram cadeias produtivas e fluxos comerciais internacionais, afetando investimentos e setores produtivos em diversas regiões do mundo. Na Europa, o conflito na Ucrânia persistiu, ao mesmo tempo em que mudanças nas composições parlamentares de países como Alemanha e França, somadas ao aumento dos gastos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com defesa, alteraram o foco das políticas públicas. No Oriente Médio, após um aumento nas tensões que culminou em confrontos entre Israel e Irã no primeiro semestre, iniciativas de cessar-fogo e trocas de prisioneiros contribuíram para uma relativa estabilização no terceiro trimestre. Em conjunto, esses fatores ampliaram a volatilidade nos mercados financeiros e mantiveram elevados prêmios de risco para economias emergentes, em um contexto de maior aversão global ao risco por parte dos investidores.

No plano macroeconômico internacional, ciclos distintos de política monetária se desenharam entre as grandes economias. Na Europa, a flexibilização monetária avançou ao longo de 2025, com os juros recuando de 3,0% para 2,0% nos primeiros seis meses do ano e mantendo-se nesse patamar até o fim de 2025,

ajudando a inflação a convergir para a meta em dezembro. Já nos EUA, a inflação se manteve persistente, impulsionada pelos preços de serviços e pelos efeitos das tarifas sobre os bens, levando o Federal Reserve a manter a taxa básica entre 4,25% e 4,50% até setembro, quando foram promovidos três cortes consecutivos que a situaram entre 3,50% e 3,75%. A China, por sua vez, implementou medidas de capitalização bancária e estímulo ao crédito e ao setor de serviços, mitigando os impactos da crise do setor de construção e alcançando um crescimento próximo à meta planejada de 5%, apesar da persistência de desafios contínuos como deflação e consumo ainda pouco dinâmico.

No caso do Brasil, o desempenho econômico em 2025 mostrou resiliência em meio a esse ambiente internacional conturbado. O produto interno bruto (PIB) se sustentou graças à expansão do setor agropecuário e à resiliência da absorção doméstica, resultando em um crescimento realizado de 2,3% no ano, desempenho que superou as expectativas observadas ao longo do período. Esse resultado foi alcançado mesmo diante do aumento de tarifas sobre produtos brasileiros pelos EUA em agosto – o chamado “tarifaço” –, que representou um risco significativo para as exportações e para as empresas nacionais. A articulação diplomática e empresarial para ampliar a lista de produtos excepcionalizados, juntamente com iniciativas como o Programa Brasil Soberano, ajudou a proteger empregos e a reduzir impactos adversos no mercado interno.

No mercado de trabalho brasileiro, houve forte dinamismo em 2025. O país chegou a dezembro com a menor taxa de desemprego da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com 5,1%, enquanto a valorização do salário-mínimo e as políticas sociais de transferência de renda continuaram a sustentar o consumo das famílias e a massa salarial. Em relação à inflação, apesar das pressões iniciais decorrentes dos alimentos e dos impactos do tarifaço, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou trajetória benigna desde abril, fechando o ano em 4,26%, dentro do intervalo de metas definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A apreciação cambial ao longo do ano e a desaceleração da atividade no segundo semestre também colaboraram para esse resultado, embora a inflação de serviços ainda permaneça elevada. Assim, a taxa Selic, mantida em 15,0% desde junho de 2025, começou a ser reduzida no primeiro trimestre de 2026.



No setor externo, o Brasil encerrou o ano com avanços importantes. Apesar da redução das exportações para os EUA (queda de 6,6% em comparação com 2024), houve crescimento significativo nas vendas à Argentina (alta de 27%) e aos parceiros do BRICS, incluindo China (6%), Índia (30%) e Rússia (5%). O saldo comercial de bens totalizou US\$ 68,3 bilhões. No câmbio, o real se valorizou cerca de 11% frente ao dólar ao longo de 2025, acompanhando a tendência de desvalorização global da moeda norte-americana, enquanto a paridade com o yuan subiu 7,5% e se manteve estável frente ao euro. Ainda no terreno internacional, o acordo do Mercosul com a União Europeia foi viabilizado, abrindo espaço para a concretização do pacto comercial que traz perspectivas positivas para o PIB, além de ganho de produtividade para as empresas e de competitividade para os produtos brasileiros, com padronização internacional de normas técnicas e fitossanitárias e impactos benignos sobre os preços.

Esse conjunto de aspectos consolida a posição do Brasil como um destino atraente de investimentos entre os países emergentes, apoiado por um setor externo sólido, com reservas robustas e uma matriz energética

predominantemente renovável, que o coloca em destaque na agenda global de transição para uma economia de baixo carbono. O relevante mercado interno e as oportunidades em infraestrutura, inovação tecnológica e economia ampliam os espaços para ganhos expressivos em produtividade e em inclusão social tanto no médio como no longo prazo.

No âmbito dessa agenda de desenvolvimento sustentável e inclusivo, o BNDES desempenhou papel fundamental na 30ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas – ou Conferência das Partes (COP30) – em 2025, ao alavancar investimentos em descarbonização, bioeconomia e infraestrutura verde, fortalecendo parcerias internacionais e ampliando seu escopo de atuação no mercado de capitais. Mais do que prover recursos, o Banco se posicionou como formulador de arquitetura financeira climática, combinando compromissos ambientais com projetos bancáveis, com impacto mensurável e capacidade de induzir políticas de longo prazo. Por meio de instrumentos diversificados e de respostas ágeis a situações de crise – como no episódio do tarifaço – o BNDES vem apoiando a sustentabilidade econômica e social do país, alinhado ao objetivo maior de melhorar a vida dos cidadãos brasileiros.



COMO GERAMOS VALOR?



Um relatório integrado explica como uma organização gera valor ao longo do tempo, não só por suas características, seus processos internos e suas formas de atuação, mas também por meio das relações com seus *stakeholders* (partes interessadas) e das influências do ambiente externo.

Os estoques de valor que são aumentados, diminuídos ou transformados por meio das atividades e entregas da instituição são identificados como capitais, os quais podem ser classificados como: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural, e social e de relacionamento.

O diagrama de geração de valor apresentado a seguir demonstra, de maneira simplificada, como nossos capitais são transformados e traz destaques de resultados e do impacto gerado para a sociedade.



CAPTAMOS

INSUMOS

Financeiros



R\$ **28,93** bilhões de recursos do FAT

R\$ **69,7** bilhões de captação com fundos governamentais

R\$ **10,1** bilhões de entradas originadas da carteira de renda variável

R\$ **31,2** bilhões de captações internas e externas

R\$ **153,9** bilhões de retorno das operações de crédito

Humanos



2.988 empregados, sendo:

2.960 concursados

2.646 de nível universitário

577 terceirizados (serviços não relacionados às atividades-fim)

355 estagiários

31 jovens aprendizes

Naturais



54,9 megalitros de água consumidos em nossos escritórios

13,4 GWH de energia consumida em nossos escritórios

Manufaturados



5 unidades operacionais (DF, RJ, SP, PE e MG)

Sociais e relacionais



Rede credenciada com mais de **90** agentes financeiros

+ de **7** milhões de visitas a nosso site

Cerca de **1.200** proposições legislativas acompanhadas

2.229 demandas recebidas e tratadas por nossa Ouvidoria

42 filiações a entidades brasileiras e estrangeiras de diferentes áreas estratégicas e setores da economia

Cerca de **46** mil atendimentos realizados por nossa Central

271 atendimentos a parlamentares

3.329 empresários participantes dos ciclos de palestras do BNDES Mais Perto de Você

814 demandas respondidas pela assessoria de imprensa

+ de **1,2** milhões de seguidores somados em nossas redes sociais

Intelectuais



Sistemas, plataformas e dashboards utilizados para elaboração de dados de efetividade e monitoramento de impactos econômicos, sociais e ambientais

PRODUTOS E SERVIÇOS [GRI 2-6]



- » CRÉDITO
- » RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS E COMPENSATÓRIOS
- » GARANTIAS
- » SERVIÇOS
- » PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS
- » PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS [GRI 2-6]

Corporativos



- » Expandir a atuação do Sistema BNDES, em especial o **desembolso** e as **carteiras de crédito** e de **garantia**, promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes
- » Garantir o **equilíbrio financeiro** do Sistema BNDES

De negócios



- » Expandir o apoio a projetos de **infraestrutura**, reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência
- » Expandir o apoio ao **desenvolvimento produtivo** abrangendo inovação, digitalização e inteligência artificial
- » Ampliar o apoio a projetos de **desenvolvimento social e regional** e de **gestão pública** buscando expandir o acesso a serviços públicos de qualidade, reduzir as desigualdades e promover cidadania
- » Ampliar o apoio a projetos **ambientais e climáticos**, contribuindo para a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas
- » Ampliar o apoio à **exportação**, promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais
- » Expandir crédito e garantias para **MPMEs**, promovendo o acesso a crédito, a **agropecuária sustentável** e o **cooperativismo**
- » Fomentar o **mercado de capitais** e a atuação internacional do BNDES para contribuir com o desenvolvimento sustentável

De suporte ao negócio



- » Acelerar a **transformação digital** do BNDES com foco na eficiência operacional e na experiência do cliente, ampliando a utilização de dados e de ferramentas de IA, com segurança cibernética e resiliência

GERANDO

RESULTADOS E IMPACTOS*

Financeiros



R\$ **169,7** bilhões em desembolsos, um crescimento de quase 27% em relação a 2024

R\$ **26,8** bilhões de lucro líquido, sendo R\$ **15,2** bilhões de lucro líquido recorrente

R\$ **12,5** bilhões em resultados de participações societárias

R\$ **5,7** bilhões em tributos sobre os lucros

Humanos



1.162 colaboradores participaram de treinamentos de curta duração, programas de certificação e eventos

23 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação

606 novos empregados contratados por meio de concurso público com cotas de **30%** para pessoas negras e pardas (191 contratados) e de **15%** para PCDs (74 contratados)

Manufaturados

[GRI 203-1] [GRI 203-2]

1.025 MW de aumento previsto de capacidade de geração de energia renovável

R\$ **5** bilhões de aumento de dispêndio em atividades inovativas

2.200 km de restauração ou reconstrução de rodovias

3.800 km de extensão de fibra ótica prevista

Naturais



130,2 mil hectares com previsão de recuperação florestal

881,8 mil hectares de florestas e parques que serão conservados

5,5 milhões de tCO₂e de gases de efeito estufa que serão anualmente evitadas

2,2 milhões de tCO₂e de gases de efeito estufa que serão anualmente removidas

72,91 toneladas/ano de resíduos sólidos urbanos gerados em nosso escritório do Rio de Janeiro

Aumento de **13%**, em relação a 2024, no consumo de água em nossos escritórios

Aumento de **2%**, em relação a 2024, no consumo de energia em nossos escritórios

Impactos negativos

Sociais e relacionais [GRI 203-2]



37,7 mil microempreendedores apoiados pelo BNDES Microcrédito

91,4 mil agricultores familiares apoiados

69,5 mil pessoas apoiadas em projetos não reembolsáveis de geração de emprego e renda

30,1 mil indígenas apoiados em projetos de ordenamento territorial

16,7 mil mulheres apoiadas em projetos de produção sustentável

906 mil empregos envolvidos durante a fase de implementação dos investimentos fixos e exportações apoiadas

2.679 municípios de baixo ou médio IDH a que os recursos foram destinados

Intelectuais



+ de **8** milhões de pesquisas registradas na biblioteca digital do BNDES

+ de **600** mil downloads na biblioteca digital do BNDES

+ de **151** mil pageviews ao Blog do Desenvolvimento

53 publicações editadas pelo BNDES, como periódicos, estudos especiais e relatórios

TENDO COMO

*Algumas entregas já foram realizadas, enquanto outras refletem a consolidação dos resultados previstos por projetos aprovados em 2025.

O BNDES



O BANCO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O QUE É UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO?

Os primeiros bancos de desenvolvimento (BD) surgiram na Europa em meados do século XIX. Em décadas recentes, a criação dessas instituições ganhou novos impulsos diante das necessidades de superação da crise financeira asiática no final dos anos 1990 e da crise financeira global de 2008. Atualmente, existem mais de quinhentos BDs e instituições financeiras de desenvolvimento no mundo, em países em diferentes estágios de desenvolvimento, com mais da metade dessas instituições constituída a partir de 1990.

Essas entidades cumprem um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico de países e regiões onde atuam, em cenários tanto de estabilidade quanto de crise. Embora cada uma tenha sua forma de atuar, tais instituições auxiliam a implementação de políticas públicas, promovem investimentos geradores de emprego e renda e de longo prazo em infraestrutura, e contribuem para que os setores privado e público assumam riscos e desafios em projetos estratégicos. Além disso, cumprem função anticíclica em momentos de instabilidade do mercado de crédito; e atuam para adaptação e resiliência do país às mudanças no clima e em caráter emergencial diante de eventos sociais e climáticos extremos, contribuindo para a reparação e recuperação dos territórios.

As atuais estratégias dos BDs têm priorizado a transição para um modelo econômico inclusivo, compatível com as mudanças climáticas. Em geral, tais instituições contam com alguma forma

de apoio dos governos para a implementação de suas políticas. Apesar da importância do desempenho financeiro para a execução das atividades, os BDs não têm o lucro como medida principal de seus resultados. A maximização do bem-estar social e o desenvolvimento sustentável são os objetivos primordiais dessas instituições.

QUEM SOMOS? [GRI 2-1]

Somos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma empresa pública federal que opera desde 1952 e está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), sendo o principal instrumento do Governo Federal, nosso único acionista, para financiamento de longo prazo e investimentos alinhados às políticas públicas. Somos líder mundial no financiamento de energia renovável e avaliados como estatal federal mais transparente do Brasil.

O Sistema BNDES é formado por três empresas, o BNDES e suas duas subsidiárias: a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (FINAME), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Nossa atuação ocorre por meio de crédito; concessão de recursos não reembolsáveis e compensatórios; prestação de garantias; serviços; participações e títulos; e produção de conhecimento. Disponibilizamos produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações. [GRI 2-6]

IDENTIDADE INSTITUCIONAL [GRI 2-6]

Nossa identidade institucional é formada por propósito, visão, missão, valores e princípios. Essa identidade é declarada na Estratégia de Longo Prazo 2026-2030, que foi aprovada pelo Conselho de Administração (CA) em dezembro de 2025. [GRI 2-12]



PROPÓSITO

Melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental



MISSÃO

Retomar o protagonismo do BNDES no desenvolvimento econômico, social e ambiental brasileiro



VISÃO

Ser um banco de desenvolvimento sustentável, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico



VALORES

Ética, espírito público, compromisso com o desenvolvimento e excelência



PRINCÍPIOS

Agilidade, comprometimento, cooperação, diversidade, efetividade, equidade, inovação e transparência

Além dos recursos financeiros, estruturais e de pessoas necessários para a realização de nossas atividades, dispomos de processos estruturados de gestão de riscos e sólidas práticas de compliance e governança, bem como de nossos relacionamentos e de um conhecimento profundo da economia brasileira.

Avaliamos o apoio a cada projeto com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto. Nos últimos anos, nossa estratégia de longo prazo tem priorizado a transição para um modelo econômico inclusivo, redutor de desigualdades e sustentável diante das mudanças climáticas.

Nossa governança é composta por regras e padrões de gestão criteriosos e envolve o relacionamento entre instâncias internas, como Conselho de Administração (CA), Diretoria Executiva, Conselho Fiscal (Cofis), Comitê de Auditoria (Coaud) e demais comitês; e externas, como Congresso Nacional, Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Tribunal de Contas da União (TCU) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

ONDE ESTAMOS? [GRI 2-1] [GRI 2-6]

Atuamos em todo o território nacional e desenvolvemos nossas atividades em cinco unidades operacionais: na sede, em Brasília (DF); no escritório central no Rio de Janeiro (RJ), localizado no Edifício de Serviços Juvenal Osório Gomes (Edserj), onde cerca de 93% de nossos empregados estão alocados; e em outros três escritórios, um em São Paulo (SP), um no Recife (PE) e outro em Belo Horizonte (MG).

Para facilitar o acesso de nossos clientes, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME), a nossas linhas de financiamento e produtos de garantia, atuamos também de forma indireta, isto é, por meio de parceiros que ofertam nossos produtos. Temos mais de noventa agentes financeiros credenciados para uso das nossas linhas de repasse ou soluções de garantias, entre bancos comerciais privados e públicos, bancos de cooperativa, cooperativas de crédito, bancos de montadora, bancos de desenvolvimento regionais e agências de fomento.

QUAIS SÃO NOSSOS PRINCIPAIS PÚBLICOS? [GRI 2-6] [GRI 2-29]

Mantemos relacionamentos com públicos variados, em sintonia com nossa estratégia institucional e com o papel de articulação que desempenhamos na promoção do desenvolvimento do país. Por meio das interações com nossos públicos de interesse (*stakeholders*), coletamos informações e percepções com o intuito de aprimorar nosso atendimento e ajustar nossa estratégia sempre que necessário. Detalhes sobre o engajamento com nossos *stakeholders* são apresentados nos capítulos Nossa equipe e Nossos relacionamentos.

NOSSOS PRINCIPAIS PÚBLICOS:



Sociedade



Clientes



Agentes financeiros



Fornecedores



Investidores



Imprensa



Público interno



Academia



Órgãos de controle e
de fiscalização



Poder público
(Executivo, Legislativo
e Judiciário)

O QUE FAZEMOS?

Nossas diferentes formas de atuação se complementam de modo a potencializar nossa contribuição para o desenvolvimento do país. Trabalhamos por meio de crédito, participações e títulos, recursos não reembolsáveis e compensatórios, garantias e serviços. Além disso, nossa produção de conhecimento registra aprendizados e fornece subsídios para aprimorar nossa atuação. **[GRI 2-6]**

Para cada modalidade, temos soluções e produtos específicos que viabilizam a implantação de nossa estratégia. **[GRI 2-24]** Buscamos oferecer soluções complementares às do mercado, priorizando a geração de externalidades positivas para a sociedade. Nossos diferenciais incluem a oferta de prazos mais longos, atuação em múltiplos setores, oportunidades de parcerias com atores do mercado, sinergias com nosso portfólio e alinhamento às diretrizes estratégicas e avaliações de impacto existentes.



CRÉDITO



Concessão de financiamentos, limites de crédito, empréstimos e debêntures simples (não conversíveis)

Concedemos recursos por meio de soluções de financiamento diversificadas, com destaque para nossa atuação no crédito de longo prazo. Nossos financiamentos podem ser concedidos a empresas de todos os portes, a entes nacionais e a pessoas físicas, a depender da finalidade, de forma direta ou por intermédio de instituições financeiras credenciadas.

Na **modalidade direta**, as operações são realizadas diretamente com o BNDES e somos responsáveis pela análise dos pleitos e pela negociação das garantias. Para solicitar esse tipo de apoio, o financiamento deve, em geral, ser superior a R\$ 20 milhões, no caso das esteiras automáticas e simplificadas, ou R\$ 40 milhões, no caso das esteiras corporativas e *project finance*. As operações diretas podem ser realizadas com empresas e entes subnacionais, mas não com pessoas físicas.

Já as **operações indiretas** são realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas, responsáveis pela análise do financiamento e pela negociação das condições com os clientes – sempre respeitando regras e limites definidos pelo BNDES –, e que assumem o risco de não pagamento da operação. Dessa forma, cabe às instituições financeiras a decisão final sobre a concessão do crédito. Essas operações podem ser:

- **Automáticas**, no caso de operações de até R\$ 150 milhões, nas quais o agente financeiro já aprovou o crédito e nos solicita apenas a homologação e liberação dos recursos.
- **Não automáticas**, quando a instituição financeira credenciada nos encaminha consulta prévia para análise. Os valores mínimos seguem os critérios das operações diretas, e a aprovação do financiamento é feita caso a caso.

Por fim, há as **operações mistas**, que combinam elementos das formas direta e indireta não automática. Nesses casos, compartilhamos o risco da operação com a instituição financeira credenciada. As operações mistas ocorrem por sugestão do BNDES ou por recomendação da instituição financeira.

PARTICIPAÇÕES E TÍTULOS



Realização de operações de mercado de capitais, por meio da subscrição de ações, debêntures conversíveis, fundos, bônus de subscrição, e quaisquer outros valores mobiliários admitidos pela legislação em vigor

Atuamos de modo complementar ao mercado e a nossos produtos de financiamento, fortalecendo os planos de negócios e a estrutura de capital das empresas brasileiras, com incentivos às melhores práticas de governança corporativa e a iniciativas de cunho social e ambiental. Também atuamos para o desenvolvimento do mercado de capitais nacional, oferecendo soluções e instrumentos para fomentar novas operações e ampliar a base de agentes do setor.

Nossos investimentos por meio de ações e/ou debêntures conversíveis ocorrem em empresas de capital aberto ou fechado, constituídas como sociedades anônimas, em ofertas públicas ou privadas. São investimentos transitórios, minoritários e não executivos, sempre com horizonte de longo prazo e em condições de mercado. Assim, operamos em igualdade de condições com outros investidores, sem concessão de subsídios às empresas investidas, que ficam submetidas a prazos, estruturas e dinâmicas comuns a todos os integrantes do mercado de capitais.

No caso de fundos de investimento, selecionamos gestores para fundos voltados ao desenvolvimento de mercados e setores mais carentes de recursos. Esses fundos, em sua maioria, adquirem participações acionárias, debêntures ou direitos creditórios.

Nossa atuação por meio de fundos visa: i) desenvolver empresas inovadoras, infraestrutura e cadeias produtivas que consideramos prioritárias; ii) estimular o empreendedorismo e o investimento em infraestrutura; e iii) ampliar o acesso a produtos alternativos de crédito, em especial aqueles voltados para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e pequenos produtores rurais, além de difundir a cultura de capital de risco no país.

Desde 2006, operamos como investidores em ofertas públicas no mercado de títulos corporativos de renda fixa, e, mais recentemente, como coordenadores, com a missão de criar produtos e realizar investimentos visando desenvolver o mercado de capitais de renda fixa. Nosso objetivo é atuar de forma complementar ao mercado privado, oferecendo opções de financiamento para as empresas brasileiras, bem como canalizar recursos privados para elevar o investimento no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, mobilidade urbana, energia e saneamento básico.

Nossas condições de financiamento e políticas de crédito são desenhadas para fomentar, ainda, a originação de debêntures. Alguns destaques são o compartilhamento de garantias entre nosso financiamento e as debêntures de mercado, e a previsão de vencimento cruzado entre a debênture e nosso financiamento.

GARANTIAS



Provisionamento de fianças e garantias diretas ou indiretas, neste último caso por meio de fundos garantidores

As garantias ofertadas pelo BNDES viabilizam operações de crédito realizadas por meio de diversas linhas e programas de financiamento, tanto de agentes financeiros e outras fontes de recursos quanto de repasses do Banco. Assim, contribuimos para ampliar as oportunidades de acesso ao crédito, principalmente para empresas e empreendedores de menor porte, possibilitando que as instituições financeiras aprovelem financiamentos em melhores condições, como prazos estendidos, menos exigências de entrada e até taxas de juros mais baixas.

Oferecemos fianças e garantias diretas ou indiretas, por meio do Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI) – que contempla as modalidades FGI Tradicional e Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (FGI Peac) – e do Fundo Garantidor BNDES-Sebrae (FG BNDES-Sebrae), criado em outubro de 2024 e operacionalização iniciada em meados de 2025. O fundo é resultado da parceria do BNDES e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e visa facilitar o acesso ao crédito para microempreendedores individuais (MEI) e pequenas e médias empresas (PME).

Existem também outros dois fundos garantidores que continuam ativos mas não vigentes para novas operações: o FGI Peac Crédito Solidário RS e o Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC).

Em 31 de dezembro de 2025, os cotistas desses fundos eram:

- **FGI Tradicional** – União (majoritária), BNDES e outros 43 agentes financeiros
- **FGI Peac** – somente União
- **FG BNDES-Sebrae** – Sebrae (majoritário) e BNDES
- **FGI Peac Crédito Solidário RS** – somente União
- **FGPC** – somente União

Contamos também com o produto direto BNDES Garantias para operações mais estruturadas e de maior volume.

RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS E COMPENSATÓRIOS



Apoios não reembolsáveis e gestão de recursos de terceiros

Destinamos recursos não reembolsáveis a projetos sociais, culturais, ambientais, científicos e tecnológicos. Os recursos podem ser provenientes de parte do nosso lucro, como no caso do BNDES Fundo Socioambiental; de doações externas, como o Fundo Amazônia; ou, ainda, de fontes relacionadas à reparação de danos, como o Fundo Rio Doce. Esses recursos são direcionados para o apoio a projetos que visam resolver questões críticas nos setores sociais e econômicos e para o fortalecimento de políticas públicas estruturantes.

Além do incentivo a projetos inclusivos, inovadores, estruturantes e verdes, com capilaridade e escala, buscamos alavancar recursos privados (nacionais e internacionais) e promover sinergia com outros instrumentos de apoio.

Entre os fundos não reembolsáveis utilizados pelo BNDES, destacam-se:

- **Fundo Amazônia**
Gerido pelo BNDES para apoio a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal com recursos da Petrobras e de doadores internacionais.
- **BNDES Fundo Cultural**
Apoia ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro e de incentivo à economia da cultura.
- **BNDES Fundo Socioambiental**
Apoia investimentos de caráter social e ambiental, inclusive vinculados ao desenvolvimento regional.
- **BNDES Fust Não Reembolsável**
Apoia projetos de conectividade em escolas públicas.
- **Fundo Rio Doce**
Apoia projetos, ações e medidas reparatórias decorrentes do rompimento da barragem de Fundão ocorrido em Mariana (MG) em 2015, com recursos provenientes da empresa Samarco, no âmbito de acordo judicial.
- **BNDES Funtec**
Apoia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

SERVIÇOS



Estruturação de projetos, coordenação de ofertas públicas em mercado primário, gestão de fundos privados com finalidade pública e assessoria técnica internacional

Para enfrentar o gargalo do investimento em infraestrutura no país e atingir o patamar desejado no setor, é fundamental que a capacidade de investimento público seja retomada e o investimento privado seja alavancado. Estruturamos projetos para o Governo Federal e os entes subnacionais em alinhamento com as políticas públicas de infraestrutura econômica, social e ambiental, priorizando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados para a população, gerando oportunidades de investimento e renda e favorecendo a melhor alocação dos gastos públicos.

Oferecemos diferentes soluções para nossos clientes do setor público, desde a etapa de planejamento e concepção dos projetos até o leilão e a formalização do contrato de parceria com a iniciativa privada, como: estruturação de projetos de concessão ou parcerias público-privadas (PPP) de serviços públicos, valorização de ativos imobiliários, iniciativas de revitalização urbana e viabilização de parcerias estratégicas.

Para estimular a qualidade na prestação de serviços, a remuneração dos concessionários é influenciada por indicadores de desempenho. Adicionalmente, em se tratando de serviços públicos, é importante destacar o papel fundamental das agências reguladoras, a quem caberá fiscalizar esses contratos e garantir a sua execução visando preservar o interesse social.

Na prestação do serviço de coordenação de ofertas públicas de distribuição de títulos e valores mobiliários

de renda fixa, apoiamos as empresas na utilização de instrumentos de mercado de capitais que se destinem a financiar investimentos alinhados às nossas diretrizes estratégicas.

Também viemos, nos últimos anos, ampliando nosso modelo de atuação para além do crédito tradicional, incorporando a nosso portfólio a atividade de gestor de fundos privados com finalidade pública. Essa evolução está alinhada à nossa missão de promover o desenvolvimento econômico e social do país por meio de instrumentos financeiros modernos, eficientes e aderentes às melhores práticas de mercado. Esse novo segmento de negócio visa a ampliação do impacto positivo para a sociedade por meio da oferta de técnicas de gestão de tesouraria, controle financeiro, conformidade, auditoria e gerenciamento de riscos operacionais aos fundos nos quais o BNDES é o gestor.

Além das frentes de atuação já mencionadas, com o objetivo de mobilizar mais recursos externos para projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do Brasil, disponibilizamos serviço de assessoria técnica internacional, atraindo organismos multilaterais, instituições financeiras internacionais de desenvolvimento, fundos soberanos internacionais e gestores de recursos que potencialmente possam investir em projetos no Brasil.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO



Produzimos regularmente análises setoriais e econômicas, avaliações de efetividade, seminários e publicações que promovem a disseminação do conhecimento e ampliam o debate sobre desenvolvimento, além de informar a sociedade sobre os resultados de nossa atuação.

Publicamos periódicos como a Revista do BNDES, criada em 1964, e o BNDES Setorial, lançado em 1995, que em 2025 celebrou trinta anos de existência com uma edição especial dedicada à indústria e à Nova Indústria Brasil (NIB). A Revista do BNDES traz artigos sobre desenvolvimento econômico e social, enquanto o BNDES Setorial apresenta análises referentes aos setores da economia brasileira que apoiamos ou planejamos apoiar. Periodicamente, também publicamos Textos para Discussão e a série Estudos Especiais. Todos têm nossos empregados como autores ou coautores, compartilhando o conhecimento produzido internamente. Além disso, desde 1977 promovemos o Prêmio BNDES de Economia, com o objetivo de premiar e publicar dissertações de mestrado e teses de doutorado na área de economia.

Exportação

Sistemas públicos de apoio às exportações existem em mais de noventa países. No Brasil, somos um dos principais agentes desse sistema, oferecendo crédito em condições compatíveis com o mercado internacional, por meio de um conjunto de instrumentos alinhados a políticas públicas. Participamos ativamente do debate que visa fortalecer o sistema público brasileiro, com o objetivo de garantir a competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional.

No âmbito das nossas atuações em crédito e em garantias, merece destaque o apoio às exportações. Assim, desde o início na década de 1990, nossas linhas de apoio à exportação são voltadas para segmentos de maior valor agregado, que demandam financiamentos a médio e longo prazo. O objetivo é viabilizar condições de financiamento compatíveis com o mercado internacional, permitindo que empresas brasileiras exportem em igualdade de condições com seus concorrentes internacionais, gerando divisas, emprego e renda no Brasil.

Acompanhamos diversos fóruns internacionais que reúnem outras agências de crédito à exportação, com vistas a monitorar a forma de atuação e as condições de apoio dos concorrentes internacionais. Também acompanhamos as discussões relacionadas às alterações legais e infralegais para implementação de aprimoramentos do sistema público de apoio às exportações brasileiras de bens e serviços.

Além de nossos financiamentos, o sistema público de apoio conta com linhas operadas pelo Banco do Brasil (Proex Financiamento e Proex Equalização), com recursos do Tesouro Nacional, e com o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), lastreado no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que é o instrumento de garantia da União para riscos comerciais, políticos e extraordinários nos financiamentos às exportações realizados por instituições públicas, privadas, nacionais e internacionais.



COMO O BNDES APOIA A EXPORTAÇÃO?

Em linhas gerais, oferecemos duas modalidades de financiamento à exportação:

PRÉ-EMBARQUE:

- Financiamento à produção de bens destinados à exportação.
- Capital de giro para a empresa brasileira produzir e exportar.



PÓS-EMBARQUE:

- Financiamento à comercialização no exterior de bens e serviços produzidos por empresas brasileiras.
- Pagamento do bem ou serviço exportado à vista para a empresa brasileira, à medida que as exportações são realizadas e comprovadas.

O crédito sempre é desembolsado no Brasil, em reais, para a empresa brasileira exportadora. Não há remessa de recursos para o exterior.

O BNDES não financia países nem obras no exterior, e sim a exportação de bens e serviços brasileiros.



FLUXO OPERACIONAL

Nosso processo de concessão de crédito para operações diretas, mistas e indiretas não automáticas é baseado na utilização de esteiras de crédito padronizadas. Após a etapa de habilitação, na qual verificamos a aptidão do cliente com base em análises de crédito, cadastro e *compliance*, as operações seguem para diferentes esteiras, conforme suas características e seu grau de complexidade.

> ESTEIRAS AUTOMÁTICA E SIMPLIFICADA

Mais ágeis para soluções com maior padronização, com objeto pré-determinado ou simplificado – como a compra de um equipamento – e com critérios e procedimentos pré-aprovados. Na esteira simplificada, em razão do tipo de objeto financiado, a validação é um pouco mais complexa e o acompanhamento mais detalhado do que na automática.

> ESTEIRAS CORPORATIVA E PROJECT FINANCE

Associadas a soluções financeiras mais customizadas para projetos complexos, como *greenfields* de infraestrutura. Diferem principalmente em relação à estruturação financeira e às garantias da operação. Durante a análise, equipes multidisciplinares especializadas no setor avaliam diversos aspectos da proposta, como viabilidade do projeto, aspectos socioambientais, impactos esperados, estratégia e governança do cliente, análise do mercado e garantias oferecidas.

> ESTEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL

Fluxo customizado para operações com recursos exclusivamente não reembolsáveis. Dependendo de seu objetivo, a solicitação de apoio pode passar pela avaliação de um comitê consultivo antes de ser analisada por nossa equipe técnica.

> ESTEIRA DE CRÉDITO EMERGENCIAL

Operacionalização de programas específicos que têm como objetivo o enfrentamento de consequências sociais e econômicas de calamidade pública decorrentes, por exemplo, de eventos climáticos extremos.

Independentemente da esteira de crédito, todos os pedidos de financiamento são analisados com base em nossas políticas operacionais e de crédito, sendo encaminhados ao Comitê de Crédito e Operações (CCOp) e/ou à Diretoria Executiva para deliberação, segundo critérios de alçada previamente definidos.

ACOMPANHAMENTO

Todas as operações diretas aprovadas e contratadas passam por acompanhamento, garantindo que os recursos sejam liberados conforme o cronograma preestabelecido. Uma equipe do BNDES verifica o cumprimento das obrigações contratuais e a evolução do investimento apoiado, realizando ajustes na operação sempre que necessário.

Nas operações indiretas automáticas, o acompanhamento é realizado pelas instituições financeiras credenciadas e verificado pelo BNDES a partir de técnicas de amostragem que consideram quesitos como materialidade e risco.

Realizamos, ainda, o cruzamento de informações com bases de dados internas e externas, incluindo imagens de satélites, para melhor direcionar os esforços de verificação de conformidade, e seguimos orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) para verificar a correta aplicação dos recursos e o cumprimento das exigências normativas.



O BNDES não credencia ou indica consultores (pessoas físicas ou jurídicas) como intermediários para facilitar, agilizar ou aprovar operações de crédito, não realiza qualquer tipo de recadastramento de cartões, nem entra em contato por telefone, SMS ou e-mail para solicitar o preenchimento dos dados de identificação da empresa, do Cartão BNDES ou de qualquer outro produto do Banco.

CRENCIAMENTO FINAME (CFI)

O financiamento direcionado à compra de máquinas, equipamentos, componentes, sistemas industriais e serviços tecnológicos exige o credenciamento prévio desses itens no CFI-FINAME. Além de indicar a capacidade de fornecimento local, esse credenciamento contribui para a geração de empregos e para o desenvolvimento industrial brasileiro, permitindo a concessão de crédito de forma automatizada e segura por meio de uma ampla rede de agentes repassadores de nossos recursos.

Saiba mais sobre o credenciamento em nosso site.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE [GRI 3-3]

Contamos com um conjunto de atividades de monitoramento e avaliação (M&A) que têm como principais propósitos avaliar nossos impactos, prestar contas de nossos resultados e gerar aprendizados que possam aprimorar nossa atuação.

Para a análise da eficácia e da efetividade do nosso apoio, contamos com um sistema de monitoramento e avaliação de efetividade, estruturado em três pilares: i) atividades de M&A realizadas ao longo do processo de concessão do apoio; ii) avaliações de efetividade aprofundadas; e iii) difusão e uso das informações geradas.

Na fase de análise de operações, são identificados os objetivos do apoio e definidos indicadores de eficácia e de efetividade, que são posteriormente monitorados e embasam uma autoavaliação de resultados (realizada pelas próprias equipes operacionais). Essas informações servem de base para nossos painéis de indicadores de resultados. Nessa etapa, são também identificadas as principais políticas públicas para as quais os projetos contribuem e é elaborado um *scoring* de impacto, com base em um questionário que permite identificar impactos econômicos, sociais e ambientais potenciais.

As avaliações de efetividade são estudos aprofundados sobre determinados tipos de apoio, conforme prioridades estabelecidas pela administração. Essas avaliações podem ser executadas internamente, contratadas ou realizadas em parceria com avaliadores externos. [GRI 203-2]

Cada avaliação é documentada em um Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE), que contempla as perguntas centrais da avaliação de resultado, os métodos aplicados, os resultados

obtidos e suas respectivas causas, podendo conter, ainda, recomendações sobre como nossa atuação pode ser aprimorada para potencializar a geração de efeitos positivos e minimizar efeitos negativos. Em 2025, publicamos três avaliações de efetividade: i) Financiamento ao investimento e crescimento das empresas: uma avaliação panorâmica dos produtos de crédito do BNDES; ii) Apoio do BNDES a cooperativas e crescimento agrícola no Brasil; e iii) Fortalecendo o crédito local: uma avaliação do impacto do BNDES Procapcred nos municípios brasileiros.

Na consolidação dos resultados dos demais processos, nosso principal produto é o Relatório de Efetividade, elaborado bianualmente e aprovado pelo CA, que consolida os resultados dos indicadores e as evidências geradas pelas avaliações de efetividade, além de incluir recomendações para o aprimoramento de nossa atuação. [GRI 2-12] A sexta e mais atualizada edição do relatório, referente ao biênio 2022-2023, foi publicada em 2024.

O QUE NÃO APOIAMOS [GRI 2-24]

Como empresa pública, seguimos integralmente as restrições legais e normativas, dentre as quais se destacam as seguintes vedações ao apoio financeiro para clientes:

- » que tenham cometido as infrações previstas nos arts. 54 e 54-A do Decreto 6.514/2008, conforme prevê o art. 6º do Decreto 11.687/2023, e tenham sido notificados de qualquer sanção restritiva de direito, nos termos dos incisos I, II, IV e V do art. 20 do Decreto 6.514/2008;
- » inadimplentes com órgãos ou entidades da administração pública federal ou com o FGTS, ou cujos dirigentes tenham sido condenados

por exploração de trabalho infantil ou trabalho análogo à escravidão, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, idoso, pessoa com deficiência ou crime resultante de discriminação racial, de etnia ou de gênero, conforme determina o § 1º do art. 127 da Lei 15.080/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias); [GRI 408-1] [GRI 409-1]

- » que não atendam aos requisitos presentes no Manual de Crédito Rural;
- » que não atendam aos requisitos constantes do art. 12 da Lei 8.429/1992 (Lei Anticorrupção); e
- » que não cumpram a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Também não apoiamos investimentos no segmento de motéis, saunas e termas, exploração de jogos de azar, apostas e clubes. Há, ainda, um rol de atividades, empreendimentos e itens de alguns setores – agropecuário, defesa, bancário, energia, imobiliário, madeira, mineração, saneamento e resíduos sólidos, siderurgia e sucroalcooleiro – que estão sujeitos a condições específicas para recebimento do apoio.

No caso do setor agropecuário, por exemplo, não apoiamos a aquisição de animais para revenda, a pesca em período proibido ou em lugares interditados pelo órgão competente. Não são apoiáveis empreendimentos do setor de mineração que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo, bem como localizados em unidades de proteção integral.

Nossa lista de exclusão e apoio condicionado passa por aprimoramentos sucessivos ao longo dos anos, com a inclusão de vedações e/ou condicionantes para setores com potenciais impactos negativos.

NOSSA ESTRATÉGIA

Em conformidade com o art. 23 da [Lei 13.303/2016](#) (Lei das Estatais), atualizamos anualmente nossa estratégia de longo prazo, com base em uma análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos, e definimos nosso plano de negócios para o exercício seguinte.

A estratégia de longo prazo, a análise de riscos e oportunidades, o plano de negócios anual e as conexões com políticas públicas são documentos aprovados pelo Conselho de Administração (CA). [\[GRI 2-12\]](#) As informações sobre o desempenho da estratégia são apreciadas periodicamente pelo Comitê Gerencial e de Sustentabilidade, pela Diretoria Executiva e pelo CA.

Em dezembro de 2025, revisamos nossa estratégia corporativa para os próximos cinco anos ([estratégia 2026-2030](#)), tendo como base a estratégia [2025-2029](#), aprovada em 2024. Foram atualizados os contextos doméstico e internacional e realizados ajustes pontuais.

Pela primeira vez, o BNDES integra em sua estratégia corporativa a sua estratégia na [agenda climática](#) e na [agenda de indução à inovação, digitalização e inteligência artificial \(IA\)](#), respondendo às transições globais climáticas e tecnológicas em curso.

ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES GOVERNAMENTAIS

O mapeamento das políticas públicas e diretrizes governamentais relacionadas a nossa atuação é realizado ao longo do processo de revisão da estratégia de longo prazo. O objetivo dessa ação é disseminar o alinhamento da estratégia a

tais políticas e diretrizes. O documento [conexões e contribuições para políticas públicas](#) apresenta o resultado desse mapeamento para a estratégia 2026-2030. Ao todo, foram identificadas 45 políticas e diretrizes governamentais e feitas suas vinculações à nossa estratégia para o período de 2026 a 2030. As políticas e diretrizes foram segmentadas em nove políticas norteadoras e 36 políticas associadas. O documento ainda aponta indicadores que expressam nossas contribuições para as políticas públicas.

O Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) anual, aprovados pelo Congresso Nacional e sancionados pelo Presidente da República, são duas das políticas norteadoras que seguimos, sendo referências fundamentais para a formulação de nossa estratégia.

A LDO destaca a preservação e a geração de empregos como diretrizes gerais para a aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento e, especificamente para o BNDES, inclui o “estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, inclusive de gênero e raça, à promoção da diversidade e inclusão, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva, ao incremento da competitividade da economia brasileira e ao incentivo ao turismo”, o que é contemplado em nossa estratégia.

As políticas norteadoras conectadas à estratégia do Banco também incluem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Estratégico do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), a Nova Indústria Brasil (NIB), o Programa de Aceleração do

Crescimento (Novo PAC), o Plano Clima e o Plano de Transformação Ecológica (PTE), todos diretamente conectados à nossa atuação de desenvolvimento sustentável.

AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

O mapeamento das ameaças e oportunidades é elemento fundamental do nosso planejamento estratégico e uma determinação da Lei das Estatais, sendo aprovado pelo CA. Em complemento à verificação dos fatores ambientais externos que impactam o Banco, gerando oportunidades e ameaças, também levantamos fatores ambientais internos, ou seja, nossas forças e fraquezas.

A identificação das ameaças visa prevenir o BNDES em relação a possíveis eventos, desafios e incertezas que possam dificultar o cumprimento da estratégia. A prospecção de possíveis oportunidades, por sua vez, visa potencializar nossa atuação.

Para fins de priorização quando da formulação da estratégia 2026-2030, foram avaliadas as probabilidades de ocorrência de cada ameaça ou oportunidade mapeada e seu potencial impacto sobre a estratégia, categorizando-as nos níveis alto, médio e baixo. Foram priorizados os fatores ambientais externos (ameaças ou oportunidades) considerados de impacto alto, independentemente da probabilidade, e os de impacto médio com probabilidade média ou alta. Eles foram analisados e classificados em cinco dimensões: i) política/legal; ii) econômica; iii) social; iv) tecnológica; e v) ambiental e climática.

Os quadros a seguir apresentam exemplos de ameaças e oportunidades priorizados na estratégia 2026-2030:

AMEAÇAS			
DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	IMPACTO	PROBABILIDADE
Política/legal	Maior ocorrência de decisões judiciais e/ou administrativas ou nova legislação que afetem a atuação do BNDES	Alto	Média
Econômica	Afastamento do Brasil da fronteira tecnológica devido ao protecionismo em país(es) dificultando a promoção da industrialização	Alto	Média
Social	Impacto do envelhecimento da população nas receitas do FAT	Médio	Média
Tecnológica	Fraudes, perda ou vazamento de dados decorrentes de ataques cibernéticos	Alto	Média
Ambiental e climática	Aumento do risco climático de transição, em decorrência de regulações e novas tecnologias, com impacto nos <i>ratings</i> das operações do BNDES	Alto	Média
Ambiental e climática	Geopolítica desfavorável a práticas de sustentabilidade, afetando a atração de investidores e a captação de fundos verdes	Alto	Média

OPORTUNIDADES			
DIMENSÃO	DESCRIÇÃO	IMPACTO	PROBABILIDADE
Política/legal	Obtenção e gestão de novas fontes de recursos (públicas, domésticas e internacionais)	Alto	Alta
Econômica	Atração de investimentos para o Brasil por sua disponibilidade de energia limpa (<i>powershoring</i>)	Alto	Média
Econômica	Aumento do apoio às exportações com a diversificação geográfica dos mercados ou a integração do Brasil às cadeias globais de produção	Médio	Média
Social	Valorização da diversidade sociocultural	Médio	Média
Tecnológica	Apoio à transformação digital dos setores produtivos, incluindo o apoio aos investimentos nos elos do ecossistema de inteligência artificial	Alto	Alta
Ambiental e climática	Apoio à transição para energias renováveis e reindustrialização verde	Alto	Alta

No ambiente externo, destacam-se ameaças como os impactos da questão demográfica sobre as receitas do FAT e a geopolítica desfavorável a práticas de sustentabilidade, afetando a atração de investidores e a captação de fundos verdes.

Os fatores ambientais internos, por sua vez, foram classificados em quatro dimensões: i) financeira; ii) física e de tecnologia da informação; iii) humana; e iv) organizacional. Cada um desses fatores foi qualificado como força ou fraqueza e avaliado em relação a seu impacto sobre nosso desempenho nos próximos cinco anos. Os graus de impacto foram categorizados nos níveis baixo, médio e alto, sendo que aqueles avaliados como impacto médio ou alto foram definidos como prioridade. Por serem características inerentes ao BNDES, a esses fatores não é aplicável a avaliação de probabilidade de ocorrência.

Para a estratégia 2026-2030, o ambiente interno passou por ajustes pontuais, com maior ênfase na dimensão humana. A dimensão organizacional manteve relevância, com o reconhecimento do elevado grau de transparência do BNDES por órgãos de controle.

Com isso, as oportunidades e ameaças advindas do ambiente externo foram avaliadas considerando as forças e fraquezas identificadas no ambiente interno. Os fatores classificados como oportunidades que podiam ser associados a forças internas foram levados em conta na definição dos temas ou diretrizes estratégicas. Já nas situações em que a oportunidade mapeada não estava associada a forças internas, buscou-se identificar, entre as fraquezas, aquelas que poderiam interferir negativamente na capacidade de aproveitamento das oportunidades. Também foram identificadas forças que poderiam ser utilizadas para ajudar a superar as ameaças mapeadas. Esses diagnósticos foram úteis, sobretudo, na definição dos projetos corporativos e ações estratégicas.

Informações sobre os principais riscos aos quais nos consideramos expostos do ponto de vista da gestão de riscos encontram-se no capítulo [Gestão de riscos](#).

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

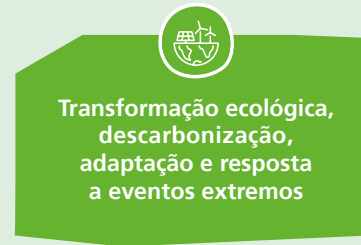
Nossa estratégia é resultado de um processo de planejamento que envolve reflexões sobre os desafios do desenvolvimento brasileiro e o papel do Banco no estímulo a setores e temas relevantes para a economia do país. Assim como nos outros anos, o processo de formulação da estratégia 2026-2030 contou com a escuta de todas as áreas do BNDES. O documento foi aprovado pelo CA em sua reunião de 19.12.2025.

Temas estratégicos

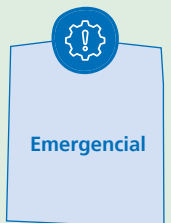
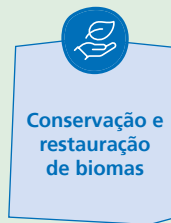
Os temas estratégicos contemplam os tópicos priorizados na formulação da estratégia. Na estratégia 2026-2030, mantivemos a categorização dos temas estratégicos em: i) temas norteadores, que destacam as agendas transversais que norteiam a atuação de todo o Banco; ii) temas de negócios, que refletem a atuação setorial do BNDES; e iii) temas de suporte ao negócio.

Em relação à estratégia 2025-2029, foi alterada a redação do tema estratégico norteador “Transição ecológica, descarbonização e resposta a emergências climáticas” para “Transformação ecológica, descarbonização, adaptação e resposta a eventos extremos”. Nos temas estratégicos de negócio foi incluído o tema “Emergencial”, e os temas “Fomento ao mercado de capitais” e “Atuação internacional do BNDES” foram separados em dois tópicos distintos.

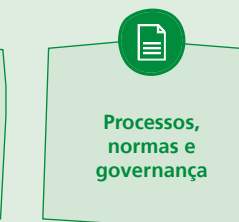
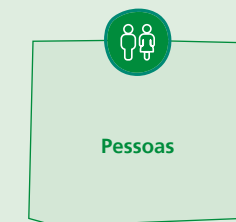
TEMAS ESTRATÉGICOS NORTEADORES



TEMAS ESTRATÉGICOS DE NEGÓCIOS



TEMAS ESTRATÉGICOS DE SUPORTE AO NEGÓCIO



Diretrizes estratégicas

As diretrizes estratégicas são orientações norteadoras para a formulação da estratégia corporativa, sendo usualmente associadas a temas estratégicos. A elaboração das diretrizes estratégicas tem como fonte primária as políticas públicas e as diretrizes governamentais vigentes, para possibilitar suas devidas conexões com a estratégia desenvolvida.

Os ajustes realizados na estratégia 2026-2030 buscaram refletir o destaque da atuação do BNDES em situações de emergência social, ambiental e/ou econômica, bem como em ações voltadas ao ecossistema marinho e às vertentes da economia azul. Além disso, foram criadas diretrizes estratégicas para induzir a atuação em mineração sustentável, com foco nos minerais estratégicos, e para apoiar investimentos nos elos do ecossistema de IA, na perspectiva de temas de negócios.

Na perspectiva de temas de suporte ao negócio, destacam-se as diretrizes voltadas à promoção da sustentabilidade nas contratações administrativas do Banco e ao fomento do debate sobre o desenvolvimento nacional, além de ajustes pontuais. Das cinquenta diretrizes estratégicas, 31 são de negócio e 19 de suporte ao negócio, com destaque para as duas diretrizes gerais: i) gerar emprego e renda no Brasil; e ii) reduzir as desigualdades econômicas, sociais e territoriais. A lista completa das diretrizes pode ser encontrada na [Cartilha da Estratégia Corporativa do BNDES 2026-2030](#).

Objetivos estratégicos

Definimos dez objetivos estratégicos na estratégia 2026-2030, formulados com base na identidade institucional, nos temas estratégicos e nas diretrizes estratégicas. Em relação à estratégia 2025-2029, excluímos o objetivo relativo ao aumento da capacidade operacional do Banco para o cumprimento de sua missão. Esse objetivo estratégico tinha como foco destacar o ingresso dos novos empregados, que ocorreu majoritariamente em 2025. Houve ajustes de redação em alguns objetivos estratégicos, como o OE4, que passa a mencionar “inteligência artificial”. No caso do OE5, o “acesso a serviços públicos de qualidade” foi inserido de forma a qualificar o apoio a projetos de desenvolvimento social, regional e de gestão pública. Já no OE10, a redação foi revisada para ressaltar que a aceleração da transformação digital do BNDES deve ocorrer por meio da ampliação da utilização de dados e de ferramentas de IA, com segurança cibernética e resiliência.

Os objetivos estratégicos foram agrupados em três perspectivas: corporativa, de negócios e de suporte aos negócios.

A seção [Desempenho operacional](#) deste relatório apresenta oito capítulos, sendo sete relacionados aos objetivos estratégicos de negócios (entre eles, cinco temas materiais), que se referem a uma atuação focada em setores específicos, e um relacionado ao novo tema estratégico “Emergencial”, que também passou a ser considerado tema material em 2025.

PERSPECTIVA CORPORATIVA

OE1

Expandir a atuação do Sistema BNDES, em especial o desembolso e as carteiras de crédito e de garantia, promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes

OE2

Garantir o equilíbrio financeiro do Sistema BNDES

PERSPECTIVA DE NEGÓCIOS

OE3

Expandir o apoio a projetos de infraestrutura, reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência

OE4

Expandir o apoio ao desenvolvimento produtivo, abrangendo inovação, digitalização e inteligência artificial

OE5

Ampliar o apoio a projetos de desenvolvimento social e regional e de gestão pública, buscando expandir o acesso a serviços públicos de qualidade, reduzir as desigualdades e promover cidadania

OE6

Ampliar o apoio a projetos ambientais e climáticos, contribuindo para a transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas

OE7

Ampliar o apoio à exportação, promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais

OE8

Expandir crédito e garantias para MPMEs, promovendo o acesso a crédito, a agropecuária sustentável e cooperativismo

OE9

Fomentar o mercado de capitais e a atuação internacional do BNDES para contribuir com o desenvolvimento sustentável

PERSPECTIVA DE SUPORTE AO NEGÓCIO

OE10

Acelerar a transformação digital do BNDES com foco na eficiência operacional e na experiência do cliente, ampliando a utilização de dados e de ferramentas de IA, com segurança cibernética e resiliência

Modelos de negócios

A figura a seguir apresenta os modelos de negócios do Sistema BNDES vigentes para o período 2026-2030.

A descrição e detalhes sobre cada um, bem como explicações sobre como atuamos, encontram-se no capítulo [O que fazemos?](#) deste relatório.



Indicadores estratégicos e metas [GRI 3-3]

Os indicadores estratégicos são informações quantitativas utilizadas para acompanhar o atingimento dos objetivos estratégicos, e são definidos, junto com as metas, pelo plano de negócios anual. Os indicadores e as metas utilizados pelo BNDES em 2025 fazem parte da estratégia 2025-2029, aprovada pelo CA em dezembro de 2024.

Em 2025, foi mantida a organização por perspectivas, sendo: a corporativa, que agrega as principais atuações finalísticas do BNDES; a de negócios, que mostra o desempenho do Banco em seus diversos nichos de atuação, como setores ou temas estratégicos; e a de suporte ao negócio, que busca traduzir a atuação do Banco no fornecimento de ferramentas e/ou recursos necessários para a sua operação. Além disso, os indicadores estratégicos passaram de 28, em 2024, para trinta, em 2025, ampliando o acompanhamento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

Na estratégia 2026-2030, foi definido o plano de negócios anual para 2026, com trinta indicadores estratégicos e suas respectivas metas, considerando os dez objetivos estratégicos estipulados. Detalhes sobre esses indicadores e seus desempenhos serão apresentados no próximo relatório anual.

Iniciativas estratégicas

As iniciativas estratégicas são elementos fundamentais para a execução de nossa estratégia. Elas consistem em atividades temporárias, desenvolvidas com o propósito de alcançar um objetivo estratégico, melhorar o desempenho de um indicador estratégico ou tratar um potencial risco à execução da estratégia corporativa adotada.

Quando um conjunto dessas iniciativas têm caráter transversal, envolvendo e/ou impactando diferentes unidades do BNDES e demandando esforços adicionais de gestão matricial, são constituídos projetos corporativos. Nos demais casos, são definidas ações estratégicas no âmbito de cada área.

DESEMPENHO DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS 2025

Os trinta indicadores estratégicos definidos para 2025 estão apresentados ao longo deste relatório, com suas metas e resultados alcançados no ano. Importante registrar que esses indicadores não devem ser confundidos com outras metas e valores apresentados ao longo dos mesmos capítulos, mas que dizem respeito ao desempenho operacional.

O desempenho dos indicadores estratégicos das perspectivas corporativa e de suporte ao negócio pode ser conferido nas seções [Desempenho operacional – Destaques em 2025](#) e [Desempenho e sustentabilidade financeira](#). Já os da perspectiva de negócios podem ser encontrados nos capítulos de desempenho dos setores na seção [Desempenho operacional](#).



Projetos estratégicos corporativos

A carteira de projetos estratégicos corporativos de 2025 considerou elementos da estratégia corporativa 2025-2029, suas diretrizes, temas e objetivos estratégicos. Cinco projetos corporativos estiveram em execução ao longo de 2025:

» Fortalecimento da gestão social, ambiental e climática do BNDES:

O projeto foi concluído em 2025 e teve como objetivo fortalecer a gestão socioambiental do BNDES e induzir melhores práticas socioambientais e climáticas. Em 2026, a agenda segue incorporada no âmbito do plano de ação da Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC) do BNDES.

» Digitalização dos processos do BNDES:

O foco do projeto é implantar melhorias nos processos de concessão de apoio financeiro, visando alavancar o alcance de objetivos estratégicos do BNDES por meio de processos mais eficientes, automatizados e digitais. Em 2025, destacaram-se entregas que facilitaram a entrada de novos clientes, a análise jurídica (com uso de IA), a melhoria no acompanhamento das operações, a implementação de classificação de risco automática para crédito de até R\$ 100 milhões e a contratação da plataforma de ciência de dados na nuvem.

» BNDES Eximbank:

O projeto visa ampliar o apoio às exportações de produtos brasileiros de alto valor agregado e propiciar a retomada do financiamento às exportações de serviços, em condições compatíveis com aquelas oferecidas pelas agências de crédito à exportação aos concorrentes no mercado internacional. Como resultado, estão sendo aprimorados e atualizados vários normativos e procedimentos relacionados às linhas de apoio à exportação, bem como os sistemas de tecnologia da informação usados nessas operações.

» Resolução CMN 4.966/2021:

O projeto tem como objetivo implementar os requisitos previstos na Resolução CMN 4.966/2021 aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*). A transição para os padrões IFRS 9, referente aos itens que entraram em vigor em janeiro de 2025, foi realizada com sucesso. O projeto permanece em andamento para tratar uma pequena parte remanescente do escopo, composta por itens com maior prazo de transição.

» Reforma tributária:

Iniciado em 2025, o projeto visa gerir as principais ações de adaptação do BNDES em decorrência da reforma tributária, cujo foco é a simplificação da tributação sobre o consumo. A reforma propõe substituir tributos como PIS, COFINS, IOF-seguros, IPI, ICMS e ISS por três novos tributos no modelo de imposto sobre valor agregado: imposto sobre bens e serviços (IBS), contribuição sobre bens e serviços (CBS) e imposto seletivo (IS). Espera-se que o Banco esteja plenamente adaptado aos novos tributos dentro dos prazos legais estabelecidos.

Com exceção do projeto “Fortalecimento da gestão social, ambiental e climática do BNDES”, concluído em 2025, o restante permaneceu na carteira de projetos estratégicos de 2026 devido à sua execução de longo prazo. Novos projetos podem ser incluídos ao longo do ano, caso sejam necessários à execução do Planejamento Estratégico 2026-2030.

Ações estratégicas

Além das atividades desenvolvidas nos projetos corporativos, ao longo de 2025 foram concluídas 64 ações estratégicas. Entre os principais destaque estão: o pacote de medidas emergenciais relacionadas ao Plano Brasil Soberano, a constituição do Fundo Rio Doce, a contratação e alocação dos empregados aprovados no concurso público realizado em 2024, o lançamento do produto BNDES Crédito Digital, a participação do Banco na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), o lançamento do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, bem como ações voltadas à iniciativa BNDES Azul e à implementação da modalidade automática do Fundo Clima.

Outras quarenta ações estratégicas iniciadas ao longo de 2025 terão continuidade em 2026. Novas ações poderão ser iniciadas ao longo de 2026, em alinhamento com a nossa estratégia.



NOSSO IMPACTO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO



A maior parte dos impactos (econômicos, ambientais, sociais e climáticos) de nossa atuação é resultado dos investimentos que apoiamos, realizados por nossos clientes. Por isso, oferecemos condições diferenciadas para investimentos sustentáveis ou que colaborem para a transição para uma economia neutra em carbono e operacionalizamos políticas públicas que contribuem para a transição ecológica justa. Consideramos também o potencial de geração de externalidades positivas tanto em nossa análise dos projetos quanto na elaboração de nossos produtos e soluções. **[GRI 3-3]**

Buscamos projetos e empresas que gerem alto impacto, possam ser escaláveis, tenham o potencial de se tornar negócios sustentáveis, rentáveis e, sempre que possível, consigam atrair fontes externas de recursos para multiplicar nossos recursos próprios, engajando parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais.

Em relação ao clima, atuamos de forma transversal, tanto na mitigação das mudanças climáticas, com resultados nos mais variados setores – energia, logística e mobilidade urbana, mudanças de uso da terra e florestas (MUTF), agropecuária, indústria e saneamento –, quanto na agenda de adaptação climática, atuando em ações de resiliência das cidades e de infraestruturas essenciais. Também atuamos de maneira relevante em projetos emergenciais decorrentes de desastres climáticos.

Tendo em vista nosso amplo espectro de atuação, além dos impactos positivos esperados, é necessário gerir potenciais impactos negativos associados aos apoios financeiros. Para mitigá-los, além dos requisitos legais e de nossa lista de exclusão e apoio condicionado, são incluídas eventuais recomendações elaboradas durante a avaliação socioambiental e climática das operações de crédito diretas e indiretas não automáticas e das operações de investimentos diretos em instrumentos de renda variável. **[GRI 3-3]**

Neste capítulo, explicamos a estrutura de governança e os mecanismos de gestão dos impactos socioambientais e climáticos de nossa atuação, além das principais ferramentas, normativos e procedimentos que utilizamos para avaliar, medir e mitigar esses impactos.

Também aqui podem ser encontrados os dados referentes ao nosso impacto no meio ambiente e no clima, incluindo nossos números de consumo de água e energia e de geração de resíduos em 2025, bem como nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE) administrativas e financiadas, e as emissões evitadas e removidas da carteira dos projetos de mitigação climática.

Informações sobre programas e projetos ambientais e climáticos apoiados podem ser encontradas no capítulo Meio ambiente e clima deste relatório.



GOVERNANÇA DO TEMA

[GRI 2-24] [GRI 2-9] [GRI 2-12]

Contamos com uma estrutura de governança robusta para tratar dos aspectos econômicos, sociais, ambientais e climáticos de nossas operações, que inclui diversos colegiados e áreas do BNDES, englobando desde nossos empregados até o Conselho de Administração (CA).

Nosso Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC) tem como objetivo assessorar o CA no monitoramento da nossa [Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática \(PRSAC\)](#) e das ações relativas à sustentabilidade derivadas dela. O comitê recebe informações sobre as matérias relacionadas à política que são apreciadas no Comitê Gerencial e de Sustentabilidade (CGS), composto por todos os superintendentes e com periodicidade semanal.

Desde abril de 2023, o CRSAC é composto por dois membros do CA e dois membros da Diretoria Executiva, e se reúne ordinariamente, de forma bimestral, com previsão de reporte anual ao CA. Suas atividades devem ser coordenadas com o Comitê de Riscos (CRI), que também assessora o CA em aspectos relacionados aos riscos sociais, ambientais e climáticos.

O diretor executivo de Planejamento e Relações Institucionais é responsável pela PRSAC perante o Banco Central do Brasil (BCB), em cumprimento à [Resolução CMN 4.945/2021](#), e o diretor executivo de Riscos e Compliance foi designado *chief risk officer* (CRO) do BNDES, conforme [Resolução CMN 4.557/2017](#), sendo responsável pelo gerenciamento de riscos no Sistema BNDES, o que inclui os riscos sociais, ambientais e climáticos.

NOSSO COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO

[GRI 3-3] [GRI 2-23]

Nossa principal diretriz climática é o alinhamento contínuo ao Acordo de Paris para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, contribuindo para a neutralidade de emissões do Brasil em 2050 e potencializando investimentos para a transição climática justa no país. Considerando os principais fatores do contexto nacional e mundial, identificamos oportunidades de investimentos em mitigação climática, adaptação climática, perdas e danos e biodiversidade.

Algumas de nossas diretrizes climáticas nessa agenda são:

- » promover o alinhamento ao Acordo de Paris sobre o clima, à contribuição nacionalmente determinada (NDC) brasileira e à transição climática justa, por meio da estruturação e apoio a projetos, de parcerias e do engajamento de clientes (e suas cadeias produtivas) para descarbonização e mitigação de emissões de GEE, e adaptação às mudanças climáticas;
- » promover a adaptação e a resiliência do país a eventos climáticos extremos ou desastres naturais por meio do apoio, em cooperação com órgãos de governo, a ações preventivas e emergenciais de remediação e reconstrução;
- » atuar em resposta às situações de emergências sociais, ambientais e/ou econômicas, contribuindo na reparação, recuperação e restauração dos territórios;
- » estruturar e apoiar projetos de: (i) prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento; (ii) conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade da Amazônia e dos biomas brasileiros, incluindo o ecossistema marinho; (iii) bioeconomia e outras vertentes da economia azul; (iv) soluções baseadas na natureza; (v) economia circular; e (vi) turismo sustentável, principalmente em áreas públicas; e
- » aprimorar a gestão social, ambiental e climática do BNDES e induzir melhores práticas no âmbito da sua atuação.

Além de outras diretrizes relacionadas ao tema, a Estratégia 2026-2030, aprovada por nosso CA, conta com uma seção específica sobre nossa [agenda climática](#). A partir das discussões estratégicas, há desdobramentos que incluem desde a ampliação do apoio a projetos com foco climático, considerando projetos apoiados com recursos do Fundo Clima, até novas captações para o Fundo Amazônia, além da gestão do Fundo Rio Doce para compensação e reparação de danos, entre outras atividades.

Mitigação

Utilizamos nossos instrumentos para colaborar com a mitigação das mudanças climáticas, o que implica reduzir ou remover as emissões de GEE na atmosfera. Nossos esforços contribuem para expansão de energias renováveis, aumento da eficiência energética, descarbonização da indústria e do transporte, entre outras frentes. Essa agenda de descarbonização inclui, ainda, incentivos para o desenvolvimento de máquinas e equipamentos mais eficientes que contribuam para o processo de transição energética, bem como esforços para promover a restauração florestal, que captura e estoca carbono. Entre os diversos produtos e iniciativas de mitigação de que dispomos, podemos destacar o Fundo Amazônia, o Fundo Clima e o Floresta Viva.

Em 2025, também ampliamos nossa atuação por meio da aquisição de participações em empresas voltadas a biofertilizantes, bioinsumos e biometano, segmentos estratégicos para a redução de emissões no agronegócio, na indústria e na matriz energética. Esses investimentos buscam acelerar a substituição de insumos fósseis e intensivos em carbono por alternativas renováveis e de menor impacto ambiental, promover ganhos de eficiência produtiva e fomentar modelos de economia circular, com aproveitamento de resíduos agroindustriais e urbanos.

Vale mencionar também nossa atuação na produção de estudos, como o livro [Descarbonização dos transportes: perspectivas diante da transição energética](#) e o estudo especial [O papel do funding verde para o “Novo BNDES”](#), e na realização de seminários setoriais com diferentes atores do mercado, bem como nossa contribuição com o poder público para formulação e implementação de políticas públicas que contemplem a agenda de descarbonização.

Adaptação

Nossa atuação na temática de adaptação climática está alinhada às políticas públicas pertinentes, incluindo o eixo de adaptação do Plano Clima 2024-2035. Nesse sentido, nossa Estratégia de Longo Prazo 2026-2030 tem como um dos temas norteadores a “Transformação ecológica, descarbonização, adaptação e resposta a eventos extremos”, e nossa agenda climática define a adaptação climática como central, o que envolve o direcionamento de capital para setores de adaptação prioritários, considerando ações com municípios e estados em projetos de infraestrutura, em especial nas áreas urbanas mais vulneráveis, e na promoção de um desenvolvimento urbano resiliente, inclusive por meio de soluções baseadas na natureza. Além disso, o Plano Plurianual PRSAC 2025-2027 conta com ação específica para a promoção da adaptação das atividades econômicas, da infraestrutura e das cidades às mudanças climáticas, inclusive por meio de soluções baseadas na natureza.

Perdas e danos

Com as mudanças climáticas, episódios como inundações e desmoronamentos tendem a ocorrer com mais frequência e severidade, com impactos socioambientais e econômicos negativos. Por isso, o BNDES vem trabalhando para combater emergências, tendo inclusive estabelecido uma estrutura dedicada a essa atuação,

com aprimoramento dos regulamentos e da gestão interna para promoção de respostas mais céleres e eficientes.

Em 2024, atuamos na resposta às enchentes no Rio Grande do Sul com recursos do Fundo Social e com a criação de novos produtos de crédito, bem como a facilitação do acesso a garantias e suspensão de pagamentos para clientes na região afetada.

Em 2025, demos início à gestão do Fundo Rio Doce, criado em função do Novo Acordo Rio Doce e que destina recursos a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana (MG), em 2015.

Ações relacionadas a esses temas podem ser encontradas no capítulo [Atuação emergencial](#).

Biodiversidade [GRI 101-1]

Também nos comprometemos a fomentar a conservação, o uso sustentável e a restauração de ecossistemas terrestres e aquáticos, visando contribuir para:

- » indução de um novo paradigma de desenvolvimento econômico e social que tenha como elemento central a relação harmoniosa das pessoas com a natureza;
- » implementação de políticas públicas e compromissos assumidos pelo país;
- » geração de conhecimento valorizando os saberes tradicionais;
- » potencialização do valor econômico da sociobiodiversidade brasileira, gerando renda e reduzindo desigualdades; e
- » manutenção dos serviços ecossistêmicos providos pela natureza e essenciais às atividades econômicas, à equidade social e ao bem-estar humano.

Esses compromissos foram destacados no documento [“Biodiversidade – Compromisso do BNDES com a natureza”](#), que lançamos em 2024. Nele, também apresentamos nossa estratégia de atuação em prol da biodiversidade, visando colaborar ativamente para que o país cumpra os compromissos firmados no âmbito do [Marco Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal](#), em especial aqueles estabelecidos na [Estratégia e Plano de Ação Nacional para Biodiversidade \(Epanb\)](#) do Brasil.

Diversas de nossas iniciativas contribuem para o atingimento das 23 metas para 2030 estabelecidas no âmbito do Marco Global, a exemplo do apoio a políticas e projetos voltados para restauração ecológica, preservação de mananciais e oferta de água, tratamento de esgoto, controle da poluição industrial, gestão de resíduos, conservação e uso sustentável de recursos naturais e microfinanças para produtores rurais sustentáveis. Informações sobre ações com esses objetivos podem ser encontradas neste relatório, ao longo, principalmente, dos capítulos relacionados ao nosso [desempenho operacional](#).

Uma das iniciativas de destaque é o [Fundo Amazônia](#), que está relacionado a pelo menos dez metas do Marco Global. Outras iniciativas como [Floresta Viva](#), [Restaura Amazônia](#), [Sertão Vivo](#), [BNDES Azul](#), além da nossa atuação em [agricultura familiar](#), também guardam relação com importantes metas, como a meta 2 (restaurar 30% de todos os ecossistemas degradados) e a meta 8 (minimizar os impactos das alterações climáticas na biodiversidade e desenvolver resiliência).

Em 2025, a valorização da sociobiodiversidade e a proteção dos biomas nacionais ganharam destaque na atualização da PRSAC do BNDES, que passou a incorporar o princípio de uma atuação alinhada com metas internacionais de biodiversidade. Destaca-se, ainda, que operações que contribuem para a biodiversidade são incluídas na apuração das metas do indicador Economia verde e transição, reportado no capítulo [Meio ambiente e clima](#) deste relatório.



COMPROMISSOS

Somos signatários de diferentes pactos, protocolos e acordos de cooperação, além de participarmos de fóruns setoriais e multissetoriais relacionados ao desenvolvimento sustentável. A seguir, são apresentados alguns destaques de nossos compromissos socioambientais e climáticos. Outros podem ser encontrados no capítulo [Nossos Relacionamentos](#) deste relatório e no nosso [site](#).

Pacto Global

Desde agosto de 2021, participamos do [Pacto Global da Organização das Nações Unidas \(ONU\)](#), que propõe o alinhamento de operações e estratégias das empresas a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Ao aderir à iniciativa, passamos a integrar a Rede Brasil do Pacto Global, que articula projetos e ações comuns entre mais de 1.900 membros no país. Em 2025, reiteramos nosso compromisso com os princípios do Pacto Global por meio da [declaração de apoio continuado](#). **[GRI 2-23]**

Principles For Responsible Investment (PRI)

Desde 2023, somos filiados ao [PRI](#), uma rede internacional de signatários que trabalham em conjunto para colocar em prática seis princípios para o investimento responsável. **[GRI 2-23]**

Código Brasileiro de Stewardship

Desde 2017, a BNDESPAR é signatária do [Código de Stewardship da Associação dos Investidores no Mercado de Capitais \(Amec\)](#). Com a adesão, nos comprometemos a buscar o cumprimento de uma série de princípios de governança corporativa, em linha com as melhores práticas do mercado.

Programa Brasileiro GHG Protocol

Reportamos nossas emissões de GEE administrativas no [programa](#) desde 2020.



Partnership for Carbon Accounting Financials (Pcaf)

Aderimos à [iniciativa](#) em 2024, com o objetivo de acompanhar e participar das [discussões](#) sobre as metodologias de cálculo de emissões de GEE que estão sendo utilizadas pelo setor financeiro tanto no Brasil quanto globalmente.

Climate Action in Financial Institutions Initiative

Desde 2017, somos membros da iniciativa, uma coalisão de instituições financeiras públicas e privadas do mundo com perspectiva de integrar a agenda das mudanças climáticas em suas atividades e operações.

Desde 2021, participamos do [Carbon Disclosure Project \(CDP\)](#) na categoria de Investors Club. Também somos filiados, desde 1995, à [Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente \(Unep-FI\)](#), ação global que conta com mais de 350 membros e busca mobilizar financiamento para o desenvolvimento sustentável. Cooperamos, desde 2019, com o [Programa de Finanças Verdes do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte](#), no âmbito do Prosperity Fund, que tem como objetivo reduzir a pobreza em países em desenvolvimento e, desde 2024, temos um memorando de entendimento com o governo do Reino Unido, no âmbito do programa [UK Pact](#), permitindo o desenvolvimento de novas ferramentas de cálculo de emissões de GEE evitadas e removidas para as operações do BNDES.

Participamos de diversos grupos de trabalho do [Laboratório de Inovação Financeira \(LAB\)](#), iniciativa capitaneada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), com o intuito de promover inovação e finanças sustentáveis no país.

POLÍTICAS [GRI 3-3]

Entre as políticas e normativos que orientam a gestão de nossa atuação e de nossos impactos relacionados à sustentabilidade em suas dimensões corporativa, operacional e setorial, destacam-se:

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) [GRI 2-23]

Nossa [PRSAC](#) é uma norma de caráter transversal e abrangente, que estabelece as bases e o direcionamento para nossa atuação em sustentabilidade. Nossos compromissos estão sintetizados nos princípios e nas diretrizes da política, que devem orientar nossas práticas e responder às demandas de partes interessadas.

A política define o alinhamento de nossa atuação com as normas e políticas públicas brasileiras, considerando pactos e acordos internacionais que promovem o desenvolvimento sustentável, a redução da desigualdade social, regional e da pobreza, a transição justa e sustentável para uma economia neutra em carbono e a conservação da natureza, tais como os [objetivos do desenvolvimento sustentável \(ODS\)](#), no âmbito da Agenda 2030, e compromissos climáticos e de biodiversidade do Brasil no âmbito do Acordo de Paris e do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal **[GRI 101-1]**. A atual PRSAC foi aprovada em 2025 pelo CA, sendo o quarto processo de revisão da política desde a primeira versão em 2010. Para atualizar a PRSAC diante dos novos desafios e oportunidades da agenda social, ambiental e climática, foram consideradas nossas diretrizes estratégicas e avaliadas as contribuições que recebemos em consulta pública realizada em 2024.

PLANO PLURIANUAL DE AÇÕES DA PRSAC 2025-2027 [GRI 2-24]

Para aprimorar a execução de nossa PRSAC, dispomos de planos de ações trienais. O plano de trabalho para o período 2025-2027 foi aprovado em maio de 2025 pela nossa Diretoria Executiva e pelo nosso CA.

Além de buscar a redução da desigualdade social e o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país, o Plano Plurianual de Ações da PRSAC 2025-2027 enfatiza a necessidade de se lidar com o acirramento da crise climática e da perda da biodiversidade, que impactarão as atividades econômicas e o bem-estar da sociedade. O plano formaliza as ações priorizadas pelo Sistema BNDES para o triênio, para efetividade de sua PRSAC. O documento compreende um conjunto de vinte ações diretamente relacionadas às diretrizes da política, sendo estruturado em quatro eixos:



Em 2025, publicamos o Relatório de Execução do Plano PRSAC 2022-2024, com destaques de iniciativas que concretizaram as diretrizes da PRSAC no período, em linha com as ações previstas no escopo do plano para o triênio. O documento apresentou ainda os resultados da apuração dos indicadores de efetividade da PRSAC relativos a 2024, dando visibilidade e transparência sobre nossa atuação sobre o tema.

Alguns dos principais destaques da revisão da PRSAC, em relação à versão anterior, consistem em:

- » inclusão das palavras “justa” e “sustentável” na referência à transição para uma economia neutra em carbono, adotando uma abordagem que integra questões sociais e ambientais e descarbonização da economia;
- » realização de menções explícitas a desafios estratégicos na agenda de sustentabilidade: biodiversidade e conservação de biomas, erradicação da pobreza e redução das desigualdades, adaptação à mudança climática e recuperação econômica após eventos emergenciais;
- » adição de nova diretriz sobre o aprimoramento da oferta de soluções financeiras para promoção do desenvolvimento sustentável, com maior destaque à atuação finalística do BNDES, ressaltando a importância de incentivar práticas e tecnologias inovadoras para impulsionar a transformação social, econômica e ecológica;
- » maior ênfase ao tema de direitos humanos, com referência ao zelo pelos direitos fundamentais do trabalho, menção à “equidade e inclusão” e ao “combate ao assédio”, além da “viabilização do acesso ao desenvolvimento para melhoria da qualidade de vida”;
- » fortalecimento da diretriz relativa a empregados, com a inclusão de aspectos atinentes ao ambiente de trabalho, como segurança, acessibilidade, inclusão e respeito aos direitos humanos e trabalhistas; e
- » maior clareza na redação sobre gestão de riscos, tornando-a mais focada na gestão integrada de riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como na minimização de impactos negativos da atuação do Banco no meio ambiente e em comunidades locais.

Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade [GRI 2 - 23]

Nossa Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade foi aprovada pelo CA em 2015 e atualizada em 2024, quando foi incluída a vertente de atuação em prol da inclusão social e econômica de prestadores de serviços terceirizados. O documento reafirma nosso compromisso permanente de contribuir para a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em nosso ambiente de trabalho e nas instituições que participam de nossa cadeia de relacionamentos.

Definimos na política que a valorização da diversidade abrange o respeito à vida e à dignidade de todos os seres humanos, considerando todas as manifestações das diferenças, nos gêneros e orientações sexuais, nas raças e etnias, nas religiões, nas culturas, nas convicções políticas, entre outras.

Lista de exclusão e apoio condicionado nas políticas operacionais [GRI 2-24]

Nossas políticas operacionais definem nossos principais instrumentos de apoio, refletindo nosso planejamento estratégico e nossas prioridades, e regulamentam as condições, os critérios e as diretrizes de apoio, estabelecendo condições diferenciadas para os instrumentos priorizados, com o objetivo de potencializar nossa atuação.

Nossa lista de exclusão veda o apoio a determinados setores e empreendimentos críticos em termos de riscos socioambientais, e nossas diretrizes de apoio condicionado estabelecem critérios adicionais para apoio a setores sensíveis do ponto de vista socioambiental. Um exemplo é o setor elétrico: não apoiamos usinas térmicas a combustíveis fósseis, incluindo, além daquelas movidas a carvão, as térmicas a óleo derivado de petróleo. Outro caso é o setor de mineração, em que não são passíveis de apoio projetos de

mineração de carvão nem empreendimentos que utilizem práticas de lavra rudimentar ou garimpo, além da extração e do beneficiamento de amianto. Para este mesmo setor foram atualizadas, em 2025, diretrizes e critérios socioambientais e climáticos que balizam a concessão de apoio financeiro, sendo incorporada a dimensão climática na avaliação dos empreendimentos e reforçados os critérios sociais nos itens de gestão de relacionamento com partes interessadas e de desenvolvimento local e diversificação econômica, além de melhor detalhados critérios relacionados ao meio ambiente. Contamos também com diretrizes consolidadas para o apoio financeiro a frigoríficos, recentemente atualizadas, contendo exigências de rastreabilidade socioambiental da cadeia de fornecimento. Além disso, empreendimentos que dependem da madeira como principal matéria-prima podem ser apoiados quando a madeira for proveniente de floresta plantada. Nos casos em que a madeira é derivada de floresta nativa, o apoio é condicionado à existência de um plano de manejo florestal sustentável.

Em 2025, a ferramenta [MapBiomias](#) continuou sendo utilizada para o crédito rural indireto e manteve-se a vedação a clientes com embargo por desmatamento ilegal, sem medidas de reparação, mesmo que em imóveis não diretamente associados aos financiamentos. Dessa forma, o controle sobre essas operações vai além das exigências estabelecidas pela legislação brasileira ao crédito rural.

Seguimos, ainda, restrições impostas por acordos multilaterais – relativos a temas como espécies ameaçadas, camada de ozônio, poluentes e armas – que regulam o financiamento de atividades e projetos. Mais detalhes sobre o que não apoiamos podem ser encontrados no capítulo [O que fazemos?](#) deste relatório e em nosso [site](#).

Saiba mais sobre outros regulamentos e normas operacionais em sustentabilidade clicando aqui.

TREINAMENTO [GRI 2-24]

Em 2025, foram realizados pelo menos 31 treinamentos ligados a temas socioambientais, incluindo quatro cursos de pós-graduação. Também disponibilizamos para o corpo funcional, em nossa intranet, bases de dados e periódicos relacionados ao tema, além de terem sido realizados cursos sobre risco climático para empregados que lidam com temas relacionados à agroindústria e/ou análise de cenários.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA DAS OPERAÇÕES

[GRI 3-3] [GRI 2-24]

Dispomos de um [Regulamento de Gestão Socioambiental e Climática de Operações](#), que representa o desdobramento da PRSAC em termos de riscos operacionais. O normativo estabelece uma abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática, além de detalhar as diretrizes, instrumentos e orientações sobre procedimentos operacionais na concessão de apoio financeiro por meio das diferentes formas oferecidas pelo BNDES, como a concessão de crédito e a subscrição de valores mobiliários.

No início da etapa de análise da operação, buscamos identificar riscos socioambientais e climáticos por meio do levantamento de informações de bases de dados públicas e as fornecidas pelo cliente. Para operações mais complexas, que envolvam maior risco e montantes mais elevados, também realizamos uma avaliação socioambiental e climática para além dos aspectos de regularidade, que inclui a avaliação da gestão socioambiental e climática dos clientes. Como consequência dessa avaliação, podem ser estabelecidas obrigações socioambientais e/ou climáticas complementares às obrigações legais ou ações previstas no processo de licenciamento.

Riscos climáticos físicos referem-se à possibilidade de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais de longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos, podendo ser classificados como agudos, quando ocorrem com alta intensidade em um curto período, ou crônicos, quando surgem em menor intensidade ao longo do tempo. Os eventos climáticos físicos mensurados incluem inundações, secas, temperaturas extremas, deslizamentos e incêndios florestais.

Riscos climáticos de transição, por sua vez, decorrem da necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono e podem se materializar na forma de perdas associadas a alterações regulatórias ou legislativas, surgimento de novas tecnologias, mudanças de mercado e questões reputacionais.

Adicionalmente, na análise dos clientes, é verificado o atendimento de exigências sociais e legais e de nossas diretrizes e procedimentos relativos à manutenção de emprego e direitos humanos, e a inexistência de condenação judicial ou administrativa por práticas de discriminação de raça, etnia ou gênero, exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, assédio moral ou sexual, violência contra a mulher, criança, adolescente, pessoa idosa ou pessoa com deficiência, ou que importem em crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição. [GRI 408-1] [GRI 409-1]

Em 2025, destacam-se, entre outras melhorias, aprimoramentos nos procedimentos de avaliação do sistema de gestão de riscos social, ambiental e climático de instituições financeiras e conglomerados financeiros, de modo a avaliar a sua capacidade em gerir os riscos socioambientais e climáticos associados às suas operações, assim como a existência e adequação de estratégias e políticas de adaptação ou mitigação dos riscos, transparência e governança.



CLASSIFICAÇÃO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA DA OPERAÇÃO

Nossas operações são classificadas numa escala de risco ABC para os riscos social, ambiental, socioambiental (consolidado), climático de transição e climático físico, bem como por modalidades socioambiental e climática. A modalidade socioambiental é definida, principalmente, por meio da ponderação da categoria socioambiental ABC referente à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) do cliente e o valor da operação. Já a modalidade de avaliação climática é definida, principalmente, pelo valor da operação. São três os tipos de modalidade para a avaliação de riscos socioambientais: automática, padrão ou abrangente; e dois tipos para a avaliação climática: automático ou abrangente.

A modalidade automática se aplica, principalmente, às operações de menor valor e risco ou que se enquadrem nas esteiras simplificada, automática, emergencial ou não reembolsável. Já a modalidade padrão se aplica às operações de risco e valores intermediários e envolvem uma análise mais completa. Por fim, a modalidade abrangente é atribuída às operações com risco e valores mais elevados que exigem uma análise mais específica e abrangem inclusive a análise sobre o sistema de gestão de riscos socioambientais e climáticos do cliente da operação.

Em 2025, foram classificadas conforme as modalidades de classificação socioambiental, 486 operações diretas, indiretas não automáticas e mistas **[GRI 413-2]**:

- » 61 na modalidade abrangente
- » 117 na modalidade padrão
- » 308 na modalidade automática

As operações classificadas na modalidade abrangente passaram por uma análise mais detalhada do que a avaliação de regularidade ambiental, abarcando também a avaliação das medidas mitigatórias já exigidas pelo órgão ambiental no âmbito do licenciamento e considerando a gestão dos riscos socioambiental e climático do cliente e sua capacidade de lidar com os principais riscos e impactos identificados para a operação, além de boas práticas adotadas nos aspectos relacionados ao tema.

Cerca de 26% (16) dessas 61 operações contaram com estudos de impacto ambiental (EIA), em atendimento ao processo de licenciamento ambiental – o que envolve avaliação de impactos sociais e ambientais, divulgação pública, elaboração de programas e, muitas vezes, realização de audiências públicas. **[GRI 413-1]**



Impacto na biodiversidade

Para projetos apoiados por meio de operações de crédito nas modalidades direta, indireta não automática e mista são analisadas questões como proximidade a unidades de conservação (UC) e sítios Ramsar (lista de áreas úmidas de importância internacional), intervenções em áreas de preservação permanente (APP), bem como ocorrência de supressão de vegetação e de bombeamento de águas subterrâneas em larga escala. Para identificar esses possíveis riscos e impactos, contamos com um sistema de georreferenciamento, além de consultarmos estudos, licenças, autorizações ambientais e imagens de satélite, entre outros documentos. As informações coletadas servem de insumo para a classificação ABC da operação.

Em 2025, 32 operações (52%) das 61 classificadas na modalidade socioambiental abrangente apresentaram fatores de risco potencial associados a aspectos da biodiversidade. Para alguns desses casos, estabelecemos obrigações socioambientais que foram incluídas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, podendo causar situação de inadimplemento não financeiro caso não sejam cumpridas.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destacam-se as seguintes recomendações: comprovar a obtenção da certificação ISO 14000 para o sistema de gestão ambiental do cliente ou contratar sociedade ou profissional responsável pela gestão de riscos de impactos socioambientais relacionados às atividades do projeto, incluindo as condicionantes do licenciamento ambiental.

Além disso, utilizamos produtos financeiros reembolsáveis e não reembolsáveis para apoiar projetos socioambientais que visam gerar impactos positivos na restauração, manutenção e expansão da biodiversidade.

Impacto nas comunidades locais

[GRI 203-1] [GRI 203-2] [GRI 413-1] [GRI 413-2] [GRI 403-7]

Com o objetivo de identificar possíveis impactos adversos nas comunidades do entorno dos projetos apoiados por meio de operações de financiamento nas modalidades direta, indireta não automática e mista, verificamos se o projeto está sendo executado em região entendida como de escassez hídrica, se envolve emissões de poluentes atmosféricos em região já saturada de poluição do ar, bem como se há outros riscos à saúde e à segurança das comunidades por ele afetadas.

Avaliamos também se o projeto implica reassentamento populacional, se pode impactar o acesso das comunidades afetadas ou do entorno a recursos necessários para suas atividades produtivas ou de subsistência e se há risco de migração de quantidade significativa de trabalhadores para municípios pequenos. É realizada, ainda, uma busca pela ocorrência de manifestações contrárias ao projeto ou à atuação da empresa, seja por meio de coleta de mídias negativas ou pesquisas em tribunais de justiça.

Em 2025, 31 operações (51%) das 61 classificadas na modalidade socioambiental abrangente apresentaram fatores de risco potencial relacionados às comunidades locais, a maioria na região Sudeste do Brasil, em que se verificaram 14 operações nessa situação. No Centro-Oeste foram 11 operações. No Nordeste foram nove, no Norte foram duas e no Sul também foram duas operações que apresentaram risco potencial relacionado às comunidades locais (é importante registrar que a soma das operações por localidade é maior do que o número de operações classificadas, dado que uma mesma operação pode englobar mais de uma região).

Para alguns desses casos foram estabelecidas obrigações socioambientais classificadas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, cujo descumprimento pode causar situação de inadimplemento não financeiro.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destaca-se a recomendação de manter ativo um mecanismo acessível para recebimento de denúncias e reclamações (preferencialmente por meio de número de telefone), obrigatoriamente com possibilidade de anonimato, e divulgá-lo aos trabalhadores e às comunidades do entorno do projeto.

Quanto aos impactos positivos desejados para as comunidades locais, nossa atuação socioambiental visa a inclusão produtiva com geração de trabalho e renda aliada à preservação ambiental, com apoio à agricultura familiar e à agroecologia, o acesso a recursos hídricos, e a promoção de uma alimentação saudável nas escolas, com aquisição de alimentos produzidos localmente.

Impacto nos direitos humanos e pressão sobre terras e comunidades indígenas, quilombolas e/ou patrimônio cultural

Durante a diligência de integridade (análise cadastral) das empresas que solicitam apoio financeiro, são verificados apontamentos de risco social, isto é, que representem potencial violação de direitos humanos, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, como a existência de sanções, processos administrativos, judiciais e mídias negativas nesta matéria, com o objetivo de emitir uma avaliação de risco no relacionamento.

Nos casos de operações de crédito direto, incluímos cláusula social padrão em nossos contratos de financiamento, com menção explícita ao combate à discriminação de raça, etnia e gênero, à exploração irregular, ilegal ou criminosa do trabalho infantil ou prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão, ao assédio moral ou sexual, à violência contra a mulher, criança e adolescente, pessoa idosa ou pessoa com deficiência, ou crime contra o meio ambiente ou proveito criminoso da prostituição. Isso permite, uma vez constatado desrespeito à legislação em qualquer um desses aspectos, suspender os desembolsos e, em caso de decisão condenatória definitiva, exigir o vencimento antecipado do contrato.

[GRI 408-1] [GRI 409-1]

Além disso, buscamos identificar, em todos os projetos apoiados por meio de financiamento nas modalidades direta e indireta não automática, a ocorrência de potencial impacto adverso sobre povos e comunidades tradicionais, em especial populações indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, bem como sobre sítios arqueológicos ou espeleológicos e sobre patrimônio histórico e cultural.

Em 2025, das 61 operações classificadas na modalidade abrangente, vinte (33%) apresentaram proximidade a terras indígenas ou áreas remanescentes de quilombo, ou ainda potencial de impacto adverso sobre sítios arqueológicos ou espeleológicos ou sobre patrimônio histórico e cultural. Para alguns desses casos, foram estabelecidas obrigações socioambientais classificadas como atividades de acompanhamento da operação ou como obrigações não financeiras nos contratos de financiamento, podendo causar situação de inadimplemento não financeiro, caso não sejam cumpridas.

Entre as medidas de prevenção e mitigação associadas a esses riscos, destaca-se a recomendação de se estabelecer procedimentos específicos para o relacionamento com essas populações, como o estabelecimento e manutenção de um canal de diálogo e comunicação.

Por outro lado, além de gerirmos o potencial impacto negativo de nosso apoio, procuramos atuar diretamente para o fortalecimento dos povos tradicionais e seu direito à livre determinação, apoiando o ordenamento territorial em terras indígenas e quilombolas, bem como a elaboração e a implementação de planos de gestão territorial para esses povos, incluindo fortalecimento institucional, geração de trabalho e renda e capacitação para vigilância e defesa dos territórios sempre observando seu livre e prévio consentimento informado.

Reparação de danos [GRI 2-25]

Nas minutas de instrumento contratual de financiamento, os clientes declaram que cumprem o disposto na legislação referente à Política Nacional do Meio Ambiente e adotam medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ou violações ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam ser causados em decorrência da finalidade prevista nesse instrumento.

Além disso, as referidas minutas preveem que os clientes devem notificar o BNDES sobre a ocorrência de dano ambiental que possa comprometer o(s) projeto(s), indicando medidas e ações em andamento ou já adotadas pelo cliente para corrigir e/ou sanar tais danos, e fornecendo eventuais documentos produzidos/emitidos relacionados ao citado evento.



INTELIGÊNCIA TERRITORIAL APLICADA A AGENDAS SOCIOAMBIENTAIS

As tecnologias de geoprocessamento e sensoriamento remoto oferecem subsídio às áreas operacionais nas atividades de acompanhamento físico de empreendimentos e nas análises de contexto e impacto territorial dos projetos apoiados.

Em 2025, foi intensificada a incorporação de análises territoriais em agendas sociais e ambientais. Entre elas, vale destacar:

- » projetos de investimento em adaptação climática realizados por estados no âmbito do programa BNDES Invest Impacto, do BNDES Cidades Resilientes e do Fundo Clima, em que a perspectiva territorial permite uma visão mais integrada sobre o perfil dos investimentos, as populações a serem beneficiadas e os efeitos esperados, com o objetivo de focar as ações nos territórios que mais precisam;
- » apoio à definição de critérios de seleção do BNDES Garagem e novos projetos no âmbito do programa BNDES Periferias, com o objetivo de priorizar como beneficiárias áreas de baixas condições de vida, visando reconhecer e impulsionar as potências de populações periféricas e promover redução de desigualdades sociais; e
- » estruturação de ferramentas de inteligência territorial para operação do Fundo Rio Doce, importante para o mapeamento do território e suas características e consequente priorização de territórios e populações.

A inteligência territorial também foi utilizada na construção de metodologias para apoiar a identificação de comunidades prioritárias entre os municípios-alvo da iniciativa Sertão Vivo, que visa o fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar e o aumento da resiliência climática da população rural no semiárido brasileiro.



Outro exemplo de aplicação dessas tecnologias é a utilização do MapBiomas Alertas, rede colaborativa formada por organizações não governamentais (ONG), universidades e *startups* de tecnologia, para impedir a contratação de operações indiretas de crédito rural em propriedades com indícios de desmatamento ilegal. O sistema valida e refina alertas de desmatamento utilizando imagens de satélite de alta resolução, identificando desmatamentos em propriedades rurais pelo Cadastro Ambiental Rural (CAR) e fornecendo laudos detalhados.

Caso seja identificado desmatamento sem a devida comprovação sobre a regularidade da situação, podemos vedar a solicitação de crédito ou suspender a liberação de recursos. Caso a comprovação de regularidade não ocorra em até 12 meses a contar da data de notificação pelo BNDES, a instituição financeira credenciada deverá liquidar antecipadamente a operação perante o Banco.

Desde o início da nossa parceria com o MapBiomas, em fevereiro de 2023, as informações geradas pela plataforma serviram como base para o BNDES bloquear, nas operações indiretas automáticas, até 31 de dezembro de 2025, 5.273 solicitações de crédito em imóveis rurais com indícios de desmatamento ilegal em 26 estados, o que corresponde a 0,9% do total de solicitações de contratações analisadas no período.

Além disso, foram implementadas, para as operações indiretas automáticas, ao longo de 2024 e de 2025, outras validações nas contratações das operações de apoio ao crédito rural para identificar e bloquear o prosseguimento de financiamentos com indícios de sobreposição das propriedades rurais ou áreas dos projetos financiados com possíveis áreas de vedação (embargos do Ibama, embargos do ICMBio, terras indígenas, terras quilombolas, unidades de conservação e florestas públicas não destinadas).



GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA DAS OPERAÇÕES INDIRETAS AUTOMÁTICAS [GRI 3-3] [GRI 2-24]

Para as operações indiretas automáticas, a análise dos aspectos socioambientais dos empreendimentos é realizada pelos agentes financeiros credenciados, responsáveis pela contratação dos financiamentos com os clientes finais, observando os normativos internos expedidos pelo BNDES e os normativos externos aplicáveis. Eles também são responsáveis por avaliar os riscos e realizar o acompanhamento dos financiamentos. Por outro lado, o BNDES realiza avaliação sobre o sistema de gestão dos riscos social, ambiental e climático das instituições financeiras conforme previsto nos procedimentos para avaliação da gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos das instituições financeiras.

Avaliamos também a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações contidas nos manuais de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). No acompanhamento das operações da amostra, nossa equipe analisa a documentação e a execução física e financeira do objeto financiado, verificando a conformidade em relação às finalidades previstas e ao cumprimento, por parte dos agentes financeiros, de obrigações estabelecidas pelo Banco e por entes externos.

Em caso de descumprimento, são impostas penalidades às instituições credenciadas e, existindo indícios de ilícito penal, os fatos são comunicados às autoridades competentes para apuração.

De forma preventiva, consultamos, para todas as operações indiretas automáticas, por meio de serviços informatizados, a existência de alertas ou exigências pendentes relativas aos solicitantes de financiamento, realizando um bloqueio automático da contratação de novas operações por pessoas ou empresas que estejam em situação irregular – por exemplo, constem na lista de trabalho escravo emitida pelo Governo Federal ou realizem atividades que não apoiamos. [GRI 409-1]

Também utilizamos informações de cadastros públicos, a exemplo de condenações e inserções em listas que contenham punições ou restrições, como o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) da Controladoria-Geral da União (CGU), e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Contamos com processos internos de monitoramento para identificação automatizada de clientes das operações indiretas automáticas que sejam incluídos na lista de trabalho escravo posteriormente à contratação, para tomar as medidas contratuais cabíveis. [GRI 409-1]

Monitoramos, nas operações indiretas automáticas de crédito rural, a existência de áreas embargadas ou com sobreposições com áreas vedadas nos projetos financiados. Com isso, visamos acompanhar de forma mais efetiva os financiamentos que potencialmente possam descumprir as normas socioambientais vigentes.

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA NA ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS [GRI 3-3] [GRI 2-24]

No âmbito da atividade de estruturação de projetos, temos, desde 2022, um Regulamento de Gestão Social, Ambiental e Climática da Estruturação de Projetos (Regulamento SAC), com os objetivos de estabelecer as diretrizes e orientações relativas à classificação de risco socioambiental e climático (risco SAC) dos projetos e fortalecer, padronizar e orientar a incorporação das dimensões SAC no âmbito da atividade e das etapas envolvidas na estruturação de projetos (projeto referencial, edital de licitação e minuta de contrato de concessão).

Além dessa abordagem diretamente relacionada à preparação dos projetos, a contribuição da atividade de estruturação de projetos à gestão social, ambiental e climática é medida pelo indicador estratégico “Marcos de estruturação de projetos com foco ambiental e climático”, que mensura a quantidade de contratos de estruturação celebrados, estudos concluídos, editais lançados e leilões realizados em setores que contribuem para a transição ecológica, em especial de concessões para recuperação e preservação de florestas e administração de parques nacionais.



TAXONOMIA DE SUSTENTABILIDADE [GRI 3-3]

Nossa taxonomia de sustentabilidade formaliza como identificamos o impacto positivo esperado de nossas operações, sendo composta pelos indicadores Economia verde e transição, Desenvolvimento social e os 17 ODS.

Em 2024, foi realizada uma ampla revisão da metodologia de nossa taxonomia de sustentabilidade, incluindo o aperfeiçoamento da apuração dos indicadores, de sua governança e dos sistemas de gestão. Com isso, buscou-se aprimorar a identificação do nosso apoio sustentável, por meio de um processo individualizado de classificação para as operações diretas, indiretas não automáticas e mistas.

Até 2023 nosso modelo baseava-se principalmente na lista de setores da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (Cnae), do IBGE. Com a nova metodologia, estabelecemos nossa própria lista de atividades sustentáveis, que foram previamente cadastradas e relacionadas a um ou mais indicadores de sustentabilidade. Isso permite que cada operação direta, mista ou indireta não automática seja classificada pelas equipes operacionais, no seu fluxo de aprovação, conforme as características dos projetos apoiados.

Já as operações automáticas continuam sendo apuradas *ex-post*, ou seja, baseadas em classificação a partir dos nossos produtos e dos setores Cnae, porém com uma nova parametrização dos indicadores.

Economia verde e transição

Nossa metodologia de apuração do indicador Economia verde e transição é estruturada com base em duas vertentes complementares, que asseguram uma análise abrangente e detalhada das iniciativas apoiadas, identificadas como “escala de cor” e “categorias”.

A “escala de cor” classifica as iniciativas em tons “verde forte”, “verde médio” e “transição”, dependendo de sua contribuição para a economia verde.

Já a segunda vertente classifica os projetos com base em 11 categorias específicas, como “energia”, “eficiência energética”, “transporte público de passageiros”, “gestão de água e esgoto”, entre outras.

O indicador Economia verde também se desdobra em três finalidades complementares:

- i) mitigação das mudanças climáticas, com foco na redução das emissões de gases de efeito estufa;
- ii) adaptação às mudanças climáticas, baseado na capacidade dos projetos de ajudar comunidades e ecossistemas a se adaptarem às mudanças climáticas; e
- iii) biodiversidade, que considera a contribuição para a preservação e recuperação da biodiversidade.

Essa abordagem nos permite classificar melhor o impacto ambiental e climático dos projetos, vislumbrando práticas alinhadas aos desafios globais de desenvolvimento sustentável.

Em 2025, foram aprovados mais de R\$ 45 bilhões para economia verde:

CATEGORIA	VALOR DAS APROVAÇÕES
Energia	R\$ 16 bilhões
Agropecuária sustentável e pesca	R\$ 6,2 bilhões
Transporte de carga e outros transportes	R\$ 4,5 bilhões
Manufatura de baixo carbono	R\$ 4,1 bilhões
Gestão de água e esgoto	R\$ 3,4 bilhões
Transporte público de passageiros	R\$ 3 bilhões
Outros - Economia verde	R\$ 2,9 bilhões
Inovação e P&D verde	R\$ 2,2 bilhões
Florestas e outros ecossistemas	R\$ 2 bilhões
Gestão de resíduos sólidos	R\$ 0,9 bilhão
Eficiência energética	R\$ 0,6 bilhão
Total	R\$ 45,8 bilhões

Desenvolvimento social

Esse indicador busca contemplar nosso apoio à melhoria da qualidade de vida da população, em consonância com nossas diretrizes estratégicas de fomentar projetos e parcerias que estimulem a inclusão, a redução das desigualdades, o desenvolvimento social e regional e o aprimoramento da gestão pública para a oferta de serviços públicos essenciais e promoção da cidadania.

Para melhor identificar nossas contribuições para o desenvolvimento social, o indicador desdobra-se em categorias específicas, como “saúde”, “educação”, “gestão pública”, “inclusão produtiva”, entre outros.

Com a revisão da taxonomia ocorrida em 2024, a lista de atividades apoiadas foi classificada à luz dessas categorias, possibilitando melhor aferição da nossa atuação nesses temas.

Em 2025, foram cerca de R\$ 60 bilhões aprovados para projetos que contribuem com o desenvolvimento social:

CATEGORIA	VALOR DAS APROVAÇÕES
Desenvolvimento urbano e regional	R\$ 36,7 bilhões
<i>Transporte</i>	<i>R\$ 28,1 bilhões</i>
<i>Saneamento</i>	<i>R\$ 4,6 bilhões</i>
<i>Outros</i>	<i>R\$ 2 bilhões</i>
<i>Energia</i>	<i>R\$ 2 bilhões</i>
Outros - Social	R\$ 5,3 bilhões
Inclusão produtiva e agricultura familiar	R\$ 15,1 bilhões
Saúde	R\$ 2 bilhões
Gestão pública	R\$ 0,9 bilhão
Educação	R\$ 0,2 bilhão
Total	R\$ 60,2 bilhões

Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)

A Agenda 2030, lançada em 2015 na sede das Nações Unidas, estabeleceu 17 ODS, visando erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade. Os ODS estabelecem metas que compõem um plano de ação integrado e indivisível nas três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental.

Na atualização da nossa taxonomia em 2024, todo o nosso apoio foi revisto considerando as metas dos 17 ODS, permitindo uma melhor apuração dos esforços direcionados ao desenvolvimento sustentável.

Na tabela ao lado, seguem os valores aprovados em 2025 para cada ODS. A soma deles não reflete o valor total aprovado pelo Banco no ano porque diferentes ODS podem estar relacionados a uma mesma aprovação.

ODS	VALOR DAS APROVAÇÕES
 ODS 1 Erradicação da pobreza	R\$ 8,3 bilhões
 ODS 2 Fome zero e agricultura sustentável	R\$ 17,2 bilhões
 ODS 3 Saúde e bem-estar	R\$ 5,1 bilhões
 ODS 4 Educação de qualidade	R\$ 0,2 bilhão
 ODS 5 Igualdade de gênero	R\$ 0,09 bilhão
 ODS 6 Água potável e saneamento	R\$ 5,5 bilhões
 ODS 7 Energia limpa e acessível	R\$ 21,2 bilhões
 ODS 8 Trabalho decente e crescimento econômico	R\$ 183,7 bilhões
 ODS 9 Indústria, inovação e infraestrutura	R\$ 103,9 bilhões
 ODS 10 Redução das desigualdades	R\$ 31,5 bilhões
 ODS 11 Cidades e comunidades sustentáveis	R\$ 12,4 bilhões
 ODS 12 Consumo e produção responsáveis	R\$ 15,2 bilhões
 ODS 13 Ação contra a mudança global do clima	R\$ 42,3 bilhões
 ODS 14 Vida na água	R\$ 3,5 bilhões
 ODS 15 Vida terrestre	R\$ 3,1 bilhões
 ODS 16 Paz, justiça e instituições eficazes	R\$ 0,9 bilhão
 ODS 17 Parcerias e meios de implementação	R\$ 18,1 bilhões

EMISSÕES [GRI 305-1] [GRI 305-2] [GRI 305-3]

Em 2025, publicamos no GHG Protocol, segundo metodologia da plataforma, nossas emissões administrativas (escopos 1, 2 e parte do 3), detalhadas a seguir.

GHG PROTOCOL

Escopos 1, 2 e 3 são parâmetros usados pelo GHG Protocol:

- » emissões de escopo 1 são decorrentes de fontes que pertencem ou são controladas pela empresa, ou seja, emissões resultantes da operação direta da instituição;
- » emissões de escopo 2 são indiretas, derivadas da energia elétrica comprada para uso na operação direta da empresa; e
- » emissões de escopo 3 são todas as demais emissões indiretas.

EMISSÕES ADMINISTRATIVAS (EM tCO₂e):

ESCOPO	2000	2021	2022	2023	2024	2025
Emissões diretas (escopo 1) de GEE (incluindo todos os GEE)	55,4	54,8	59,66	83,5	154,32	68,28
Emissões indiretas (escopo 2) de GEE provenientes da aquisição de energia (incluindo todos os GEE)	795,7	73,8	557,58	476,4	707,76	589,76
Emissões indiretas (escopo 3) de GEE (considera efluentes, emissões casa-trabalho e viagens a negócios)	260,2	291,8	2.005,54	2.098,9	2.941,41	2.551,85
Total	1.111,3	420,4	2.662,78	2.658,8	3.803,49	3.209,89



Do total de 3.209,89 tCO₂e emitidos pelo BNDES em 2025, a maior parte, 2.551,85 tCO₂e (~79%), foi gerada pelo escopo 3, sendo que as viagens a negócios responderam por emissões de 1.262,01 tCO₂e (~39% do total) e os deslocamentos casa-trabalho dos usuários por 1.143,98 tCO₂e (~36%).

Emissões relacionadas ao consumo de energia elétrica (abordagem localização), apuradas no escopo 2, responderam por aproximadamente 18% das emissões totais de GEE e as emissões do escopo 1 corresponderam à menor parte (~2%) das emissões totais.

Em 2025, o BNDES emitiu menos 593,60 tCO₂e (~15%) que em 2024, quando foram emitidas 3.803,49 tCO₂e. Houve redução de 86,04 tCO₂e (~56%) de escopo 1; 118,00 tCO₂e (~17%) de escopo 2; e 389,56 tCO₂e (~13%) de escopo 3. [\[GRI 305-5\]](#)

Contribuíram positivamente para esse resultado, no escopo 1 a diminuição do consumo de *diesel* nos geradores do Edserj e a substituição da gasolina por etanol na frota de veículos que atende a diretoria; e no escopo 3 a redução da distância percorrida nas viagens de negócios em automóveis e a maior utilização de transportes coletivos nos deslocamentos casa-trabalho, com a consequente diminuição de uso dos veículos particulares. Destaca-se também o incremento na utilização de veículos elétricos com a expansão do número de carregadores disponíveis no Edserj. [\[GRI 305-5\]](#)

INTENSIDADE DE EMISSÕES: [\[GRI 305-4\]](#) (Em tCO₂e por pessoa)*

ESCOPO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Escopo 1	0,02	0,02	0,03	0,02	0,04	0,02
Escopo 2	0,32	0,03	0,25	0,12	0,19	0,13
Escopo 3	0,10	0,12	0,67	0,55	0,79	0,58

* Considerando o total de usuários fixos ao fim de cada ano. Em 2025, foram considerados 4.437 usuários (empregados, estagiários, terceirizados, jovens aprendizes e transitórios do BNDES e das demais empresas e instituições instaladas nas unidades do BNDES).

Inventário de emissões financiadas, emissões evitadas e removidas de GEE [\[GRI 3-3\]](#)

Com o objetivo de avançar em nossa agenda de ação climática, continuamos a realizar o inventário de emissões de GEE das nossas operações de crédito e de investimento, além de quantificar as emissões de GEE evitadas e removidas dos projetos de mitigação climática apoiados. Com o monitoramento do perfil de emissões do portfólio financeiro é possível identificar aspectos de descarbonização setoriais em que o BNDES poderá ser mais efetivo, considerando também as políticas públicas pertinentes à agenda.

Adotamos a [metodologia](#) da Partnership for Global Carbon Accounting Financials (PCAF). A PCAF é reconhecida globalmente e aplicável ao setor financeiro. Essa abordagem permite maior transparência e comparabilidade dos dados reportados, uma vez que as demais instituições financeiras do Brasil e do mundo também utilizam esta metodologia.

O cálculo das emissões de GEE financiadas leva em consideração análise de materialidade para a seleção dos setores a serem inseridos no inventário, a partir da exposição financeira e das emissões associadas a cada setor. Essa análise permite identificar os setores com maior potencial de impacto em termos de emissões de GEE e alcançar a maior abrangência possível da carteira de crédito e de investimento. O inventário de emissões de GEE nos permite compreender e direcionar nossos esforços na gestão de riscos climáticos e nas oportunidades de investimento sustentável. Também marca um passo importante rumo à transparência, à responsabilidade climática e ao alinhamento com o Acordo de Paris.

A seguir, apresentamos as emissões de GEE financiadas, evitadas e removidas para o ano-base 2024. As emissões referentes ao ano-base 2025 ainda estão sendo calculadas e serão publicadas em nosso [site](#) e no próximo relatório anual.



Emissões de GEE financiadas – carteira de crédito não automática (2024)

A cobertura do cálculo das emissões de GEE para a carteira de crédito não automática atingiu 70,5%, somando 14,20 MM tCO₂e, com foco nos setores mais impactantes em termos de emissões.

SETORES	% COBERTURA DA CARTEIRA*	EMISSIONES (MM tCO ₂ e)	INTENSIDADE ESCOPOS 1 E 2** (tCO ₂ e/R\$MM)	SCORE***
Biocombustíveis	0,6%	0,83	369,39	2,18
Mineração, metalurgia e siderurgia	0,7%	2,33	129,83	1,67
Saneamento	1,2%	0,26	47,09	2,04
Papel e celulose	1,3%	0,22	28,25	2,51
Agroindústria	2,5%	4,13	363,90	3,50
Rodovias	2,5%	0,09	2,44	1,82
Embarcações	4,9%	0,69	17,73	2,51
Transporte terrestre	5,2%	0,59	12,07	2,96
Aeronaves	6,6%	2,15	87,22	1
Energia	45%	2,91	16,94	3
Total	70,5%	14,20	39,52	2,71

* Carteira de operações não automáticas.

**A intensidade escopos 1 e 2 é calculada com base na razão da soma das emissões financiadas dos escopos 1 e 2 pelo total do saldo devedor das operações.

*** O score da metodologia PCAF se refere à qualidade dos dados com os quais os cálculos são realizados e possuem uma escala de 1 a 5, sendo 1 o melhor dado e 5 o pior. O score é calculado por meio da média ponderada do score de cada operação pelo seu saldo devedor.

Emissões de GEE financiadas – carteira de ações listadas e não listadas (2024)

A cobertura do cálculo das emissões de GEE para a carteira de ações listadas e não listadas atingiu 100%, somando 19,74 MM tCO₂e, com score PCAF de 1,22.

Emissões de GEE evitadas e removidas (2024)

As metodologias utilizadas para cálculo das emissões evitadas e removidas do BNDES são baseadas nas metodologias aprovadas e utilizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima para aprovação de projetos vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que foram incorporadas nas calculadoras de emissões evitadas e removidas que, desde 2016, vêm sendo aperfeiçoadas. As ferramentas são utilizadas para todos os projetos abarcados em seus escopos.

EMISSIONES EVITADAS (2024)

ATIVIDADE	EMISSIONES EVITADAS (MIL tCO ₂ e)
Grandes hidrelétricas	14.899
Energia renovável	9.597
Captura de biogás e aproveitamento energético	7.995
Produção de biocombustível para uso em aplicações de transporte	3.033
Transporte de carga ferroviário e hidroviário	105
Transporte urbano de passageiros sobre trilhos	93
Produção sustentável de carvão vegetal	10
Apoio a módulo de projetos de <i>bus rapid transit</i> (BRT)	2
Aquisição de ônibus elétricos, híbridos, outros modelos com tração elétrica ou movidos a biocombustíveis	1
Total	35.735

EMISSIONES REMOVIDAS (2024)

ATIVIDADE	EMISSIONES REMOVIDAS (MIL tCO ₂ e)
Floresta comercial	9.273
Floresta nativa	15
Total	9.288

ESCRITÓRIOS EFICIENTES

Nosso principal escritório, o Edserj, obteve, em janeiro de 2023, o certificado Leadership in Energy and Environmental Design (LEED) EB O+M Nível Ouro para operação e manutenção de edificações.

Em 2025, foi instalado um sistema de aproveitamento de água proveniente do ar-condicionado do edifício para utilização na irrigação do seu jardim. Também foi realizada a instalação de um elevador e sinalização tátil na Galeria do BNDES, promovendo a melhoria das condições de acessibilidade no local.

Série comparativa

Em 2025, houve aumento significativo do consumo total de água nas unidades operacionais do Banco em comparação com 2024, devido sobretudo à elevação da quantidade de usuários e do tempo de permanência no Edserj e ao menor volume de chuvas no ano. No caso da energia elétrica, o aumento da ocupação foi parcialmente compensado pela redução da temperatura média e do consumo de energia elétrica do *datacenter*.

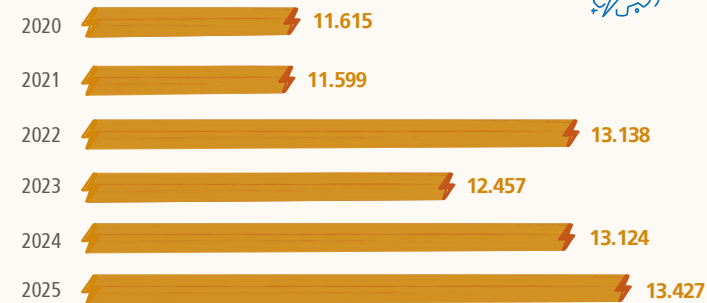
Consumo de energia [GRI 302-1]

Toda a energia elétrica consumida no Edserj – que representa aproximadamente 97% do consumo total do BNDES – é adquirida no mercado privado de energia elétrica e lastreada em fonte de geração incentivada – pequenas centrais hidrelétricas (PCH). Foram adquiridos certificados de energia renovável (Irecs) correspondentes à totalidade do consumo do edifício em 2025.

O consumo de fontes não renováveis das unidades operacionais consiste principalmente em óleo *diesel* para alimentação dos geradores de emergência e combustível para abastecimento dos veículos que atendem às unidades do Banco.

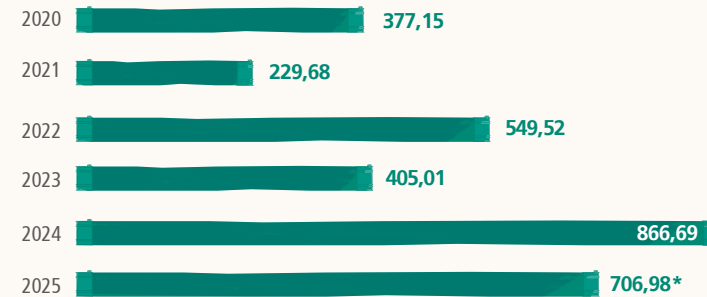
O consumo total de energia das unidades regionais de Brasília, São Paulo e Recife está englobado nos valores divulgados.

CONSUMO DE ENERGIA (MWH)



Aumento de 2,31% em relação ao consumo de 2024. O aumento da quantidade de usuários e do tempo de permanência no Edserj foi compensado pela média de temperatura menor que do ano anterior e pela redução do consumo do *Datacenter*, devido a implementação contínua de medidas de conservação de energia.

CONSUMO DE ÓLEO DIESEL (gigajoules) [GRI 302-4]



Redução de 18,3% em relação a 2024, resultante do menor consumo nos geradores do Edserj.

* Sendo 610,62 em não renováveis (*diesel*) e 96,36 em renováveis (*biodiesel*), considerando o aumento de percentual de adição de *biodiesel* de 14% para 15% a partir de agosto.

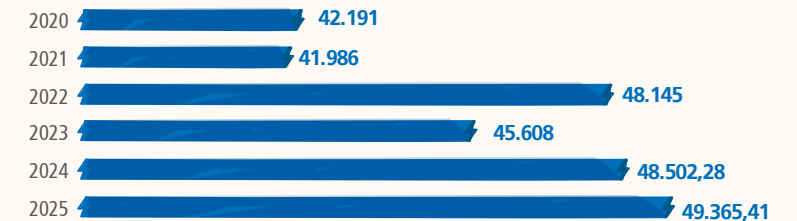
CONSUMO DE OUTROS COMBUSTÍVEIS (gigajoules)



* Sendo 15,68 em não renováveis (gasolina pura) e 256,15 em renováveis (etanol anidro), considerando o aumento do percentual de etanol na gasolina de 30% a partir de agosto.

Nota: O GLP é utilizado em empilhadeiras para movimentação de material no Edserj e o butano e o acetileno em soldagens. O consumo de gasolina/etanol diz respeito ao abastecimento de frota própria do BNDES em todas suas unidades, sendo que mais de 93% do combustível utilizado em 2025 foi etanol.

CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (gigajoules)



Aumento de 1,78% em relação ao consumo de 2024, resultante principalmente da variação do consumo de energia elétrica no Edserj.

Nota: Considera o consumo total de combustíveis (GLP, *diesel* e gasolina) e de energia elétrica.

TAXA DE INTENSIDADE ENERGÉTICA [GRI 302-3]



Redução de 20,81% em relação a 2024 no consumo total de eletricidade (MWh)/empregado*/ano.

Nota: Considera ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Não inclui estagiários e jovens aprendizes, devido à menor jornada de trabalho.

Consumo de água [GRI 303-5]

O consumo de água do Edserj representa aproximadamente 98% da água consumida nas unidades do BNDES. A água potável consumida no edifício é distribuída pela concessionária que atende o Rio de Janeiro. O abastecimento da cidade do Rio de Janeiro está majoritariamente vinculado ao Sistema Guandu, que depende fundamentalmente das águas do rio Paraíba do Sul.

De acordo com o [boletim de acompanhamento do Sistema Hidráulico Paraíba do Sul](#), de 31 de dezembro de 2025, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o reservatório equivalente do sistema apresentava, em 30 de dezembro de 2025, volume útil de 35,67%. De acordo com o [Aqueduct Water Risk Atlas](#), a cidade do Rio de Janeiro está situada em área classificada como risco baixo-médio de estresse hídrico e a bacia hidrográfica que abastece o sistema (Paraíba do Sul) está classificada como baixo risco.

CONSUMO DE ÁGUA (megalitros)



Aumento de 12,6% em relação ao consumo de 2024 resultante principalmente da elevação do consumo de água nas instalações hidrossanitárias e no sistema de irrigação do Edserj devido à elevação da quantidade de usuários e do tempo de permanência no edifício e ao menor volume de chuvas no ano.

CONSUMO DE ÁGUA MINERAL ADQUIRIDA EM RECIPIENTES PLÁSTICOS PELO EDSERJ (megalitros)



* O consumo foi revisado de 0,021 para 0,025.

Aumento de 24% em relação ao consumo de 2024, resultante principalmente da elevação do consumo no escritório de São Paulo.

Resíduos [GRI 306-3] [GRI 306-4] [GRI 306-5]

O condomínio do Edserj realiza monitoramento e controle de todo o resíduo produzido no edifício, que é compatível com a natureza das atividades exercidas no local e com sua manutenção (papéis, plásticos, sucatas de ferro, orgânicos, eletroeletrônicos etc.). Aqueles passíveis de reciclagem ou reutilização são segregados e destinados a cooperativas de catadores ou a empresas especializadas, conforme o caso. Os demais são encaminhados a aterros. Apesar de não haver monitoramento dos resíduos produzidos nos escritórios regionais, estima-se que o volume seja pouco representativo em comparação ao do Edserj.



PESO TOTAL DE RESÍDUOS (TONELADAS) DISCRIMINADO POR TIPO E MÉTODO DE DISPOSIÇÃO (2025)

Destinação	Tipo de Resíduo	Peso (toneladas)	Descrição	
Destinados para disposição final	Aterramento	Resíduo sólido urbano (RSU)	72,91	Descarte realizado por empresa contratada.
		Entulho	88,39	Descarte realizado por empresa contratada.
	Outras	Perigosos	0,17	Basicamente resíduos do ambulatório: descarte por meio de empresa especializada que faz a autoclavagem (descontaminação) e posterior encaminhamento a aterro.
Não destinados para disposição final	Reciclagem e reutilização	Não perigosos	93,52	Descarte por meio de cooperativas e/ou empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos, para reciclagem e eventual reutilização.
	Compostagem	Não perigosos	35,83	Basicamente resíduos de jardinagem: descarte por meio de empresa especializada ou doação para projeto educacional, em ambos os casos para compostagem.
	Outras	Perigosos	2,34	Descarte por meio de empresas especializadas, de acordo com as características dos materiais/produtos que requerem tratamento especializado para reaproveitamento parcial, como pilhas, baterias, películas com prata e óleo diesel.
Total de resíduos gerados			293,15	

NOSSA GOVERNANÇA

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA [GRI 2-9]

Nossa estrutura de governança tem como objetivo fortalecer nossa gestão, privilegiando um processo transparente e coletivo de tomada de decisão. Essa estrutura engloba a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração (CA), o Conselho Fiscal (Cofis), o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Riscos (CRI), o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (Cope) e o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC), entre outros comitês de diretores executivos e superintendentes, responsáveis por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores do Sistema BNDES.

As três empresas que compõem o Sistema BNDES têm CA, Cofis e Diretorias Executivas próprios, porém com os mesmos membros, conforme previsão estatutária. Isto é, os membros do CA do BNDES são os mesmos do CA da BNDESPAR e do CA da FINAME. Quando tais colegiados são mencionados neste relatório, estamos sempre considerando os três, a não ser que especificado de outra forma. Os outros colegiados citados neste capítulo fazem parte da estrutura do BNDES, sendo o CRI, o Coaud, o Cope e o CRSAC únicos para o BNDES e suas subsidiárias.

Além desses órgãos, o estatuto social do BNDES inclui, entre as unidades internas de governança, a Auditoria Interna, a Área de Integridade e Compliance (AIC) e a Ouvidoria. A unidade de Corregedoria é vinculada ao diretor estatutário responsável pela gestão de riscos e controles internos.

Os estatutos sociais das empresas do Sistema BNDES definem as competências do CA, da Diretoria Executiva e dos demais órgãos estatutários. Algumas delas podem ser delegadas pelas alçadas originárias por meio de atos normativos relativos ao assunto específico. Há possibilidade, ainda, de subdelegação pelo presidente e por diretores executivos, superintendentes e chefes de departamentos. Os aspectos econômicos, sociais e ambientais são tratados em todas as esferas de nossa governança, sendo também atribuídos a superintendentes e chefes de departamento, conforme previsto em nossa Organização Interna Básica (OIB). [GRI 2-13]

O CA acompanha, diretamente ou por meio de seus comitês de assessoramento, o andamento da gestão de impactos dentro do BNDES. [GRI 2-12] [GRI 2-13]

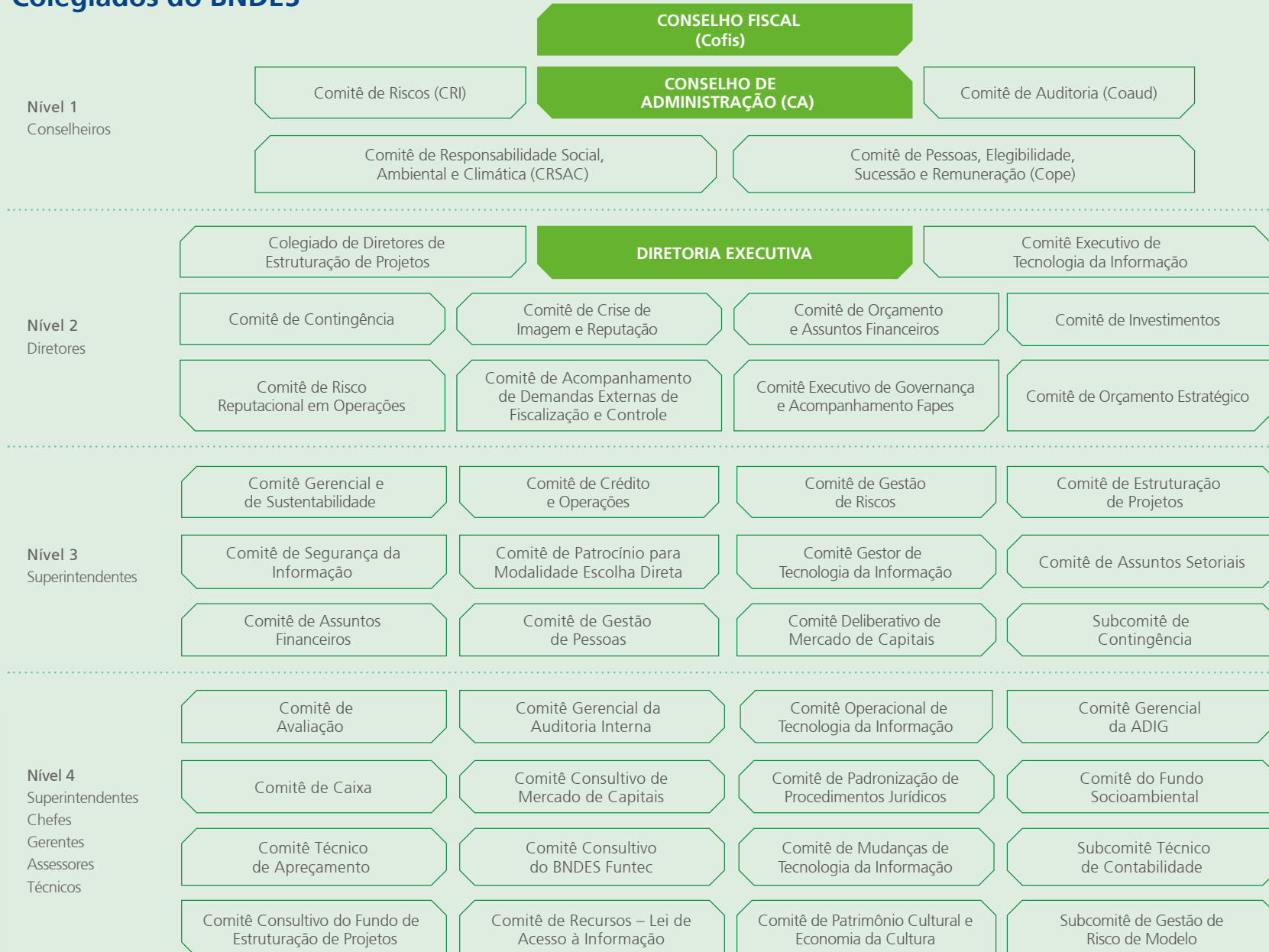
Ele também acompanha, em suas reuniões, a execução do plano de negócios do Sistema BNDES, de forma trimestral, além de aprovar, anualmente, o relatório de análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, o qual é posteriormente enviado ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União (TCU), conforme previsto no artigo 23, § 2º, da Lei 13.303/2016.

Quanto à gestão de riscos, o CA recebe reportes mensais sobre a gestão dos diversos riscos do Sistema BNDES (crédito, liquidez, mercado, operacional, socioambiental, climático, reputacional etc.), por meio do painel de riscos, além de outros relatórios mais específicos, que são enviados ao conselho com diferentes periodicidades.

O relacionamento com *stakeholders* é realizado por nossas diversas equipes, que se reportam ao CA e dele recebem orientações. [GRI 2-12]



Colegiados do BNDES



Alterações nos colegiados

Em 2025, foram criados dois comitês de nível 2 – o Comitê de Investimentos e o Comitê de Orçamento Estratégico – e um comitê de nível 3 – o Comitê de Assuntos Setoriais. O Comitê de Investimentos foi criado para prover orientação estratégica nas atividades de investimento em renda variável do Sistema BNDES, já o Comitê de Orçamento Estratégico tem por objetivo monitorar o desempenho operacional, bem como acompanhar outros indicadores e informações relativas às atividades finalísticas ou cujo acompanhamento seja relevante para o funcionamento do Sistema BNDES. O Comitê de Assuntos Setoriais é um fórum permanente de acompanhamento e reflexão setorial que tem por objetivo gerir o conhecimento acerca de temas relacionados aos setores produtivos da economia brasileira, em termos de perspectivas, desafios e evolução, com a promoção da troca de informações no âmbito interno e externo ao BNDES.

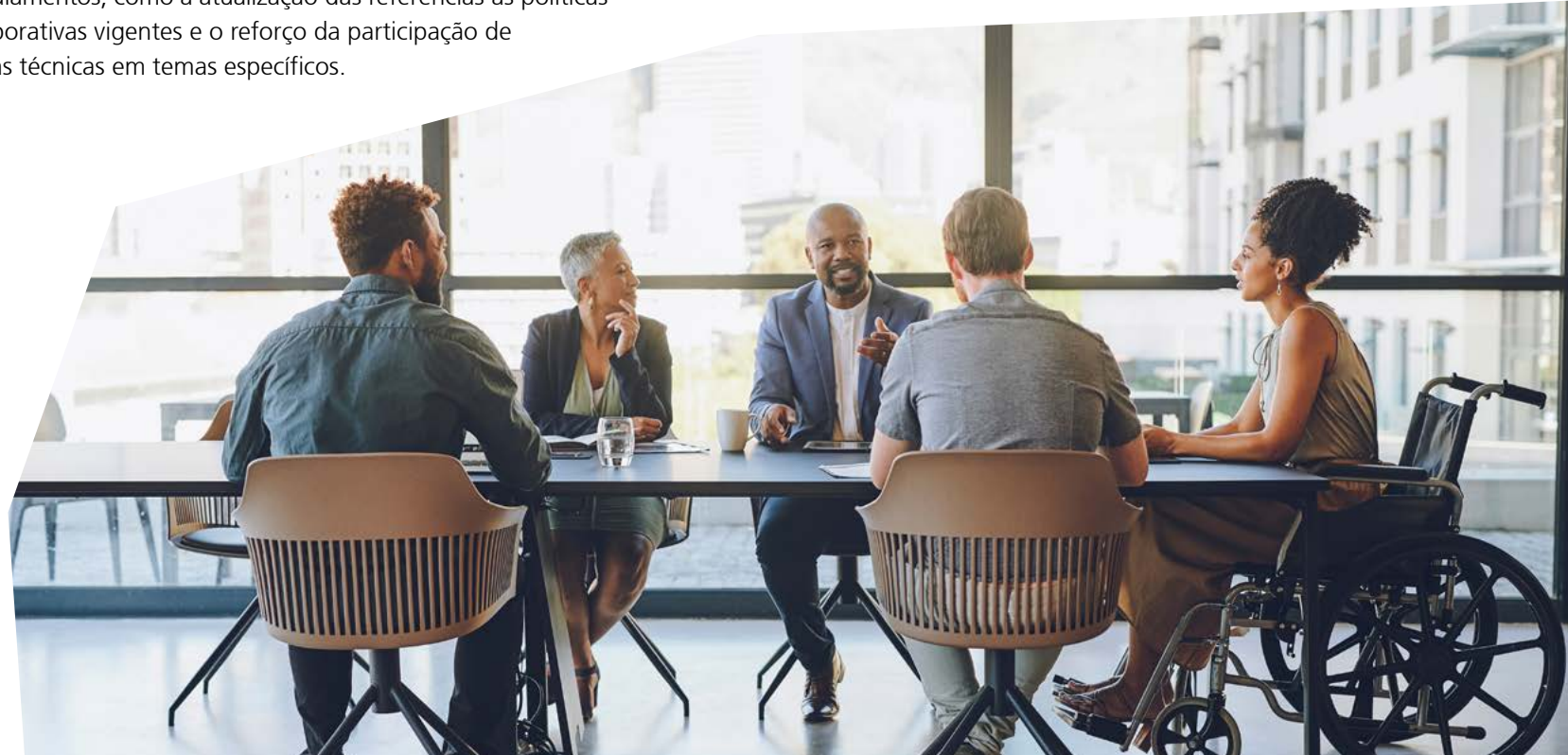
Além disso, foram atualizados comitês de níveis 2, 3 e 4. A maioria das modificações se concentrou na adequação da composição em função de mudanças em nossa estrutura organizacional ocorridas no início de 2025 e, embora muitos regulamentos tivessem dispositivos que garantiam a sua vigência em caso de modificação na nomenclatura das unidades administrativas ou em nossa estrutura organizacional, buscou-se explicitar os membros, papéis e responsabilidades. Dessa forma, os seguintes comitês foram revisados: Comitê do Fundo Socioambiental (CFS), Comitê de Patrimônio Cultural e Economia da Cultura (CPcult), Comitê de Estruturação de Projetos (CEP), Colegiado de Diretores de Estruturação de Projetos (CDEP), Comitê Deliberativo de Mercado de Capitais (CDMC), Comitê de Crédito e Operações (CCOp), Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), Comitê de Assuntos Financeiros (CAF), Comitê de Orçamento e Assuntos Financeiros (Coaf) e Comitê de Gestão de Riscos (CGR).

Além das alterações de composição dos comitês, realizamos a alteração do regulamento do Comitê Deliberativo de Mercado de Capitais (CDMC) para que ele possa apreciar e deliberar, no caso de instrumentos de valores mobiliários em renda variável, sobre a Avaliação Preliminar de Elegibilidade de Solicitações de Operação no âmbito do Produto BNDES Serviços Coordenação em Ofertas Públicas de Renda Variável.

Os regulamentos do Comitê de Gestão de Riscos (CGR) e do Comitê de Assuntos Financeiros (CAF) também foram revisados com o objetivo de aprimorar a governança dos temas de *spread* de risco e do processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), de forma a eliminar sobreposições de assuntos entre estes dois comitês, além de implementar outras alterações para melhorias nos respectivos regulamentos, como a atualização das referências às políticas corporativas vigentes e o reforço da participação de áreas técnicas em temas específicos.

Já no nível 4, o Comitê do Fundo Socioambiental, que anteriormente se chamava Comitê Consultivo do Fundo Socioambiental, passou a incluir matérias deliberativas em seu regulamento, relativas aos seguintes assuntos: escopos de atuação, percentual de participação máxima do BNDES e estabelecimento de critérios técnicos complementares necessários para a melhor avaliação de mérito e priorização de projetos na modalidade de apoio continuado.

Em atendimento à Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020, é possível acessar o [histórico da composição dos colegiados estatutários desde 2020 em nosso site](#).



Atribuições e composição dos comitês de nível 1 em 31.12.2025 [GRI 405-1] [GRI 2-9]

[Clique aqui para saber mais sobre a composição do CA, os currículos de seus membros, e as atribuições dos comitês de níveis 2 e 3.](#)

Conselho de Administração: representa nosso mais alto grau de governança. Aprova e acompanha os planos de negócios, estratégico e de investimentos, as metas de desempenho e a estratégia de longo prazo apresentadas pela Diretoria Executiva; [GRI 2-12] aprova e revisa periodicamente as políticas do Sistema BNDES, aprova os orçamentos de investimentos e administrativos, inclusive de custeio, anuais e plurianuais; manifesta-se sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Executiva, entre outras atribuições. O presidente do CA não acumula outra função executiva no Banco. [GRI 2-11] Entre seus membros, estão três mulheres, em linha com a Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade do BNDES, e com o disposto na Lei 15.177, de 23 de julho de 2025.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR				
8 (73%)	3 (27%)	4 (36%)	7 (64%)	1 (9%)	7 (64%)	1 (9%)	1 (9%)	1 (9%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	amarela	branca	parda	preta	não informado

Conselho Fiscal: fiscaliza os atos dos administradores e verifica o cumprimento de seus deveres legais e estatutários; analisa as demonstrações contábeis trimestrais do BNDES; examina e emite parecer sobre as demonstrações financeiras semestrais da instituição, entre outras atribuições.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR
3 (75%)	1 (25%)	1 (25%)	3 (75%)	4 (100%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca

Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração: órgão de caráter opinativo e de assessoramento ao acionista controlador e ao CA nos processos de indicação, avaliação, sucessão e remuneração dos administradores, conselheiros fiscais e demais membros de órgãos estatutários.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR		
4 (80%)	1 (20%)	1 (20%)	4 (80%)	3 (60%)	1 (20%)	1 (20%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca	parda	preta

Comitê de Riscos: assessora o CA na gestão de riscos e de capital; propõe recomendações ao CA sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de gestão de continuidade de negócios e plano de contingência de liquidez e capital; avalia os níveis de apetite por riscos; analisa o ambiente de risco do BNDES; entre outras atribuições.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR
2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)
masculino	de 30 a 50 anos	branca

Comitê de Auditoria: recomenda ao CA a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente; revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais; avalia a efetividade e supervisiona as atividades dos auditores independentes e da auditoria interna, bem como as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno; monitora a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações divulgadas pelo BNDES; e avalia e monitora exposições de riscos do Banco.

GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR	
4 (100%)	4 (100%)	3 (75%)	1 (25%)
masculino	mais de 50 anos	branca	preta

Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática: propõe recomendações sobre o estabelecimento e a revisão da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC); avalia o grau de aderência das ações implementadas à política e, quando necessário, propõe recomendações de aperfeiçoamento; e supervisiona os trabalhos relativos à sustentabilidade e a ações derivadas da PRSAC, especialmente do Comitê Gerencial e de Sustentabilidade, da Diretoria Executiva e do diretor executivo responsável por ela.

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA	RAÇA/COR	
1 (25%)	3 (75%)	4 (100%)	3 (75%)	1 (25%)
masculino	feminino	mais de 50 anos	branca	não informado

Seleção de conselheiros e diretores

Como são selecionados os membros do CA? [GRI 2-9] [GRI 2-10]

O CA é composto por 11 membros, todos eleitos pela Assembleia Geral: três indicados pelo Ministério da Fazenda (MF); um pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); um pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE); cinco pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic); e um representante eleito pelos empregados do BNDES, conforme o disposto na Lei 12.353, de 28 de dezembro de 2010. As indicações ministeriais devem observar o disposto no art. 33 do estatuto social do BNDES, sendo, pelo menos, três dos membros indicados conselheiros independentes. Atualmente, o CA tem quatro conselheiros independentes, mais do que o mínimo necessário. Ademais, a Lei 15.177, de 23 de julho de 2025, determinou o preenchimento gradual de reserva mínima de 30% de participação feminina no CA, sendo 30% desse quantitativo obrigatoriamente reservado a mulheres negras ou com deficiência. Tal mudança legislativa foi recentemente incorporada ao âmbito normativo interno por meio de alteração no estatuto social do BNDES. O Banco já cumpria, de todo modo, o previsto na citada Lei, possuindo três mulheres em seu CA há alguns anos, tendo uma delas se declarado “negra ou parda”.

Em 31 de dezembro de 2025, todas as vagas do CA estavam preenchidas. Os membros têm prazo de gestão unificado de dois anos, contados a partir da data da investidura, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Os indicados ao CA devem cumprir requisitos específicos, como ter notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo, todos previstos na Lei das Estatais (Lei 13.303, de 30 de junho de 2016) e no Decreto 8.945/2016, além de não se enquadrarem nas vedações também previstas nos citados normativos. A nomeação dos membros é precedida de processo de *background check*, executado por equipe de compliance, com suporte jurídico e parecer final do diretor executivo responsável pela Área de Integridade e Compliance acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação, notadamente a Lei das Estatais, além de requisitos de integridade, como a existência de mídia negativa, processos administrativos e/ou judiciais e inscrições em listas de sanções. O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, órgão estatutário responsável por opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros, e ao CA, para que o conselho também se manifeste acerca do enquadramento dos indicados aos requisitos e vedações legais, regulamentares e estatutários, antes que haja a eleição de novos conselheiros pela Assembleia Geral, representada, no caso, de conselheiros de administração do BNDES, pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e, no caso de conselheiros de administração da BNDESPAR e da FINAME, representada pelo próprio BNDES.

No caso dos comitês de assessoramento do CA, os membros são indicados formalmente pelo presidente do conselho à Secretaria Geral do Gabinete da Presidência. Assim como os membros do CA, a eleição é precedida pelo processo de *background check*, também executado pelas mesmas equipes acima citadas. O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, que envia sua opinião acerca do cumprimento de requisitos e ausência de vedações em relação à indicação para deliberação do CA.

Avaliação do CA [GRI 2-18]

O CA realiza, anualmente, uma autoavaliação coletiva e individual de seu desempenho, por meio de questionário desenvolvido internamente e previamente aprovado pelos membros do Cope. Na autoavaliação referente ao ciclo de 2025, os conselheiros responderam sobre temas como alinhamento ao propósito, práticas ambientais, sociais e de governança (ASG), consecução dos objetivos estratégicos e gerenciamento de riscos corporativos.

Essa avaliação permite identificar oportunidades de melhoria, como a realização de mais reuniões presenciais ou com temas estratégicos e esclarecimentos de dúvidas, e ritos objetivos para questões burocráticas, de modo que o progresso do desempenho do colegiado seja contínuo, inclusive em aspectos econômicos, ambientais e sociais. Como previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração, a referida autoavaliação anual do conselho deve ser encaminhada ao ministério supervisor do BNDES – o Mdic.

Em cumprimento ao previsto na Lei das Estatais, são disponibilizados aos membros de nossos órgãos estatutários diversos treinamentos obrigatórios sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, gestão de risco e controle interno, código de conduta, Lei Anticorrupção, desenvolvimento sustentável, entre outros temas, e acompanhada a sua execução, com a realização de cobranças mensais dos treinamentos eventualmente pendentes. [GRI 2-17]

Como são selecionados os membros da Diretoria Executiva?

Assim como no CA, os membros da Diretoria Executiva têm prazo unificado de gestão de dois anos, contados a partir da data da posse, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

A Diretoria Executiva do Sistema BNDES é composta pelo presidente e por nove diretores executivos, todos eleitos pelo CA e demissíveis *ad nutum*, isto é, destituíveis a qualquer tempo e sem necessidade de justificativa. Para a investidura, assumem compromissos com metas e resultados específicos aprovados pelo CA, a quem cabe fiscalizar seu cumprimento.

Os indicados à Diretoria Executiva devem cumprir requisitos específicos, como ter notório conhecimento e formação acadêmica compatíveis com o cargo, todos previstos na Lei das Estatais e no Decreto 8.945/2016, além de não se enquadrarem nas vedações também previstas nos citados normativos. A nomeação dos membros é precedida de processo de *background check*, executado por equipe de *compliance*, com suporte jurídico e parecer final do diretor executivo responsável pela Área de Integridade e Compliance acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação, notadamente a Lei das Estatais, além de requisitos de integridade, como a existência de mídia negativa, processos administrativos e/ou judiciais e inscrições em listas de sanções. O resultado dessa avaliação é encaminhado ao Cope, órgão estatutário responsável por opinar sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros, antes da deliberação do CA sobre as eleições em questão.

Indicação de membros sucessores para o CA e a Diretoria Executiva

Em caso de vacância ou previsão de vacância em assento do CA, cabe ao próprio conselho nomear o substituto, que deverá servir até a primeira Assembleia Geral subsequente, oportunidade na qual o novo membro será eleito para complementar o prazo de gestão. No caso do conselheiro representante dos empregados, deverá haver novo processo de eleição na forma da lei, hipótese em que o conselheiro eleito assumirá a vaga até o término do prazo de gestão, conforme disposto no art. 13, VI, da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais). No caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de membro da Diretoria Executiva, fica a cargo do presidente do BNDES designar o substituto dentre os seus membros. A partir da indicação, o sucessor segue os mesmos requisitos e processo de seleção que os outros membros do CA ou da Diretoria Executiva.

BACKGROUND CHECK

Conforme resolução interna do BNDES, os membros indicados aos órgãos estatutários são submetidos a *background check* para verificar seu atendimento aos requisitos previstos na legislação e normativos aplicáveis. Tal processo visa subsidiar a tomada de decisão relativa à sua eleição, nomeação e permanência no órgão. Além disso, o procedimento é renovado anualmente, assim como pode ser realizado a qualquer tempo, extraordinariamente, por iniciativa da Área de Integridade e Compliance ou seu diretor executivo responsável, em caso de ciência de qualquer situação que possa alterar a tomada de decisão quanto à manutenção do membro de órgão estatutário em seu cargo.

Essa verificação abrange: (i) pesquisa sobre os indicados, incluindo mídia negativa, listas restritivas, processos administrativos e judiciais e vínculos, assim como eventuais diligências; (ii) manifestação jurídica; e (iii) manifestação emitida pelo diretor executivo responsável pela Área de Integridade e Compliance.

ASSEMBLEIA GERAL

É convocada pelo CA, em casos previstos em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Cofis ou pelo acionista único. Ordinariamente, deve ser realizada uma vez por ano, ou mediante convocação, em casos extraordinários. Entre suas competências, estão: aprovação do Relatório Anual da Administração e das demonstrações financeiras anuais; alteração do capital social e do estatuto social; eleição e destituição de membros do CA e do Cofis; e fixação da remuneração dos administradores e membros do Cofis, do Coaud e do CRI. Os trabalhos da Assembleia são liderados, por delegação, pelo diretor executivo responsável pelas áreas jurídicas. Ao menos um membro do Cofis deve comparecer à Assembleia, a depender da matéria. Ainda, o presidente do Coaud ou um de seus membros deve estar presente em todas as assembleias gerais ordinárias, conforme previsto no regimento interno do colegiado.

As assembleias gerais da BNDESPAR e da FINAME são reguladas por seus respectivos estatutos sociais, que podem ser acessados em nosso [site](#).

COMUNICAÇÃO DE PREOCUPAÇÕES CRUCIAIS

O CA segue um plano de trabalho anual, atualizado sempre que necessário, com reuniões ordinárias mensais. Participam periodicamente dessas reuniões membros de seus comitês de assessoramento (CRI, Coaud, Cope e CRSAC), com relatos sobre os aspectos e preocupações mais relevantes em sua esfera de atuação. [GRI 2-13]

O CA também acompanha a execução do plano de negócios aprovado no âmbito da estratégia corporativa do Sistema BNDES, por meio de reportes trimestrais da Área de Planejamento Estratégico e Pesquisa Econômica.

Como previsto nos estatutos sociais, a Diretoria Executiva deve submeter e instruir os assuntos que dependam de deliberação do CA, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse. Os diretores executivos, como regra geral, são os responsáveis por relatar as matérias perante o colegiado. [GRI 2-16]

A comunicação de preocupações cruciais ao CA é feita, ordinariamente, por meio de relatos, apresentações ou envio de documentos por parte de integrantes da própria administração e de seus comitês de assessoramento. Nesses documentos, frequentemente são feitas recomendações à Diretoria Executiva e ao CA sobre temas afetos às suas atribuições, como plano de saúde, previdência complementar, devolução de recursos ao Tesouro Nacional, desinvestimentos, controles internos e gestão de riscos, entre outros. O CA também verifica o cumprimento dessas recomendações.

Em 2025, mais de cinquenta preocupações cruciais foram levadas ao conhecimento do nosso CA por meio de relatórios de auditoria, documentos de prestação de contas e apresentações sobre estratégia, desempenho, captações e riscos, entre outros. Em relação aos trabalhos de auditoria interna, foram levados 34 apontamentos de criticidade alta e muito alta; já em relação a recomendações, determinações ou apontamentos de órgãos externos de controle, foram cinco apontamentos de criticidade alta. [GRI 2-16]

O CA também recebe, para análise e aprovação, relatórios semestrais elaborados pela Ouvidoria sobre as denúncias recebidas por ela, contendo informações qualitativas e

quantitativas e seus respectivos encaminhamentos. Já o Coaud e a Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) recebem da Ouvidoria um boletim quinzenal com as denúncias recebidas no período, as respectivas classificações e os encaminhamentos realizados. O próprio Coaud, por sua vez, possui um canal de denúncias direto, tal como determinado no artigo 38, § 2º, do Decreto 8.945/2016.

PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES [GRI 2-15]

Nossa Área de Integridade e Compliance realiza trabalhos de avaliação do sistema de controle interno do Banco, dos controles de processos, de potenciais conflitos de segregação de funções e de conflitos de interesses institucionais relacionados a nossas atividades finalísticas. Ao identificar potenciais conflitos de interesse, a área propõe ações para sua adequada prevenção.

Em relação aos membros de órgãos estatutários, a análise ocorre no momento da indicação para o cargo, por meio do processo de *background check*, e, anualmente, nas avaliações periódicas ou em eventuais reconduções. É ainda realizado monitoramento contínuo de participações societárias desses membros ou de seus parentes (monitoramento de partes relacionadas), nos termos da [Lei 4.595](#), de 31 de dezembro de 1964, sendo o resultado desse acompanhamento reportado trimestralmente ao Coaud e ao Cofis. Conflitos de interesse também constam das atas do Cope, nas quais, quando necessário, são feitas recomendações aos indicados de assinatura de termos de compromisso perante o Sistema BNDES ou de realização de consultas à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União (CGU), de forma a prevenir conflitos de interesse. Essas atas são enviadas ao CA e ao ministério responsável pela indicação, no caso de indicações de membros do CA e do Cofis.

O Regimento Interno do CA estabelece, ainda, que os membros devem se declarar impedidos nas reuniões do conselho, de forma natural e voluntária, retirando-se da reunião em caso de apreciação de matérias nas quais haja conflito de interesses ou os conselheiros tenham interesse particular, sendo tal fato consignado em ata. Tal previsão também se encontra nos regimentos internos do Cofis e dos comitês de assessoramento ao CA.

As matérias que configuram conflito de interesses são deliberadas sem a presença do membro impedido, sendo-lhe assegurado o acesso à ata da reunião e aos documentos referentes às deliberações tomadas, no prazo de trinta dias. Caso o membro do CA não se declare impedido, qualquer outra pessoa poderá fazê-lo se tiver ciência do conflito, devendo o colegiado deliberar sobre o fato. Uma vez que o colegiado delibere a existência do conflito, a Secretaria Geral não concederá ou retirará o acesso do conselheiro à matéria em questão.

O conselheiro representante de empregados não poderá participar de discussões e deliberações que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, restando configurado seu conflito de interesse sobre elas. Nesses casos, haverá uma reunião especial sem sua presença.

A Comissão de Ética Pública possui competência para analisar situações de conflito de interesses de presidente, diretores executivos, conselheiros de administração e superintendentes do Sistema BNDES à luz do Código de Conduta da Alta Administração Federal e da [Lei 12.813/2013](#), ao passo que a Comissão de Ética do Banco tem a atribuição de analisar situações de conflito de interesses dos demais empregados, nos termos do seu Código de Ética e Integridade.

Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são submetidas às regras e aos procedimentos estabelecidos em política específica, aprovada e revisada anualmente pelo CA, que visa assegurar competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade dessas transações. O processo de captura das transações com partes relacionadas tem sido aprimorado ao longo dos anos. Atualmente, é utilizado o sistema da Declaração Eletrônica de Parentesco, para preenchimento pela alta administração e superintendentes, gerando automaticamente alertas restritivos e informativos nos sistemas operacionais do Banco. É feito um monitoramento dessas transações, com reportes ao Coaud e ao Cofis, de forma trimestral.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES [GRI 2-19] [GRI 2-20]

A política global de remuneração dos administradores (Diretoria Executiva e CA) e dos demais membros estatutários (Coaud, Cofis, CRI e Cope) é elaborada e analisada pelo Cope do BNDES, com apoio da área responsável pela gestão de pessoas, seguindo as diretrizes da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), como a [Resolução CMN 5.177/2024](#). Posteriormente, é enviada para aprovação do CA e deliberação da Assembleia Geral.

A política disciplina o processo de remuneração dos membros desses colegiados e considera: a adequação às melhores práticas de mercado e às disposições legais; o reconhecimento da responsabilidade, do tempo dedicado à função, da competência e da reputação profissional dos administradores; o incentivo a comportamentos que não elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes

nas estratégias de curto, médio e longo prazo; e a observância às metas e à situação financeira atual e esperada da instituição. A remuneração e os benefícios concedidos a nossos dirigentes podem ser encontrados em nosso [site](#).

Remuneração dos conselheiros

A remuneração dos membros dos conselhos e comitês tem como base de cálculo a remuneração mensal média dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios. Os membros de nossos conselhos (Cofis e CA) fazem jus a remuneração mensal equivalente a 10% da base de cálculo. É, ainda, vedado o pagamento aos conselheiros de participação nos lucros da empresa, de qualquer espécie, e o plano de benefícios previdenciários patrocinado pelo BNDES não é extensível a eles.

Remuneração dos diretores

A remuneração fixa mensal dos membros de nossa Diretoria Executiva é estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. Os diretores têm direito a remuneração variável anual (RVA), condicionada ao alcance de metas e indicadores de desempenho previamente estabelecidos no programa, não sendo inclusos bônus, gratificações e ganhos baseados em ações. Ressalvando-se eventual deliberação contrária na Assembleia Geral, os membros da Diretoria Executiva fazem jus a auxílio-refeição e auxílio-alimentação; auxílio-moradia; férias anuais de trinta dias remuneradas com um terço da remuneração fixa mensal; plano de assistência à saúde ou benefício de assistência à saúde; ajuda de custo; assistência educacional; recolhimento de contribuição previdenciária patronal; recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); remuneração compensatória (quarentena);

e gratificação natalina (13º salário). Os integrantes da Diretoria Executiva não contam com multa rescisória de FGTS (40%), abono pecuniário de férias (venda de um terço de férias), aviso prévio indenizado e auxílio-transporte.

Ao promover a distribuição dos resultados, na forma da lei e do programa de RVA, buscamos incentivar a contribuição dos dirigentes aos nossos objetivos, em especial ao cumprimento de nossa missão e de metas que orientam nossa sustentabilidade financeira. Na RVA 2025, foram considerados mais quatro indicadores além dos indicadores estratégicos, conforme figura a seguir.

DIMENSÃO	INDICADOR	META	RESULTADO	DESEMPENHO
Exclusivo da Diretoria de Risco e Compliance	Tratamento de incidentes de segurança da informação	98,5%	100%	101,52%
Governança corporativa	Indicador de conformidade da Sest (IC-Sest)	900 pontos	1.000 pontos	111,11%
	Indicador de avaliação individual	100,00%	Variou entre 98,18% e 100,00%	Variou entre 98,18% e 100,00%

Cabe salientar que, conforme o disposto no artigo 19 da Resolução CMN 5.117/2024, o comitê de remuneração (no caso do BNDES, denominado Cope) deve trabalhar conjuntamente com o Comitê de Riscos da instituição na avaliação dos incentivos criados pela política de remuneração de administradores. Por essa razão, ambos os colegiados apreciam as matérias referentes à política de remuneração e ao programa de RVA antes de sua deliberação pelo CA.

Remuneração dos demais membros estatutários

A remuneração fixa mensal dos membros do Coaud equivale a 50% (para o coordenador) ou 40% (demais membros) da base de cálculo, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. A remuneração dos membros do CRI, por sua vez, equivale a 10% da base de cálculo, também sendo vedado pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros. Já o Cope, cujos membros, até 2023, também integravam o CA ou o Coaud, sem remuneração adicional, passou a ter membros externos remunerados após atualização estatutária, para os quais se pratica a remuneração de 13% (coordenador) ou 10% (demais membros). Os membros do CRSAC que não são integrantes de outros colegiados, empregados ou administradores do BNDES podem ser remunerados, segundo o disposto no seu Regimento Interno, desde que observadas as aprovações legais e societárias necessárias, o que ainda não ocorreu.

Rescisão

Não há aviso prévio para diretores ou conselheiros. Quando há rescisão, o membro da Diretoria Executiva tem direito a receber o saldo de dias trabalhados e os valores proporcionais relativos ao 13º salário. Os membros de outros órgãos estatutários têm direito a receber o saldo de dias até a data da exoneração. Conforme legislação pertinente, os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos, nos seis meses posteriores à rescisão, de exercer atividades ou prestar quaisquer serviços relacionados à área de competência do cargo ocupado, contados a partir da data da exoneração. Para isso, é paga pelo BNDES – exclusivamente durante o período de impedimento após o término do mandato do membro da Diretoria Executiva – uma remuneração compensatória referente ao cargo que era ocupado, desde que aprovada pela Comissão de Ética Pública (CEP).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Estamos organizados em diretorias específicas, compostas por áreas. Cada área é de responsabilidade de um superintendente. A Diretoria Executiva é composta pelo presidente Aloízio Mercadante e pelos seguintes diretores: Helena Tenório (Pessoas, Tecnologia da Informação e Operações), Tereza Campello (Socioambiental), Alexandre Abreu (Financeira e Mercado de Capitais), Maria Fernanda (Crédito Digital para MPMEs e Gestão do Fundo Rio Doce), Luciana Costa (Infraestrutura e Mudança Climática), Walter Baère (Jurídica), José Luis Gordon (Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior), Nelson Barbosa (Planejamento e Relações Institucionais) e Luiz Augusto Navarro (Risco e Compliance).

climática, além de gerir o Fundo Rio Doce, composto por recursos privados, sob gestão do Poder Executivo Federal, destinados aos projetos, às ações e às medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015 em Mariana (MG).

Simultaneamente, também foi criada a Área de Relacionamento, Marketing e Cultura (ARMC), subordinada diretamente à Presidência do BNDES, com o objetivo de intensificar e integrar as ações de comunicação e *marketing* com as de cultura e relacionamento para fortalecer a imagem institucional do BNDES e ampliar o conhecimento da sociedade sobre a atuação da instituição.

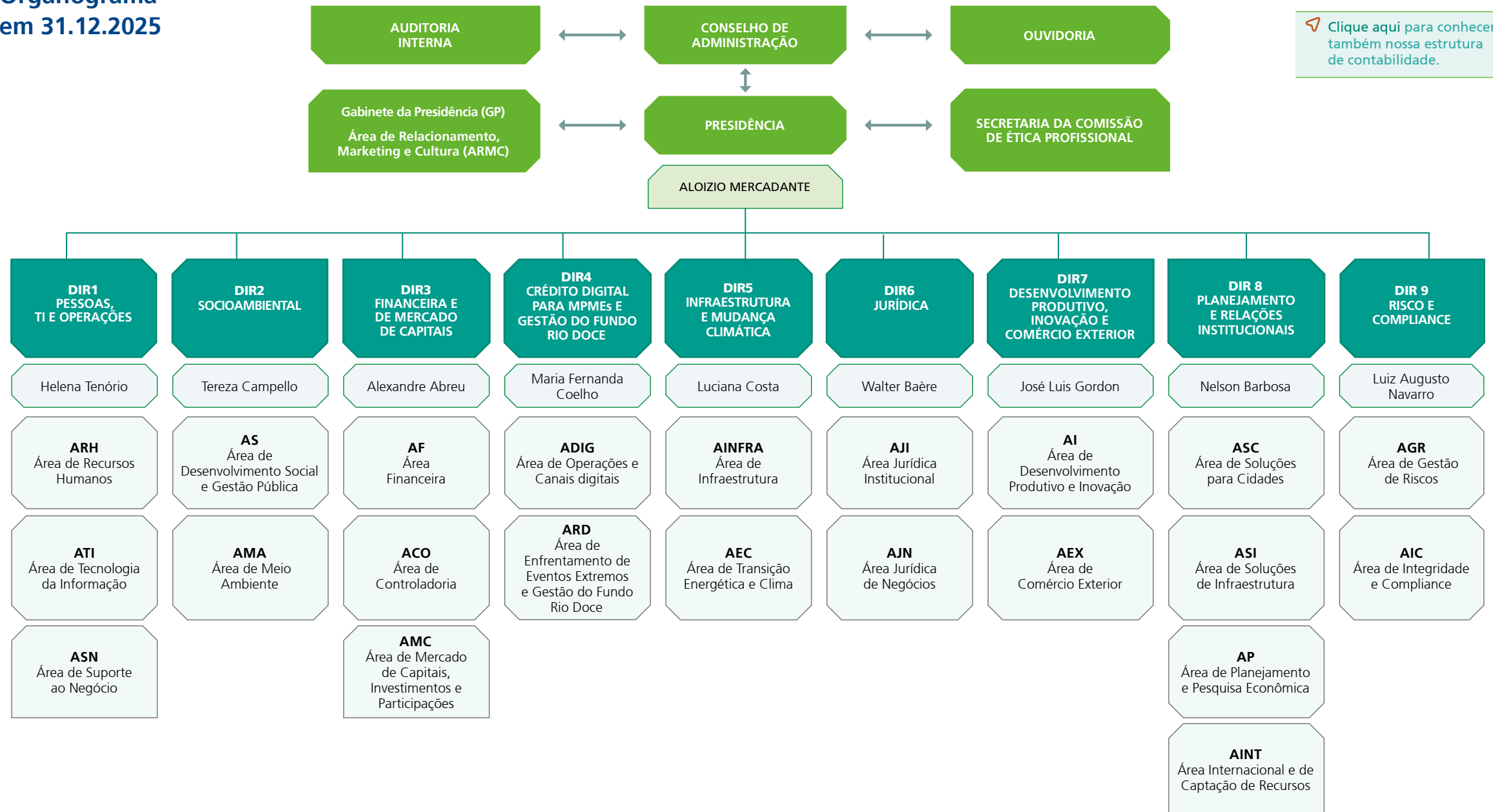
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 31.12.2025: [GRI 405-1]

GÊNERO		FAIXA ETÁRIA		RAÇA/COR	
6 (60%)	4 (40%)	2 (20%)	8 (80%)	9 (90%)	1 (10%)
masculino	feminino	de 30 a 50 anos	mais de 50 anos	branca	parda

De modo a refletir as novas prioridades e alinhamento à estratégia do Banco, foi necessário realizar ajustes no organograma da instituição com a criação de duas novas áreas, em janeiro de 2025. Assim, foi criada a Área de Enfrentamento de Eventos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce (ARD) subordinada à Diretoria de Crédito Digital para MPMEs e Gestão do Fundo Rio Doce, cuja missão é preparar a capacidade institucional e operacional do sistema BNDES para situações emergenciais, em especial aquelas derivadas da crise



Organograma em 31.12.2025



[Clique aqui para conhecer também nossa estrutura de contabilidade.](#)

AUDITORIA INTERNA

Nossa unidade de Auditoria Interna é vinculada diretamente ao CA e tem como missão fortalecer a governança corporativa, a gestão de riscos e o sistema de controle interno, por meio de avaliações e consultorias objetivas e da interlocução com os órgãos externos de controle e fiscalização (OEC): TCU, CGU e Banco Central do Brasil (BCB). No exercício de 2025, foram acompanhados 198 processos no TCU dos quais o BNDES é parte, oito auditorias da CGU e 24 fiscalizações, verificações e auditorias provenientes do BCB. No mesmo período, foram recebidas 129 demandas e 21 novos apontamentos, recomendações e/ou determinações, e foram monitorados 95 apontamentos, recomendações e/ou determinações (incluindo os novos) provenientes dos referidos OECs.

Em decorrência dos trabalhos de auditoria interna realizados em 2025, foram emitidas 204 novas recomendações aos gestores de processo, resultando na implementação de ações mitigadoras de risco. Ao longo do ano, foram atendidas 171 recomendações, de 2025 e anos anteriores. A implementação das ações mitigadoras de risco pelas unidades auditadas é acompanhada pela Auditoria Interna, que reporta trimestralmente a situação ao Coaud, ao CA e ao Cofis, bem como ao CRI. As principais atividades de controle realizadas pela unidade são divulgadas anualmente no Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (Raint).

Os resultados das auditorias anuais de contas conduzidas pela CGU, das inspeções e auditorias realizadas pelo TCU e os acompanhamentos das providências das respectivas recomendações ou determinações proferidas por esses órgãos de controle, assim como o Raint, são disponibilizados em nosso [site](#).

REVISÃO E ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Sempre que necessário, atualizamos as cláusulas de nossos contratos para se adequarem a alterações normativas e a revisão de processos e políticas operacionais. Entre as principais alterações ocorridas em 2025 nas minutas de instrumentos contratuais padronizados de nossas operações diretas, destacamos:

- » Criação de minutas contratuais para operacionalização do Programa BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial, lançado com o objetivo de apoiar pessoas jurídicas de direito privado exportadoras de bens, especialmente aquelas impactadas pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras por parte dos EUA.
- » Criação de minutas contratuais para operacionalização do Programa BNDES Crédito Emergencial Complementar – Exportação, elaborado para apoiar a necessidade de liquidez das empresas afetadas por situações emergenciais por meio da oferta de capital de giro, inclusive de forma complementar ao valor financiado do Programa BNDES Brasil Soberano Crédito Emergencial.

- » Criação de minuta contratual para operacionalização do Programa Eco Invest Brasil – *Blended Finance*, que visa o apoio a projetos que promovem a transformação ecológica, por meio de uso de capital catalítico para mobilização de capital privado internacional.
- » Criação de minuta contratual para operacionalização do subprograma Aquisição de Bens Inovadores – Programa BNDES Mais Inovação.
- » Criação de minuta contratual a ser utilizada em operações do produto BNDES Máquinas e Serviços e do Fundo Clima – Máquinas Verdes, com estados, municípios e o Distrito Federal, que sejam integralmente garantidas pela União.
- » Criação de minuta contratual para formalização de operações no âmbito do produto BNDES Máquinas e Serviços que utilizam a Taxa LCD como referencial de custo financeiro.
- » Criação de cláusula específica e alteração das minutas contratuais para prever a cessão de direitos autorais patrimoniais sobre as obras fotográficas e/ou audiovisuais para fins de divulgação institucional.



GOVERNANÇA NO MERCADO DE CAPITALIS

Reforço da governança interna para atuação em mercado de capitais

A partir de 2023, no contexto da retomada do papel histórico do BNDES, foi iniciado processo de reforço da governança e controles internos da Área de Mercado de Capitais para inserção nos normativos internos relacionados ao tema de todas as recomendações oriundas de órgãos externos de controle e para viabilizar maior transparência e segurança a essa modalidade de atuação. Em 2024, foi aprovada pelo CA uma estratégia de investimentos de renda variável, baseada em cinco pilares estratégicos, com destaque para a estratégia orientada, que direciona a realização de novos investimentos diretos em empreendimentos com foco na transição ecológica justa e em investimentos “limpos” sob o ponto de vista climático e energético.

Em 2025, foi aprovado pela Diretoria Executiva o Regulamento de Alocação Proprietária, cuja finalidade principal é, em linhas gerais, contribuir para a sustentabilidade financeira de longo prazo do Sistema BNDES, bem como fomentar o desenvolvimento do mercado de Fundos de Índice, por meio de operações de

aquisição de ações ou outros valores mobiliários de renda variável em mercado regulamentado ou em oferta pública e de cotas de Fundos de Índice. Além disso, as teses orientadas de investimentos passaram a ser regularmente publicadas e divulgadas no *site* do BNDES, na página de [mercado de capitais](#).

Estímulo a boas práticas de governança em companhias investidas

Sempre buscamos incentivar as companhias investidas a atingir padrões de governança corporativa cada vez mais elevados, seja por meio do exercício do direito de voto em seus colegiados, seja por meio de direitos contratualmente previstos em nossos acordos de acionistas, em linha com o Código Brasileiro de Stewardship, do qual a BNDESPAR é signatária. Buscamos promover inclusão e diversidade nas nossas indicações de conselheiros e fomentar essas boas práticas em nossas investidas, de acordo com a Política de Indicação do Sistema BNDES em Colegiados de 2023. Em 2025, por exemplo, incentivamos a migração da Companhia Paraense de Energia (Copel) para o segmento do Novo Mercado da B3, nível mais elevado de governança do mercado de capitais brasileiro.

GOVERNANÇA DE EVENTOS EMERGENCIAIS

Em 2025, com a criação da Área de Enfrentamento de Eventos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce (ARD), foi estabelecida uma governança para atuação do BNDES em situações emergenciais, como eventos climáticos extremos e outras crises de grande impacto. A aprovação do Regulamento para Atuação no Enfrentamento a Eventos Emergenciais estabeleceu um modelo integrado para resposta emergencial, definindo a atuação em três níveis: estratégico, tático e operacional.

No nível estratégico atua o Gabinete Emergencial, coordenado pelo presidente do BNDES e composto pelos diretores responsáveis pelas áreas de Enfrentamento de Eventos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce; Planejamento e Pesquisa Econômica; Financeira; Gestão de Riscos; Jurídica de Negócios; e Operações e Canais Digitais. Cabe a esse colegiado orientar a estratégia geral de atuação, definir temas críticos, decidir sobre normativos emergenciais e direcionar esforços de captação e alocação de recursos.

O nível tático é de responsabilidade de uma secretaria executiva, com atribuições voltadas ao suporte do Gabinete Emergencial e acompanhamento da implementação das ações emergenciais, e do Conselho Executivo, formado pela diretora da ARD e por pelo menos um representante de cada Diretoria, responsável por coordenar e monitorar a execução das ações emergenciais. O Conselho Executivo deve acompanhar os impactos do estado emergencial, constituir e realizar a gestão das forças-tarefa de temas críticos, centralizar a interlocução externa, supervisionar os postos avançados e fazer reporte contínuo ao Gabinete Emergencial.

O nível operacional, por sua vez, foi estruturado por meio da implementação de uma matriz de tarefas e responsabilidades que organizou 56 tarefas emergenciais em diversas frentes de trabalho. A matriz definiu, para cada unidade do BNDES, sua participação como responsável ou suporte técnico, proporcionando mais clareza de papéis e padronização de processos. Essa estrutura viabiliza a execução coordenada de ações como instalação de postos avançados, comunicação emergencial, gestão de programas emergenciais, emissão de reportes internos e externos e mobilização de equipes especializadas. Em conjunto, essas medidas consolidam um modelo de governança emergencial estruturado para atuar em cenários de alta complexidade.

NOSSA EQUIPE

PERFIL DO CORPO FUNCIONAL [GRI 2-7]

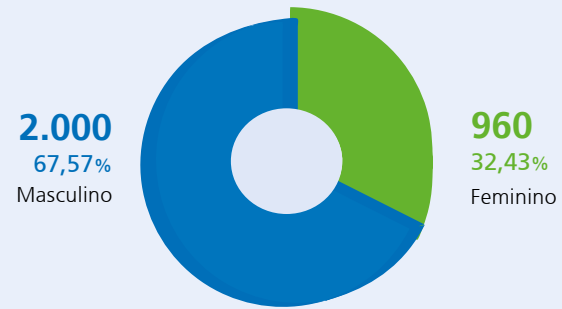
Contamos com uma equipe comprometida, que está sempre em busca da excelência, um de nossos valores. Todos são contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por tempo indeterminado e por período integral. Não há diferenciação na admissão de homens e mulheres – todos participam de concurso público e são selecionados em função de seu desempenho. Contamos também com contratados de forma transitória e com servidores cedidos de órgãos estatais para ocuparem cargos comissionados vinculados à alta administração. Nossa equipe encerrou 2025 com 2.988 empregados, crescimento de 23,57% em relação ao quantitativo de 2024, que foi de 2.418 empregados.



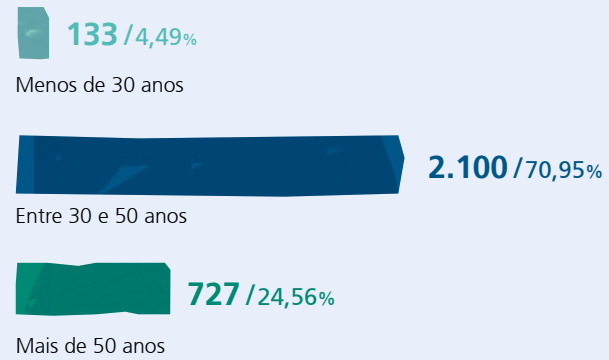
Detalhamento do perfil do corpo funcional [GRI 2-7] [GRI 405-1]

Concursados

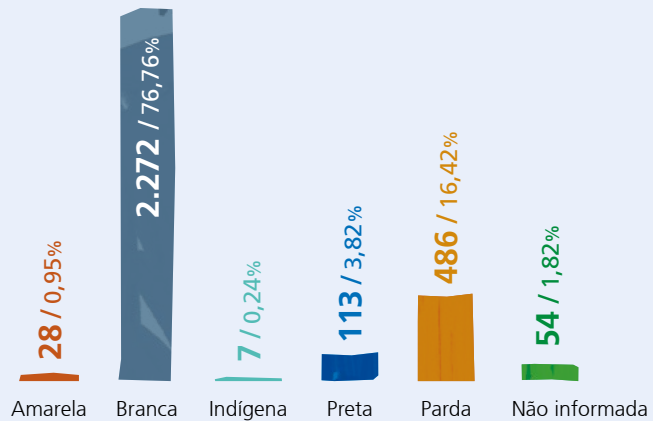
GÊNERO



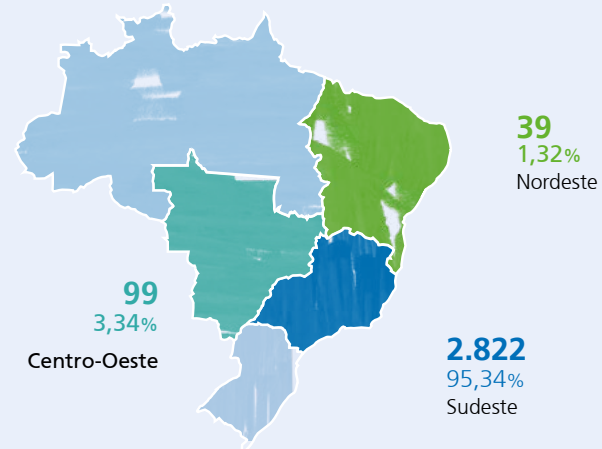
FAIXA ETÁRIA



RAÇA/COR

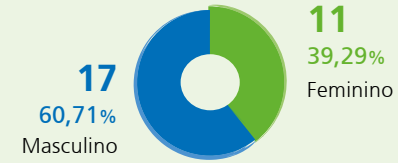


POR REGIÃO

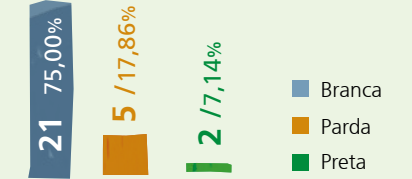


Transitórios

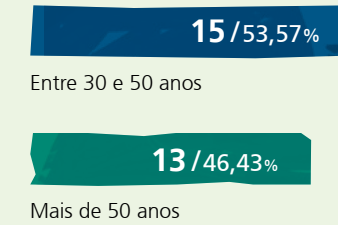
GÊNERO



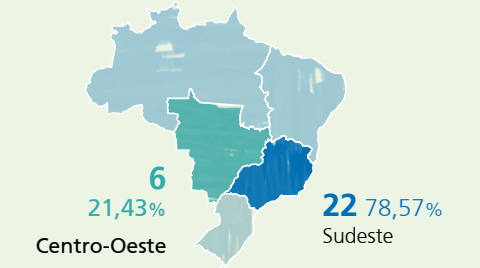
RAÇA/COR



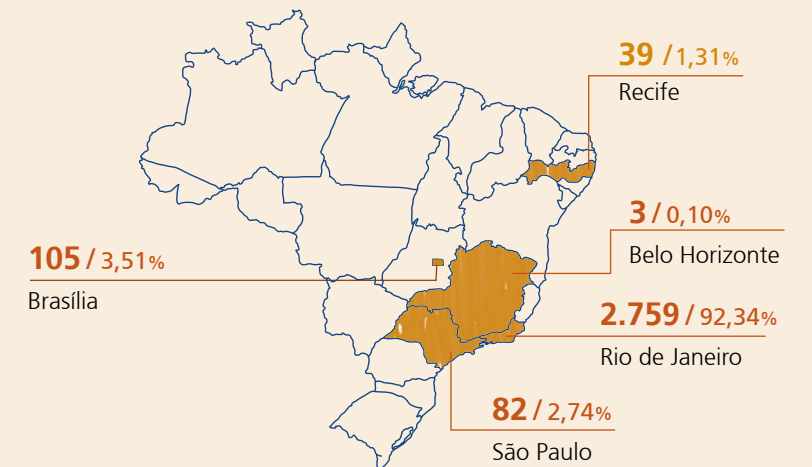
FAIXA ETÁRIA



POR REGIÃO



Por unidade operacional (concursados + transitórios)

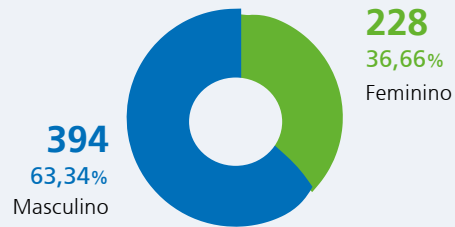


Por categoria funcional Para informações sobre a Diretoria Executiva e os conselhos, veja o capítulo [Nossa governança](#).

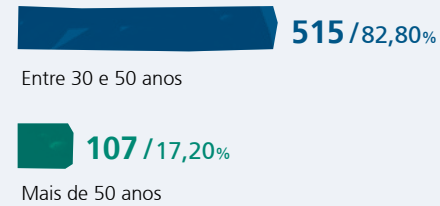
Média gerência

(superintendentes, chefes de departamento e gerentes)

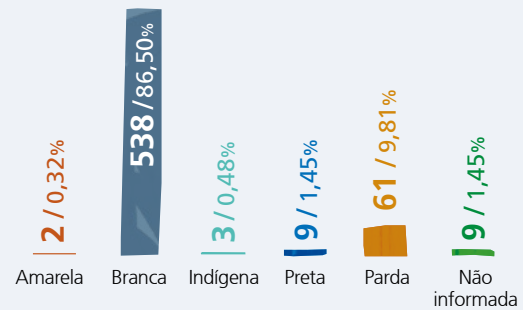
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA



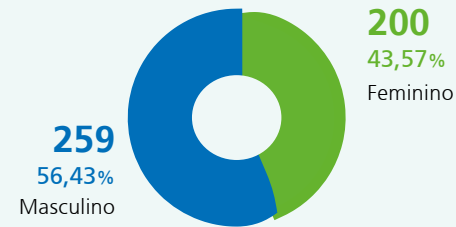
POR RAÇA/COR



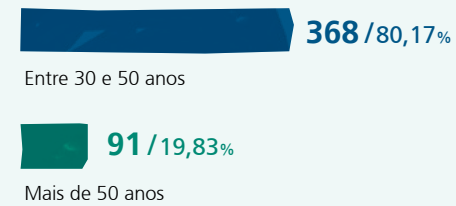
Outras funções

(coordenadores, encarregados, secretários e assessores)

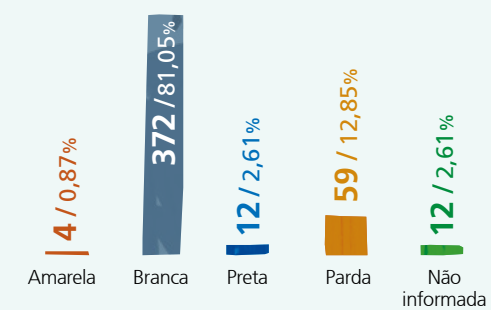
POR GÊNERO



POR FAIXA ETÁRIA

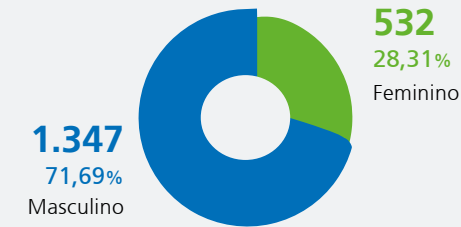


POR RAÇA/COR

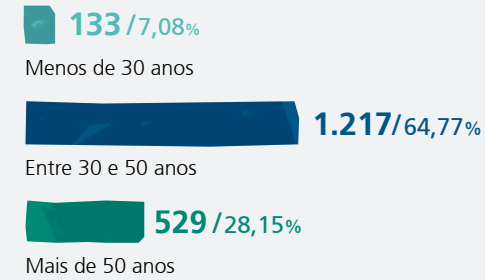


Sem função

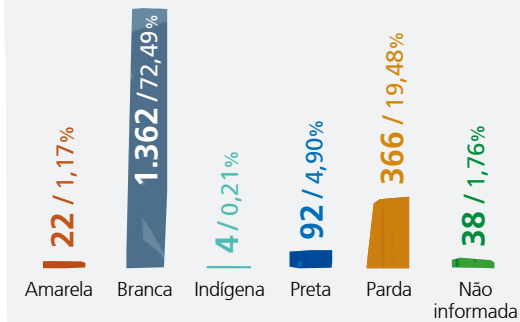
POR GÊNERO



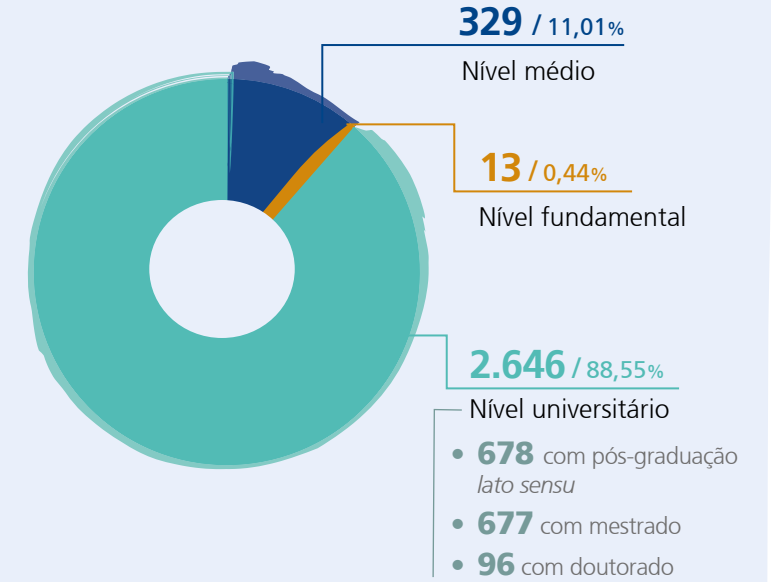
POR FAIXA ETÁRIA



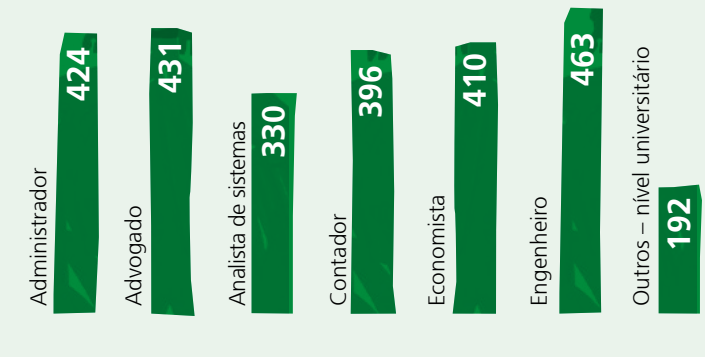
POR RAÇA/COR



Por segmento funcional



Por formação universitária



Contratações [GRI 401-1]

CONTRATAÇÕES DE CONCURSADOS		QTD.	TAXA
Tipo	Concursados	610	100,00%
Gênero	Masculino	485	79,51%
	Feminino	125	20,49%
Faixa etária	Mais de 50	28	4,59%
	30 a 50	448	73,44%
	Menos de 30	134	21,97%
Região	Nordeste	1	0,16%
	Centro-Oeste	39	6,39%
	Sudeste	570	93,44%

CONTRATAÇÕES DE TRANSITÓRIOS		QTD.	TAXA
Tipo	Transitórios	6	100,00%
Gênero	Masculino	3	50,00%
	Feminino	3	50,00%
Faixa etária	30 a 50	5	83,33%
	Mais de 50	1	16,67%
Região	Centro-Oeste	2	33,33%
	Sudeste	4	66,67%

Desligamentos [GRI 401-1]

DESLIGAMENTOS DE CONCURSADOS		QTD.	TAXA
Tipo	Concursados	43	100,00%
Gênero	Feminino	14	32,56%
	Masculino	29	67,44%
Faixa Etária	30 a 50	23	53,49%
	Mais de 50	19	44,19%
	Menos de 30	1	2,33%
Região	Centro-Oeste	2	4,65%
	Nordeste	2	4,65%
	Sudeste	39	90,70%

DESLIGAMENTOS DE TRANSITÓRIOS		QTD.	TAXA
Tipo	Transitórios	3	100,00%
Gênero	Feminino	2	66,67%
	Masculino	1	33,33%
Faixa Etária	30 a 50	1	33,33%
	Mais de 50	2	66,67%
Região	Centro-Oeste	1	33,33%
	Sudeste	2	66,67%

Taxa de rotatividade [GRI 401-1]

ROTATIVIDADE DE CONCURSADOS		TAXA
Tipo	Concursados	1,45%
Gênero	Feminino	0,47%
	Masculino	0,98%
Faixa etária	Menos de 30	0,03%
	30 a 50	0,78%
	Mais de 50	0,64%
Região	Centro-Oeste	0,07%
	Nordeste	0,07%
	Sudeste	1,32%

ROTATIVIDADE DE TRANSITÓRIOS		TAXA
Tipo	Transitórios	10,71%
Gênero	Feminino	7,14%
	Masculino	3,57%
Faixa etária	30 a 50	3,57%
	Mais de 50	7,14%
Região	Centro-Oeste	3,57%
	Sudeste	7,14%

Nota: A taxa de rotatividade considera o número de desligamentos sobre o total de empregados em cada categoria, sendo 2.960 concursados e 28 transitórios. Considerando a média entre as admissões (616) e demissões (46) em 2025, e o quantitativo em 31 de dezembro do mesmo ano, a rotatividade ficou em 1,11%.

NOVOS EMPREGADOS

Em 2024, realizamos seleção pública para provimento de pessoal, com o total de 900 candidatos aprovados. Em 2025, como resultado da seleção, foram contratados 606 novos empregados, dos quais 191 são pessoas negras e 74 PcDs. Com o objetivo de acolher, inspirar e orientar os novos colaboradores, foi criado o Programa BNDES Pertencer, que envolveu diversas ações voltadas à promoção da cultura inclusiva, do pertencimento e da diversidade.



TERCEIRIZADOS [GRI 2-8]

Além do quadro de pessoal próprio, mantemos alguns contratos de terceirização, apenas para serviços não relacionados a nossas atividades-fim, tais como limpeza, suporte técnico, segurança e mensageria, celebrados com base nos normativos pertinentes. Para mitigar os riscos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados, realizamos acompanhamento com as empresas contratadas para verificar o cumprimento da legislação trabalhista associada. Não ocorreram variações significativas do número de prestadores ao longo de 2025, bem como não houve variações significativas em relação ao ano de 2024, quando o total registrado foi de 551 prestadores.

TERCEIRIZADOS BNDES*	QTD.	%
Masculino	390	67,59
Feminino	187	32,41
Total	577	100

*Contratos administrativos com alocação de mão de obra.

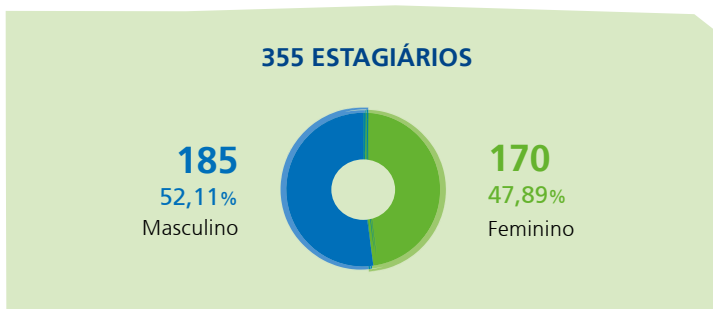
Todo o pessoal de segurança que atua no BNDES atende aos requisitos de formação e reciclagem periódica estabelecidos pela Portaria 3.233/2012-DG/PF. O curso de formação inclui as disciplinas "Legislação aplicada e direitos humanos" e "Relações humanas no trabalho", e o de reciclagem busca atualizar e reforçar o conteúdo das disciplinas do curso de formação. [GRI 410-1]

ESTÁGIO NO BNDES [GRI 2-8]

No primeiro semestre de 2025, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Estagiários, com o objetivo de contribuir para a conscientização e a futura atuação dos estudantes em defesa das questões socioambientais, além de estimular seu engajamento com nosso propósito e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), e de ampliar seu grau de empregabilidade futura, por meio da capacitação em competências técnicas e comportamentais requeridas no mercado de trabalho.

No segundo semestre, o programa passou por alterações, mantendo, contudo, o foco na capacitação. Destaca-se a inclusão da possibilidade de realização de cursos de idiomas, bem como de aulas de educação financeira ministradas voluntariamente por empregados do BNDES. Foi realizada também mais uma edição do Programa de Mentoria para Estagiários, na qual os estudantes tiveram a oportunidade de refletir sobre suas carreiras com o apoio de um profissional sênior do Banco.

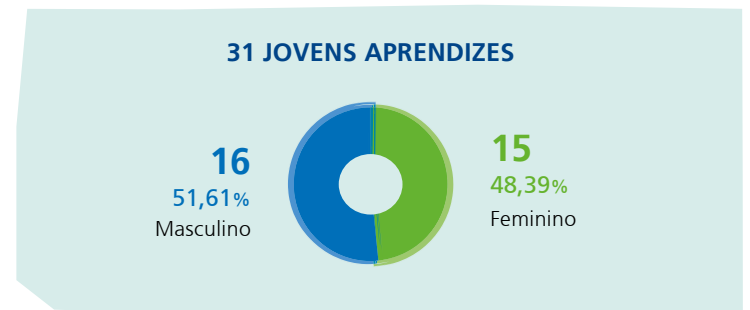
Não ocorreram variações significativas do número de estagiários ao longo de 2025, bem como não houve variações significativas em relação ao ano de 2024, quando o total registrado foi de 368 estagiários.



PROGRAMA JOVEM APRENDIZ [GRI 2-8]

Mantemos também o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica a adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho.

A iniciativa busca contribuir para a diminuição da principal causa de desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. A condição para ingresso no programa é a inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), no intuito de oferecer oportunidades a jovens de famílias com algum grau de vulnerabilidade econômica. Não ocorreram variações significativas do número de jovens aprendizes ao longo de 2025, bem como não houve variação em relação ao ano de 2024, mantendo o número de 31 jovens aprendizes.



DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em 2025, houve avanços significativos na agenda de diversidade e inclusão do BNDES, com destaque para a estruturação de ações institucionais e para o acolhimento de novos empregados.

Neste ano, aprovamos o Plano de Ação da [Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade \(PEGVD\)](#) para o triênio 2025-2027. Além disso, participamos ativamente do Pacto pela Diversidade nas Empresas Estatais, coordenado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Como consequência desse compromisso assumido, disponibilizamos cursos sobre [diversidade e neurodiversidade](#) para todos os empregados do Banco. O conteúdo também está disponível no [portal da Escola de Governo da Escola Nacional de Administração Pública \(Enap\)](#) e já alcançou mais de 14.000 acessos.

Desde 2007, participamos do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pelo Ministério das Mulheres, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério do Trabalho e Emprego, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 2025, permanecemos comprometidos com o cumprimento dos compromissos assumidos, essenciais para a obtenção do Selo Pró-Equidade.

Pela primeira vez, participamos do [Censo de Diversidade do Setor Bancário](#), conduzido pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT). A iniciativa é considerada um marco institucional, pois insere o BNDES em um esforço nacional de mapeamento do perfil de trabalhadores do sistema financeiro.

Também recebemos a primeira turma de empregados contratados por meio de ações afirmativas. Por ser a primeira empresa no Brasil a adotar 30% das vagas para pessoas negras em concurso público, obtivemos o primeiro lugar na categoria “recrutamento e seleção” do Prêmio Melhores Empresas e Líderes da Diversidade, organizado pela Universidade Zumbi dos Palmares e pela Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial.

Em agosto, lançamos o Programa de Mentoria para Mulheres do BNDES. A iniciativa tem como objetivo fortalecer o desenvolvimento profissional das mulheres, promover a escuta ativa, ampliar seu poder de fala na organização, bem como fortalecer a rede de contatos entre as empregadas, criando conexões significativas que favoreçam o apoio mútuo e a colaboração entre elas.

Nosso Programa de Trabalho Híbrido busca adotar um modelo flexível que atenda às necessidades organizacionais e promova uma gestão eficaz. Em 2025, mantivemos um modelo especial de trabalho híbrido para empregados com deficiência ou para empregados responsáveis por pessoas com deficiência. Além disso, mães de bebês prematuros têm a possibilidade de trabalho integralmente no modelo remoto do término da licença maternidade – ou afastamento especial, quando aplicável – até que o bebê complete seis meses de idade corrigida. Em dezembro de 2025, 2.902 empregados ativos participavam voluntariamente do programa, dos quais 141 empregados, ou seja 4,9%, aderiram aos modelos especiais.

Em relação ao programa de estágio, desde 2021 estabelecemos pontuação maior na pré-seleção de candidatos que atendem a critérios objetivos do histórico de desenvolvimento: i) família inscrita no CadÚnico, sendo beneficiária de algum programa

socioassistencial do governo; ii) beneficiário do sistema de cotas; iii) beneficiário do Programa Universidade para Todos (Prouni) ou do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); iv) beneficiário de projetos sociais (como pré-vestibular comunitário); e v) ensino médio integralmente realizado na rede pública, ou em rede privada com a comprovação de bolsa integral.

Em 2025, contratamos 259 estagiários, dos quais 68% pontuaram no critério histórico de desenvolvimento. Cabe destacar que 10% das vagas de estágio são reservadas a PcDs, tendo sido realizadas 17 contratações neste ano. Para auxiliar o preenchimento dessas vagas, é realizado recrutamento contínuo de candidatos com deficiência para formação de cadastro antes mesmo da oferta de vagas. Ao ingressarem, esses estagiários passam por um processo de facilitação para a inclusão de PcDs, recebendo suporte da equipe de apoio à gestão de pessoas e do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT).

Em relação ao Programa Jovem Aprendiz, busca-se uma composição equilibrada de gênero nas turmas. Ademais, dos 31 jovens aprendizes da turma atual, seis são PcDs.

Em relação ao público terceirizado, realizamos nossa primeira licitação com a adoção de critérios afirmativos referentes à equidade racial e de gênero. O pregão eletrônico teve por objeto a contratação de serviços de microfilmagem eletrônica para o acervo arquivístico do BNDES. A empresa contratada possui a obrigação e o compromisso de empregar, no mínimo, 40% de pessoas negras (pretas e pardas, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e, pelo menos, 40% de mulheres (incluindo mulheres cisgênero e transgênero).

Nosso compromisso com a diversidade e a inclusão também se refletiu em treinamentos, eventos e ações de comunicação, com destaque para:

- » 33 empregados capacitados na formação em Estudos Afro-Latino-Americanos oferecido pela Universidade de Harvard;
- » continuidade dos eventos da frente LideraRH que abordaram temas como liderança feminina, neurodivergência e questão racial;
- » elaboração do Guia para Entrevistas Inclusivas, cujo objetivo é apoiar os gestores nas entrevistas de alocação de novos empregados;
- » iluminação do prédio do Condomínio do Edifício de Serviços do BNDES (CEDSERJ), no Rio de Janeiro, em homenagem ao Dia do Orgulho LGBTQIAPN+;
- » participação de empregados, estagiários e jovens aprendizes no Circuito Herança Africana para sensibilização histórica e social;
- » reserva de vagas para pessoas LGBTQIAPN+ no Programa de Mentoria para Estagiários;
- » divulgação do Código de Melhores Práticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) Racial para gestores de empresas que têm contratos de terceirização com o BNDES; e
- » elaboração e divulgação de uma cartilha contendo orientações sobre assédio e discriminação para os prestadores de serviço do BNDES.

DIVERSIDADE NA DIRETORIA E NAS SUPERINTENDÊNCIAS

Em 2025, 40% dos cargos da Diretoria Executiva e 36% das posições de superintendência eram ocupados por mulheres.

Do total de superintendentes, 64% têm mais de 45 anos de idade e 44% têm mais de vinte anos de casa.

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Ao serem contratados, os empregados ingressam obrigatoriamente no primeiro nível do plano de cargos e salários, independentemente de experiência prévia, gênero ou posição na seleção, recebendo a mesma remuneração. A progressão salarial ocorre por meio dos reajustes negociados em acordo coletivo de trabalho, pela evolução nível a nível no plano de cargos e salários, conforme o processo de promoção anual, ou pela ocupação de cargo executivo. Não há distinção de gênero nos valores recebidos por empregados de mesmo nível do plano de cargos e salários, ou por mesma função executiva exercida.

Desde 2020, publicamos em nosso *site* as remunerações de todos os nossos empregados nominalmente. Fomos a primeira empresa estatal federal a fazer esse tipo de divulgação.

Para fins de apuração dos dados de proporção salarial entre mulheres e homens, foram considerados todos os empregados concursados, segregados por categoria funcional, além dos transitórios. A proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago e a remuneração média anual de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) é de 205%. Já a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os demais empregados (excluindo o mais bem pago) é de 97%. [GRI 2-21]

Nossos pleitos referentes a previdência complementar e política de pessoal, salários e benefícios são analisados e aprovados pela Sest. Todos os nossos empregados são assistidos por Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) [GRI 2-30], com direito ao mesmo índice de reajuste salarial, assim como a benefícios de assistência médica e odontológica, seguro de vida, programa de assistência educacional (modalidades auxílio-babá, auxílio-creche e auxílio-ensino

fundamental e ensino médio), auxílio-refeição e auxílio-alimentação, além de participação nos lucros ou resultados (PLR) e remuneração compatível com o mercado. [GRI 401-2]

As comissões de negociação das empresas e de representantes dos empregados negociam os termos do ACT, buscando solucionar conflitos na mesa de negociação. O ACT é aplicável a todos os empregados, sejam eles do quadro permanente ou transitório de pessoal.

O pagamento da PLR só é realizado caso haja lucro líquido, pagamento de dividendos e atingimento das metas dos indicadores de sustentabilidade financeira, políticas públicas e operacionais. O programa de PLR é aprovado pelo Conselho de Administração (CA) e pela Sest, sendo então negociado com os sindicatos.

DESCRIÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL	PROPORÇÃO [GRI 405-2] (mulheres/homens)
Salário-base médio anual (1)	Sem função gratificada	102%
	Outras funções gratificadas	104%
	Média gerência	99%
Remuneração total média anual (2)	Transitórios e cedido ao BNDES	97%
	Sem função gratificada	94%
	Outras funções gratificadas	104%
	Média gerência	99%
	Transitórios e cedido ao BNDES	100%

(1) Salário-base: valor fixo e mínimo pago a um funcionário pelo desempenho de suas tarefas. Esse valor não inclui quaisquer remunerações adicionais, como pagamentos de horas extras ou gratificações.

(2) Remuneração: salário-base mais adicionais, como os baseados em tempo de serviço, bonificações, participação nos resultados, pagamento de benefícios, horas extras, horas devidas e quaisquer auxílios adicionais (vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência educacional, entre outros).

Contamos com dois benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão por operadora, ambos operados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES (Fapes). O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é um plano coletivo empresarial adaptado à Lei 9.656/1998. Fechado à adesão de novos empregados desde 2018, o plano tem uma carteira de aproximadamente dez mil vidas entre titulares (empregados ativos e inativos) e seus dependentes. O BNDES, na qualidade de mantenedor do PAS, exerce supervisão e fiscalização constantes sobre a operação do plano de saúde, em atendimento à Resolução CGPAR 36/2022.

Em 2025, a Fapes implantou o Novo Plano de Assistência e Saúde (Novo PAS) que contou com a adesão de 82% do público-alvo. Trata-se de um plano de autogestão destinado a empregados, dirigentes e assessores externos que ingressaram nos quadros do BNDES a partir de 19 de março de 2018.

Além do PAS e do Novo PAS, é oferecido o benefício de assistência à saúde na modalidade de reembolso, correspondente a até 50% do custo da mensalidade de um plano contratado no mercado de saúde suplementar. Atualmente, esse benefício é destinado apenas a dirigentes e assessores externos.

Oferecemos licença-maternidade ou licença-paternidade a todos os empregados. De acordo com o Programa Empresa Cidadã, a licença-paternidade

é de vinte dias corridos, e a licença-maternidade pode ser estendida para até 180 dias. Em 2025, foram concedidas 23 licenças-maternidade e 55 licenças-paternidade, com 100% de retorno daqueles cuja licença terminou até 31 de dezembro. Além disso, foi de 100% a taxa de retenção de empregados 12 meses após retornarem da licença-maternidade/paternidade ao trabalho. [\[GRI 401-3\]](#) [\[GRI 401-2\]](#)

Proporcionamos salas de apoio à amamentação e abono diário de uma hora para a mãe lactante até que o filho complete um ano, além de afastamento especial para mães ou pais de bebês prematuros que necessitem de hospitalização. [\[GRI 401-2\]](#)

Benefício de previdência complementar [\[GRI 401-2\]](#) [\[GRI 201-3\]](#)

O BNDES patrocina dois planos de previdência complementar, administrados pela Fapes: o Plano Básico de Benefícios (PBB), na modalidade benefício definido (BD), que está fechado para novas adesões desde 2018; e o Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), na modalidade contribuição definida (CD), aberto para novas adesões em 2022.

A adesão ao benefício de previdência patrocinado pelo Sistema BNDES é voluntária, e o nível de participação alcançou 95% do quadro atual de empregados, considerando, em conjunto, os dois planos oferecidos.

O PBB abrange cerca de 75% dos empregados, já o PBCD apresentou crescimento significativo em decorrência da adesão de novos empregados, alcançando participação de aproximadamente 20%.

No PBB, o custeio atual abrange contribuições normais e extraordinárias (decorrentes de dois planos de equacionamento de déficit, PED 2015 e 2017, com prazo até fevereiro de 2042 e 2044, respectivamente), sendo paritário entre participantes (ativos e assistidos) e patrocinador. Atualmente, para os ativos, o nível das contribuições normais é de até 11,88% sobre o salário de participação, e o das extraordinárias 0,53%; para os assistidos, é de 6,60% sobre o salário real de benefício para as normais, e de 4,16% para as extraordinárias.

Em atendimento à Resolução CVM 110/2022, o passivo pós-emprego decorrente do benefício definido, correspondente à obrigação patronal das empresas do Sistema BNDES com relação ao PBB, foi estimado em R\$ 1,6 bilhão no encerramento do exercício de 2025. Mais detalhes sobre essa estimativa podem ser consultados nas seções de Obrigações de Benefícios a Empregados das Notas Explicativas às [Demonstrações Financeiras](#) de cada empresa do Sistema BNDES.

No PBCD, a paridade patronal está limitada às contribuições básicas entre 2% e 8,5% do salário de contribuição (conforme alíquota

definida pelo participante ativo), o que, diferentemente do PBB, não gera risco atuarial nem obrigação pós-emprego para o BNDES.

Em cumprimento à obrigação legal disciplinada pela Resolução CGPAR 38/2022, o BNDES executa atividades de supervisão e fiscalização sobre a gestão do patrocínio de seus planos de benefícios previdenciários.

Despesa com empregados ativos

R\$ 3,078 BILHÕES*



*inclui quadro permanente, cedidos, transitórios, membros da Diretoria Executiva e de conselhos e comitês estatutários.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho no setor público tem se consolidado como uma demanda recorrente da sociedade e um instrumento relevante de reconhecimento e desenvolvimento dos empregados. Em 2025, o BNDES realizou a gestão de desempenho de seus empregados por meio do Modelo de Gestão de Desempenho Individual (GDI), adotado de forma contínua desde 2017.

Ao longo do processo, gestor e empregado pactuam e acompanham as entregas e atividades a serem realizadas ao longo do ano; os comportamentos cujo desenvolvimento deve ser priorizado no período; e as ações de desenvolvimento voltadas ao aprimoramento da capacidade de entrega do empregado.

Em 2025, 2.484 empregados, incluídos aqueles que ingressaram até o primeiro semestre do ano, foram avaliados por seus respectivos gestores com base nas metas pactuadas para o exercício.

PERCENTUAL DE EMPREGADOS QUE RECEBERAM AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR GÊNERO E CATEGORIA FUNCIONAL (2025) [GRI 404-3]

POR GÊNERO	
Feminino	96,89%
Masculino	97,4%
POR CATEGORIA FUNCIONAL	
Média gerência	98,38 %
Sem função	96,87 %

Nota: Para fins da estatística apresentada, foi considerado o total de 2.564 empregados concursados. Ressalva-se que esse quantitativo: i) inclui empregados que estiveram afastados e licenciados ao longo do ciclo de pactuação e avaliação das metas, impactando o índice percentual dos avaliados; e ii) exclui empregados admitidos no BNDES após 30.6.2025, uma vez que não foram incluídos no sistema de avaliação do Ciclo 2025.

Recuperação de desempenho

Com relação ao acompanhamento de casos de baixo desempenho, o BNDES adota uma abordagem colaborativa e proativa para a superação dessa condição. O processo de recuperação de desempenho pressupõe acompanhamento próximo e individualizado, incluindo a atuação direta dos gestores imediatos e da equipe de recursos humanos. Nesse processo, são implementadas práticas de gestão e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, visando suprir as lacunas identificadas e melhorar o desempenho.

Nos últimos três anos, os resultados observados nos oito casos acompanhados indicaram a eficácia do processo, com sete empregados considerados recuperados. Em 2025, apenas um empregado encontrava-se em fase final de acompanhamento.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E PROFISSIONAL

[GRI 404-2]

Em 2025, demos continuidade às ações de desenvolvimento dos colaboradores (concursados, estagiários, mandatários e cedidos/transitórios), com treinamentos realizados interna e externamente.



MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR CAPACITADO, EM TREINAMENTOS DE CURTA DURAÇÃO, EVENTOS E PROGRAMAS DE CERTIFICAÇÃO [GRI 404-1]

POR GÊNERO	NÚMERO DE COLABORADORES PARTICIPANTES	MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO*
Feminino	405	43h
Masculino	757	40h
POR CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO DE COLABORADORES PARTICIPANTES	MÉDIA DE HORAS DE CAPACITAÇÃO*
Média gerência	252	41h
Outras funções	142	41h
Sem função	762	40h
Transitórios e cedidos ao BNDES	6	47h

* Em 2025, a média de horas de capacitação foi calculada em relação ao número de participantes dos treinamentos e não em relação ao total de empregados ativos (como foi em 2024), o que explica seu aumento significativo em relação a 2024. [GRI 2-4]

Assistência para transição de carreira [GRI 404-2]

Em 2024, foi lançado o Programa LongeVIVER, iniciativa destinada a empregados em fase de preparação para aposentadoria. O objetivo central consistiu em promover a longevidade ativa, estimulando a reflexão sobre as múltiplas dimensões envolvidas no processo de envelhecimento com bem-estar. Em 2025, o programa foi descontinuado, havendo previsão de revisão em 2026.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO [GRI 403-3]

Contamos com equipes formalmente constituídas voltadas à saúde e segurança no trabalho (SST): a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) e as equipes auxiliares de escape (EAE). Embora nossos escritórios estejam localizados em condomínios comerciais com serviços de prevenção de acidentes, a equipe de medicina ocupacional oferece treinamento em primeiros socorros para que empregados estejam capacitados a atuar como socorristas em situações de emergência. Essas equipes apoiam a prevenção e a redução de riscos nos ambientes de trabalho do Banco e atuam de forma coordenada com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT). Além disso, os acordos coletivos de trabalho têm englobado temas dessa natureza, como o repasse de informações sobre acidentes e doenças profissionais e a própria constituição do SESMT.

Nosso SESMT atua como canal de recebimento de incidentes, os quais são analisados tecnicamente e encaminhados à área responsável, para que sejam solucionados com apoio das administrações condominiais. Quando é necessário atendimento médico emergencial, ele é prestado pela equipe de saúde coordenada pelo próprio SESMT. Além de um ambulatório ocupacional/emergencial localizado no Rio de Janeiro, os empregados ativos são cobertos por contrato de remoção para hospital.

Composto pelo BNDES e pela Fapes, o SESMT conta com quadro mínimo formado por especialista em engenharia de segurança do trabalho, médico do trabalho, técnico de segurança do trabalho e auxiliar de enfermagem do trabalho.

As atividades são apoiadas, ainda, por diversos outros profissionais da área da saúde da Fapes (como médicos de especialidades diversas, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais), além de empregados administrativos. O serviço especializado está previsto em ACT, e suas atividades são validadas pela Cipa, que tem representação dos empregados.

Conforme requisitos legais, mantemos atualizado nosso Programa de Gestão de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), assim como diversos outros programas preventivos de saúde e ações focadas em ergonomia. Em 2025, destacamos programa específico para promoção de saúde mental dos empregados do Banco, com campanhas de prevenção e possibilidade de atendimento especializado no ambulatório médico, além de ação para identificação de fatores de risco psicossocial, em atendimento à NR-1.

Todas essas iniciativas colaboram para controlar as taxas de absenteísmo e para impedir a existência de atividades que envolvam alta incidência ou alto risco de doenças ocupacionais. A taxa de absenteísmo relativa à SST em 2025 foi de 2,54, sendo calculada pela razão entre dias ausentes e dias programados multiplicada por cem. A taxa considera somente as ausências de saúde e segurança no trabalho, ou seja, licenças médicas, acidentes e auxílios-doença INSS. Por considerar o afastamento em si e não entrar no mérito denexo causal, todas as faltas são computadas, inclusive acidentes de trajeto.

Realizamos, anualmente, exercício de escape no Edserj, onde se encontra localizada mais de 90% de nossa força de trabalho, e acompanhamos a realização de treinamentos equivalentes nas dependências de nossos escritórios regionais.

Periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes [GRI 403-2]

Segundo os critérios estabelecidos pela legislação, somos uma empresa de grau de risco 1 (GR-1) e seguimos a lógica de PGR por demonstração ambiental. A avaliação quanto à periculosidade e insalubridade de nossas atividades está baseada em consultoria externa, sendo revisada no PGR interno caso haja mudança significativa do perfil de risco da empresa. Essa revisão é feita por profissionais especializados em engenharia de segurança e medicina do trabalho.

Do ponto de vista ocupacional, nossas atividades são caracterizadas como predominantemente administrativas, de caráter intelectual, realizadas em edificações comerciais urbanas, não havendo exposição a inflamáveis, explosivos ou a corrente elétrica. Destaca-se ainda que, mesmo sendo uma empresa de atividade bancária, não contamos com agências ou atividades correlatas que exponham nossos empregados a roubos ou outras espécies de violência física, sejam relacionadas à segurança pessoal ou patrimonial.

Para fins de demonstração ambiental, em atendimento à legislação previdenciária, nossos empregados se enquadram na situação não exposição a agente nocivo prejudicial à saúde ou integridade física. Nesse contexto, os incidentes de saúde e segurança do trabalho estão normalmente relacionados a questões de arranjo físico, acidentes de trajeto ou outros casos atípicos que precisam de tratamento preventivo, como viagens a serviço.

Qualquer empregado pode reportar ao SESMT, diretamente ou por meio da representação da Cipa, situações que consideramos perigosas ou insalubres, para que sejam avaliadas tecnicamente.

Acidentes de trabalho [GRI 403-9] [GRI 403-10]

Nossas atividades, no geral, não contemplam riscos de criticidade alta e consequência grave, tendo em vista a probabilidade de ocorrência e prejuízos causados.

Os acidentes são comunicados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio do eSocial, e, anualmente, ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). As ocorrências são, ainda, investigadas para adoção de medida corretiva com foco em prevenção ou para certificação dos dados do registro.

Em consonância com o perfil de risco do Banco, não foram registradas doenças profissionais em 2025. Considerando a caracterização das atividades do BNDES, não houve nexo de causalidade entre adoecimento e trabalho reconhecido pelo INSS.

Na tabela são apresentadas as taxas de SST, considerando todos os trabalhadores com vínculo que demande controle previdenciário e ocupacional (não sendo contemplados, portanto, estagiários, jovens aprendizes, terceiros e empregados cedidos e movimentados para outros órgãos).

INDICADORES 2025	Nº DE OCORRÊNCIAS	TAXA DE LESÃO*	TAXA DE DIAS PERDIDOS**	PRINCIPAIS TIPOS***	TOTAL DE HORAS TRABALHADAS****
Número e índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	-	-
Número e índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	0	0	-	-
Número e índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória (demais CAT)	25	4,19	2,72	-	-
Principais tipos de acidente de trabalho	-	-	-	Trajeto	-
Número e índice de óbitos resultantes de doenças profissionais	0	0	0	-	-
Número de casos de doenças profissionais de comunicação obrigatória	0	0	0	-	-
Principais tipos de doenças profissionais	0	0	0	-	-
Número de horas trabalhadas	-	-	-	-	4.587.660

(1) Os dados são referentes ao período entre 1.1.2025 e 31.12.2025. Ano com aumento significativo no número de empregados.

(2) Não são computadas ocorrências com terceirizados nas dependências do BNDES. Há orientação para abertura de comunicação de acidente de trabalho (CAT) pela prestadora de serviço.

(3) Os perigos no ambiente de trabalho são identificados por meio do PGR e fiscalização de campo e, uma vez identificados, são tomadas medidas imediatas para mitigá-los. Em função do grau de risco e tipo de atividade, os acidentes, no geral, são de baixa consequência, exceto os de trajeto. Foi desconsiderado um acidente de trajeto com afastamento longo (grave) que gerou auxílio-doença acidentário, tendo em vista que o meio de transporte utilizado não era de responsabilidade da empresa.

(4) Não houve registro de doenças profissionais com nexo causal reconhecido pelo INSS pelas atividades do BNDES.

* Número de ocorrências com lesão/afastamento x 1.000.000/2.000 (NBR-14280) x nº de empregados (31.12.2025).

** Dias perdidos com ocorrências/dias programados do(s) empregado(s) envolvido(s) x 100.

*** Típico, trajeto ou doença profissional.

**** Considera as horas programadas: número de empregados, com localização funcional nas dependências do BNDES (31.12.2025) x 7h diárias x 5 dias x 44 semanas.



Promoção da saúde no BNDES [GRI 403-6]

A estrutura de saúde ofertada a nossos empregados contempla saúde ocupacional e prestação de atendimento assistencial e emergencial nos locais de trabalho. Inclui também adesão a programas preventivos de saúde ligados a endocrinologia e nutrição, incentivo ao aleitamento materno, atualização vacinal e atendimentos em pneumologia, psiquiatria, psicologia, urologia, infectologia e dermatologia. Além disso, os empregados beneficiários do PAS e do Novo PAS têm acesso a uma extensa rede credenciada de médicos, clínicas, hospitais, serviços diagnósticos e outros atendimentos relacionados à área da saúde. Os planos oferecem aos beneficiários a possibilidade de participarem de um programa de atenção primária à saúde.



Todos os empregados ativos do BNDES devem realizar exames ocupacionais periódicos, os quais, independentemente do grau de risco da organização, são realizados sob a forma de *check-up* de saúde. O objetivo é diagnosticar precocemente doenças relacionadas ou não ao trabalho.

Dados de saúde de empregados

Com relação ao controle de informações pessoais dos empregados, por contarmos com uma equipe de saúde apartada da estrutura de recursos humanos, o sigilo médico pessoal é preservado de forma consistente. Há separação entre os documentos que são considerados demonstrações ambientais – para cumprimento legal e de normas regulamentadoras, a exemplo do PGR e do PCMSO – e aqueles que são pessoais.

Participação e capacitação de empregados em questões de saúde e segurança [GRI 403-4] [GRI 403-5]

A participação dos empregados nas questões de SST está assegurada pela Cipa (conforme previsto na NR-5), na medida em que ela é uma comissão paritária composta em igual número por representantes do empregador e dos empregados. O processo de composição ocorre anualmente, com indicação dos representantes do empregador e eleição dos representantes dos empregados. Aqueles que compõem a comissão são devidamente capacitados no tema saúde e prevenção, reunindo-se mensalmente para discutir e deliberar sobre questões que afetam todo o corpo funcional. As reuniões são abertas à participação de todos os empregados, e a comissão está apta a receber demandas e tratá-las com a administração e com o apoio técnico do SESMT. Além de capacitação para os integrantes da Cipa, proporcionamos formação para as equipes que apoiam exercícios de escape e combate a princípio de incêndio e oferecemos periodicamente treinamentos de primeiros socorros.

Em 2025, a Cipa seguiu atuando na prevenção do assédio moral e sexual, em conjunto com as demais instâncias voltadas para essa finalidade no BNDES, a fim de cumprir a Lei 14.457/2022. No âmbito dessa obrigação, o SESMT realizou treinamento com a Cipa, Comissão de Ética, Ouvidoria e Corregedoria para exemplificar as formas de assédio, bem como para capacitar potenciais membros de canais de denúncia no acolhimento psicológico e social dos empregados. Todas essas capacitações são ofertadas gratuitamente e durante horário de trabalho.

Gestão de saúde e segurança [GRI 403-1]

Realizamos a gestão de saúde e segurança do trabalho em consonância à Norma Regulamentadora 1 (NR-1), com uma dinâmica de gerenciamento baseada na abordagem *plan, do, check, act* (PDCA), refletida no PGR do BNDES. Todos os nossos empregados e estagiários estão incluídos no sistema de gestão de SST, em todas as suas atividades com localização funcional nas dependências do BNDES. No caso de empregados terceirizados, os requisitos de saúde e segurança ficam a cargo de seus empregadores diretos, cabendo ao Banco orientar quanto à necessidade de cumprimento desses requisitos. A única exceção ocorre no que diz respeito ao atendimento emergencial nas dependências no Rio de Janeiro, em que a existência de um ambulatório médico permite o atendimento também do grupo de terceirizados e estagiários, na condição de assistidos. Ainda não implementamos sistema de gestão passível de auditoria e certificação.

NOSSOS RELACIONAMENTOS [GRI 2-29]

Nosso relacionamento com os diferentes públicos com os quais mantemos interlocução é guiado pelos princípios de receptividade e transparência, conforme estabelecido em nossa Política de Relacionamento. A seguir, são apresentados nossos principais interlocutores e as ações de relacionamento mais relevantes em 2025.

PODER PÚBLICO

Poder Executivo Federal

Estabelecemos relações com diversos ministérios, com o objetivo de captar recursos provenientes de fundos e compartilhar informações gerenciais e financeiras. Além disso, participamos de colegiados, promovemos debates com diferentes instituições, e celebramos acordos de cooperação técnica (ACT) e protocolos de intenção.

Em 2025, celebramos acordo de cooperação com o Ministério do Turismo (MTur) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para a continuidade da estruturação do projeto piloto do programa Revive Brasil, iniciativa voltada à recuperação e à requalificação de bens históricos e culturais subutilizados ou degradados, com vistas ao seu aproveitamento turístico sustentável e à geração de emprego e renda no país.

Também foram firmados contratos para estruturar projetos relevantes com a administração federal, como a concessão dos serviços hidroviários nos rios Tapajós e Tocantins e a implantação e operação do novo hospital do Grupo Hospitalar Conceição, em Porto Alegre (RS).

Em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional, elaboramos o Plano de Aplicação de Contrapartidas às Garantias da União, com destinação de R\$ 72,8 milhões em ações de apoio a estados e municípios para estruturação de projetos de parcerias público-privadas e concessões, e capacitação de gestores públicos. Além disso, destacamos nossa participação, considerada prestação de serviço público relevante, no grupo de trabalho que elaborou estudos para subsidiar o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na proposição de medidas e diretrizes voltadas ao mercado nacional de combustíveis aquaviários e de aviação – com destaque para os combustíveis sustentáveis –, bem como para o mercado nacional de gás liquefeito de petróleo.

Poder Legislativo Federal

Monitoramos a tramitação de propostas legislativas no Congresso Nacional que tenham impacto, direto ou indireto, em nossas atividades, buscando contribuir para a formulação e o aprimoramento de proposições prioritárias para o Banco e para a sociedade.

Atualmente, acompanhamos uma carteira de aproximadamente 1.200 proposições legislativas, que abrangem desde temas macroeconômicos, fiscais e orçamentários até questões sobre reformas microeconômicas e setoriais. Em 2025, elaboramos 67 ofícios em resposta às solicitações de parlamentares e respondemos dúvidas por diversos canais, somando 271 atendimentos a parlamentares.

Estados e municípios

Interagimos com estados e municípios visando consolidar nossa atuação em serviços voltados ao setor público, fortalecendo nossa presença em todas as regiões do país.

Aprovamos, em 2025, alteração no Programa Invest Impacto, que até então era previsto somente para estados e agora passa a atender municípios de grande porte, de forma a contribuir para a retomada qualificada do investimento público como indutor de crescimento e desenvolvimento desses entes, por meio de financiamento a planos de investimento setoriais ou multissetoriais.

Nas atividades de estruturação de projetos, encerramos 2025 com 79 projetos em preparação, sendo 50 estaduais e 29 municipais. Nossa carteira de projetos contempla setores como saneamento básico, rodovias, parques, requalificação urbana e resiliência climática das cidades, mobilidade urbana, manejo e restauração florestal, coleta e destinação de resíduos sólidos, infraestrutura de segurança pública, educacional e de saúde. Estimamos que os 79 projetos da carteira possam mobilizar, aproximadamente, R\$ 100 bilhões em recursos privados destinados a investimentos, outorgas e aquisição de ativos mobiliários e imobiliários. Destacam-se também as intervenções urbanas multissetoriais e integradas destinadas a adaptar as cidades brasileiras aos efeitos do aquecimento global, tornando-as mais sustentáveis e resilientes aos eventos climáticos extremos.

Além disso, firmamos acordo com o Estado do Pará para cooperar na implementação do projeto Museu das Amazônias, em Belém. Com o estado do Espírito Santo, foi firmado um protocolo de intenções visando o apoio financeiro a projetos de reciclagem, logística reversa e economia circular e, com o estado do Rio Grande do Sul, celebramos acordo para a estruturação do Projeto RioS – Resiliência, Inovação e Obras para o Futuro do Rio Grande do Sul –, voltado à formulação de um plano estratégico de resiliência climática de médio e longo prazo, com o objetivo de reduzir impactos e fortalecer a capacidade adaptativa do estado frente a eventos extremos. O acordo viabilizou a celebração de contrato de estruturação de projetos destinado ao desenvolvimento de soluções com abordagem integrada e replicável, alinhadas à promoção de soluções inovadoras para o setor público.

BNDES CIDADES

Em 2025, lançamos a plataforma BNDES Cidades, voltada aos gestores públicos municipais, que apresenta soluções financeiras específicas para auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, inclusivo e inteligente das cidades brasileiras.

Judiciário

Mantemos interface com o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e o Poder Judiciário no acompanhamento de processos, no atendimento a requisições de informações e no cumprimento de ordens judiciais.

No âmbito do acordo de cooperação celebrado pelo BNDES com o Supremo Tribunal Federal (STF) e com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi realizada, em 2025, pela

Universidade de São Paulo (USP), uma pesquisa sobre a litigância contra o poder público no Brasil, ocasião em que foi apresentado um diagnóstico abrangente e fundamentado sobre esse tipo de litigiosidade, tendo sido identificadas as causas estruturais e propostos caminhos de reforma para uma possível solução desse excesso de litigância. O relatório final dessa pesquisa está em fase de editoração para publicação em 2026.

Em 2025, também celebramos um acordo de cooperação com o Ministério da Justiça e com o CNJ, no âmbito do Plano Pena Justa, que visa combater a superlotação, melhorar a infraestrutura, fortalecer a reintegração social e assegurar a continuidade das mudanças no sistema prisional. No contexto do acordo, o BNDES poderá atuar para avaliar, estruturar e viabilizar soluções de financiamento e apoio a projetos, mediante o uso de instrumentos de crédito, de apoio não reembolsável a iniciativas socioculturais e de microcrédito para pessoas egressas e seus familiares, bem como patrocinar a realização de eventos e ações de capacitação, monitoramento e difusão de boas práticas, reforçando a governança, a transparência e a efetividade das políticas penais em sintonia com as diretrizes do plano.

Com o objetivo de promover estudos conjuntos e de aumentar a interação e o debate com os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, foi celebrado um acordo de cooperação com o Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem) e foram renovados os acordos de cooperação celebrados com a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e com o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Com o objetivo de fortalecer ações conjuntas de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e aos crimes cibernéticos, foi firmado acordo de cooperação com a PF e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), reforçando a atuação integrada entre instituições públicas e o setor financeiro no enfrentamento a ilícitos de alta complexidade e alcance transnacional.

Órgãos de controle e fiscalização

Interagimos rotineiramente com órgãos externos de controle e fiscalização, como Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria-Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), prestando informações e esclarecimentos, e desenvolvendo parcerias e acordos de cooperação, com o intuito de aperfeiçoar nossa atuação.

Em 2025, finalizamos a avaliação do Pacto Brasil pela Integridade e aderimos ao Pró-Ética, iniciativas da CGU que objetivam fomentar a adoção voluntária de medidas de integridade por empresas que se mostram comprometidas em implementar medidas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção, fraude, violação socioambiental e de desrespeito aos direitos humanos.

Também em 2025, sediamos o 1º Fórum de Auditoria em Sustentabilidade e Mudanças Climáticas das Auditorias Internas de Empresas Estatais, realizado em parceria com a CGU, que representou um marco na articulação entre estatais e órgãos de controle para fortalecer a governança em sustentabilidade das instituições.

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a CGU, celebrado em 2024, foram apresentados avanços no processo de diligência reforçada de integridade para clientes, reiterando nosso empenho em desenvolver o tema integridade para além de nossos processos internos. Essa iniciativa também tem sido acompanhada no âmbito do Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 do Governo Federal.

A Rede Blockchain Brasil (RBB), lançada em 2022 em conjunto com o TCU, foi ampliada em 2024-2025 com a adesão de mais 14 entidades. Além disso, foram aprovadas as primeiras aplicações que serão hospedadas na RBB: uma infraestrutura para credenciais verificáveis, já em uso em produção, pelo CPQD; e a Serpro Badges, que implementa distintivos ou imagens com metadados.

Outro destaque foi a parceria, por meio de acordo de cooperação internacional, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização Internacional de Instituições Superiores de Controle (Intosai), presidida, naquela ocasião, pelo TCU. A iniciativa objetiva aprimorar as auditorias realizadas pelas instituições superiores de controle (ISC) por meio da implementação de ferramenta ClimateScanner para avaliação, em nível global, de políticas governamentais relacionadas a mudanças climáticas.

Outros órgãos e entidades

Em 2025, estreitamos nosso relacionamento com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em razão do início das operações do Fundo Garantidor BNDES-Sebrae (FGBS). O fundo, que conta com a participação do BNDES na proporção de 20% do capital e do Sebrae com 80%, visa facilitar o acesso ao crédito para microempreendedores individuais (MEI) e empresas de pequeno porte (EPP), por meio do reforço de garantias às instituições financeiras que operam na ponta.

No ano, também foi firmado aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com objetivo de realização conjunta de pesquisas e estudos.

CLIENTES

Portal do Cliente

O Portal do Cliente integra todas as fases do relacionamento direto com clientes, desde as etapas iniciais dos procedimentos de *know your client* (KYC) até a amortização e o pagamento da dívida.

Em 2025, seguimos na estratégia de priorizar o desenvolvimento de soluções tecnológicas para automatizar atividades, viabilizar novos modelos de negócio e melhorar a experiência do cliente, incluindo as adaptações do sistema para atender à demanda pelo crédito emergencial do Plano Brasil Soberano – conjunto de medidas do Governo Federal para apoiar as empresas impactadas pela elevação das tarifas de importação sobre produtos brasileiros pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA).

No ano, foram protocolados 1.337 processos de habilitação/análise cadastral, um crescimento de aproximadamente 10% em relação ao período anterior. Também foram recebidos 1.849 pleitos de apoio, cujos valores, somados, aproximam-se de R\$ 295 bilhões. Essa cifra supera em 60% a observada em 2024, pois, além do aumento da demanda, passaram também a ser computadas operações de exportação (sobretudo na modalidade automática), cujo canal de entrada vem sendo migrado para o Portal do Cliente – abrangendo, inclusive, as solicitações relacionadas ao Plano Brasil Soberano. O valor também reflete a intensificação do uso do portal para o recebimento de solicitações relacionadas ao investimento em participações e à estruturação de projetos.

Canal MPME

A plataforma oferece soluções que vão do crédito ao apoio na gestão financeira para o desenvolvimento do negócio das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

Ao longo de 2025, o Canal MPME recebeu cerca de 5 mil visitantes por dia, que originaram 261 mil solicitações de crédito – 91% delas oriundas de MEI e microempresas –, e foram contratados R\$ 656 milhões em mais de 3,7 mil operações por meio da plataforma.

BNDES MAIS PERTO DE VOCÊ

O BNDES Mais Perto de Você (BNDES MPV) consiste em um ciclo de eventos que oferece aos empresários, sobretudo MPMEs, acesso a soluções de crédito, garantia e consultoria, em parceria com agentes financeiros, poder público, federação das indústrias, Sebrae e outras entidades empresariais. Em 2025, foram realizadas 11 edições do BNDES MPV, nas cidades de Belém (PA), Teresina (PI), São Luís (MA), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Manaus (AM), Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Salvador (BA), Palmas (TO) e Porto Nacional (TO). Os eventos permitiram que 3.329 empresários tivessem acesso a uma jornada completa de soluções de crédito, garantia e gestão de negócios.

Adicionalmente, em decorrência do Plano Brasil Soberano, realizamos uma série de encontros empresariais entre setembro e outubro de 2025. No total, foram 18 cidades visitadas em todas as macrorregiões do país, com o objetivo de apresentar as condições das linhas de crédito emergenciais às entidades setoriais e empresas exportadoras impactadas pelo tarifaço.

Central de atendimento [GRI 2-25]

Nossa central de atendimento tem como objetivo dar suporte a demandas de clientes e do público em geral, prestando informações, em especial, sobre as diversas formas de apoio financeiro do Banco.

Formada por equipe terceirizada, a central realiza os atendimentos de primeiro e segundo níveis (canal telefônico e web, respectivamente), registrando todas as demandas em ferramenta de *customer relationship management* (CRM). Utilizando ampla base de conhecimento, desenvolvida pelo BNDES e integrada à ferramenta, em 2025 a equipe solucionou cerca de 85% das demandas em até 12 horas úteis.

Os 15% dos atendimentos não resolvidos, em geral demandas mais específicas e complexas, assim como queixas ou sugestões, são encaminhados por meio do CRM a técnicos do Banco que fazem parte de núcleos de suporte ao atendimento (terceiro nível) e, quando necessário, ficam responsáveis por interagir com interlocutores de cada uma das áreas do BNDES (quarto nível). Essa interação também representa uma oportunidade para atualizar e criar bases de conhecimento.

Destacam-se, em 2025, os 477 atendimentos para 290 empresas realizados no âmbito do Programa Brasil Soberano. Respondendo diretamente ao demandante (38%) ou com apoio dos núcleos de suporte e interlocutores do BNDES, cerca de metade das empresas atendidas lograram obter financiamento, o que representou 22% do total de empresas que obtiveram sucesso. Essas operações que passaram pelo atendimento da central de atendimento geraram contratos de R\$ 3,3 bilhões (cerca de 21,3% do total).

Além da equipe de atendimento, a central conta com equipe dedicada à monitoria de qualidade — que avalia atendimentos de todos os operadores, aplica *feedbacks* e sugere planos de ação de melhoria. Outro importante termômetro da qualidade é a pesquisa de satisfação após atendimento telefônico. Em 2025, foram obtidas cerca de 18 mil respostas, das quais 84% dos respondentes consideraram a demanda em questão atendida já na primeira ligação (*first call resolution*). Em relação à qualidade, 88% avaliaram o atendimento como ótimo e 7% como bom.

A central oferece também atendimento presencial em nossas dependências no Rio de Janeiro. O atendimento inicial é realizado por equipe terceirizada dedicada, que soluciona a maior parte das demandas. Os casos específicos são encaminhados para os núcleos de suporte ou interlocutores. Em 2025, foram realizados 214 atendimentos presenciais, dos quais os principais perfis foram: microempresários (35%), pequenas empresas (13%) e pessoas físicas (30%).

Campanhas de e-mail marketing

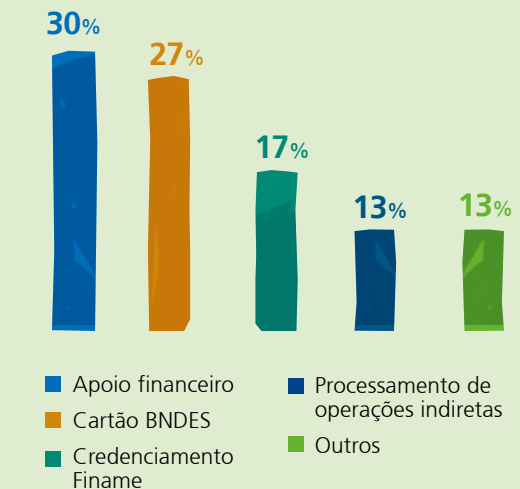
A ferramenta de CRM é utilizada também para outras ações de relacionamento, incluindo divulgação de campanhas de *e-mail marketing*, *newsletters*, eventos ou pesquisas. Destacamos o envio das *newsletters* do Blog do Desenvolvimento, do Espaço Cultural, do BNDES Garagem e do Hub de Projetos, que somadas às demais ações de divulgação, tais como a pesquisa de reconhecimento de agentes financeiros e a divulgação de eventos (BNDES Mais Perto de Você, BNDES Periferias, BNDES Pequena África, Transição Energética e Descarbonização, entre outros), resultaram em 223 ações de relacionamento, com cerca de 352 mil *e-mails* visualizados.

PRINCIPAIS CANAIS DE ATENDIMENTO



*Inclui 592 contatos ativos, voltados principalmente para operações com o Cartão BNDES e demandas de apoio financeiro.

PRINCIPAIS DÚVIDAS



Portal Reclame Aqui [GRI 2-25]

Em 2025, o perfil do BNDES no [Reclame Aqui](#) recebeu apenas 16 manifestações, para as quais recebeu seis avaliações, com três delas validadas pela plataforma, todas com nota 10. No entanto, devido ao fato de terem sido recebidas menos de dez avaliações válidas no período, não foi atribuída nota de reputação para o BNDES no ano. Já a reputação geral, ou seja, aquela relativa aos últimos três anos, ficou em 8.2, conferindo o conceito “Ótimo” para a instituição.

PARCEIROS

Agentes Financeiros

Contamos com mais de noventa instituições financeiras credenciadas para ofertar nossas linhas de financiamento, fornecer fianças a operações diretas ou mistas ou utilizar soluções de garantia (fundos garantidores). Se incluirmos os parceiros que operam microcrédito (Oscips) e *fintechs* que oferecem crédito com linhas próprias pelo Canal MPME, esse número chega a mais de 111 instituições.

Além do contato com os departamentos operacionais, de produtos e de conformidade, os parceiros contam com pontos focais no Banco, chamados de *officers*, que prestam todas as orientações, tiram dúvidas e auxiliam em eventuais dificuldades encontradas.

Em 2025, ampliamos a realização de apresentações virtuais para divulgação de novos produtos e alterações em linhas existentes, além de treinamentos específicos com foco na atuação comercial, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, melhorando a comunicação e alinhamento com os parceiros. Foram mais de 400 reuniões de relacionamento, apresentações de fomento ou encontros individuais com o objetivo de fomentar as linhas de repasse, produtos de garantia, bem como estreitar o relacionamento entre as instituições financeiras e o BNDES. Destaca-se a reaproximação com os bancos públicos federais iniciada em 2023, ressaltando o trabalho realizado junto ao Banco do Nordeste (BNB) que, em 2024, havia financiado R\$ 197 milhões e passou para R\$ 872 milhões em 2025 (crescimento de 342% no ano).

Também merece destaque a manutenção da estratégia de aproximação com agentes financeiros e de reaproximação (depois de quase dez anos) com bancos de desenvolvimento para operarem o produto BNDES Exim Pré-embarque, por meio de treinamentos, *webinars*, atendimento de dúvidas e orientações das etapas iniciais até o acompanhamento das operações, bem como implementação de nova solução para protocolo das operações por meio do Portal do Cliente. Como resultado dessas ações, o número de agentes que utilizaram o BNDES Exim Pré-embarque saltou de sete em 2024 para 14 em 2025, com um volume total de desembolsos de R\$ 9,6 bilhões frente a R\$ 5 bilhões em 2024.

Instituições de desenvolvimento

Desenvolvimento Regional

Apoiamos o desenvolvimento regional também por meio da realização de estudos, análises e do engajamento com atores externos visando contribuir para o desenho e a priorização de iniciativas e políticas públicas para promover a redução das desigualdades regionais.

Com esse objetivo, em 2025, publicamos na base BNDES Data uma série de painéis contemplando informações sobre nossa atuação regional frente a diferentes indicadores econômicos em série histórica de trinta anos, e desenvolvemos, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Observatório da Caatinga (OCA), ligado à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, metodologia de priorização para o Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB-Brasil), entre outras ações.

No ano, também lançamos, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Banco do Brasil (BB), o BNB e a Caixa Econômica Federal (Caixa), e com apoio técnico da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Consórcio Nordeste, a Chamada Pública Nordeste, com o objetivo de fomentar planos de investimento para a região no âmbito das seis missões da política de desenvolvimento Nova Indústria Brasil (NIB).

Visando ainda fomentar o diálogo interinstitucional voltado ao desenvolvimento regional, integramos os seguintes colegiados em 2025:

- » Grupo de Trabalho de Coordenação das Ações de Territorialização e Desenvolvimento Regional da NIB, liderado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic);
- » Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) responsável pela elaboração da agenda de desenvolvimento para a região do Vale do Jequitinhonha, sob coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO);
- » Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (Coriff), vinculado à Sudene; e
- » Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais (Criff), coordenado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).



Bancos de desenvolvimento e agências multilaterais [GRI 2-28]

Interagimos com bancos de desenvolvimento (BD) internacionais de forma bilateral, em eventos ou por meio da participação em associações e iniciativas que reúnem instituições financeiras.

Entre essas entidades, destacam-se o The Montreal Group (TMG), especializado no apoio a MPMEs; a Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide), que busca estimular o intercâmbio e a disseminação de boas práticas financeiras entre os membros da região; o Long-Term Investors Club (D20-LTIC), entidade de bancos de desenvolvimento para discussão de projetos de infraestrutura sustentável, alinhada à agenda do G20; o International Development Finance Club (IDFC), que promove o desenvolvimento sustentável, a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e as metas do Acordo de Paris; a ReDeCA, rede de bancos públicos de desenvolvimento, organizações internacionais e profissionais de avaliação dedicados a promover o monitoramento e avaliação; e, finalmente, a Coalizão Verde, associação internacional de bancos de desenvolvimento dos países amazônicos proposta conjuntamente pelo BNDES e o BID, em 2023, para discussão de temas relacionados à promoção da preservação e do desenvolvimento sustentável da Amazônia, com foco em biodiversidade, clima, infraestrutura urbana e investimentos sociais para a população local. A Coalizão Verde reúne 17 dos mais importantes bancos de desenvolvimento da região amazônica, além de três parceiros internacionais (BID, Banco Mundial e CAF). O objetivo é mobilizar entre dez e vinte bilhões de dólares americanos em projetos de impacto na região até 2030.

Em 2025, destacamos a presidência do BNDES no Brics Interbank Cooperation Mechanism (Brics ICM), promovendo eventos *online* e presenciais no Brasil com os BDs dos países que compõem o Brics.

Entidades representativas [GRI 2-28]

Somos associados a diferentes entidades representativas, com as quais mantemos interação constante visando a construção, implementação e acompanhamento de nossas soluções. Entre elas, destacam-se: Febraban, Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Há ainda ACTs celebrados com entidades setoriais como Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Sebrae, além de parcerias com cerca de 290 entidades empresariais representativas dos mais variados setores da economia.

Em 2025, assinamos ACT com a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), que tem como objetivos promover diálogo técnico e institucional sobre sustentabilidade, compartilhar dados sobre o setor rodoviário e avaliar melhores alternativas para financiar projetos de rodovias.



Filiações [GRI 2-28]

Estamos filiados a 42 entidades sem fins lucrativos, brasileiras e estrangeiras, dos mais variados setores. Entre outros benefícios, as filiações permitem o acesso e o intercâmbio de conhecimentos com outras entidades em diferentes áreas de atuação, bem como a ampliação do relacionamento e de ações institucionais de interesse comum e a participação em espaços e fóruns de debate sobre temas associados à missão do Banco, além de maior visibilidade institucional para o alcance de nossos objetivos estratégicos.

DESTAQUES DE PACTOS, INICIATIVAS E PROTOCOLOS DE QUE PARTICIPAMOS [GRI 2-28]

Saiba mais sobre os acordos celebrados pelo BNDES em nosso [site](#).



Pactos

- » ACT com a CGU para fomentar ações de integridade
- » ACT com o MDHC para aperfeiçoar políticas de direitos humanos
- » Acordo de cooperação com a Polícia Federal e a Febraban para fortalecer ações conjuntas de prevenção e repressão à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e aos crimes cibernéticos
- » Código Brasileiro de Stewardship
- » Declaração de Princípios de Financiamento Responsável do Brics
- » Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção do Instituto Ethos
- » Pacto Global da ONU

Iniciativas

- Fóruns setoriais e multissetoriais*
- » Coalizão Verde dos bancos públicos de desenvolvimento dos países amazônicos
 - » Conselho Empresarial Brasil China (CEBC)
 - » Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
 - » Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)
 - » Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Unep-FI)
 - » International Development Finance Club (IDFC)
 - » Laboratório de Inovação Financeira (LAB)
 - » Laboratório Global de Inovação Financeira para o Clima (The LAB)
 - » Long-Term Finance Club (D20 – LTIC)
 - » Mainstreaming Climate Action in Financial Institutions
 - » SME Finance Forum (SME)
 - » The Montreal Group (TMG)
 - » Uma Concertação pela Amazônia

Parcerias

- » Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)
- » Agence Française de Développement (AFD)
- » Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB)
- » Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento (Alide)
- » Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e KfW IPEX-Bank
- » Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)
- » Banco de Exportação e Importação da Arábia Saudita (Saudi EXIM Bank)
- » Banco do Japão para Cooperação Internacional (JBIC)
- » Banco Europeu de Investimento (BEI)
- » Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
- » Banco Mundial
- » China Development Bank (CDB)
- » ClaiFund (China)
- » Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)
- » Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida)
- » Governo do Reino Unido
- » International Finance Corporation (IFC)
- » New Development Bank (NDB)
- » Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
- » Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)
- » Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)



INVESTIDORES

Estivemos em contato com distintos tipos de investidores em 2025: investidores financeiros – como fundos de *private equity*, fundos soberanos, fundos ASG (ambiental, social e de governança), entidades filantrópicas, gestores de investimentos – e investidores estratégicos – empresas interessadas majoritariamente em projetos de infraestrutura.

Além da divulgação das apresentações dos resultados trimestrais, nossas ações de comunicação direcionadas para esse público incluíram a edição da [Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa](#), o contato frequente com agências de *rating* que acompanham o Banco e encontros com investidores financeiros no Brasil e no exterior.

Nesse sentido, temos atuado em cooperação com entidades financeiras internacionais para promover atração de investimentos ao Brasil e fomentar potencial atuação em coinvestimentos e cofinanciamentos, destacando-se a nova atuação do BNDES como assessor técnico internacional (ver *box*), a estruturação e operacionalização de mecanismos de investimento conjunto com parceiros em ativos e projetos apoiados pelo BNDES, e nossa participação em eventos de investidores internacionais e na organização de recepção de missões desse público.

Ademais, foi dada continuidade à iniciativa de mapeamento e relacionamento com investidores em setores específicos – saneamento, rodovias, mobilidade urbana, parques, florestas, imobiliário e infraestrutura social. A ação compreendeu a organização e a participação em eventos com o foco na visibilidade de projetos estruturados pelo BNDES (*webinars* e eventos presenciais), e a realização de dez *roadshows* e seminários, com mais de 560 investidores. Esses eventos possibilitaram a promoção de R\$ 252,7 bilhões em investimentos no Brasil, além de contribuírem para o sucesso de sete leilões em 2025, representando um investimento estimado total de R\$ 19,8 bilhões.

Para dar destaque a esses projetos, mantemos o [portal BNDES Hub de Projetos](#), que conta com uma *newsletter* mensal e uma rede de investidores, e possibilita a conexão entre usuários com interesses comuns em projetos estruturados em diversos setores.

Em 2025, o portal de [Relações com Investidores](#), que apresenta informações relevantes sobre o BNDES, alcançou cerca de 80 mil usuários ativos, dos quais a maior parte (aproximadamente 62%) é composta por usuários estrangeiros, de países como EUA, China, Índia, entre outros. O objetivo do portal é atrair investidores para o mercado brasileiro e estimular parcerias.

ASSESSORIA TÉCNICA INTERNACIONAL

Em 2025, passamos a prestar serviços de assessoria técnica internacional visando mobilizar recursos externos para projetos que promovam o desenvolvimento econômico e social do país, por meio de uma ou mais das seguintes formas:

- i) apoio técnico no estudo de veículos internacionais para os clientes investirem no Brasil;
- ii) relacionamento internacional para atração de recursos para oportunidades de investimento no Brasil;
- iii) estudo técnico de fundos de investimento que possam ser utilizados por investidores internacionais para investirem no Brasil;
- iv) elaboração de estudos de inteligência de mercado internacional, com informações sobre economia, setores, ambiente e oportunidades de negócios; e
- v) outros aspectos relacionados às atividades listadas nos itens anteriores.

Nossa assessoria técnica internacional tem como público-alvo, em sua fase inicial, investidores que buscam oportunidades de investimento no Brasil, tais como fundos soberanos estrangeiros, gestores de fundos de investimentos no exterior, instituições financeiras de desenvolvimento e organismos multilaterais de crédito.

IMPRENSA

No relacionamento com a imprensa, o ano de 2025 teve como destaques a divulgação das ações do BNDES relativas à COP30, incluindo a captação de recursos por meio de acordos internacionais e doações ao Fundo Amazônia; o Plano Brasil Soberano, programa emergencial para empresas afetadas pela tarifação dos EUA às empresas exportadoras; e o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana, iniciativa do BNDES em parceria com o Ministério das Cidades para desenvolver uma visão do futuro para mobilidade urbana no Brasil. Outro destaque foi a divulgação das iniciativas relacionadas ao edital Viva Pequena África, que incluiu o edital para seleção de projetos culturais e a premiação de projetos urbanísticos com foco em patrimônio, cultura e mobilidade urbana no Distrito Cultural Pequena África, no Rio de Janeiro.

A assessoria de imprensa do Banco trabalhou proativamente na divulgação de pautas e ampliou sua atuação no âmbito regional, realizando eventos com a presença de jornalistas e entrevistas coletivas em diferentes regiões do país.

O BNDES foi citado em um total de 44.561 matérias veiculadas pela imprensa em 2025. Foram respondidas 814 demandas de veículos de comunicação para esclarecimento de dúvidas e atendimento a pedidos de entrevista com porta-vozes do BNDES, o que contribuiu para fortalecer a imagem institucional e dar transparência às ações do Banco.

Durante o ano, foram divulgados cinquenta avisos de pauta que convocaram jornalistas para a cobertura de assuntos de interesse público. Foram realizadas ainda quatro entrevistas coletivas para divulgação dos resultados financeiros trimestrais, além de eventos promovidos em parceria com outras instituições e/ou ministérios para divulgar iniciativas e debates promovidos pelo Banco com a presença da imprensa.

A [Agência BNDES de Notícias \(ABN\)](#) foi reformulada em 2025. No ar desde 2018, o [site](#) oficial de notícias do Banco passou por sua primeira grande reformulação, com foco na melhoria da experiência do usuário, na modernização do *layout* e no fortalecimento da comunicação institucional com jornalistas, setoristas e cidadãos. Foram publicados 466 conteúdos, entre notícias, notas e comunicados, que tiveram mais de 2 milhões de visualizações, via tráfego orgânico e pago nas redes sociais. Destaca-se ainda a produção de conteúdo multimídia de áudio-*releases* disponibilizados na ABN para as rádios. Em 2025, foram produzidos mais de 80 conteúdos nesse formato.

SOCIEDADE

Serviço de informação ao cidadão (SIC)

Em 2025, o [SIC](#) recebeu 613 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, 8,2% foram reapresentados como recursos em 1ª instância; 4,7% em 2ª instância; 4,1% foram encaminhados à CGU, e 3,3% encaminhados à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Os temas mais frequentes foram: bases de dados de operações indiretas (7,2%); informações sobre o concurso recente e os seus desdobramentos (6,7%); recolhimento de tributos (6,4%); Fundo Amazônia (4,7%); e informações sobre operações de clientes não recorrentes (3,4%).

Na pesquisa de satisfação do [Fala.BR](#), o Banco atingiu nota média 4,5 em uma escala de 0 a 5.

Saiba mais sobre o SIC no capítulo *Ética, compliance e transparência*.

Ouvidoria [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Cabe registrar que compete à Ouvidoria atuar como canal de comunicação e intermediação entre as empresas do Sistema BNDES e a sociedade, constituindo-se, assim, como verdadeiro instrumento de participação social. Nesse sentido, a Ouvidoria tem como missão o

fortalecimento e a promoção dos direitos de cidadania, por meio do exercício da transparência nas relações com a sociedade, com os órgãos e entidades do poder público e com os demais públicos de interesse.

Em 2025, a [Ouvidoria](#) recebeu 2.229 manifestações. Desse total, 1.183 foram relacionadas à atuação de pseudoconsultores, ou seja, pessoas que prometem agilizar, facilitar ou mesmo aprovar um financiamento do BNDES, sem nenhuma vinculação com o Banco.

Saiba mais sobre a Ouvidoria no capítulo *Ética, compliance e transparência*

Site

Reforçando nosso compromisso com a transparência, buscamos constantemente aprimorar nosso [portal institucional](#), expandindo o acesso a dados, conteúdos atualizados e informações relevantes para a sociedade. Em 2025, nosso [site](#) obteve, pelo terceiro ano seguido, o selo diamante na avaliação de transparência dos [sites](#) da administração pública realizada no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), liderado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).


Tivemos aproximadamente 7 milhões de visitas ao [site](#) durante o ano, mantendo o patamar de acessos do ano anterior.

Entre as páginas mais visitadas em 2025, tiveram destaque as relacionadas a produtos de financiamento voltados a MPMEs, como o BNDES Crédito Pequenas e Médias Empresas, as linhas do Finame e o BNDES Microcrédito, além de soluções de foco mais específico como o BNDES Mais Inovação e o Pronaf. As páginas de informações gerais sobre financiamento, como Guia do Financiamento e Soluções para o seu Negócio, assim como a do concurso público 2024 para contratação de novos empregados, continuaram entre as mais acessadas. Durante o ano, foram lançadas novas seções e páginas para iniciativas como o [Plano Brasil Soberano](#), o [Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social \(FIIS\)](#), o [Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações \(Fust\)](#) e o [Fundo Rio Doce](#). Reformulamos, ainda, as páginas de entrada da seção de [financiamentos](#), oferecendo mais clareza e agilidade aos interessados em nossas soluções financeiras, e a seção de [exportação](#), com a reorganização dos conteúdos para facilitar a navegação e ampliar a transparência das linhas de financiamento do BNDES Exim, que completou 35 anos em 2025. Nosso apoio à realização da COP30 também ganhou uma [seção especial](#) no [site](#), e nossas ações de apoio a restauração e preservação florestal foram reunidas em um ambiente digital próprio, o [BNDES Florestas](#).





 **1.242.665**

SEGUIDORES SOMADOS EM TODAS AS REDES

 Aumento de **40%** em relação a 2024

 Aumento de **27%** no número de seguidores no Instagram na comparação anual

TAXAS DE ENGAJAMENTO:

 **8,87%** no TikTok  **7,32%** no Instagram  **4,47%** no YouTube  **3,13%** no LinkedIn

ASSUNTOS EM DESTAQUE:



Inovação e indústria: apoio à Embraer para produção do carro voador



Conteúdos temáticos e cobertura em tempo real da COP30



Cultura: apoio ao patrimônio cultural e editais do Espaço Cultural BNDES



Infraestrutura: apoio a rodovias

Redes sociais

Em 2025, demos continuidade ao fortalecimento de nossa presença nas redes sociais, mantendo atuação ativa no Instagram, Facebook, X, LinkedIn, YouTube, TikTok, Threads, Bluesky e WhatsApp. A comunicação seguiu orientada por uma linguagem própria para o ambiente digital, com conteúdos mais dinâmicos, acessíveis e adaptados às especificidades de cada plataforma, tendo como objetivo favorecer a compreensão das ações do Banco e fortalecer a presença institucional nas redes.

Ao longo do ano, reforçamos as produções audiovisuais, as séries editoriais e os conteúdos alinhados às dinâmicas das redes, incluindo o uso de *trends*, formatos nativos e abordagens mais diretas, sem perder o caráter institucional. Nesse contexto, foram fortalecidos projetos de conteúdo seriado, com a continuidade da *websérie* Banco do Futuro e o lançamento das novas *webséries* Afluentes e Patrimônios do Futuro, que apresentam projetos apoiados pelo Banco e iniciativas de impacto, em linguagem documental.

Publicidade

Investimos R\$ 74,3 milhões em ações publicitárias em 2025, trabalhando com três pilares: (i) campanhas/ações publicitárias “tradicionais”; (ii) campanhas/ações de sustentação do tipo *Always On*, com presença contínua em redes sociais, rádio, plataformas de *streaming*, mídia exterior e cinema; e (iii) ações de *branded content* em veículos jornalísticos.

Considerando o conjunto dos esforços realizados, de acordo com Comscore, empresa que realiza medição de audiência, estima-se que pelo menos 109,8 milhões de pessoas foram impactadas por alguma ação publicitária do BNDES ao longo de 2025.

No ano, o pilar publicitário de *Always On* também incorporou cinema, plataformas de *streaming* e TV fechada (canais jornalísticos) e promoveu veiculações em rádio em mais de 800 municípios das

nove principais regiões metropolitanas do país, com conteúdo regionalizado. Na mídia exterior, além da cobertura em mais de 47 mil telas em todo o país – entre aeroportos, transporte sobre trilhos, bancas de jornal e prédios comerciais –, foi negociada a reprodução de notícias sobre o BNDES como bonificação do investimento publicitário em mídia livre, resultando em 192,6 milhões de inserções de matérias da Agência BNDES de Notícias e mais 200 milhões de reproduções de matérias de outros veículos.

As ações de *branded content* tiveram como foco principal o tema de sustentabilidade, com o objetivo de associar a credibilidade editorial dos veículos à narrativa institucional do Banco, principalmente para o público de formadores de opinião, com ênfase na qualificação e afinidade da audiência. Em todas as ações publicitárias, procurou-se fixar o conceito guarda-chuva “O Futuro Acontece com o BNDES”, lançado em 2024 e que permaneceu ativo em 2025.

No caso das ações publicitárias temáticas, realizamos uma campanha voltada ao agronegócio, “Onde o BNDES planta, o futuro acontece”, com produção de *jingle* próprio, que alcançou a marca de 84 milhões de pessoas impactadas, gerando mais de 1 milhão de cliques para página criada para a campanha na internet (*landing page*). A ação também foi responsável pela inscrição de 157 mil novos seguidores no canal do TikTok do BNDES. Além de divulgar a participação recorde do BNDES no Plano Safra 2025/2026, a campanha também estimulou o interesse de potenciais clientes pela linha BNDES Crédito Rural, disponível durante todo o ano.

Outra ação de comunicação publicitária de 2025 foi a campanha para divulgar o apoio emergencial do BNDES aos empresários brasileiros atingidos pelo “tarifaço” imposto pelo governo dos EUA ao setor exportador brasileiro. A campanha emergencial foi veiculada em rádio, redes sociais, Google, YouTube, jornais, *sites* e mídia exterior (inclusive nos principais aeroportos do Brasil), tendo alcançado mais de 31 milhões de pessoas e gerado 1,5 milhão de cliques.

Por fim, em linha com as ações de divulgação da COP30 no Brasil, foi veiculada a campanha “Sustentabilidade” em outubro e novembro de 2025, marcando a primeira vez em que a publicidade do BNDES promoveu um filme de animação, que contou a história de uma criança encantada com o vento, que se torna engenheira em uma indústria eólica, trazendo a mensagem final de que “o BNDES é maior financiador de energia limpa do mundo, investe no futuro das pessoas e do planeta”. O filme foi veiculado em TV aberta, TV fechada, cinema, *streaming* (Netflix, Globoplay, Prime, Disney Plus, HBO Max e Pluto TV), redes sociais, portais e mídia exterior, e teve anúncios desdobrados para mídia impressa.

Patrocínio

Patrocínio técnico

Consideramos patrocínio técnico o patrocínio a projetos diretamente relacionados à atuação do BNDES, visando, principalmente, a associação da marca ao desenvolvimento econômico, sem perder de vista as dimensões ambiental e social.

Ao longo de 2025, realizamos 46 ações de patrocínio técnico, com valor global investido de R\$ 9,3 milhões, um aumento expressivo em relação ao ano de 2024, que totalizou 24 ações e aproximadamente R\$ 5,7 milhões. Foram viabilizados projetos em 12 estados brasileiros, nas cinco regiões do país, além de uma iniciativa no exterior (o Pavilhão Brasil na Bio International Convention 2025, em Boston, nos EUA).

Além do aumento do investimento total em patrocínio e do número de projetos apoiados, destaca-se uma maior diversificação temática e alcance das agendas de comunicação pública. No ano, consolidamos um portfólio tematicamente coerente, alinhado aos eixos da Estratégia BNDES 2025-2029 e ampliamos a presença institucional do Banco em agendas de grande visibilidade pública e setorial. Ressalta-se, ainda, o

patrocínio a eventos de grande porte, com público superior a 50 mil pessoas, como Rio2C, Agrishow e Feira do Empreendedor.

Também foram patrocinados novamente eventos que acontecem com regularidade ao longo dos anos, como Fórum ABDIB, Inovahack, P3C Nordeste e Fórum Internacional de Equidade Racial Empresarial. Tal recorrência tornou-se possível a partir de 2023, com a retomada da atividade após quatro anos de interrupção.

Todos os projetos técnicos patrocinados foram acolhidos na modalidade escolha direta, tendo a maioria sido selecionada por meio de chamadas internas e/ou indicada pelas diretorias por estarem alinhados diretamente aos eixos institucionais definidos na estratégia corporativa e ao Plano Integrado de Comunicação e Marketing, com foco nos temas e públicos considerados prioritários.

Patrocínio esportivo

O ano de 2025 também foi marcado pela retomada do patrocínio esportivo, após quase dez anos de interrupção, com o reconhecimento desse apoio como importante ferramenta de comunicação institucional, com elevado potencial de visibilidade, retorno de imagem e amplas possibilidades de ativação de marca. Depois de cerca de um ano de estudos técnicos, modelagem e negociação, o BNDES e a Confederação Brasileira de Judô (CBJ) assinaram, em outubro de 2025, contrato de patrocínio esportivo no valor de até R\$ 60 milhões para o período de 48 meses, que inclui o ciclo olímpico dos jogos de 2028. Mais da metade desses recursos (53,3%) serão provenientes de incentivos da Lei do Esporte, dedutíveis do imposto de renda.

O apoio do BNDES ao Judô contempla, ainda, o desenvolvimento da modalidade em suas múltiplas dimensões, tanto no aspecto de desempenho esportivo quanto no âmbito social, uma vez que se destina ao desenvolvimento da infraestrutura para a prática esportiva, desde as categorias de base até o alto rendimento, passando pela iniciação esportiva em núcleos de prática do esporte.



Seletiva Nacional Cadete e Júnior, ocorrida em dezembro de 2025, em São Paulo.
Foto: Beatriz Riscado/CBJ.

O anúncio oficial do patrocínio ocorreu em 29 de novembro de 2025 e, desde então, a marca do BNDES vem sendo amplamente aplicada em arenas de competição, *judogis* (quimonos) de competição e enxovais das delegações. Como exemplo, no dia seguinte ao anúncio do patrocínio, três atletas levaram ao pódio do Grand Slam de Abu Dhabi a logomarca do novo patrocinador, com repercussão ao vivo em transmissões de importantes canais, como CazeTV e SporTV, além das redes sociais da CBJ.

Patrocínio cultural

Em 2025, também foi retomado o patrocínio cultural, principalmente a obras audiovisuais, que não eram patrocinadas há nove anos. No ano, aprovamos 35 projetos, totalizando um investimento de R\$ 23,7 milhões. Desses, 25 são de filmes selecionados no Edital de Cinema 2025, que terão exibição pública em 2026.

O patrocínio cultural contribui para ampliar o acesso à cultura e divulgar nossa atuação em diversos campos, contribuindo para estimular uma maior favorabilidade e confiança na marca e promovendo nossa imagem como importante apoiador da cultura nacional, em complemento à nossa atuação no setor com [recursos não reembolsáveis](#).

Eventos

Em 2025, realizamos 65 eventos corporativos, com cerca de 11.800 participantes. Desse total, 16 foram destinados exclusivamente ao público interno e 51 ao público externo ou a ambos.

Entre os destaques está o seminário “Diálogos com o mercado: a retomada dos investimentos e o papel do BNDES no mercado de capitais”, que trouxe a oportunidade de ouvir as demandas do mercado e destacou a crescente atuação em fundos e agenda da BNDESPAR focada em democratizar o acesso ao mercado de capitais, investimentos verdes e inovação. Cabe destacar também o seminário “Impacto do cooperativismo no desenvolvimento do Brasil”, coorganizado pelo BNDES e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que discutiu o impacto do cooperativismo de crédito no desenvolvimento econômico e social do Brasil e a economia circular no cooperativismo de produção agro.

BNDES NA COP30

Em novembro de 2025, o Brasil sediou, em Belém (PA), a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). Reconhecida como um dos mais relevantes fóruns globais sobre clima, a conferência reúne anualmente líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil para debater e promover ações de enfrentamento às mudanças climáticas.

Durante a conferência, o BNDES realizou 13 anúncios, organizou 61 eventos, promoveu 61 *workshops* e reuniões bilaterais, e participou de 269 painéis. Essa atuação nos consolidou como uma das principais referências no debate internacional sobre mudanças climáticas. Em pesquisa realizada pela agência de comunicação CDN, nossa marca foi reconhecida como a de maior protagonismo durante a COP30, alcançando R\$ 63,91 milhões em exposição na mídia e liderando o *ranking* de ganhos de visibilidade ao longo do evento.

No eixo de captação de recursos, durante a COP30 fechamos acordos que mobilizarão R\$ 21 bilhões destinados ao financiamento de projetos sustentáveis no Brasil. São parcerias internacionais com organismos como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), da Alemanha, Agência Francesa de Desenvolvimento (Grupo AFD), e Cassa Depositi e Prestiti (CDP), da Itália. Foram anunciadas ainda novas doações de parceiros internacionais ao Fundo Amazônia superando R\$ 150 milhões, vindos do segundo contrato com a Suíça e do primeiro com a União Europeia, chegando assim a nove doadores internacionais, comprovando a confiança da comunidade internacional na agenda de combate ao desmatamento do Brasil.

O papel do [Fundo Amazônia](#) no combate ao desmatamento foi também destacado durante a COP30, com a realização de um balanço de sua atuação até a realização da conferência, destacando os R\$ 5,2 bilhões mobilizados para o apoio a 142 projetos, alcançando até 75% dos municípios da região da Amazônia Legal.

A iniciativa [BNDES Florestas](#), de apoio ao setor florestal em ações de conservação, recuperação e manejo sustentável de florestas, também recebeu destaque, com 14 anúncios, sendo cinco relacionados à agenda de crédito, com recursos do Fundo Clima que superaram R\$ 900 milhões, e nove relacionados a recursos não reembolsáveis, que contribuíram para atingirmos uma mobilização de R\$ 7 bilhões para a agenda do setor no país, o maior investimento da história do BNDES no setor florestal.

Reforçando nossa atuação na região, contribuimos para a mobilização de recursos voltados para investimentos na cidade de Belém, em preparação ao evento, que fortaleceram a infraestrutura local e contemplaram o maior projeto de urbanização de favelas e periferias financiado pelo BNDES. Essas iniciativas, apresentadas no capítulo [Desenvolvimento social e regional e gestão pública](#), fortaleceram a infraestrutura local e deixaram um legado social, cultural e econômico para a cidade.

CASA BNDES

A Casa BNDES, instalada no Complexo dos Mercedários – patrimônio histórico restaurado com apoio do Banco – foi estruturada como um centro cultural temporário destinado a oferecer programação cultural gratuita à população de Belém e à comunidade internacional, constituindo uma iniciativa estratégica de promoção institucional e de relacionamento do BNDES durante a COP30.

O espaço mobilizou a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Pará (UFPA) – que hoje ocupa o edifício –, parceiros do Fundo Amazônia e artistas locais na realização de sessões de cinema, rodas de conversa, apresentações musicais, experiências imersivas e exposições, entre outras atividades alinhadas aos eixos temáticos da conferência, como energia, biodiversidade e desenvolvimento humano.

Em 13 dias de programação aberta ao público, foram registrados mais de 31 mil visitantes, com média diária de 2.387 pessoas.



Casa BNDES no Complexo dos Mercedários/UFPA. | Foto: Jeff Cardoso.



ESPAÇO CULTURAL BNDES

O Espaço Cultural BNDES realizou 65 espetáculos de janeiro a setembro de 2025, nas séries Quintas no BNDES e Sextas Instrumentais, que receberam mais de 11 mil espectadores. Os *shows* também foram disponibilizados no canal do Espaço no YouTube, que, em dezembro de 2025, tinha 3 mil inscritos. Foram contabilizadas 160 mil visualizações nos vídeos do canal, mais que o dobro do ano anterior.

No ano, também foi realizado concurso para seleção de espetáculos para compor as séries Quintas no BNDES e Sextas Instrumentais de 2026 e 2027. Foram recebidos 2.281 projetos, 65% a mais que o edital anterior, de 2023, e selecionados 160 projetos para apresentações durante 24 meses, além de 80 cadastros de reserva.

Na galeria do Espaço Cultural BNDES, a exposição “Pretagônismos no acervo do Museu nacional de Belas Artes”, realizada na Galeria do Espaço Cultural BNDES em parceria com o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025, teve 12 mil visitantes durante o período, sendo 2.500 em 2025.



ACADEMIA E FORMADORES DE OPINIÃO

Produção de conhecimento

Em 2025 reafirmamos nosso compromisso com a valorização da produção de estudos e pesquisas e a aproximação com o meio acadêmico e outras instituições produtoras de conhecimento.

Mantemos acordos de cooperação com instituições de pesquisa como Ipea, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com foco especial nas avaliações de efetividade de nosso apoio. Adicionalmente, temos uma parceria com o Instituto de Apoio ao MapBiomias, representante do Projeto MapBiomias, com o objetivo de compartilhar dados e informações sobre cobertura vegetal e uso da terra no Brasil, a fim de promover proteção, conservação, recuperação de solos e cobertura vegetal e desenvolvimento sustentável do país.

Com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe da Organização das Nações Unidas (Cepal/ONU) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), assinamos um programa executivo de cooperação para o desenvolvimento das economias brasileira e latino-americanas e do Caribe no século XXI. O programa executivo teve como primeira ação a realização da Escola de Governo e Desenvolvimento Maria da Conceição

Tavares, um programa de capacitação que teve como público-alvo funcionários de bancos de desenvolvimento e de outros órgãos elaboradores de políticas públicas da região. A escola contou com quase 700 inscrições, de onde foram selecionados 66 alunos, dos quais 35 do Brasil e 31 de outros 11 países da América Latina. A formação foi dividida em três etapas, sendo a primeira, presencial, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro; a segunda, *online*, com 12 semanas de aulas síncronas; e a terceira, presencial, na sede da Cepal, em Santiago, no Chile.

Também foi relevante a parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef), instituição com a qual o BNDES já havia mantido estreita colaboração em anos anteriores e cuja parceria foi retomada em 2024. Em 2025, as instituições realizaram o congresso internacional Demand Led Growth, no Instituto de Economia da UFRJ (IE/UFRJ), e a primeira Semana de Economia Brasileira, no Palácio Capanema, também no Rio de Janeiro. Além disso, durante o Encontro Nacional de Economia promovido pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), foi organizada a segunda edição da série “Seminários sobre desenvolvimento e financiamento”, com painéis ministrados por acadêmicos de reconhecidas universidades brasileiras (UFMG, UFRJ e Universidade Federal Fluminense – UFF), que discutiram aspectos do processo de desenvolvimento.

Publicações

Com os objetivos de gerar debate acadêmico e social acerca de temas setoriais ou relacionados ao desenvolvimento, prestar contas à sociedade e compartilhar o conhecimento produzido pelo corpo técnico do BNDES, disponibilizamos gratuitamente diferentes publicações em versão digital e/ou impressa. Todas podem ser acessadas na seção Conhecimento do site e na Biblioteca Digital do BNDES, nas quais também é possível se cadastrar para assinatura.

Em 2025, editamos 53 publicações. Entre os periódicos, além da Revista do BNDES, dos Textos para Discussão e da série Estudos Especiais, destacou-se o BNDES Setorial 60, comemorando 30 anos da publicação em uma edição especial sobre o tema indústria. Também foram destaques publicações específicas como Bioethanol: fast track to mobility decarbonisation, BNDES Exim: 35 anos de apoio às exportações brasileiras e o compilado dos Estudos especiais do ano. Por último, foram editados diferentes relatórios, ressaltando-se o Relatório do Emprego, que teve sua primeira edição publicada em 2025, e o Relatório Anual Integrado 2024, que ganhou versão prioritariamente digital e um resumo executivo, tendo sido reconhecido com o segundo lugar no Prêmio Abrasca de Relatórios Anuais – categoria Empresas Fechadas.

Biblioteca

Há dez anos, nosso repositório institucional é uma fonte confiável, de acesso aberto à população, sobre a história do BNDES e a contribuição de suas(seus) empregadas(os) para a memória do desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil. Em 2025, a [Biblioteca Digital](#) teve um total de mais de oito milhões de pesquisas recebidas e foram realizados mais de 600 mil *downloads* de documentos.

Aqueles com maior visibilidade no ano foram os que avaliam o papel do BNDES e das suas políticas públicas no Brasil. São eles: (i) Financiar o futuro: o papel do BNDES; (ii) O modelo indireto do BNDES: benefícios, diagnóstico e perspectivas; e (iii) De promessa a realidade: como o etanol celulósico pode revolucionar a indústria da cana-de-açúcar: uma avaliação do potencial competitivo e sugestões de política pública.

Nossa biblioteca prossegue elaborando *clippings* de notícias para acompanhamento de setores e embasamento de tomadas de decisão pelas unidades do BNDES, em temas como o impacto das ações do BNDES para a recuperação do Rio Doce, a cobertura da preparação e do evento COP30, as inovações no setor bancário e a transição energética e adaptações às mudanças climáticas.

Blog do Desenvolvimento

Divulgamos, por meio do Blog do Desenvolvimento, conteúdos relacionados à produção de conhecimento do BNDES, na forma de artigos, infográficos e entrevistas. Em 2025, o *blog* foi reformulado, ganhando endereço próprio (blogdodesenvolvimento.bndes.gov.br), versão em inglês, facilidade de busca e nova organização entre categorias e séries. Foram publicados 58 posts, com mais de 151 mil *pageviews* e 61,84% de taxa de engajamento no ano.

Os conteúdos do *blog* são divulgados periodicamente para uma base de mais de nove mil assinantes da *newsletter*

BNDES Conhecimento, que registrou aumento de inscritos de cerca de 5% no ano. O veículo foi impulsionado em duas ações publicitárias no fim de 2025, que enfocaram o lançamento do novo *layout* da página. Em ambas, mesmo com um investimento pequeno, foram geradas mais de 18 mil sessões na página em apenas uma semana. As peças, veiculadas em Google Discovery e Google Search, tiveram taxa de cliques e tempo de sessão dos usuários acima da média, considerando *posts* com investimentos similares nos mesmos veículos, o que mostra elevado interesse do público-alvo pelo conteúdo do canal.

PÚBLICO INTERNO

Em 2025, criamos uma identidade visual específica para a comunicação interna, reformulamos nossa *newsletter* semanal e ampliamos o uso da linguagem audiovisual, com a criação da TV BNDES, na *intranet*. As ações decorreram de diagnóstico revelado por pesquisa de comunicação interna aplicada no mês de maio.

Ao longo do ano, veiculamos 135 campanhas para divulgar eventos, iniciativas e cursos nos nossos canais internos. Publicamos 281 matérias na *intranet* voltadas aos empregados e realizamos 68 coberturas para a TV BNDES. Também foram enviadas trinta edições da *newsletter* Agenda BNDES e, juntamente com a Área de Recursos Humanos, 149 informes institucionais por *e-mail*.

No período, o nosso público interno foi ampliado em 23,57%, com a entrada dos novos empregados oriundos da Seleção Pública de 2024. A ampliação do quadro foi o grande tema da comunicação interna, com destaque tanto nas campanhas quanto no conteúdo jornalístico.

A diversidade também esteve em pauta, com ações voltadas a questões como Liderança Feminina, Neurodivergência, Letramento Racial e Inclusão LGBTQIAPN+. Outros assuntos de destaque foram a segurança da informação, com campanhas de *education* em

cibersegurança, e temas socioambientais, com a realização, no Brasil, da COP30, que mobilizou a comunicação tanto interna quanto externa.

Saiba mais sobre as nossas ações voltadas ao público interno no capítulo Nossa equipe.

FORNECEDORES [GRI 2-6]

Para realizar nossas atividades, utilizamos insumos e serviços adquiridos por meio de diferentes processos de contratação direta ou licitação. A contratação de fornecedores está limitada principalmente à compra de insumos ou à prestação de serviços acessórios à atividade-fim do Banco, de acordo com condições estipuladas pela [Lei das Estatais](#) e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Sistemas BNDES (Resolução C.A 02/2025).

Em relação a fornecedores de serviços, as atividades executadas de forma indireta incluem, preponderantemente: (i) atividades acessórias, auxiliares ou instrumentais, como serviços gerais e de tecnologia da informação; (ii) prestação de serviços técnicos e especializados de natureza intelectual; e (iii) aquelas de apoio às atividades finalísticas do Banco, como serviços relacionados aos projetos de desestatização. Contamos também com fornecedores de materiais e equipamentos para suprir nossas necessidades operacionais.

Em 2025, o somatório dos pagamentos realizados a fornecedores totalizou R\$ 663 milhões. Considerando nossa base de contratos, não foram identificadas mudanças relevantes na cadeia de fornecedores que pudessem impactar nossas operações.

O detalhamento das contratações, as alterações contratuais e os procedimentos punitivos realizados no período constam nas tabelas a seguir. Nossos contratos administrativos são públicos e podem ser acessados em nosso [site](#).

CONTRATOS ATIVOS E FORNECEDORES

Contratações nas representações	Número de contratos	Número de fornecedores	Porcentagem de fornecedores por localização
Rio de Janeiro (RJ)	277	182	23%
São Paulo (SP)	292	225	29%
Brasília (DF)	84	65	8%
Recife (PE)	19	17	2%
Outras cidades	356	290	37%
Nº total de contratos ativos/fornecedores	1028	779	100%

CONTRATAÇÕES (POR PROCESSO DE ORIGEM)

Alienação de bens - onerosa	1
Alienação de bens - doação	65
Concorrência	1
Concurso	53
Pregão eletrônico	34
Inexigibilidade de licitação	173
Dispensa de licitação por valor	137
Dispensa de licitação (demais hipóteses)	38
Contratações finalísticas (art. 28 da Lei 13.303)	21*
Total de contratos	460

*21 contratos, sendo 10 RFP (consultorias para desestatizações)

ADITIVOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PUNITIVOS (PAP)

Número de PAPs	4
Aditivos contratuais	124
Aditivos epistolares	149
Encerramentos extraordinários	1
Reequilíbrios econômico-financeiros	150
Total de aditivos e PAPs	561

GOVERNANÇA EM CONTRATAÇÕES



Como parte do fortalecimento da governança das contratações administrativas, aprovamos, em 2025, o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, consolidando as demandas de bens e serviços planejadas para o exercício seguinte.

O PCA 2026 foi aprovado pelo Conselho de Administração e está disponível para consulta pública no [site do BNDES](#), ampliando

a transparência sobre o planejamento das contratações e contribuindo para maior previsibilidade, racionalização de demandas e alinhamento entre as necessidades institucionais e a estratégia do Banco.

A adoção do PCA reforça nosso compromisso com boas práticas de governança, planejamento e eficiência nas relações com fornecedores.

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Nossas licitações e contratos devem seguir parâmetros sustentáveis, levando em conta os diversos aspectos relacionados à execução do objeto contratual, como: não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos; priorização do uso de produtos reciclados e/ou recicláveis; maior eficiência na utilização de recursos naturais; e análise dos impactos sociais decorrentes da execução, adoção de práticas de gestão do risco climático decorrente de atividades desempenhadas por fornecedores, quando relevantes. A adoção ou não de critérios de sustentabilidade deve, ainda, ser justificada nas contratações, com base nos custos e benefícios associados, além da realidade do mercado fornecedor. Quando aplicáveis, as exigências socioambientais devem estar fundamentadas objetivamente nas especificações técnicas.

No âmbito das contratações administrativas decorrentes de licitação e contratação direta (dispensa ou inexigibilidade de licitação),

realiza-se a verificação de condições de participação na licitação, se for o caso, e de contratação para todos os nossos fornecedores. Isso inclui a verificação de alertas quanto à presença em listas restritivas ou impeditivas em âmbito nacional, inclusive no que diz respeito a casos de trabalho análogo à escravidão. Além disso, verificamos mensalmente tais informações por meio de sistemas informatizados para fornecedores com contratos ativos. **[GRI 409-1]**

Desde 2021, a cláusula social – adotada em todos os nossos contratos de financiamento, com menção explícita ao combate à discriminação racial e de gênero; à exploração irregular, ilegal ou criminoso do trabalho infantil; e à prática relacionada ao trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil – está presente também nos contratos com fornecedores e prestadores de serviços, possibilitando a rescisão contratual em casos de descumprimento.

[GRI 408-1] [GRI 409-1]



ÉTICA, COMPLIANCE E TRANSPARÊNCIA

GESTÃO DE ÉTICA E COMPLIANCE

A ética é um dever de nossos empregados, administradores e prestadores de serviço. O compromisso com esse princípio está expresso em nossa declaração de valores e em nosso Código de Ética, Conduta e Integridade (Código de Ética), que também é aplicável a todos que interagem conosco, incluindo clientes e instituições financeiras credenciadas para repasse de recursos.

A Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e sua secretaria-executiva – vinculadas a nossa Presidência – são responsáveis pela gestão de ética no Banco. Entre suas atribuições, estão o esclarecimento de dúvidas sobre condutas éticas e a implementação de ações preventivas internas para a disseminação de valores, como campanhas de comunicação, cursos e eventos.

Para fortalecer a construção de um ambiente íntegro, contamos também com a Área de Integridade e Compliance, que atua conforme as diretrizes estabelecidas em nossas políticas e programas. Tais diretrizes são amplamente divulgadas a todos os empregados, prestadores de serviço, parceiros de negócios e à sociedade em geral, tanto em nosso [site](#) quanto na intranet. [\[GRI 205-2\]](#)

Para os empregados, diretores executivos e conselheiros, são promovidas, ao longo do ano, [ações de comunicação e capacitações](#) sobre valores e normas vigentes, nas quais a participação é obrigatória. Nesses momentos, também ocorre a renovação das declarações de adesão ao nosso Código de Ética. [\[GRI 205-2\]](#)

Para nossos clientes e fornecedores, além da aplicação do [Código de Ética](#) e da [Política Corporativa de Integridade](#), destaca-se a inclusão da cláusula social em todos os nossos contratos. Essa cláusula faz referência expressa à [Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao](#)

[Financiamento do Terrorismo \(PLDFT\)](#) e estabelece o compromisso com o combate à corrupção; à discriminação de raça e gênero; à exploração irregular, ilegal ou criminosa de trabalho infantil; e ao trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil. O descumprimento dessas disposições pode resultar na rescisão contratual. [\[GRI 205-2\]](#)

Em 2025, avançamos nas discussões no âmbito do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Discriminação e ao Assédio. No ano, o grupo elaborou a proposta de Política Corporativa de Prevenção e Enfrentamento à Discriminação e ao Assédio, a ser submetida ao Conselho de Administração (CA) do BNDES. A proposta resultou da realização de *benchmarking* com instituições públicas e privadas, bem como de estudo abrangente da legislação e de materiais de referência, em especial o Modelo de Avaliação do Sistema de Prevenção e Combate ao Assédio do Tribunal de Contas da União (TCU). Os principais objetivos da política são:

- » criar um marco comum de conceitos e definições para orientar ações integradas, com amparo na legislação sobre o tema, com destaque para o [Decreto 12.122/2024](#);
- » estabelecer princípios e diretrizes para prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio no BNDES; e
- » formalizar o sistema de prevenção e enfrentamento à discriminação e ao assédio no BNDES, para garantir uma atuação coordenada, especializada, integrada e efetiva na escuta, acolhimento, apuração e prevenção de condutas inadequadas no ambiente de trabalho, designando instâncias de atuação e atribuindo os respectivos papéis e responsabilidades.

A promoção do intercâmbio e a disseminação do conhecimento constituem diretrizes fundamentais para o fortalecimento da ética e da integridade. Nesse sentido, a CET/BNDES e a Ouvidoria têm participação ativa na coordenação e no planejamento estratégico do Fórum Nacional de Gestão da Ética e da Integridade na Administração Pública. Em 2025, essas unidades apoiaram a Infra S.A. na organização

do XXI Seminário do Fórum, que trouxe como tema central “Ética e Justiça Social”. Quaisquer órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal podem aderir ao fórum, cujo escopo de atuação possibilita o compartilhamento de modelos e boas práticas de gestão da ética, de ouvidoria e de atividades correlatas no campo da transparência, controle e integridade.

No último trimestre do ano, nossa Corregedoria, representando o BNDES, assinou um protocolo de intenções com outras empresas para a criação do Fórum Nacional de Corregedorias das Empresas Estatais. O fórum tem por finalidade a cooperação mútua e a disseminação de conhecimento, com o objetivo de fortalecer a gestão correcional das unidades setoriais de correição das empresas participantes, bem como fomentar o uso compartilhado das experiências e especializações de cada entidade em suas respectivas áreas de atuação. Essa iniciativa representa relevante marco para o aprimoramento das corregedorias das empresas estatais.

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ÉTICA, INTEGRIDADE E COMPLIANCE

- » [Código de Ética](#)
- » [Política Corporativa de Controle Interno e Conformidade](#)
- » [Política Corporativa de Integridade](#)
- » [Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo \(PLDFT\)](#)
- » [Programa de Compliance](#)
- » [Guia de Conduta e Integridade do BNDES](#)
- » [Guia de Conduta para Prestadores de Serviço do BNDES](#)
- » [Ética e Integridade – 10 diretrizes de relacionamento com o BNDES](#)

CONFORMIDADE

Mantemos mecanismos para mitigar os riscos de não conformidade às diversas normas às quais estamos sujeitos, bem como aqueles que possam acarretar sanções à instituição ou danos a sua reputação.

Algumas de nossas principais práticas de gestão da conformidade incluem:

- » avaliação diária das propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional, com monitoramento daquelas consideradas de alta prioridade e impacto para o Banco;
- » acompanhamento da emissão de normas externas e fiscalização de seu cumprimento por nossas unidades;
- » realização de avaliações de conformidade rotineiras, destinadas a verificar o grau de aderência às normas internas e externas; e
- » avaliação da efetividade das políticas, procedimentos e controles para PLDFT e acompanhamento de planos de ação.

Eventuais não conformidades identificadas pela unidade de *compliance* são reportadas às unidades envolvidas, às quais cabe corrigir e aprimorar os procedimentos. Os resultados desses trabalhos são reportados periodicamente à Diretoria Executiva e ao CA, bem como aos seus órgãos de assessoramento (comitês de riscos e de auditoria) e ao Conselho Fiscal (Cofis).

Em 2025, segundo o critério de apetite a risco do Sistema BNDES, não houve registro de perdas decorrentes de casos de corrupção ou de multas relevantes relacionadas ao descumprimento de leis e regulamentos.

Os casos de multas restringiram-se a valores pouco significativos, principalmente em razão de atraso no recolhimento de tributos. Em 2025, também não foram registradas penalidades não pecuniárias em processos administrativos ou judiciais. [GRI 2-27]

Ao longo do ano, não fomos alvo de processos relacionados a concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio, assim como não registramos nenhum caso de não conformidade com leis e normas relativas à comunicação de *marketing*. [GRI 206-1] [GRI 417-3]

Também não foram registradas queixas relacionadas à violação da privacidade de titulares de dados pessoais ou ao descumprimento de obrigações definidas por agência reguladora, conforme descrito na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Tampouco houve registro de incidentes envolvendo violação da privacidade ou perda de dados pessoais de clientes. [GRI 418-1]

RECEBIMENTO E TRATAMENTO DE DENÚNCIAS [GRI 2-25] [GRI 2-26]

Nossa Ouvidoria recebe denúncias, por meio da plataforma Fala.BR, e as encaminha para as unidades responsáveis pela sua apuração, de acordo com o tema, em especial a Corregedoria e/ou a CET/BNDES. Ademais, compete à Ouvidoria atuar como canal de comunicação e intermediação entre as empresas do Sistema BNDES e a sociedade, constituindo-se, assim, em verdadeiro instrumento de participação social. Nesse sentido, a Ouvidoria tem como missão o fortalecimento e a promoção dos direitos de cidadania, por meio do exercício da transparência nas relações com a sociedade, com os órgãos e entidades do Poder Público e com os demais públicos de interesse.

A Corregedoria conduz processos de apuração, como procedimentos investigativos e processos correccionais. Atualmente, também está sob sua responsabilidade a fase interna da tomada de contas especial (TCE).

À CET/BNDES compete realizar os processos de apuração éticos (PAE).

DOAÇÃO A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS [GRI 415-1]

Desde as alterações da Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) promovidas pela Lei 13.165/2015 e pela Resolução 23.463/2015, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pessoas jurídicas estão proibidas de realizar doações a partidos políticos ou candidatos.

Nossas políticas operacionais nunca permitiram o financiamento ou doação a partidos políticos ou a candidatos. Além disso, os recursos financeiros obtidos por meio de nossos financiamentos ou empréstimos devem ser aplicados exclusivamente nas finalidades previstas em contrato, não podendo ser destinados a outros fins.

Especificamente em relação a casos de discriminação, de acordo com a Resolução CA 14/2025, a Ouvidoria deve avaliar o tratamento a ser dado às manifestações, podendo, se for o caso, adequar a tipologia e o assunto indicado pelo manifestante. Em 2025, não recebemos denúncia envolvendo casos de discriminação. [GRI 406-1]

A Ouvidoria, a Corregedoria e a CET/BNDES deram continuidade às ações voltadas à institucionalização do Fórum de Recebimento e Tratamento de Denúncias do Sistema BNDES, cujo regulamento foi aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 2025. O fórum tem por objetivo promover debates e compartilhamento de ideias, documentos e informações sobre o recebimento e tratamento de denúncias. No período, destaca-se, entre as entregas decorrentes de sua atuação, a elaboração do “Protocolo de tratamento de denúncias de assédio e outras condutas de natureza sexual não consentidas”.

SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA

Nosso sistema de correção interna, criado em 2019, tem a seguinte composição: (i) Corregedoria (atualmente vinculada ao presidente do BNDES e liderada pelo diretor responsável por *compliance*); (ii) comissões de apuração instauradas no âmbito dos procedimentos investigativos e processos correccionais; (iii) comissões recursais; e (iv) autoridades ou órgãos colegiados competentes para apreciar e julgar os processos correccionais e seus respectivos recursos. Esse sistema integra o nosso Programa de *Compliance*, com funcionamento supervisionado pelo CA e pelo Comitê de Auditoria (Coaud). Sua finalidade é prevenir, detectar, apurar e corrigir atividades que possam configurar infração disciplinar – incluindo atos de improbidade administrativa –, enriquecimento ilícito, atos lesivos praticados contra pessoa jurídica integrante do Sistema BNDES e/ou ilícitos penais.

O escopo desse sistema envolve processos correccionais, que devem ser conduzidos com as garantias de ampla defesa e contraditório aos processados, bem como procedimentos investigativos, de caráter sigiloso, não punitivo e facultativo. Estes últimos são instaurados quando verificados elementos mínimos indicativos de irregularidades que não configurem indícios suficientes para a instauração de processos correccionais. As [informações correccionais](#) são divulgadas em nosso [site](#), na seção [Transparência e Prestação de Contas](#).

Nossa Corregedoria integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor) e mantém constante interlocução com a Corregedoria-Geral da União (CRG) da Controladoria-Geral da União (CGU) – órgão central desse sistema –, tendo realizado três autoavaliações no âmbito do modelo de maturidade correccional criado pela CRG, as quais auxiliaram na reflexão

interna para aperfeiçoamento das atividades correccionais. As autoavaliações são bienais, e, no último ciclo (2024), a Corregedoria alcançou o nível três de maturidade correccional, o que representou um avanço em sua estruturação em relação à prevenção de irregularidades e ao desenvolvimento da transparência correccional ativa.

Cabe destacar que, em 2025, não foram registrados na Corregedoria casos de corrupção envolvendo empregados ou parceiros de negócios, não havendo, conseqüentemente, aplicação de penalidades relativas ao tema. Tampouco nosso jurídico registrou casos de corrupção e não foram propostas ações contra a organização ou seus empregados pela prática de corrupção. [\[GRI 205-3\]](#)

Também não houve registros de contratos decorrentes de licitação ou contratação direta que foram rescindidos ou não renovados por motivos relacionados à corrupção. Do mesmo modo, não tivemos nenhum registro de descredenciamento ou recusa de credenciamento de banco parceiro por motivos relacionados a corrupção. [\[GRI 205-3\]](#)

PROCEDIMENTOS CORRECCIONAIS EM 2025*

TIPO DE PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS
Procedimento Investigativo	5**	3
Processo Administrativo de Responsabilização (PAR)	2	-
Processo Administrativo Sancionador/Disciplinar (PAS/PAD)	2	3
Tomada de Contas Especial (TCE)	-	-

* Além dos procedimentos listados no quadro, ao longo do ano foram instaurados nove termos de ajustamento de conduta (TAC).

** Dos cinco procedimentos investigativos instaurados, dois foram concluídos ainda em 2025.



OUVIDORIA [GRI 2-25] [2-26]

A Ouvidoria é o canal competente para recebimento de denúncias, isto é, para encaminhamento de mensagens com o objetivo de comunicar a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes. Cabe a ela, também, receber sugestões, solicitações de simplificação e de providências, mediante relacionamento ágil e eficiente com a sociedade, com a alta administração, com os empregados, com órgãos e entidades do poder público e demais parceiros.

As denúncias ou outras manifestações podem ser encaminhadas por meio da página da [Ouvidoria](#) em nosso [site](#). A partir dela, o usuário é redirecionado para a plataforma [Fala.BR](#), desenvolvida e gerida pela Ouvidoria-Geral da União, um ambiente sigiloso, hospedado fora de nossos servidores. Os números relativos às manifestações recebidas pela Ouvidoria em 2025 serão apresentados no capítulo [Nossos relacionamentos](#).

A Ouvidoria é vinculada diretamente ao CA, com garantia de condições adequadas para seu funcionamento, competindo-lhe elaborar e encaminhar, à Auditoria Interna, à Diretoria Executiva, ao Coaud e ao próprio CA, relatório quantitativo e qualitativo acerca da sua atuação, contendo recomendações para melhoria de processos e procedimentos, quando aplicáveis.

Deve a Ouvidoria, ainda, encaminhar, para aprovação pelo CA, relatório semestral de denúncias referenciadas nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, contendo, no mínimo, o número de reportes recebidos, suas respectivas naturezas, a(s) unidade(s) de apuração competente(s) para

tratamento da denúncia, o prazo médio de tratamento das denúncias e as medidas adotadas, bem como disponibilizar tais relatórios às unidades fundamentais responsáveis pelo *compliance* e pela gestão de riscos e à Auditoria Interna do BNDES.

COMISSÃO DE ÉTICA [GRI 2-25] [2-26]

A CET/BNDES exerce relevante função educativa e orientadora com os colaboradores do Banco na solução de conflitos interpessoais. Nas denúncias mais graves, a CET/BNDES tem a especial preocupação de instaurar procedimento preliminar para apurar os fatos e, quando cabível, encaminhar a questão à Corregedoria. Uma das possíveis consequências é a conversão do procedimento preliminar em processo de apuração ética, assegurados o contraditório e a ampla defesa, que pode culminar na aplicação da penalidade de censura ética, caso a denúncia seja procedente. Em 2025, a CET/BNDES recebeu um total de 22 denúncias.

Também compete à CET/BNDES analisar as consultas apresentadas por empregados do BNDES sobre temas do Código de Ética. As consultas devem ser formuladas por meio do [Sistema Eletrônico de Prevenção ao Conflito de Interesses \(SeCI\)](#) da CGU, quando versarem sobre a existência de potencial conflito de interesses à luz do [Código de Ética](#) e da [Lei 12.813/2013](#), ou encaminhadas diretamente por correio eletrônico quando se tratar de outras dúvidas relativas ao Código de Ética. Em 2025, foram registradas 65 consultas, com destaque para análises de atividades paralelas (22) e dúvidas acerca da possibilidade de investimentos em valores mobiliários (22).

Com o objetivo de fortalecer sua função preventiva e orientadora, a CET/BNDES mantém uma página na intranet com orientações e uma seção de perguntas e respostas sobre o Código de Ética, além de estar à disposição dos colaboradores do Banco por meio de correio eletrônico, telefone e presencialmente na sala da Comissão.

SEMANA DE ÉTICA E INTEGRIDADE (SEI) [GRI 2-26]

A Semana de Ética e Integridade (SEI), realizada anualmente pelo BNDES desde 2016, reforça o compromisso institucional com princípios éticos e práticas íntegras, contribuindo para o reconhecimento do Banco por seus elevados padrões de transparência.

Em sua 10ª edição, realizada entre 13 e 16 de outubro de 2025, a SEI teve como tema “A Integridade começa em casa” e destacou a importância de cultivar valores éticos no ambiente familiar, especialmente entre crianças e adolescentes, fortalecendo comportamentos responsáveis e seguros em um mundo cada vez mais digital. Com palestras e oficinas desenvolvidas em parceria com a Área de Recursos Humanos, a SEI abordou temas como decisões éticas, proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e cidadania socioambiental. As atividades envolveram participantes do Sistema BNDES e suas famílias, promovendo a reflexão, o aprendizado e o fortalecimento de uma cultura de integridade dentro e fora do ambiente de trabalho.

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO E CAPACITAÇÕES

Visando disseminar o conhecimento sobre ética, conduta e integridade de forma mais eficiente, desenvolvemos ações e capacitações adaptadas, com linguagem e conteúdo ajustados às necessidades e ao papel institucional dos diferentes públicos-alvo. Além de divulgar as políticas e normas, as ações e capacitações objetivam promover reflexões nos participantes. [GRI 205-2]

Disponibilizamos permanentemente quatro cursos de posse para membros dos colegiados estatutários do Sistema BNDES com temas listados na [Lei das Estatais](#). Além disso, em 2025, lançamos a Trilha Lei das Estatais para a Alta Administração, composta por cinco microcursos obrigatórios para o referido público-alvo, que abrangeu temas previstos na Lei das Estatais, na [Lei 14.457/2022](#), na [Lei 14.540/2023](#) e na [Resolução CVM 161/2022](#). O índice de participação atingiu 88,9% do público-alvo, composto por 36 membros. [GRI 205-2]

Especificamente sobre combate à corrupção e PLDFT, oferecemos os seguintes treinamentos em 2025: [GRI 205-2]

- » “Essa informação pode mudar o jogo”: trata-se de um módulo avançado sobre PLDFT, oferecido na modalidade *online*. É obrigatório para colaboradores que atuam em unidades de negócio ou em unidades que manipulam informações relevantes e não públicas que possam exercer alguma influência no fluxo da prestação de serviço de coordenação em ofertas públicas pelo BNDES. Até a data-base de 31.12.2025, o treinamento foi concluído por 79,4% do público-alvo, composto por 1.420 participantes.

- » “Qual é o seu papel no combate à corrupção?”: trata-se de um módulo básico de PLDFT, oferecido na modalidade *online*. É obrigatório para colaboradores que atuam em unidades sem contato direto com clientes do BNDES ou em áreas criadas em 2025. Até a data-base de 31.12.2025, o treinamento foi concluído por 82,9% do público-alvo, composto por 1.598 participantes.
- » “Por que a corrupção também é da sua conta?”: trata-se de um módulo básico de PLDFT, oferecido na modalidade *online*. É obrigatório para estagiários alocados em unidades sem contato direto com clientes do BNDES ou em áreas criadas em 2025. O curso é similar ao disponibilizado para empregados, com conteúdo, linguagem e formato ajustados ao perfil geracional. Até a data-base de 31.12.2025, o treinamento foi concluído por 69,1% do público-alvo, composto por 243 participantes.
- » Curso sobre combate à corrupção e PLDFT destinado aos integrantes do Programa Jovem Aprendiz do BNDES. O conteúdo foi adaptado à realidade social do grupo e às necessidades individuais dos participantes. Oferecido na modalidade presencial, a participação atingiu 90% do público-alvo, composto por trinta jovens.

Também finalizamos a distribuição de 11 edições das revistas do projeto MPT em Quadrinhos. Trata-se de uma ação do Ministério Público do Trabalho (MPT) para informar e conscientizar os trabalhadores sobre seus direitos e deveres, abordando temas como discriminação, preconceito e assédio. A distribuição teve como público-alvo 1.000 prestadores de serviço. Ao final, realizamos pesquisa com o público-alvo, cujos resultados indicaram avaliação geral positiva, com nota média de 4,65, em escala de 1 a 5, destacando-se a valorização da linguagem simples e dos temas abordados.

Em 2025, nossa Corregedoria promoveu diversas capacitações, com destaque para aquelas direcionadas aos novos empregados do Banco, sobre o Sistema de Correição Interna; além de capacitação sobre contratos administrativos, voltada aos respectivos gestores de contrato; e a realização de palestra sobre assédio moral e sexual para todos os empregados do Banco e terceirizados.

Com a admissão de 606 novos empregados, procuramos realizar um processo rápido de aculturação em temas relevantes para a instituição, como integridade, gestão de riscos operacionais e combate à discriminação e ao assédio. A área de *compliance*, em parceria com outras unidades do BNDES, desenvolveu o treinamento *online* “Sou benedense, e agora?”. Composto por 14 módulos, organizados em duas fases, o treinamento visa transmitir nossa cultura de integridade e fornecer orientações básicas para que os novos empregados já iniciem suas carreiras no Banco com segurança e conformidade. Na primeira fase, obtivemos a participação de 95,7% do público-alvo e, na segunda fase, de 94%.

Além dos treinamentos *online*, também foram realizadas apresentações presenciais sobre o Código de Ética, a gestão de riscos operacionais e os procedimentos de controle interno do Sistema BNDES.



TRANSPARÊNCIA

Em 2025, conquistamos, pelo terceiro ano seguido, o selo diamante de transparência na pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), obtendo um índice de transparência de 97,31%. Também continuamos atendendo a 100% dos requisitos avaliados pela pesquisa de [transparência ativa da CGU](#).

Além desse reconhecimento por órgãos de controle, atendemos aos anseios da sociedade em relação à transparência de nossa atividade-fim, divulgando amplamente dados sobre nossas operações e reforçando nosso compromisso com a transparência e com o diálogo aberto com a sociedade.



FERRAMENTAS DE TRANSPARÊNCIA

Site BNDES

Em nosso [site](#) institucional, é possível consultar todas as operações que contratamos desde 2002. Também divulgamos contratos administrativos, de desestatização, acordos, licitações e contratos de exportação de engenharia na íntegra, além da remuneração dos conselheiros, administradores e empregados do BNDES. Também publicamos página com dados de todas as nossas captações externas realizadas com organismos multilaterais e agências oficiais de crédito, assim como maiores detalhes das captações de recursos por meio de [LCD](#) e [LCA](#).

Em 2025, lançamos novos painéis interativos para apresentar resultados de [nosso desempenho regional](#) e de nossas operações com recursos do [Fundo Clima](#) e do [Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações \(FUST\)](#). Divulgamos, ainda, informações sobre nosso apoio à realização da [COP30](#) em seção específica do [site](#).

BNDES Data

Lançada em 2023, a seção [BNDES Data](#) em nosso [site](#) conta com uma nova organização da navegação que facilita o acesso tanto a dados sobre operações e desempenho do BNDES quanto a estudos produzidos pelo Banco, de forma a complementar à seção [Transparência](#).

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

No âmbito da [Lei de Acesso à Informação \(LAI\)](#), nosso [Serviço de Informação ao Cidadão \(SIC\)](#) atende cidadãos que buscam informações públicas e promove subsídios para melhorar a qualidade dos dados publicados em nosso [site](#).

Todas as nossas informações não enquadradas por lei como sigilosas podem ser consultadas pela sociedade, conforme dispõe a LAI. Os principais tipos de sigilo que temos de manter são o sigilo bancário e o empresarial.

Os pedidos de informação devem ser encaminhados, preferencialmente, por meio da plataforma [Fala.BR](#), que reúne, em um único local, as manifestações recebidas pelos SICs e ouvidorias dos órgãos federais. Nosso SIC também oferece atendimento telefônico (0800-887-6000) e pelo [e-mail sic@bndes.gov.br](#).

Os dados relativos aos pedidos de informação recebidos pelo SIC em 2025 serão apresentados no capítulo [Nossos relacionamentos](#).



Plano de dados abertos

O BNDES aderiu, de forma voluntária, à [Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal](#). Essa adesão é uma ação institucional voltada ao aperfeiçoamento da transparência e da efetividade da atuação do Banco, ampliando o acesso à informação por meio do [Portal de Dados Abertos do BNDES](#).

Outras ferramentas de transparência

Além de consultas, relatórios e bases de dados divulgados por meio de nosso [site](#) e SIC, dispomos de várias outras ferramentas de transparência. Uma delas é este [Relatório Anual](#), cuja composição, desde 2012, vem sendo aprimorada, visando o atendimento do modelo de relato integrado e a prestação de contas ao TCU, desde 2018.

Outra publicação importante é o [Relatório de Efetividade](#), que, desde 2015, reúne informações que visam mensurar o resultado de nossa atuação tanto em eficácia quanto em efetividade.

Por fim, também divulgamos regularmente nossas atividades e entregas por meio de outros esforços que compõem nosso conjunto de canais de prestação de contas e transparência, como a [Agência BNDES de Notícias](#), nossos perfis nas principais redes sociais, nosso portal de [Relações com Investidores](#), nossa [Central de Atendimento](#) e nossa [Ouvidoria](#).

PRESTAÇÃO DE CONTAS



Porto Sudeste do Brasil S.A.*

A Porto Sudeste do Brasil S.A. opera o terminal portuário privado localizado na Ilha da Madeira (Itaguaí – RJ). O terminal foi projetado exclusivamente para o carregamento de granéis sólidos (minério de ferro) e recebeu financiamentos diretos do BNDES, em 2009, 2010 e 2012, no valor total de R\$ 1,7 bilhão, além de repasse de R\$ 450 milhões do Banco Bradesco. Desde 2014, a companhia tem controle compartilhado entre a Mubadala e a Trafigura.

Em 2016, com a proximidade do início da amortização das dívidas seniores e do baixo volume de minério movimentado, a Porto Sudeste do Brasil S.A. pleiteou e teve aprovada pelos credores seniores a reestruturação das dívidas, com o estabelecimento de novo período de carência, sem alongamento do prazo total de amortização.

No entanto, diante do cenário desafiador de preço de minério de ferro, o volume permaneceu abaixo do projetado, resultando em geração de caixa insuficiente para honrar as obrigações dos financiamentos contratados com os credores seniores. A companhia, então, pleiteou novo reescalonamento de dívida, que foi aprovado pelos credores seniores em 2021.

Desde então, o volume de carga tem aumentado, o que tem possibilitado à Porto Sudeste do Brasil S.A. efetuar o pagamento dos financiamentos regularmente, inclusive com antecipação de amortização, conforme mecanismo de *cash sweep* estabelecido. De 2021 a 2025, o BNDES recebeu R\$ 1,5 bilhão da Porto Sudeste do Brasil S.A., que já amortizou mais de 40% da dívida renegociada com os credores seniores.

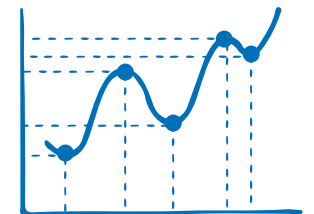
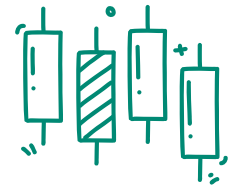
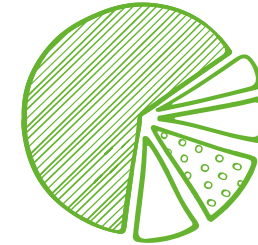


Porto do Açu Operações S.A.*

A Porto do Açu Operações S.A. recebeu financiamento do BNDES para implantação do Porto do Açu – Não Minério, localizado no Município de São João da Barra (RJ). O financiamento foi concedido por meio de operação indireta, que teve como bancos repassadores o Banco Bradesco e o Banco Santander (Brasil) no valor de R\$ 2,3 bilhões, em 10.8.2015. Além dos recursos do BNDES, a empresa também obteve recursos de debêntures subscritas pelo FI-FGTS, no valor de R\$ 750 milhões, no 2º semestre de 2012.

A dívida com o BNDES referente ao Contrato de Repasse foi integralmente quitada pelos bancos repassadores em 15.3.2024, não restando obrigações financeiras e não financeiras relacionadas ao referido contrato.

* Divulgação em resposta ao encaminhamento do TCU ao BNDES, conforme Acórdão 866/2025, de 23 de abril de 2025, do Plenário do TCU.



GESTÃO DE RISCOS

GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS

Nossa estrutura de gestão integrada de riscos visa o adequado tratamento do tema de forma organizada e tempestiva, possibilitando que a informação percorra todos os níveis organizacionais para subsidiar a tomada de decisão.

O Conselho de Administração (CA) é responsável por aprovar e revisar as políticas corporativas de gestão de riscos e controle interno, bem como por determinar e supervisionar a implementação das práticas de gestão decorrentes, com foco na prevenção e mitigação dos principais riscos aos quais estamos expostos. Além disso, cabem ao CA a definição do nível global de apetite por risco e a aprovação do programa de testes de estresse. O CA, bem como a Diretoria Executiva, o Comitê de Riscos (CRI), o Comitê de Auditoria (Coaud), o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC) e o Conselho Fiscal (Cofis), são continuamente informados sobre a gestão de riscos e o controle interno por meio de reportes periódicos que envolvem destaques, principais atividades e monitoramento de indicadores de risco, além da realização de apresentações sobre assuntos específicos.

Para mais informações sobre nossa estrutura de gerenciamento de riscos, acesse nossos relatórios de gerenciamento de risco – pilar 3.

Informações sobre o mapeamento das ameaças e oportunidades do ponto de vista da estratégia encontram-se no capítulo Nossa estratégia

Entre as ações realizadas em 2025, merecem destaque:

- » a revisão anual de nossas políticas de gestão de risco;
- » a inclusão das seguintes propostas na declaração de apetite por riscos (RAS, na sigla em inglês): risco atuarial, risco país, risco de transferência, risco de concentração, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (LDFT) e riscos de modelo;
- » o estabelecimento de limites de risco de crédito para segmentos prioritários de nosso planejamento estratégico;
- » implementação do cálculo da perda esperada de crédito, para fins de provisionamento da carteira, em conformidade com a Resolução CMN 4.966/2021;
- » a realização do Ciclo 2025 de Identificação de Riscos de Modelos;
- » a adaptação de sistemas e procedimentos para a nova abordagem padronizada de cálculo de capital regulatório de risco operacional;
- » a aprovação da metodologia para classificação de risco de privacidade em dados pessoais;
- » a implantação de serviços especializados em segurança da informação para monitoramento de eventos, gestão de vulnerabilidades, tratamento de incidentes e inteligência de ameaças cibernéticas;
- » a readequação dos limites gerenciais de risco de mercado entre as carteiras; e
- » a aprovação dos Procedimentos para Avaliação da Gestão de Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos das Instituições Financeiras.



Os principais riscos aos quais nos consideramos expostos são:

MACROECONÔMICOS

Mudanças na conjuntura macroeconômica, que podem afetar a capacidade de pagamento dos clientes e o valor de mercado de nossos instrumentos financeiros.

Ações de mitigação: acompanhamento periódico do desempenho da economia e análise de seu impacto em nossas operações; estabelecimento de limites de risco, monitorados de forma periódica, para subsidiar o processo decisório da alta administração; diversificação da carteira de apoio financeiro.

DE MERCADO

Volatilidade do mercado de ações, que se reflete na volatilidade de nosso capital ao longo do tempo, tendo em vista o volume de nossa carteira de ações e sua alta concentração em poucos ativos.

Ações de mitigação: monitoramento e controle dos riscos por meio de limites e relatórios diários; aplicação da metodologia de quantificação do risco de concentração setorial; revisão do apetite a riscos do BNDES em relação à exposição a operações de renda variável.

DE LIQUIDEZ

Eventos que afetem a entrada e a saída de caixa, impossibilitando a capacidade de honrarmos com nossas obrigações, sem afetar as operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Ações de mitigação: monitoramento e controle dos indicadores de riscos de liquidez por meio de limites e relatórios periódicos; avaliação periódica de impactos nos indicadores de liquidez em função de eventos que possam afetar a entrada e a saída de caixa do BNDES.

OPERACIONAIS

Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Ações de mitigação: aplicação de metodologia própria para identificação e análise dos riscos operacionais relevantes; identificação e avaliação dos principais controles que mitigam os riscos; planos de ação das unidades para a mitigação dos riscos.

DE MODELO

Decisões baseadas em modelos com metodologias apropriadas, mas aplicados ou implementados incorretamente, ou modelos usados em desacordo com a teoria e a prática, que possam ocasionar perdas de qualquer natureza.

Ações de mitigação: orientação quanto às melhores práticas de modelagem, em apoio aos desenvolvedores de modelos; validação independente de modelos de alta relevância para a tomada de decisão do BNDES.

DE CRÉDITO

Concentração da carteira de crédito, refletindo a característica de concentração observada no mercado empresarial brasileiro.

Ações de mitigação: aplicação das metodologias de quantificação do risco de concentração de crédito setorial e individual por grupo econômico e de monitoramento das maiores exposições; estabelecimento de limites por segmento de setor econômico; provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

LEGAIS

Inadequação ou deficiência em contratos firmados, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades por nós desenvolvidas, que possam ocasionar perdas.

Ações de mitigação: monitoramento periódico da emissão de atos oficiais e normas externas que possam afetar o BNDES, com encaminhamento às áreas pertinentes para que avaliem o efetivo impacto do novo normativo nas suas atividades e possam criar planos de ação em caso de identificação de eventual não conformidade.

SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Eventos socioambientais e climáticos que, associados à deterioração de nossa imagem e à continuidade e viabilidade econômica da operação, ocasionem perdas.

Ações de mitigação: verificação de conformidade legal e da observância de critérios estabelecidos em nossos regulamentos, políticas e em nossos processos de análise e acompanhamento, bem como estabelecimento de possíveis obrigações socioambientais e/ou climáticas específicas complementares às exigências previstas em lei; apuração da existência de ações civis públicas e ações penais de cunho ambiental ou de violações a direitos humanos em nome das empresas postulantes, garantidoras e seus controladores.

REPUTACIONAL

Percepção negativa por parte da sociedade, clientes, contrapartes, acionistas, investidores ou reguladores que pode afetar adversamente a atuação do Sistema BNDES em iniciar novos negócios, manter existentes ou garantir o acesso contínuo a fontes de financiamento.

Ações de mitigação: monitoramento da imagem; devida diligência dos clientes e terceiros; *background check* para membros indicados aos órgãos estatutários; avaliação de riscos reputacionais na criação de novos produtos, na aprovação de operações não reembolsáveis e na concessão de patrocínios; tratamento de denúncias recebidas pela Ouvidoria.

DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICOS

Exploração de vulnerabilidades em ativos de informação, com impacto negativo ao BNDES, que gerem perdas.

Ações de mitigação: identificação e análise dos principais riscos de segurança da informação; monitoramento de ameaças cibernéticas e de controles internos de segurança da informação; manutenção de controles para proteção dos ativos de tecnologia da informação; planejamento de ações para o tratamento tempestivo dos incidentes.

Políticas de gestão de risco

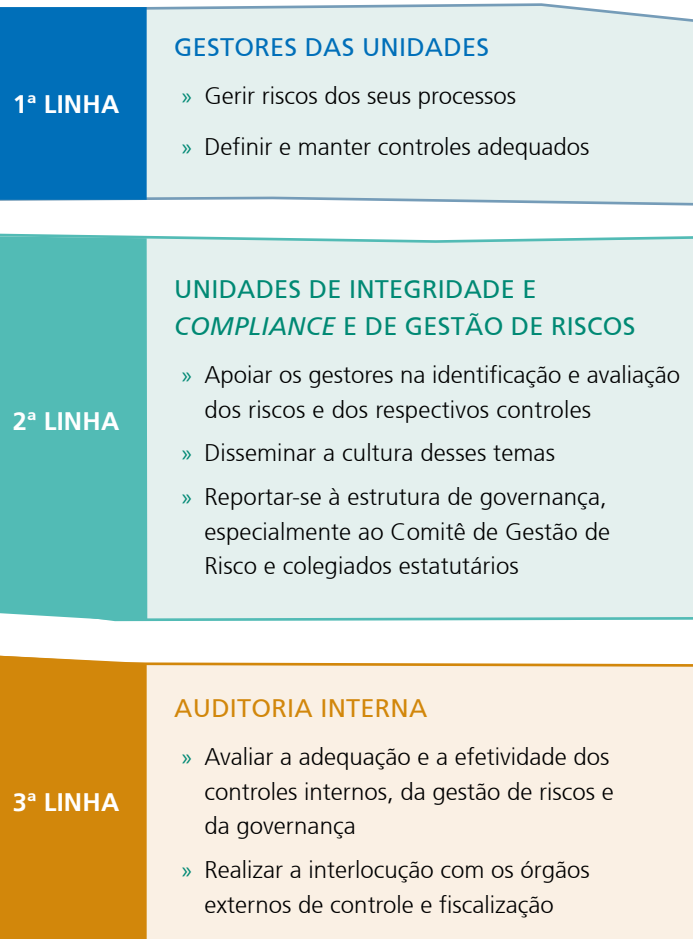
Nossas políticas formalizam conceitos, objetivos, princípios e responsabilidades aplicáveis ao processo de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, de controle interno, entre outros. São revisadas periodicamente para que se adequem às alterações relevantes nos ambientes interno e externo.

PRINCIPAIS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO DO BNDES

- » Declaração de Apetite por Riscos (RAS)
- » Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital
- » Política de Gestão de Risco de Crédito
- » Política de Gestão de Risco de Mercado
- » Política de Gestão de Risco de Liquidez
- » Política de Gestão de Risco Operacional
- » Política de Segurança da Informação
- » Política de Gestão de Continuidade de Negócios
- » Política de Gestão de Risco de Modelo
- » Política de Controle de Conflitos de Interesse
- » Política de Barreiras de Informação
- » Política de Divulgação de Informações sobre Gestão de Riscos
- » Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo
- » Política de Proteção de Dados Pessoais
- » Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática

Três linhas na gestão de riscos

Adotamos o conceito de três linhas para a gestão de riscos e controles internos:



APETITE POR RISCO

O maior benefício da fixação de limites é fornecer para os tomadores de risco uma diretriz clara de qual é o valor máximo de perda tolerado por nossos gestores. Desde 2018, com a publicação da [Resolução CMN 4.557/2017](#), que regulamenta as estruturas de gestão de risco e de capital das instituições financeiras, emitimos uma RAS.

Nossa RAS define a tolerância ao risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez da instituição em termos qualitativos e quantitativos. A aprovação dos limites globais é de competência do CA, cabendo à Diretoria Executiva distribuir esses limites em nível mais granular.

A RAS define, ainda, a tolerância ao risco à integridade no relacionamento com terceiros e ao risco relacionado à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, buscando, além do atendimento a exigências regulatórias, uma atuação com responsabilidade ética.

Em 2025, a RAS foi novamente alterada de forma a refletir as mudanças do planejamento estratégico. O apetite por risco continuou sendo quantificado com base no capital econômico e explicitado na RAS.

Adotamos, ainda, políticas de monitoramento de risco de mercado para as carteiras de renda variável, de tesouraria e cambial. Tais políticas estabelecem uma governança acerca do monitoramento de limites de riscos.

CONTROLE DE RISCOS RELATIVOS À CORRUPÇÃO E INTEGRIDADE [GRI 205-1]

A possibilidade de ocorrência de atos lesivos contra a administração pública por administradores, empregados ou terceiros, em benefício ou interesse próprio, conforme previsto na [Lei Anticorrupção \(Lei 12.846/2013\)](#), é tratada nas atividades de gestão de riscos. A avaliação de riscos operacionais é aplicada periodicamente em todas as áreas da instituição, permitindo que sejam identificadas, nos macroprocessos, vulnerabilidades que possam levar à materialização de eventos de corrupção.

Ainda no que se refere aos riscos de integridade, estabelecemos classificação de risco para clientes, parceiros, fornecedores e empregados. Quanto aos clientes das operações, são motivos que elevam a classificação de risco à integridade: a existência de pessoas expostas politicamente na diretoria ou no controle; a sede em país da lista do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI/FATF) ou em países com tributação favorecida (paraísos fiscais); a impossibilidade de identificação do beneficiário final; a notícia de prática ilícita, incluindo processos judiciais; a inserção em listas de sanções nacionais ou internacionais; a existência de apontamentos em matéria socioambiental e a insuficiência de programa de integridade.

Quanto aos membros dos órgãos estatutários, os indicados são submetidos a *background check* para verificar se atendem aos requisitos previstos na legislação e normativos aplicáveis.

Nas avaliações realizadas em 2025, não foram identificados novos riscos significativos relacionados à corrupção.

RISCO LEGAL – ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Considerando as normas externas aplicáveis ao BNDES, destacamos no quadro a seguir normas de alta criticidade* e impacto à instituição que apresentavam planos de ação em andamento em 2025 para adequação normativa, bem como as normas que tiveram planos de ação concluídos no período:

Planos de ação em andamento

- » [Resolução Codefat 924/2021](#)
- » [Resolução CMN 5.225/2025](#)
- » [Comunicado BCB 43.487/2025](#)
- » [Resolução BCB 516/2025](#)
- » [Resolução BCB 478/2025](#)
- » [Instrução Normativa RFB 2.229/2024](#)
- » [Decreto 12.433/2025](#)
- » [Resolução Conjunta CMN e BCB 18/2025](#)
- » [Resolução CMN 4.966/2021](#)
- » [Resolução BCB 470/2025](#)
- » [Lei Complementar 214/2025](#)
- » [Medida Provisória 1.309/2025](#)

Planos de ação concluídos

- » [Resolução CMN 5.256/2025](#)
- » [Resolução CMN 5.239/2025](#)
- » [Resolução BCB 413/2024 e Instrução Normativa BCB 530/2024](#)
- » [Instruções normativas BCB 546/2024 e 670/2025](#)
- » [Resolução CVM 222/2024](#)
- » [Comunicados BCB 43.080/2025, 43.233/2025 e 43.249/2025](#)

* Para os normativos serem classificados desta forma, devem atender a, pelo menos, três dos seguintes critérios: (i) transversalidade da norma; (ii) esforço de adequação prolongado; (iii) norma já em vigor; (iv) previsão de sanção; e/ou (v) necessidade de adequação de processos já estabelecidos na instituição.



INDICADORES PRUDENCIAIS

Os indicadores prudenciais permaneceram em patamares estáveis ao longo de 2025, com o Índice de Basileia mantido em valores próximos a 25%, e o índice de Capital Nível I próximo a 22%.

LIMITE DE EXPOSIÇÃO A EMPRESAS DO MESMO GRUPO

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, observou-se que não houve excesso na apuração de exposição por cliente, atingindo 19,4%, percentual abaixo do limite máximo de 25% estabelecido pela norma. A Resolução CMN 4.678/2018 estabelece um cronograma de redução de excessos, na hipótese de extrapolação do limite, com total eliminação em 31 de dezembro de 2027.

EXCLUSÃO DO FAT DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

Conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.955/2021, os recursos do FAT deixarão de compor o Capital Nível II (capital suplementar de um banco) de forma escalonada. O montante de recursos reconhecido no Capital Nível II será reduzido em dez pontos percentuais ao ano até 2029, quando estará zerado. Em 2025, o valor do Capital Nível II foi equivalente a 40% do saldo de 2019.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Nos últimos anos, houve aumento generalizado de ataques a empresas pela *internet*, vazamentos de dados e tentativas de fraude por meio eletrônico, o que contribuiu para evidenciar o elevado risco cibernético. Nesse contexto, o aprimoramento contínuo dos mecanismos para detecção, contenção e resposta a ameaças digitais tem sido prioridade em nosso planejamento estratégico de segurança da informação.

Em 2025, admitimos novos empregados especialistas em cibersegurança, o que contribuiu para o fortalecimento das capacidades internas de segurança da informação, tais como o monitoramento de eventos e ameaças, tratamento de incidentes e gestão de vulnerabilidades, além de contarmos com o apoio de empresas especializadas operando em regime 24x7.

Além disso, ao longo do ano, realizamos testes e exercícios de simulação de ataques cibernéticos executados por duas empresas especializadas. No ano, 57 vulnerabilidades críticas para segurança de ativos de tecnologia da informação foram identificadas e tratadas tempestivamente pelas equipes técnicas.

Por fim, cabe destacar que não houve qualquer incidente relevante de segurança da informação no período em questão.

RECURSOS PRÓPRIOS E ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (R\$ MILHÕES)

	DEZ. 2020	DEZ. 2021	DEZ. 2022	DEZ. 2023	DEZ. 2024	DEZ. 2025
Patrimônio de referência (PR)	194.493	190.284	175.536	188.849	191.103	199.854
(+) Capital Nível I	147.082	148.140	138.661	157.241	164.763	178.782
Capital Principal (CP)	147.082	148.140	138.661	157.241	164.763	178.782
(+) Capital Nível II	47.411	42.143	36.875	31.607	26.340	21.072
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	472.197	473.670	507.728	598.939	676.591	791.651
(+) de crédito	404.084	392.982	415.771	503.917	573.470	670.400
(+) de mercado	30.298	21.479	20.212	13.512	32.804	70.334
(+) operacional	37.815	59.208	71.745	81.509	70.318	50.917
Índice de Basileia + Adicional de capital principal (ACP) (PR/RWA) (mínimo regulatório - 10,5%)	41,19%	40,17%	34,57%	31,53%	28,24%	25,25%
Índice de Capital Nível I + ACP (NI/RWA) (mínimo regulatório - 8,5%)	31,15%	31,28%	27,31%	26,25%	24,35%	22,58%
Índice de CP + ACP (CP/RWA) (mínimo regulatório - 7,0%)	31,15%	31,28%	27,31%	26,25%	24,35%	22,58%

DESEMPENHO E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras consolidadas incluem, além do BNDES e de suas subsidiárias integrais, seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva: Fundo BB Gaia (Fundo de Investimento de Renda Fixa) e Fundos BB Gaia II e III (Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa, cujas aplicações se dão exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia). [GRI 2-2]

As demonstrações financeiras do BNDES e da FINAME são preparadas de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei 13.303/2016 e do Decreto 8.945/2016, normas do Banco Central do Brasil (BCB) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), e, subsidiariamente, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não conflitantes com as regulamentações do BCB e do CMN. Essas demonstrações são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

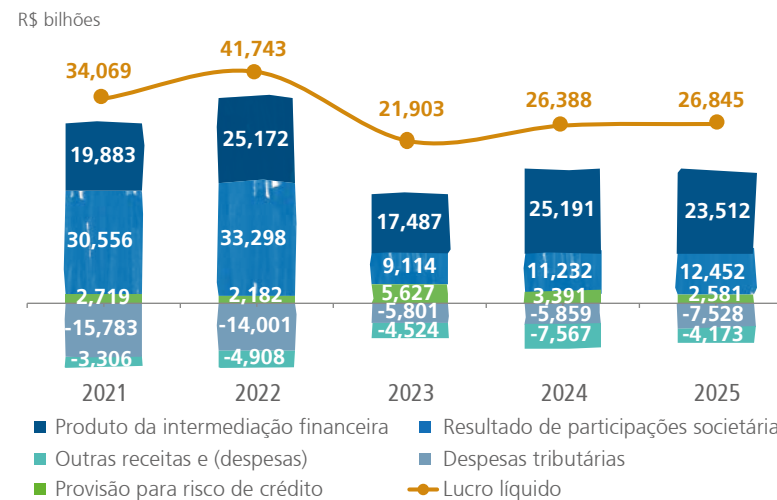
As demonstrações financeiras da BNDESPAR são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas emanadas pela CVM, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O período das demonstrações financeiras reportado nesta seção vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. [GRI 2-3]

Para saber mais sobre nosso desempenho financeiro, incluindo as demonstrações financeiras com parecer dos auditores independentes, acesse nossa [Central de Resultados](#).

RESULTADO

Em 2025, o lucro líquido, ajustado pelo resultado de alienações de ações de não coligadas, que desde janeiro passou a ser registrado no Patrimônio Líquido (Resolução CMN 4.966/2021), alcançou R\$ 26,845 bilhões, impactado, principalmente, pelos resultados com participações societárias (acréscimo de 10,9% em relação ao exercício anterior) e pelas despesas gerais (redução de 103,0% em relação ao exercício anterior), especialmente despesas com atualização monetária de dividendos e receitas com baixa de passivos.



(*) O tratamento contábil da provisão para risco de crédito até 2024 segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 2.682/1999.

Em 2025, obtivemos novamente desempenho acima da meta nos indicadores relacionados ao objetivo estratégico de garantir o equilíbrio financeiro do Sistema BNDES. O resultado indica que continuamos mantendo alta produtividade com menos despesas. Em 2024, havia ainda um indicador para medir a qualidade relativa da nossa carteira, no entanto foi excluído no ano seguinte, devido à descontinuidade de divulgação do componente relativo ao Sistema Financeiro Nacional, inviabilizando o seu cálculo.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Resultado operacional bruto por empregado	R\$ 4,461 milhões / empregado	R\$ 4,544 milhões / empregado	101,861%
Despesas administrativas e de pessoal por ativo total médio*	0,471%	0,417%	111,465%

* Indicador com polaridade invertida: quanto menor, melhor. O desempenho apresentado utiliza a fórmula "100 - ((real-meta) / meta) * 100" para padronizar a informação de que indicadores com desempenho maior ou igual a 100% estão dentro da meta estabelecida.

ADOÇÃO INICIAL DA RESOLUÇÃO CMN 4.966/2021

A partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN 4.966/2021, as instituições financeiras passaram a mensurar suas provisões para perdas associadas ao risco de crédito pelo conceito de perda esperada (em substituição à metodologia de ratings da Resolução CMN 2.682/1999). Além disso, o ganho/perda na alienação de ações classificadas na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA” passou a ser reconhecido em lucros acumulados no patrimônio líquido.

Resultado recorrente

Desde 2020, divulgamos, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o resultado recorrente do Sistema BNDES e sua conciliação com o lucro líquido.

	2021	2022	2023	2024	2025
Lucro líquido contábil	34.069	41.743	21.903	26.388	26.845
Efeitos não recorrentes	(16.726)	(9.995)	807	(1.632)	(4.332)
Lucro recorrente	17.343	31.748	22.710	24.756	22.513
Provisão para risco de crédito (PRC) *	(2.719)	(2.182)	(5.627)	(3.391)	(2.581)
Receita com dividendos	(7.787)	(19.178)	(8.547)	(10.407)	(6.788)
Tributos sobre PRC e dividendos	1.728	2.131	3.319	2.208	2.057
Lucro Recorrente Ajustado	8.565	12.519	11.855	13.167	15.201

* O tratamento contábil da provisão para risco de crédito até 2024 segue os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 2.682/1999.

Os efeitos considerados não recorrentes, embora relacionados a nossos negócios, não ocorrem necessariamente em todos os períodos, tampouco em montantes comparáveis. Seu destaque, no entanto, possibilita melhor compreensão e avaliação do lucro recorrente. Entre os principais efeitos não recorrentes, ressalta-se o resultado com participações societárias, notadamente alienações de ações em 2021 e reclassificação de investimentos em 2022.

A provisão para risco de crédito (PRC) e a receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de investimentos em não coligadas, embora classificadas como eventos recorrentes, historicamente impactam nosso resultado de forma esporádica. Em relação à provisão, isso ocorre pela constituição em contextos específicos ou pela reversão em virtude da recuperação de créditos. A receita com dividendos e juros sobre capital próprio, por sua vez, aumentou de forma expressiva nos períodos apresentados em função da política de dividendos adotada pela Petrobras. Visando possibilitar a análise de como tais fatores influenciam o resultado recorrente do BNDES, apresentamos também o lucro recorrente ajustado em relação à PRC e à receita com dividendos e JCP.

Em 2025, o lucro recorrente ajustado, de R\$ 15,201 bilhões, foi o maior da nossa história, um aumento de 15,4% em relação aos R\$ 13,167 bilhões de 2024, destacando o maior resultado com intermediação financeira, ocasionado, principalmente, pelo crescimento das carteiras de crédito expandida e de tesouraria.

Resultado com participações societárias

É composto por resultado com alienações, receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de empresas não coligadas, resultados com equivalência patrimonial de empresas coligadas, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, despesa com *impairment* e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.

Em 2025, o resultado positivo com participações societárias foi de R\$ 12,452 bilhões, superior aos R\$ 11,232 bilhões obtidos em 2024, destacando bonificação de ações da Axia Energia (Eletrobras) e efeito bruto da alienação e dupla listagem de JBS, atenuado por menor receita com dividendos e JCP.

Produto de intermediação financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e carteiras de crédito expandida, além de títulos e valores mobiliários.

Foi observado crescimento da carteira de crédito expandida, impactando positivamente as receitas de operações de crédito, repasses e debêntures. No entanto, o resultado com derivativos de taxa de juros impactou negativamente o produto de intermediação financeira, que apresentou redução de 6,7% em 2025.

Provisão para risco de crédito

Monitoramos continuamente o risco de crédito de nossos devedores. Também adotamos, como prática para nossas operações, a exigência de garantias de crédito, consideradas para fins regulatórios e para precificação do risco da operação.

Com a adoção da Resolução CMN 4.966/2021, a partir de 1º de janeiro de 2025 passou a ser aplicada uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, utilizando informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas, para determinar se há aumento significativo do risco de crédito desde seu reconhecimento inicial.

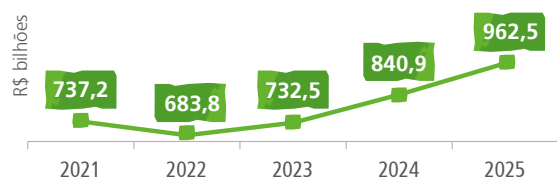
A perda esperada é calculada com base na probabilidade de *default* (PD) e na perda, dado o *default* (LGD, na sigla em inglês); ainda, devem ser observados os níveis de provisão estabelecidos pela Resolução BCB 352/2023, para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos.

O resultado em 2025 foi uma receita com reversão de provisão de R\$ 2,581 bilhões (R\$ 3,391 bilhões em 2024, seguindo o critério da Resolução CMN 2.682/99), influenciada, principalmente, pela mudança nas variáveis, especialmente PD e LGD, de determinados créditos.

ATIVOS

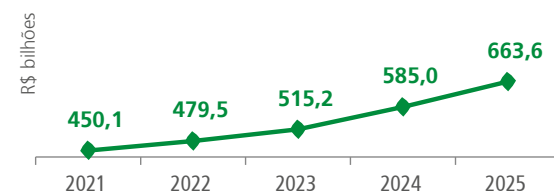
Ativos totais

Em 2025, os ativos totais somaram R\$ 962,5 bilhões, atingindo o maior valor nominal histórico. O aumento de R\$ 121,6 bilhões (14,5%) em relação a 2024 está relacionado, sobretudo, ao crescimento de R\$ 78,6 bilhões da carteira de crédito expandida, de R\$ 40,9 bilhões em tesouraria, especialmente títulos públicos, e de R\$ 4,4 bilhões da carteira de participações societárias.



Carteira de crédito e repasses

A carteira de crédito e repasses compreende os financiamentos concedidos de forma direta (operações de crédito) ou indireta (operações de repasses por meio de instituição financeira credenciada), debêntures e direitos recebíveis, líquidos de provisão para risco de crédito, além de outros ativos de crédito.



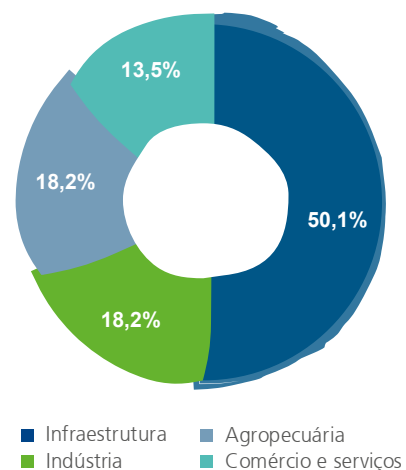
Nota: No relatório anterior, os valores de debêntures, direitos recebíveis e outros ativos de crédito foram informados no gráfico de outros ativos.

Em 2025, o acréscimo de R\$ 78,6 bilhões (13,4%) na carteira expandida líquida foi influenciado por integralização de debêntures, pelo crescimento dos desembolsos e pela apropriação de juros e atualização monetária. A carteira de debêntures atingiu o maior valor da série histórica do BNDES, R\$ 53,2 bilhões em 31 de dezembro de 2025, aumento de 51%, enquanto a carteira de crédito (operações diretas) e repasses (operações indiretas) aumentou 11% no exercício, atingindo o maior patamar desde 2016.

CARTEIRA DE CRÉDITO E REPASSES POR TIPO DE OPERAÇÃO (2025)



CARTEIRA POR SETOR (2025)



Disponibilidades

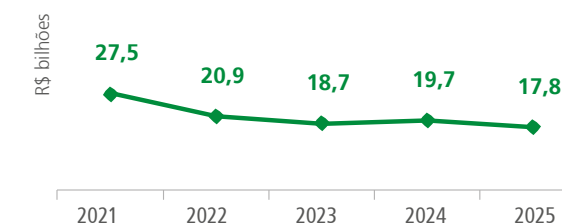
A tesouraria é composta, basicamente, por títulos públicos federais e aplicações em operações compromissadas, que representavam 92,7% do saldo em 31 de dezembro de 2025.

Realizamos aplicações financeiras para preservar o valor dos recursos próprios e de terceiros ainda não desembolsados.

O acréscimo da carteira da tesouraria, em 2025, foi influenciado pelo ingresso de recursos de fundos e programas para operacionalização de novos programas como Plano Brasil Soberano, Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais, Programa BNDES Renovação de Frota, Fundo Nacional de Investimentos em Infraestrutura Social (FIIS) e Fundo Rio Doce, além do Fundo Clima.

Outros ativos

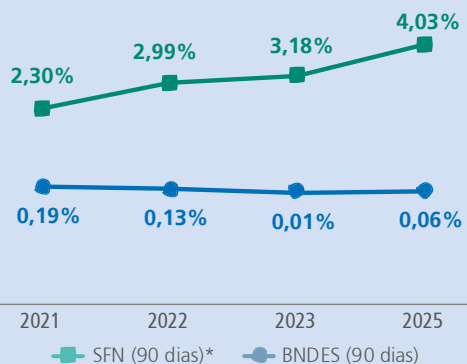
Outros ativos compreendem, basicamente, créditos tributários, dividendos a receber e depósitos em garantia, que representavam, em 31 de dezembro de 2025, 93,7% do saldo. A queda de 9,9% reflete redução dos créditos tributários no exercício.



INADIMPLÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

A inadimplência de nossa carteira de crédito e repasses atingiu 0,06% (+90 dias), em 31 de dezembro de 2025. Apesar do ligeiro aumento observado no ano, permanece expressivamente inferior à média do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que registrou 4,03% na mesma data (0,41% se consideradas somente as grandes empresas).

Em 2025, o índice de renegociação atingiu 0,80% da carteira de crédito e repasses, ante 4,98% registrados em 2024. A queda se deve ao efeito das renegociações no âmbito do Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul em 2024, no valor de R\$ 16,1 bilhões, que não se repetiu em 2025.



Fonte: BCB. Disponível em <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>. Acesso em: 19 mar. 2026.

*Os valores de inadimplência do SFN são publicados pelo BCB e são revisados periodicamente, incluindo dados históricos. Assim, podem haver pequenas variações em relação aos números publicados em nosso último relatório.

CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

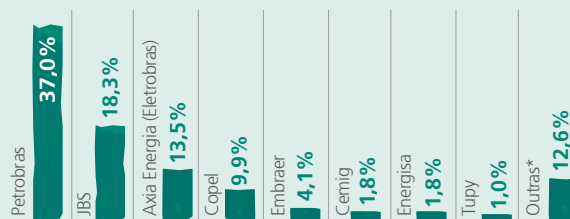
A carteira de participações societárias contempla investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados de forma direta no âmbito de oferta pública ou emissão privada, ou, ainda, pela integralização de capital no BNDES pelo Tesouro Nacional. Também compreende a participação em fundos de investimento em participações societárias, administrados por gestores de mercado escolhidos mediante rigoroso processo de seleção.

O aumento de 5,3% em relação a 2024 é oriundo, principalmente, da bonificação de ações de Axia Energia (Eletrobras). Petrobras, JBS, Axia Energia e Copel seguem como principais empresas investidas em termos de carteira total.



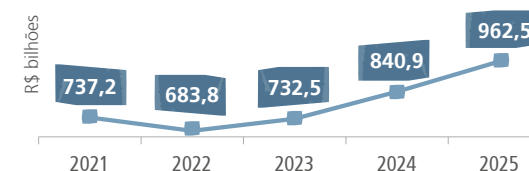
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

(participações em coligadas + não coligadas em 31.12.2025)



* Empresas com menos de 1% de participação e cotas de fundos

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Fontes de recursos

O retorno de nossas próprias operações de crédito, somado à entrada de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), constituem a parcela principal de ingressos do fluxo de caixa do BNDES, que é complementada por outros fundos e programas, captações no exterior, emissões públicas e instrumentos bancários.

Com a instituição da Taxa de Longo Prazo (TLP), que se equiparou às taxas de mercado em 2023 devido ao fim do fator de desconto, e com as liquidações antecipadas de empréstimos tomados com o Tesouro Nacional, temos nos estruturado para buscar fontes alternativas de recursos.

Fontes institucionais

Os recursos oriundos de fontes institucionais são destinados exclusivamente ao apoio a políticas públicas, programas, projetos, obras e serviços relacionados ao desenvolvimento econômico e social do país, especialmente por meio de financiamentos a empresas.

Não recebemos apoio financeiro do governo. Somos uma empresa estatal não dependente, com controle direto da União, conforme legislação vigente. [GRI 201-4]

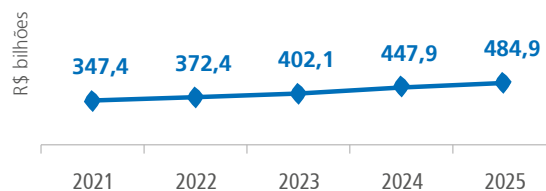
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Conforme instituído na Lei 7.998/1990, a arrecadação do FAT tinha como destinação exclusiva o custeio do Programa Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do BNDES. Em 2019, com a Reforma da Previdência, foi incluída também a destinação para outras ações da previdência social (gastos previdenciários).

Desde 2021, observou-se movimentação relevante de recursos do FAT para essa nova categoria, sendo R\$ 9,81 bilhões em 2021, R\$ 17,63 bilhões em 2022, R\$ 20,1 bilhões em 2023, R\$ 17,4 bilhões em 2024 e R\$ 18,5 bilhões em 2025.

De 2023 a 2025, a relevância desse tipo de saída de recursos do FAT motivou discussões tanto no âmbito do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) quanto em alçadas superiores do Governo Federal, sem, contudo, ter sido viabilizada, até o momento, alteração ou regulamentação para a nova destinação de recursos do fundo.

Em 2025, o FAT permaneceu como nossa principal fonte de recursos institucionais, com saldo de R\$ 484,9 bilhões em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 481,4 bilhões provenientes do FAT Constitucional, que prevê aplicação em programas de desenvolvimento econômico a partir de diretrizes estabelecidas pela sua Política de Aplicação de Recursos, e R\$ 3,5 bilhões do FAT Depósitos Especiais, destinado a programas e setores específicos, previamente determinados e aprovados pelo Codefat. Foram captados, ao longo do exercício, R\$ 28,93 bilhões de recursos do FAT.



Tesouro Nacional

Em janeiro de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) declarou a irregularidade dos empréstimos concedidos pela União a instituições financeiras controladas, firmados mediante emissão direta de títulos públicos.

No quarto trimestre de 2022, fechamos proposta com o então Ministério da Economia para um novo cronograma de devolução de passivos ao Tesouro Nacional, após nova recomendação do TCU no âmbito do Acórdão 56/2021. Do valor ainda devido, pagamos R\$ 45 bilhões em novembro de 2022, restando aproximadamente R\$ 22 bilhões que deveriam ser pagos até 30 de novembro de 2023.

A decisão aprovada pelo Conselho de Administração (CA) do Banco foi construída com base em premissas alinhadas ao plano de negócios em vigor à época e em respeito às condições definidas pelos acórdãos do TCU, que indicavam o não comprometimento da estabilidade da instituição financeira, entre outras ressalvas.

Assumimos também como premissas a não utilização de recursos do FAT, a não realização de captações com a finalidade de amortizar os passivos, a preservação da solidez e do equilíbrio financeiro-patrimonial e da capacidade de desenvolvimento de nossas atividades, e a manutenção dos índices de capital acima dos limites mínimos gerenciais e regulatórios.

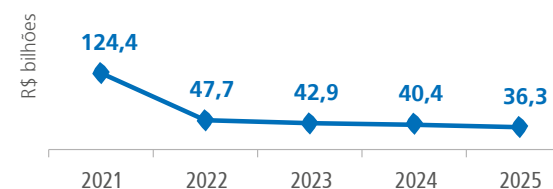
Com base nessas premissas, no entanto, análises financeiras realizadas em 2023 indicaram que não tínhamos recursos próprios suficientes para realizar o pagamento dos mais de R\$ 22 bilhões previstos para novembro do mesmo ano. Enviamos, então, proposta de revisão do cronograma de devolução à União dos recursos declarados irregulares. A proposta, validada pelo TCU em novembro de 2023, contempla o pagamento de oito parcelas de amortizações extraordinárias anuais, nos meses de dezembro, entre 2023 e 2030, para amortização integral dos recursos considerados como de origem irregular pelo Tribunal.

A execução do plano foi aprovada pelo TCU e pelo Ministério da Fazenda, e a primeira parcela foi paga em dezembro de 2023, no valor de R\$ 1,8 bilhão. Em dezembro de 2024, foi paga

a segunda parcela, no valor de R\$ 2,1 bilhões, e em dezembro de 2025 a terceira parcela, de R\$ 2,2 bilhões.

Considerando as liquidações ordinárias de principal e juros, iniciadas em 2009, além das liquidações antecipadas realizadas desde 2015, as devoluções ao Tesouro Nacional totalizaram aproximadamente R\$ 708,4 bilhões ao fim de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações com o Tesouro Nacional totalizaram R\$ 36,3 bilhões, equivalentes a 3,8% do passivo total, dos quais R\$ 9,1 bilhões correspondem a instrumentos elegíveis ao capital principal e R\$ 27,2 bilhões, a operações de repasse.



Destaca-se que as recentes captações celebradas com o Ministério da Fazenda (MF) em 2024 e 2025 de recursos oriundos do Fundo Social, do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e de outras fontes supervisionadas pelo MF seguem sistemática distinta dos empréstimos do Tesouro Nacional celebrados até 2014. Dessa forma, tais captações são apresentadas a seguir, em conjunto com outras fontes institucionais que adotam a mesma sistemática.

Fundos e programas

Referem-se aos saldos dos recursos recebidos para operacionalização de fundos ou programas especiais e que se destinam a planos específicos de interesse governamental:

- » Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC): em 2025, foram celebrados dois aditivos para repasse de recursos do fundo, tendo sido transferidos R\$ 14,0 bilhões no ano para aplicação em seis áreas: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidade verdes; transição energética; florestas nativas e recursos hídricos; e serviços e inovação verdes. O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 29,2 bilhões.
- » Fundo de Garantia à Exportação (FGE): em 2025, celebramos contrato de captação de recursos do FGE para prestação de apoio financeiro reembolsável no âmbito do Plano Brasil Soberano (PBS), para apoiar exportadores de bens, impactados pela imposição de tarifas adicionais pelos Estados Unidos, tendo recebido R\$ 22 bilhões para essa finalidade. O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 22,2 bilhões.
- » Fundo da Marinha Mercante (FMM): em 2021, renovamos o convênio com o Ministério da Infraestrutura até 2026 e, em 2025, recebemos repasses de R\$ 2,8 bilhões do fundo. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de recursos do FMM disponível junto ao BNDES e de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 20,3 bilhões.

- » Fundo Social (Programa Emergencial RS): O BNDES disponibilizou R\$ 20 bilhões referentes a recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei 14.981, de 20 de setembro de 2024, objetivando a cobertura de operações contratadas por beneficiários que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dos recursos do Fundo Social representava R\$ 17,8 bilhões.
- » Fundo Amazônia: em 2025, o fundo recebeu doações que totalizaram cerca de R\$ 448,5 milhões, encerrando o ano com o total de recursos de R\$ 6,8 bilhões.
- » Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS): em 2025, celebramos contrato para captação de recursos do fundo, tendo recebido R\$ 5 bilhões para financiamento a projetos de saúde e de educação.
- » Outras fontes supervisionadas pelo Ministério da Fazenda: em 2025, celebramos contratos com o Ministério da Fazenda para a operacionalização de linha de crédito rural destinada à liquidação ou amortização de dívidas de produtores rurais, conforme Medida Provisória 1.314/2025, tendo recebido R\$ 12 bilhões para esse fim, e para a disponibilização de linha de financiamento para aquisição de caminhões visando a renovação de frota, de acordo com a Medida Provisória 1.328/2025, tendo recebido R\$ 6 bilhões para essa finalidade. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de recursos do Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais e do Programa BNDES Renovação de Frota eram, respectivamente, R\$ 12,1 bilhões e R\$ 6 bilhões.
- » Fundo Rio Doce (FRDC): o fundo foi constituído em junho de 2025, em atendimento ao acordo judicial homologado pelo STF em novembro de 2024 e ao Decreto 12.412/25, tendo recebido R\$ 3,8 bilhões

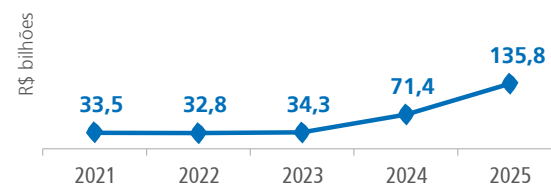
relativos à segunda parcela do acordo judicial, além da transferência de R\$ 2,0 bilhões relativos à primeira parcela do acordo judicial, que havia sido recebida e mantida em segregação contábil pelo BNDES desde dezembro de 2024, acrescida da remuneração financeira no período. O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 4,3 bilhões.

- » Fundo Setorial do Audiovisual (FSA): em 2025, recebemos repasses de R\$ 940,5 milhões para o desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual do país, tendo sido parte dos valores repassados ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 3,2 bilhões.
- » Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust): em 2025, celebramos dois aditivos ao contrato para captação de recursos do fundo, com ingresso de R\$ 729,9 milhões em recursos reembolsáveis. Destaca-se que o segundo termo aditivo, no valor de R\$ 286,2 milhões, foi celebrado ao fim de 2025, com ingresso efetivo do recurso no BNDES em 2026. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de recursos do Fust disponível junto ao BNDES alcançou R\$ 4,7 bilhões.
- » Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel): em 2025, firmamos o sétimo contrato com o Ministério das Comunicações e recebemos repasse de R\$ 181 milhões de recursos para apoiar projetos voltados ao desenvolvimento e à difusão de tecnologia no setor de telecomunicações. O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1,4 bilhão.
- » Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC): em 2025, foi celebrado contrato para captação de R\$ 4 bilhões do Fundo, porém não houve transferência de recursos nesse exercício.

O BNDES faz a gestão financeira de recursos governamentais não considerados como fonte de recursos para suas operações de crédito e suas operações não reembolsáveis, conforme listados a seguir:

- » Recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT): recebemos transferências de R\$ 432,3 milhões do fundo em 2025. O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1 bilhão.
- » Recursos do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB): em maio de 2025, foi encerrada a vigência do contrato celebrado entre o BNDES e o MMA, que estabelecia o BNDES como gestor financeiro das disponibilidades do fundo. Com isso, em 19 de maio de 2025, o saldo disponível, no valor de R\$ 11,7 milhões, foi transferido para o Banco do Brasil, novo gestor financeiro selecionado pelo MMA.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de recursos oriundos de fundos e programas era de R\$ 135,8 bilhões, considerando as captações mencionadas acima e as devoluções recorrentes de principal e juros às respectivas fontes.



Nota: No relatório anterior, o valor dos fundos e programas foi reportado em outras fontes governamentais de modo agregado. Para melhor entendimento das informações, neste relatório os valores dos fundos e programas estão destacados em gráfico específico e os valores menos relevantes de outras fontes governamentais passaram a compor os outros passivos.

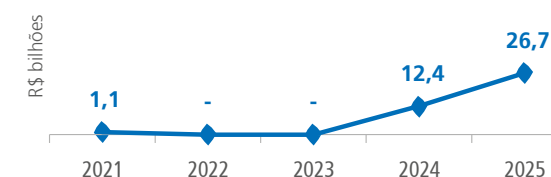
TAXAS DE JUROS

A composição do custo financeiro reflete nossos custos de captação de recursos, sendo que a composição da taxa de juros varia de acordo com a forma de apoio.

Os repasses de valores a título de equalização decorrem de subsídios explícitos, definidos em lei, concedidos pela União a mutuários de determinados programas, por meio da redução das taxas de juros. O subsídio da redução da taxa é integralmente repassado ao tomador final do empréstimo, automaticamente, no momento da contratação da operação de crédito, de modo que, é importante destacar, o BNDES não se apropria de qualquer ganho adicional.

Captações internas

Dispomos de instrumentos de captação no mercado local, como letras financeiras (LF), letras de crédito do desenvolvimento (LCD) e letras de crédito do agronegócio (LCA) que são títulos de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, emitidos exclusivamente por instituições financeiras e outras instituições com funcionamento autorizado pelo BCB.



Esclarecemos que nossa última captação de LF ocorreu em 2020, com prazo de dois anos e atualmente não há nenhum saldo nesse produto.

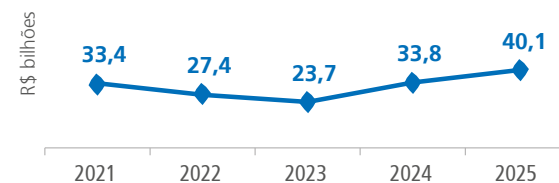
No que tange à LCA, ao longo de 2025 captamos R\$ 9,7 bilhões, com prazo de um a três anos, por meio de oferta privada para nossos parceiros de negócios, o que representou incremento de 304% em relação ao ano anterior. Esse aumento expressivo é explicado pela entrada das operações indiretas do crédito rural como lastro para emissão de LCA para financiamento do plano safra 25/26, o que foi instituído pela [Lei 14.937/2024](#). O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 10,2 bilhões.

A partir de 2024, também fomos autorizados a emitir LCDs, que são títulos de crédito emitidos exclusivamente pelo BNDES ou por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo BCB. Instituída pela Lei 14.937/2024, a LCD tem, entre seus objetivos, ampliar os mecanismos de captação de recursos pelos seus emissores, sendo que cada banco poderá emitir até R\$ 10 bilhões por ano. Em 2024, captamos R\$ 9,8 bilhões em LCDs, com prazos entre um e cinco anos, e, em 2025, R\$ 10 bilhões, com prazos entre quatro e dez anos, por meio de oferta privada para nossos parceiros de negócios. Os recursos captados são importantes para reforçar nossa capacidade de financiamento e avançar na diversificação do nosso *funding*. O saldo dos recursos em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 16,5 bilhões.

Essas operações integram a estratégia de desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento a fontes tradicionais de recursos, para fazer frente a nossas necessidades orçamentárias de investimentos e futuros desembolsos.

Captações no exterior

Inclui emissões de títulos externos (como *bonds* e *green bonds*), repasses de instituições multilaterais e outros empréstimos.



Em 2025, realizamos operações de captação de recursos com organismos internacionais e agências oficiais de crédito, consolidando nossa posição como emissor de dívida verde e sustentável. Foram contratados aproximadamente US\$ 1,7 bilhão em empréstimos internacionais segmentados da seguinte forma:

- » Instituto Oficial de Crédito da Espanha (ICO): US\$ 200 milhões;
- » Japan Bank for International Cooperation (JBIC): US\$ 190 milhões;
- » Japanese International Cooperation Agency (JICA): ¥ 30 bilhões;

- » Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): US\$ 1 bilhão; e
- » Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW): € 280 milhões;

O saldo de nossos empréstimos com agências governamentais e instituições multilaterais totalizou R\$ 40,1 bilhões em 2025, apresentando um acréscimo de 18,7% em relação ao exercício anterior. Houve ingresso de recursos de R\$ 11,4 bilhões no ano, atenuado por amortizações de R\$ 2 bilhões.

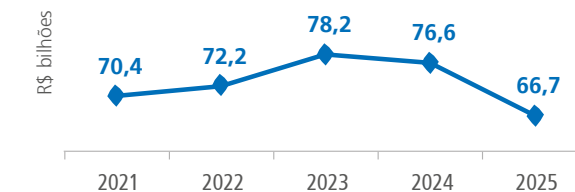
POLÍTICA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Nossa política de captação de recursos com os diversos organismos financeiros internacionais tem como objetivo principal compor um orçamento apropriado para nossas operações de crédito, com vistas a manter um endividamento balanceado, em termos de moedas, prazos e taxas de juros, uma vez que tais empréstimos tradicionalmente apresentam condições mais atrativas do que aquelas praticadas no mercado. Com o objetivo de diversificar nosso *funding*, buscamos concretizar operações de captação tanto com nossos parceiros institucionais tradicionais quanto com novos parceiros. Ressaltamos ainda que, nos últimos anos, os organismos multilaterais e organismos oficiais de crédito têm priorizado investimentos sustentáveis ou que contribuam para redução das emissões de gases do efeito estufa.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de outros passivos é representado, principalmente, por operações compromissadas *dealer*, passivos fiscais correntes e diferidos, passivos atuariais e provisões trabalhistas.

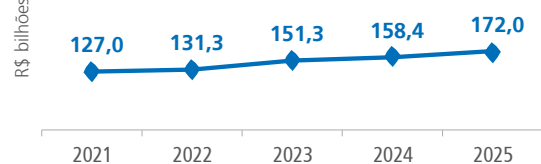
Somos credenciados para atuar como *dealer* do mercado aberto com o BCB, o que nos permite acessar a contratação direta das operações de *go around* e de nivelamento de liquidez bancária. Dado que o nosso volume financeiro transacionado é bastante elevado, as operações efetuadas como *dealer* são importantes para a gestão de nosso caixa, proporcionando flexibilidade diante de imprevistos no fluxo de caixa e redução dos riscos de aplicação. Além disso, ao atuar como *dealer*, desempenhamos importante papel de intermediação entre o BCB e os diversos *players* do mercado aberto, auxiliando o regulador e os demais bancos na gestão de liquidez diária.



Nota: Para melhor entendimento das informações, reportamos neste relatório os valores de menor relevância como outros passivos, informados como outras fontes governamentais no relatório anterior.

Patrimônio líquido

O crescimento do patrimônio líquido em 8,6% em 2025 reflete os efeitos do lucro líquido de R\$ 26,8 bilhões no exercício e do ajuste a valor de mercado de ativos (ações e títulos públicos) de R\$ 1,9 bilhão, atenuados pela distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15,2 bilhões.

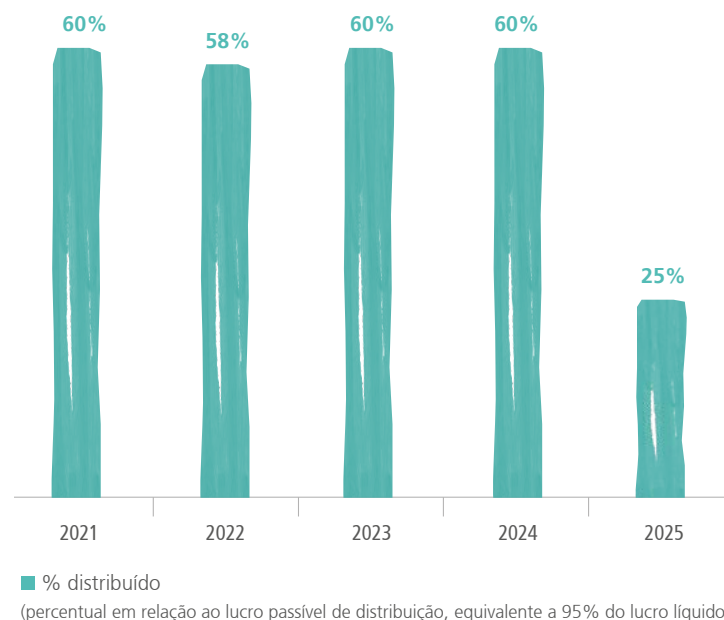


De acordo com a Política de Dividendos vigente, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional está limitado a 60% do lucro líquido ajustado, que é o lucro líquido do exercício diminuído do montante destinado à constituição da reserva legal, conforme determina o art. 202 da [Lei 6.404/1976](#).

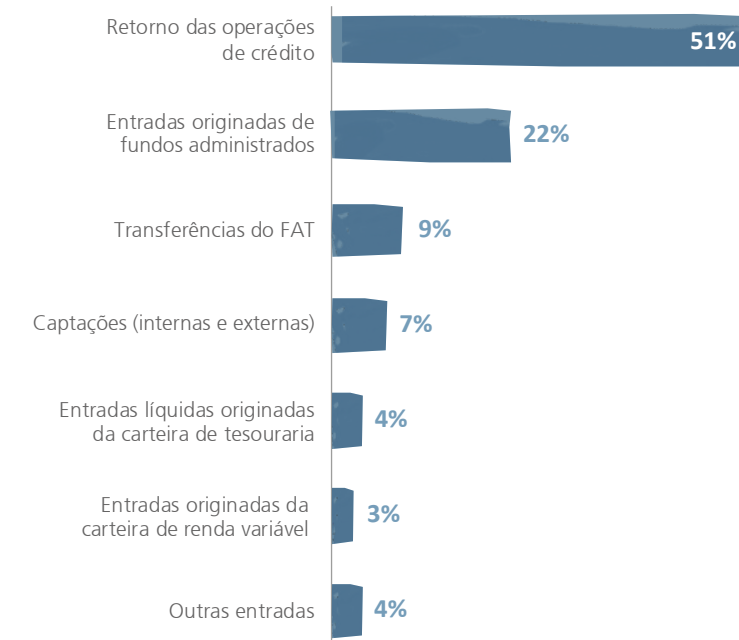
O pagamento de dividendos ao Governo Federal alcançou o total de R\$ 22,3 bilhões em 2025, sendo R\$ 6,6 bilhões a título de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 9,6 bilhões a título de dividendos complementares, ambos referentes ao ano de 2024, além de R\$ 6,2 bilhões a título de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado de 2025 pagos antecipadamente, contribuindo para o esforço fiscal e a estabilidade econômica do país, sem comprometer nossa capacidade de realizar investimentos em setores estratégicos.

Em relação ao resultado de 2025, foram destinados R\$ 6,4 bilhões (25% do lucro líquido ajustado), sendo R\$ 2,7 bilhões na forma de juros sobre o capital próprio. Do montante total destinado, R\$ 6,2 bilhões foram pagos antecipadamente em dezembro e o restante foi registrado como passivos a pagar. Outros R\$ 8,9 bilhões (35% do lucro líquido ajustado) foram destinados à reserva para equalização de dividendos complementares, cujo pagamento deve ser objeto de deliberação em assembleia, nos termos do Estatuto do BNDES.

REMUNERAÇÃO AO TESOUREIRO NACIONAL (dividendos e juros sobre capital próprio)



FLUXO DE CAIXA POR FONTES DE RECURSOS

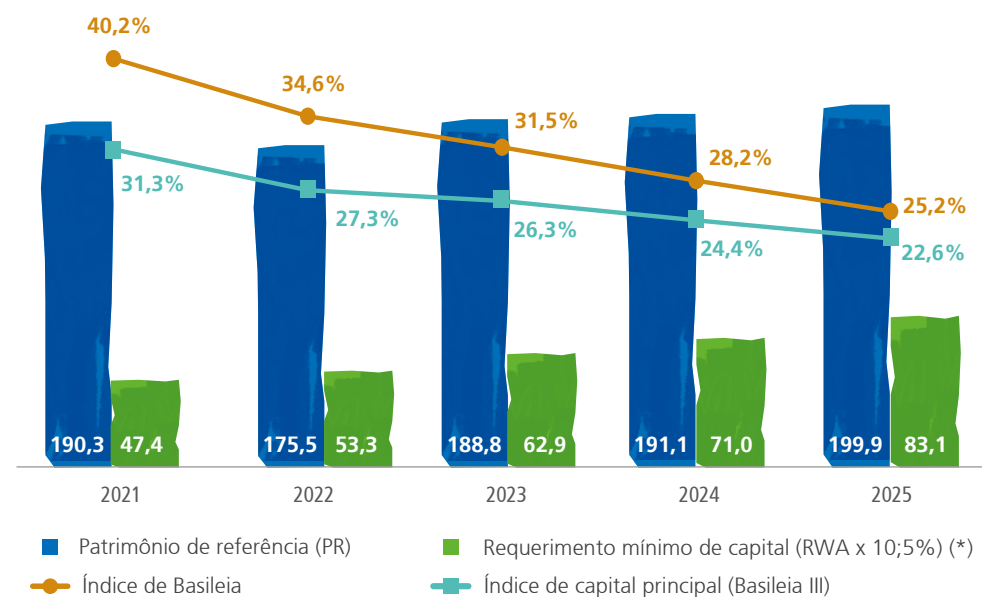


INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES	2021	2022	2023	2024	2025
Retorno sobre ativo total (ROA)	4,7%	6,0%	3,2%	3,5%	3,1%
Retorno sobre patrimônio (ROE)	34,2%	35,5%	17,1%	19,5%	18,6%
Índice de cobertura (provisão/créditos inadimplentes)*	14,1	25,9	158,9	36,9	20,9
Provisão/carteira de crédito e repasses	4,3%	3,3%	2,2%	2,0%	1,4%

*Inadimplência: a partir de trinta dias de atraso.

CAPITAL REGULATÓRIO



(*) Entre 1.4.2020 e 31.3.2021 = 9,25%. Entre 1.4.2021 e 30.9.2021 = 9,625%. Entre 1.10.2021 e 31.3.22 = 10%. A partir de 1.4.2022 = 10,5%.

O patrimônio de referência (PR), base para o cálculo dos limites prudenciais estabelecidos pelo BCB, totalizou R\$ 199,9 bilhões ao fim de 2025 (R\$ 191,1 bilhões em dezembro de 2024). O acréscimo reflete os impactos já citados no patrimônio líquido, atenuados pela redução de R\$ 5,3 bilhões do FAT como capital de nível 2, seguindo cronograma definido pela [Resolução CMN 4.677/2018](#). O Índice de Basileia manteve-se em situação confortável, oscilando de 28,2%, no fim de dezembro de 2024, para 25,2%, em dezembro de 2025, acima dos 10,5% exigidos pelo BCB. A redução reflete acréscimo nos ativos ponderados pelo risco, em proporção superior ao aumento do patrimônio de referência, destacando a parcela para risco de crédito impactada pela mudança na ponderação das participações societárias de que trata a [Resolução BCB 229/2022](#) e pelos acréscimos na exposição em relações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.



RIQUEZA GERADA E DISTRIBUÍDA (2025) [GRI 201-1]

Importante indicador do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, a contribuição da empresa na geração de riqueza para a economia na qual está inserida e sua efetiva distribuição entre os empregados, o governo, os agentes financiadores e seus acionistas.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2025 foi de R\$ 38,1 bilhões, desempenho 7,8% superior ao de 2024, provocado em grande parte pelo maior resultado com impostos, taxas e contribuições.

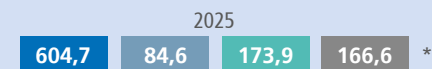
R\$ MILHÕES	TOTAL
Distribuição do valor adicionado	38.089
Pessoal e encargos	2.773
Remuneração direta	1.801
Benefícios	832
FGTS	131
Outros	8
Participação dos empregados no lucro	572
Impostos, taxas e contribuições	7.892
Federal	7.839
Estadual	-
Municipal	53
Aluguéis	6
Juros sobre capital próprio e dividendos	6.380
Lucros (prejuízos) retidos do período	20.465

Do valor adicionado total de R\$ 38,1 bilhões, 41% são oriundos do segmento de crédito e serviços.

INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

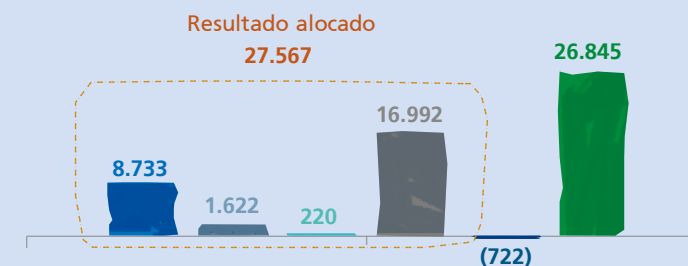
Definimos nossos segmentos com base na natureza das formas de apoio em relatórios disponibilizados à administração para análise de desempenho e tomada de decisões. A metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios retrata, ainda, a alocação dos custos de captação baseada na gestão integrada de recursos (*Asset Liability Management – ALM*).

Ativo médio
R\$ bilhões

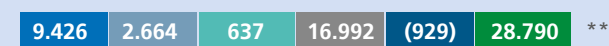


Resultado ajustado
R\$ milhões

- Crédito e serviços
- Renda variável
- Tesouraria/ALM
- Remuneração do acionista
- Corporativo não alocado
- Lucro líquido (ajustado)



Resultado abrangente ajustado
R\$ milhões



* PL médio no segmento "Remuneração ao Acionista".

** Inclui AVM dos respectivos ativos registrados no patrimônio líquido.

Em 2025, visando aprimorar a informação do desempenho por unidade de negócios, foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento, sobretudo os critérios de alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras. A nova abordagem passou a considerar o destaque dos "custos corporativos não alocados", representado pelas despesas não diretamente atribuíveis aos segmentos de negócios e da "remuneração do acionista", representado pelo custo de oportunidade do patrimônio líquido.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) "crédito e serviços"; (ii) "renda variável"; (iii) "tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)"; (iv) "remuneração do acionista"; e (v) "custos corporativos não alocados", sendo:

Crédito e serviços: compreende, principalmente, receitas oriundas de operações com características de crédito (operações de crédito, repasses, debêntures e outras), e inclui também receitas com prestação de serviços,

relacionada à atuação em estruturação de projetos e ofertas públicas de títulos e valores mobiliários (TVM).

Renda variável: engloba investimentos, quer em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa), quer em outras empresas, mensurados ao valor justo (sobre os quais não há influência significativa).

Tesouraria/ALM: majoritariamente, títulos públicos e aplicações em fundos DI, além da gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), o que inclui atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos.

Remuneração do acionista: calculada gerencialmente por meio da aplicação da taxa Selic sobre o patrimônio líquido médio e o custo de oportunidade correspondente é alocado aos segmentos de renda variável e tesouraria/ALM.

Custos corporativos não alocados: representam as despesas com pessoal, administrativas e outras despesas não alocadas diretamente a nenhum segmento de negócios.

GESTÃO TRIBUTÁRIA

A governança sobre a questão tributária, até julho de 2025, era distribuída entre nossas diferentes áreas, que ficam responsáveis por sua apuração, pagamento e registro contábil no Sistema Integrado de Tributos. Em julho de 2025 foi criada uma estrutura para centralização do assunto. [GRI 207-1] No âmbito da gestão de riscos operacionais, os riscos associados ao processo de gestão tributária são identificados, avaliados e tratados pelos gestores da atividade. Nesse contexto, os controles existentes para mitigação dos riscos operacionais identificados são devidamente mapeados e considerados na avaliação do risco residual. O mecanismo para relato de preocupações em relação a comportamentos antiéticos ou ilícitos e à integridade da organização em relação a tributos é o mesmo adotado para outros relatos – não há um canal específico para o tema. Nossas despesas tributárias, devidamente auditadas, são divulgadas em nossas demonstrações financeiras trimestrais. [GRI 207-2]

Como só atuamos no Brasil, não há recolhimento de tributos em outras jurisdições fiscais. Os principais números relacionados a tributos para o Sistema BNDES, em 2025, foram:

- » Resultado consolidado antes do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro (CSSL): R\$ 30,8 bilhões.
- » Bens tangíveis que não sejam caixa e equivalentes de caixa: R\$ 102 milhões (composto basicamente por imobilizados de uso próprio).
- » IR pessoa jurídica pago em regime de caixa: R\$ 7,3 bilhões (total do IR e CSSL).
- » IR pessoa jurídica incidente sobre lucros/perdas: R\$ 5,7 bilhões (total de IR e CSSL reconhecido em resultado e lucros acumulados. Inclui o efeito dos tributos diferidos).

Os principais fatores responsáveis pela reduzida alíquota efetiva quando se compara a despesa com IR e CSSL do exercício ao montante que seria devido se a alíquota fixada em lei fosse aplicada para lucros/perdas antes do pagamento de impostos são: (i) remuneração do acionista por meio de juros sobre o capital próprio; (ii) receita de dividendos; e (iii) receita de equivalência patrimonial. [GRI 207-4]

Acompanhamos diariamente as mudanças na legislação tributária, para avaliar eventuais impactos de novos normativos na apuração de tributos. O processo de monitoramento é feito com o suporte da ferramenta que permite desde a captura até o acompanhamento de planos de ação relativos à legislação emitida que possam impactar nossas atividades, além de realizado de forma descentralizada pelas diversas áreas. Os novos produtos são analisados à luz da legislação tributária para que seja dado o tratamento adequado. [GRI 207-1]

Monitoramos os avanços da reforma tributária do consumo, que introduz mudanças estruturais relevantes, como a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), destinados a substituir tributos atuais (ICMS, ISS, PIS, Cofins e IPI). Destaca-se a aprovação da [Lei Complementar 214/2025](#), que estabelece as diretrizes gerais para implementação do novo modelo. Contudo, a regulamentação dos novos tributos ainda não foi concluída, com expectativa de aprovação das demais normas complementares ao longo do primeiro semestre de 2026. Essa demora amplia os desafios para adequação em 2026, exigindo planejamento contínuo e flexibilidade para atender às futuras exigências legais. [GRI 207-1]

Cooperamos com a administração tributária com base em princípios éticos e de transparência, prestando todas as informações requeridas para o cumprimento de nossas obrigações. Desde outubro de 2021, integramos o Fórum de Diálogo do Confia, que resultou no lançamento do Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal da Receita Federal (Programa Confia) em dezembro de 2025. O programa tem como principal objetivo construir um novo modelo de relacionamento do Fisco com os maiores contribuintes, com foco na cooperação, adesão voluntária e boa-fé, buscando melhorar o ambiente, aumentar a segurança jurídica e reduzir a litigiosidade, conforme recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). [GRI 207-3]

A participação no fórum de diálogo do programa evidencia a necessidade de melhora da governança corporativa e tributária das empresas de forma geral, com a necessidade de estabelecer uma política fiscal e um modelo de governança tributária. [GRI 207-3]

No que tange a eventuais relatos de preocupações com comportamentos antiéticos ou ilícitos e com a integridade da organização em relação a tributos, cabe registrar que compete à Ouvidoria atuar como canal de comunicação e intermediação entre as empresas do Sistema BNDES e a sociedade, constituindo-se, assim, como verdadeiro instrumento de participação social. Portanto, é atribuição da Ouvidoria receber e dar tratamento a reclamações, bem como a sugestões, solicitações de simplificação, solicitações de providências e denúncias. [GRI 207-3]

GESTÃO DE RESULTADO

Em 2025, a gestão para melhoria do resultado teve iniciativas tanto do lado do ativo quanto do passivo, além de ações transversais. Em relação ao passivo, destacam-se:

- » Ampliação da captação de fundos e programas.
- » Continuidade das captações com organismos multilaterais.
- » Continuidade das captações de LCD e de LCA.

No que se refere ao ativo, destacam-se:

- » Revisão da meta de rentabilidade do capital do BNDES.
- » Adoção dos impactos da Resolução CMN 4.966/2021, que alterou a contabilidade e diversos processos do BNDES.
- » Ampliação da carteira de debêntures de infraestrutura.
- » Desembolsos de R\$ 169,7 bilhões, o maior dos últimos nove anos, aumentando a carteira de crédito e, por consequência, a rentabilidade.

Sobre a atuação transversal, vale destacar:

- » Implantação do *macro-hedge accounting*, mitigando a exposição às oscilações do risco de mercado relacionadas às flutuações da taxa de juros e inflação em operações de crédito e captações.

GESTÃO DE CUSTOS E ORÇAMENTO

Nossa Área de Controladoria é responsável pela elaboração do Orçamento Corporativo do Sistema BNDES, segregado por segmento e unidades de negócio, o qual é integrado ao Planejamento Estratégico, assegurando a coerência entre as diretrizes estratégicas e a alocação do orçamento necessário. O Orçamento Corporativo é um instrumento de controle gerencial que tem por finalidade: apoiar o processo de gestão

e refletir os impactos da estratégia do Sistema BNDES no desempenho esperado de suas respectivas unidades de negócio; possibilitar o acompanhamento do desempenho corporativo das unidades de negócio ao longo do tempo em comparação com o desempenho esperado em conexão com a estratégia; e a avaliação da contribuição das unidades de negócio para a garantia do equilíbrio financeiro do Sistema BNDES.

Com o objetivo de avaliar o desempenho dos negócios e fornecer aos gestores informações para análise e tomada de decisões, a Controladoria faz a apuração mensal dos custos e resultados dos segmentos e unidades de negócio, áreas, departamentos, linhas e programas operados.

Nosso processo também possibilita a avaliação de custos incrementais para criação de novas estruturas organizacionais e produtos, por exemplo.

Como instituição financeira, além dos custos financeiros, nosso principal custo administrativo está relacionado às despesas de pessoal. Em 31 de dezembro de 2025, elas representavam cerca de 84% do total das despesas gerais e administrativas.

Adicionalmente, o BNDES elabora o Programa de Dispêndios Globais (PDG), peça orçamentária das empresas estatais federais não dependentes, no formato estabelecido e coordenado pela Secretaria das Estatais (Sest/MGI), alinhado com os dados de seu planejamento estratégico e financeiro e do seu Orçamento Corporativo.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal não é adotado como o principal sistema de apuração de custos, por se tratar de ferramenta voltada para órgãos da administração pública direta, autarquias e fundações.



DESEMPENHO OPERACIONAL



DESTAQUES EM 2025

As operações de crédito do BNDES mantiveram crescimento expressivo em 2025, pelo quarto ano consecutivo. O maior avanço foi nos desembolsos, que registraram aumento de 27% em relação a 2024, chegando a quase R\$ 170 bilhões. As consultas e aprovações também apresentaram desempenho robusto, ficando, respectivamente, em R\$ 389 bilhões, um aumento de 19% em relação a 2024, e R\$ 238 bilhões, um aumento de 12% em relação a 2024.

Em termos regionais, destacam-se as aprovações de R\$ 81 bilhões para a região Sul, com a sustentação das aprovações frente a 2024 (+3%), quando houve o apoio emergencial ao Estado do Rio Grande do Sul. Como resultado, a região respondeu por 34% das aprovações do Banco em 2025, percentual superior à sua participação no produto interno bruto (PIB), que foi de 17% em 2023 (último dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Em contraste, foram R\$ 101 bilhões para o Sudeste, com participação de 42% nas aprovações do Banco, percentual inferior ao seu peso no PIB, de 53%. Nas demais regiões, os valores aprovados foram de R\$ 27 bilhões para o Centro-Oeste, R\$ 19 bilhões para o Nordeste e R\$ 9 bilhões para o Norte.

No recorte setorial, a indústria liderou pelo segundo ano consecutivo o crescimento das aprovações, com aumento de 35% em relação a 2024. Nos demais setores, as aprovações cresceram 23% em comércio e serviços e 4% na agropecuária, enquanto na infraestrutura houve queda de 4%, em comparação

a 2024. Como resultado, o valor aprovado para a indústria igualou-se ao da infraestrutura, ambos com cerca de R\$ 71 bilhões de aprovações em 2025. A última vez que a indústria registrou aprovações iguais ou superiores às da infraestrutura foi em 2016. O aumento robusto das aprovações para a indústria tem sido impulsionado pelo engajamento do BNDES na construção e implementação da política Nova Indústria Brasil (NIB), lançada pelo Governo Federal em 2024. Em sintonia com a NIB, um grande foco da atuação do Banco tem sido o apoio à inovação, com quase R\$ 17 bilhões de aprovações, valor 22,6% superior ao registrado em 2024. A maior parte desse montante, quase R\$ 10 bilhões, foi para a indústria.

As aprovações para micro, pequenas e médias empresas (MPME) cresceram quase 4% em 2025, representando 40% do valor total aprovado pelo BNDES no ano. No apoio às exportações, as aprovações somaram R\$ 22,8 bilhões. Na atuação via mercado de capitais, as aprovações de investimentos em debêntures totalizaram R\$ 32 bilhões em 2025, o maior valor da série histórica, tendo aumentado 12% em relação ao ano anterior. Por fim, destaca-se o desempenho positivo das operações no âmbito da agenda climática. As aprovações do Fundo Clima atingiram quase R\$ 13 bilhões em 2025, com aumento de 23%, frente a 2024. Já as aprovações do Fundo Amazônia alcançaram R\$ 2,2 bilhões, com crescimento de 135% em relação ao ano anterior.





Em 2025, um dos nossos objetivos estratégicos corporativos foi o de “expandir o desembolso e a carteira de crédito do Sistema BNDES promovendo o desenvolvimento sustentável alinhado às políticas públicas vigentes”.

Ao lado, apresentamos quatro indicadores estratégicos associados a esse objetivo e seus resultados. O indicador relacionado à quantidade de micro, pequenas e médias empresas (MPME) e pessoas físicas apoiadas, também associado a esse objetivo, pode ser encontrado no capítulo [MPMEs, agropecuária e cooperativismo](#).

O valor das operações aprovadas (totais e das não automáticas), o número de marcos de estruturação de projetos e a quantidade de operações não automáticas aprovadas foram superiores à meta, o que reforça a atuação do BNDES no acesso ao crédito e na prestação de serviços. Tal resultado pode ser explicado por fatores como o crescimento das aprovações para as operações de inovação e de exportação, os aumentos das aprovações para a agenda climática e para comércio e serviços, além do expressivo aumento das aprovações para o setor industrial.

Na perspectiva de suporte ao negócio, os objetivos estratégicos foram “acelerar a transformação digital do BNDES aumentando a eficiência operacional e melhorando a experiência dos clientes” e “ampliar a capacidade operacional do BNDES para o cumprimento de sua missão”.



O primeiro estava relacionado ao indicador que buscou medir o percentual de operações aprovadas nos prazos de referência das esteiras de crédito, cuja meta era de que 70% das operações aprovadas deveriam estar dentro dos prazos. O desempenho alcançado, no entanto, foi de 86,914%, uma vez que 60,84% das operações foram aprovadas dentro do prazo. Esse desempenho decorre da elevada quantidade de operações não automáticas aprovadas em 2025, indicador que apresentou um desempenho de 140,421%. Destaca-se que a quantidade de operações diretas protocoladas no BNDES em 2025 foi a maior da série histórica dos últimos trinta anos, refletindo os esforços na retomada do BNDES como o principal instrumento de financiamento do desenvolvimento nacional. Tal demanda, que foi cerca de duas vezes maior que a de 2023 e compatível apenas com a de 2009, quando o Banco lançou ações anticíclicas em combate à crise financeira mundial, refletiu diretamente na carga de trabalho das equipes operacionais, impactando o indicador em cerca de 10% em relação à meta, mesmo com a contratação de novos empregados ao longo de 2025.

Relacionado a esse objetivo, de ampliar a capacidade operacional do BNDES, havia o indicador cuja meta era de contratar, ambientar e alocar 600 novos empregados. No ano, foram 606 novas contratações, tendo o resultado superado o previsto.



INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Valor das operações aprovadas	R\$ 170.323 milhões	R\$ 237.974 milhões	139,719%
Valor das operações não automáticas aprovadas	R\$ 80.323 milhões	R\$ 112.790 milhões	140,421%
Quantidade total de operações não automáticas aprovadas	232	380	163,793%
Marcos de estruturação de projetos	68	96	141,176%
Percentual de operações aprovadas nos prazos de referência das esteiras de crédito	70%	60,84%	86,914%
Contratação, ambientação e alocação de novos empregados	600	606	101,000%

DESEMBOLSO

R\$ **169,7**
BILHÕES



OPERAÇÕES

277.562



725 DIRETAS

276.833 INDIRETAS

4 MISTAS

(Número de operações com liberação em 2025. Não considera a abertura por subcréditos.)

CLIENTES

194.502



(Número de clientes que contaram com alguma liberação em 2025. Inclui pessoa física e pessoa jurídica.)

NOVOS CLIENTES

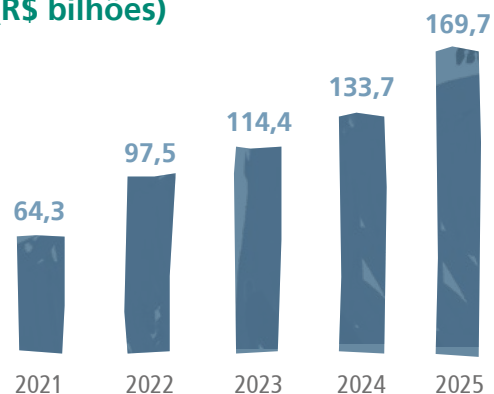
104.719



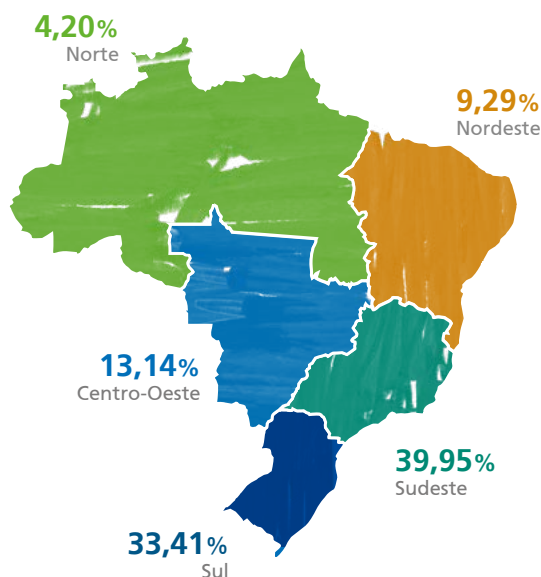
(Não receberam recursos entre 2020 e 2024.)

Nota: Números de clientes e de operações não incluem operações de garantia e medidas emergenciais realizadas com recursos do Governo Federal.

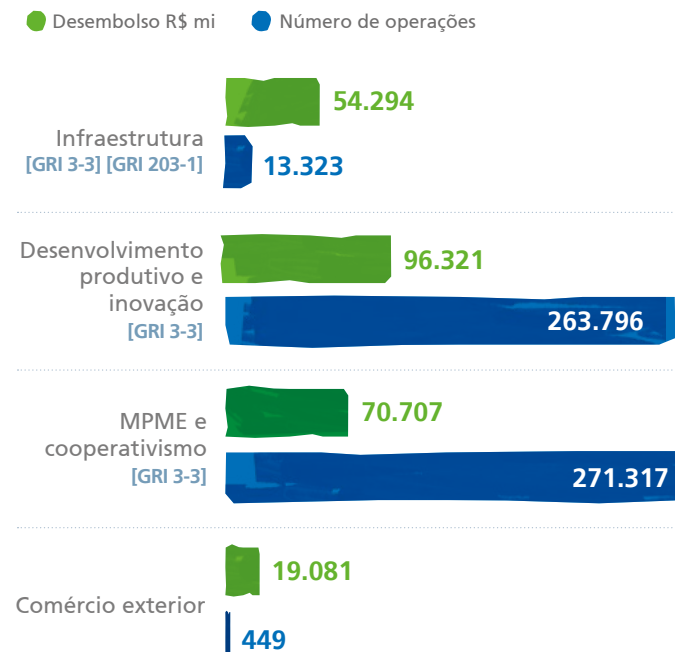
Série histórica de desembolsos totais (R\$ bilhões)



Desembolsos por região (% desembolsado)



Desembolsos e quantidade de operações por objetivo estratégico de negócios*

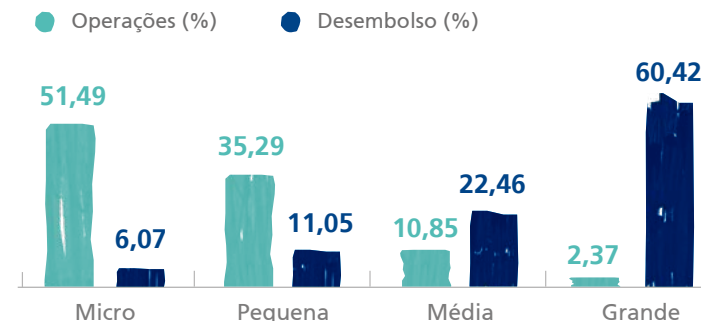


Nota: As somas dos desembolsos e das quantidades de operações por objetivo estratégico não refletem o total do ano, pois uma operação pode estar associada a mais de um objetivo.

* Os objetivos abrangem: (i) infraestrutura: setores de energia elétrica, logística e equipamentos de transporte, saneamento e telecomunicações; (ii) desenvolvimento produtivo e inovação: setores de agricultura, indústria e comércio e serviços, exceto as operações de comércio exterior; (iii) MPME e cooperativismo: MPMEs e empresas de todos os portes associadas a cooperativas; e (iv) comércio exterior: operações de comércio exterior do BNDES.

Por conta de mudanças nas nossas taxonomias referentes ao desenvolvimento sustentável, que são acompanhadas por meio das aprovações, não são reportados no gráfico de desembolso os objetivos estratégicos associados ao desenvolvimento social e regional, à gestão pública e a projetos ambientais e climáticos. Os desempenhos nesses temas foram apresentados no capítulo Nosso impacto socioambiental e climático.

Participação em desembolsos e operações segundo porte de empresa



Micro: receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 360 mil.

Pequena: receita operacional bruta anual entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

Média: receita operacional bruta anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões.

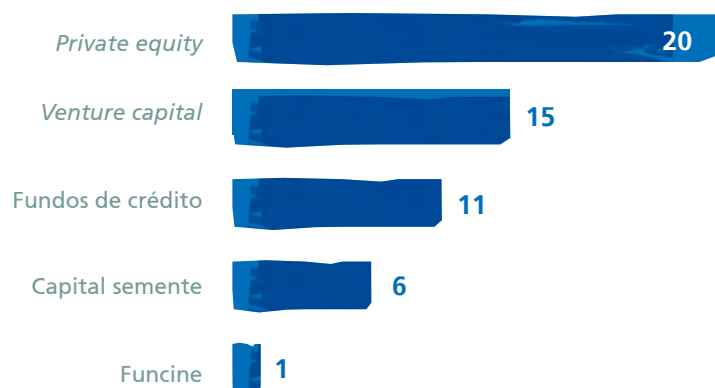
Grande: receita operacional bruta anual acima de R\$ 300 milhões.

Nota: Número de operações não considera a abertura por subcréditos.

MERCADO DE CAPITAIS

Ao fim de 2025, nosso capital comprometido em fundos de participação em empresas e de crédito totalizava aproximadamente R\$ 8,9 bilhões para 53 fundos em estágio operacional. Junto com os recursos de outros investidores, o capital comprometido desses fundos chegava a R\$ 38,2 bilhões.

Fundos por classe (em 31.12.2025)



Private equity: investimentos em participações societárias de empresas fechadas.

Venture capital: investimentos em empresas de pequeno e médio porte já estabelecidas e com alto potencial de crescimento.

Fundos de crédito: veículos de investimento coletivo destinados à aplicação em direitos e títulos representativos de crédito, também denominados direitos creditórios.

Capital semente: modelo de investimento destinado ao apoio de empresas e projetos em estágio inicial de operação, buscando viabilizar seu modelo de negócios.

Funcine: fundo de financiamento da indústria cinematográfica nacional.

Destaques da carteira de fundos

Fundos de investimento em participações (FIP):



R\$ **5,5** BILHÕES
EM CAPITAL COMPROMETIDO
em diversos setores



PARTICIPAÇÃO EM MAIS DE
330 EMPRESAS
nas cinco regiões do país



R\$ **32** BILHÕES
ALAVANCADOS PELOS FUNDOS
investidos pela **BNDESPAR**



TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)*
dos fundos: **15,9%** a.a.

*TIR nominal para a carteira de fundos liquidados, calculada pela média das TIRs de cada fundo, ponderada pelo capital investido no respectivo fundo.

Fundos de crédito:

MAIS DE 
40 OPERAÇÕES
estruturadas

MAIS DE 
20 MIL MPMEs
apoiadas*

*Refere-se ao estoque de operações realizadas pelos fundos contratados no âmbito da Chamada de Fundos de Crédito para MPMEs.

GARANTIAS



Em 2025, o Banco alavancou R\$128,3 bilhões (297 mil operações) em crédito com a concessão de garantias para MPMEs, empreendedores individuais e caminhoneiros autônomos:

R\$ **2,6** BILHÕES
[6 mil operações]
por meio do
BNDES FGI

R\$ **122,2** BILHÕES
[275 mil operações]
por meio do
FGI Peac

R\$ **3,2** BILHÕES
[15 mil operações]
por meio do
FG BNDES Sebrae

SERVIÇOS

Coordenação de ofertas públicas

17 OFERTAS PÚBLICAS
DE DEBÊNTURES APROVADAS
nas cinco regiões do país



R\$ **35,4** BILHÕES
em operações
aprovadas

Estruturação de projetos

96 MARCOS 
entregues

13 CONTRATOS COM CLIENTES
40 ESTUDOS ENTREGUES AOS CLIENTES
27 EDITAIS PUBLICADOS
26 LEILÕES REALIZADOS COM SUCESSO

Carteira ativa de estruturação de projetos (em 31.12.2025)

144 
PROJETOS
mandatados*

65 FEDERAIS
50 ESTADUAIS
29 MUNICIPAIS

em diversos setores
(parques, manejo, conservação e restauro florestal, saneamento básico, mobilidade urbana, infraestrutura logística, infraestrutura de saúde e educação etc.)

*Número de projetos não considera venda de participações.

R\$ **205** BILHÕES de capital a mobilizar** 

**Concessões e PPPs: capex para todo o período de concessões e outorgas já compromissadas ou estimadas. Privatizações: valor das alienações, assunção de dívidas e compromisso de investimentos de operações realizadas ou modeladas.

TEMA MATERIAL

INFRAESTRUTURA

[GRI 3-3]



Objetivo estratégico: expandir o apoio a projetos de **infraestrutura** reduzindo o hiato de investimentos no setor e promovendo resiliência

Os investimentos em infraestrutura têm grande influência no crescimento econômico, na produtividade, na geração de emprego e renda e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Buscamos reduzir o hiato de investimentos em infraestrutura, promovendo resiliência, adaptação climática e transição energética, e ampliando o acesso a serviços de qualidade, com redução de desigualdades.

Nesse sentido, estruturamos e financiamos projetos, além de coordenarmos ofertas públicas de títulos de renda fixa no mercado de capitais brasileiro, para apoiar: (i) transição energética de forma articulada com o desenvolvimento da indústria brasileira, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural, armazenamento de energia, novas rotas tecnológicas e eficiência energética; (ii) modernização e expansão de ativos do setor elétrico (geração, transmissão e distribuição); (iii) logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, navegação, apoio marítimo e portuário, portos, aeroportos e operadores logísticos) e mobilidade urbana; (iv) equipamentos e estruturas de apoio à infraestrutura; (v) indústria naval; (vi) saneamento básico, com destaque para a universalização dos serviços de água e esgoto e redução de perdas de água tratada e não faturada; (vii) gestão integrada adequada de resíduos sólidos urbanos (RSU); (viii) desenvolvimento ou utilização de novas tecnologias para a mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), como captura e armazenamento de carbono (CCUS), hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, combustíveis sustentáveis e eletrificação ou hibridização de frotas; (ix) telecomunicações, com foco na banda larga e *data centers*

sustentáveis; (x) infraestrutura educacional, com foco na educação pública; e (xi) infraestrutura de saúde, com foco nos serviços prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

DEBÊNTURES INCENTIVADAS E DE INFRAESTRUTURA

Em 2025, fortalecemos ainda mais nossa atuação como coordenador de ofertas públicas de debêntures. Ao longo do ano, foram aprovadas 17 emissões, que totalizaram R\$ 35,4 bilhões, todas destinadas ao apoio a investimentos privados em infraestrutura.

Entre as emissões de debêntures realizadas em 2025, destacam-se:

- » emissão de R\$ 1 bilhão da Eldorado Brasil Celulose S.A., que representou a primeira emissão de debêntures de infraestrutura, no âmbito da [Lei 14.801/2024](#), do mercado brasileiro, cujos recursos captados se destinaram ao financiamento da exploração indireta do serviço de transporte ferroviário na Estrada de Ferro EF A05, entre Três Lagoas (MS) e Aparecida do Taboado (MS), para o transporte de carga e/ou passageiros; e
- » emissão de R\$ 8,6 bilhões da EPR Iguaçu S.A., que representou a segunda maior emissão de debêntures coordenada pelo BNDES e a maior emissão de debêntures do mercado brasileiro em 2025, cujos recursos captados se destinaram ao financiamento de investimentos no sistema rodoviário BR-163/277/469/PR e PR-158/180/182/280/483. A emissão de EPR Iguaçu S.A. se destacou também por contar com instrumentos do Pacote de Estabilização de Funding para Infraestrutura (Pefi), lançado pelo BNDES em 2025, com o objetivo de viabilizar financiamento a projetos oferecendo condições mais flexíveis, com possibilidades de repactuação ao longo do ciclo de vida.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema infraestrutura e de seu respectivo objetivo estratégico. Em 2025, tivemos desempenho acima da meta nos três indicadores, refletindo nosso bom desempenho operacional no setor, conforme apresentado neste capítulo.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em infraestrutura	66	89	134,848%
Valor das operações aprovadas em infraestrutura	R\$ 44.500 milhões	R\$ 55.127 milhões	123,882%
Marcos de estruturação de projetos de infraestrutura	32	43	134,375%



SANEAMENTO

Fomentamos a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Estamos convictos de que a ampliação do acesso a tais serviços contribui de maneira decisiva para a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, propósitos do BNDES.

Em 2025, participamos de discussões institucionais e regulatórias sobre o setor em diversos fóruns no país, como no evento “Cinco anos do Marco Legal do Saneamento”, organizado pelo BNDES em cooperação com o GRI Club, que contou com sessões sobre o cumprimento das metas de universalização, aceleração de investimentos, drenagem urbana e manejo de RSU. Também patrocinamos e participamos do 33º Congresso ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e do VI Fórum Novo Saneamento. Promovemos, ainda, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Secretaria de Meio Ambiente de Goiás, um curso destinado a gestores municipais e estaduais sobre a gestão de RSU e a atuação do BNDES na estruturação de projetos desse componente do saneamento.

Adicionalmente, mantivemos diálogo com entidades e associações privadas e com representantes do setor público, com destaque para o Ministério das Cidades (MCID), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Trata Brasil, o Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae), a Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe) e a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema). Participamos também do comitê setorial de Recursos

Hídricos e Saneamento Básico e do comitê de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib).

Além disso, seguimos participando da construção da [Taxonomia Sustentável Brasileira](#) no eixo saneamento, cuja elaboração se encerrou em 2025, com aprovação pelo Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira. No âmbito do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), participamos do grupo de trabalho que resultou na Resolução Cisb 8 e em seus anexos, os quais estabelecem uma metodologia para avaliação do atendimento às condicionantes de acesso aos recursos públicos federais e a financiamentos com recursos da União ou com recursos geridos ou operados por órgãos ou entidades da União para ações de saneamento básico, conforme o artigo 50 da [Lei 11.445/2007](#), atualizada pela [Lei 14.026/2020](#).

Por fim, ressalta-se que acompanhamos e contribuímos com tomadas de subsídios e consultas públicas relacionadas às normas de referência da ANA, atual responsável pela supervisão regulatória do setor de saneamento.

Projetos apoiados

Entre os **projetos concluídos** em 2025, destacam-se:

- » implantação de infraestrutura e execução de novas fases dos aterros sanitários nas unidades de valorização sustentável de Caieiras (SP) e de Curitiba (PR); e
- » modernização e expansão de sistemas de água e esgoto do município de Niterói (RJ), incluindo estações de tratamento, redes, elevatórias, ligações prediais, tecnologia e automação. Com o projeto, a cobertura do serviço de esgoto e de água atingiu 95,55% e 100% da população local, respectivamente.

Em 2025, foram aprovados R\$ 3,9 bilhões para operações de saneamento e resíduos sólidos, incluindo o maior financiamento, até o momento, para projeto de gestão de resíduos sólidos, concedido à Logística Ambiental de São Paulo (Loga). Trata-se de operação que contou com recursos do Fundo Clima, Finem e Eco Invest.

Aprovamos, ainda, o maior financiamento com recursos do Eco Invest para a Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), sendo R\$ 220 milhões via Eco Invest e R\$ 1,8 bilhão em debêntures.

Destaca-se, também, a aprovação da primeira operação de financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio do Programa Saneamento para Todos, destinada à Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa).



Entre os **projetos aprovados** em 2025, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Corsan (RS)	R\$ 2,015 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias operacionais do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Embasa (BA)	R\$ 714,6 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Mais 73 mil habitantes com acesso à rede de esgoto. Mais 1,1 mil habitantes com acesso à água tratada. Melhorias operacionais, que incluem o tratamento do lodo residual gerado em estações de tratamento de água.
Loga (SP)	R\$ 432,1 milhões	<ul style="list-style-type: none"> 1.000 toneladas/dia de aumento de capacidade de tratamento e de destinação de resíduos sólidos. 2,5 MW de aumento de capacidade instalada de geração solar distribuída. Aquisição de 84 caminhões movidos à energia renovável.
Águas da Imperatriz (RJ)	R\$ 286 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Mais 127 mil habitantes com acesso à rede de esgoto. Mais 164 mil habitantes com acesso à água tratada. Melhorias operacionais do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (Sanasa) (SP)	R\$ 251,8 milhões	<ul style="list-style-type: none"> 202 km de substituição de rede de água.
Águas de São Francisco (PA)	R\$ 214 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias operacionais do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Tecipar (SP)	R\$ 30,2 milhões	<ul style="list-style-type: none"> 800 toneladas/dia de aumento de capacidade de tratamento e de destinação de resíduos sólidos.

Projetos estruturados

Nossa atuação na estruturação de projetos de saneamento continuou expressiva, com nove projetos na carteira em fase de preparação até o fim de 2025, além dos 19 leilões realizados com sucesso até dezembro de 2025. O novo ciclo de projetos de água e esgoto contempla majoritariamente estados das regiões Norte e Nordeste e, conseqüentemente, apresenta potencial de desconcentrar regionalmente os investimentos nesses serviços.

Em 2025, foram licitadas, com sucesso, concessões parciais de água e esgoto dos estados do Pará e de Pernambuco. Ademais, a prefeitura de Porto Alegre retomou o contrato anteriormente suspenso, e o estado do Espírito Santo contratou o BNDES para estruturar projeto de concessão ou parceria público-privada (PPP) em 32 municípios. Somam-se a esses projetos estruturas em diferentes estágios nos estados de Rondônia, Paraíba, Maranhão, Goiás, Rio Grande do Norte, Minas Gerais (Copanor) e Alagoas.

Em conjunto, os projetos já licitados e em estruturação abrangem cerca de 63 milhões de pessoas e devem resultar em investimentos de aproximadamente R\$ 154 bilhões. Essas iniciativas contribuem para a redução de cerca de 50% do déficit de esgoto e 25% do déficit de água.

Por fim, destaca-se a nossa atuação na estruturação de projetos de manejo de RSU, com iniciativas no estado do Amapá e em Goiás.



ENERGIA

Nossa atuação no setor tem como foco a transição energética, com destaque para o uso de fontes renováveis, gás natural (com viés de transição e para geração de hidrogênio e biometano e da infraestrutura associada) e novas rotas tecnológicas. Além de contribuir para a neutralidade de emissões de carbono, buscamos modernizar e descentralizar a matriz energética.

Mantivemos participação ativa nas discussões e definições do setor por meio de participação nas câmaras temáticas do Programa Nacional do Hidrogênio e nos debates legislativos acerca dos temas ligados à transição energética, como hidrogênio, eólicas *offshore* e mercado de carbono.

Projetos apoiados

Entre os **projetos concluídos** em 2025, destacam-se:

- » Complexo Eólico Babilônia Centro, localizado na Bahia, que entrou em operação comercial plena em outubro de 2025. O financiamento contribuiu com a adição de 553,5 MW de capacidade instalada à matriz energética. O complexo é capaz de gerar energia limpa suficiente para evitar a emissão de 874 mil tCO₂e por ano de projeto e, durante sua implantação, foram criados aproximadamente 2.500 empregos; e
- » apoio à implantação de planta para purificação de biometano com capacidade de 66 mil Nm³/dia, em Minas do Leão (RS).

Entre os **projetos aprovados** em 2025, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Complexo Eólico Serra das Almas (BA)	R\$ 650 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de cinco parques eólicos com capacidade instalada de 216 MW.
Unidade de produção de biometano em Edéia (GO)	R\$ 244,9 milhões	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de unidade de produção de biometano a partir de biogás da vinhaça da cana-de-açúcar, com capacidade de produção de 66.500 Nm³/dia.

Projetos estruturados

Em maio e outubro de 2025, entregamos as atualizações dos estudos para a conclusão da usina nuclear Angra 3 à Eletronuclear (ETN) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Com base nesses estudos, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) poderá deliberar sobre definições essenciais para a continuidade do projeto, como o preço de energia, o ato de outorga e o contrato de comercialização de energia.

O projeto é um dos maiores empreendimentos de infraestrutura do Brasil atualmente, com 67% das obras concluídas. Em 2033, quando entrar em operação, com capacidade instalada de 1,4 GW, a usina poderá gerar volume de energia equivalente ao consumo conjunto de Belo Horizonte e Brasília – ou seja, cerca de 10 milhões de MWh/ano – ao longo de cinquenta anos, prorrogáveis por até mais vinte anos.

Além disso, ao longo de 2025, foram concluídos os estudos para a renovação do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado no Mato Grosso do Sul. O projeto prevê a modernização dos termos contratuais, incorporando as atualizações do marco regulatório e as melhores práticas do setor. Estima-se um capex de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão ao longo de todo o período da concessão. Em julho, foram realizadas a consulta pública e a audiência pública, e, em dezembro, a minuta do novo contrato de concessão foi aprovada pelo Conselho Gestor de Parcerias (CGP), permitindo o prosseguimento das etapas necessárias para a renovação da concessão.



MOBILIDADE URBANA

Nossa atuação se concentra em projetos de transporte público que contribuam para melhorar as condições de mobilidade nas cidades brasileiras e a qualidade de vida da população. Priorizamos sistemas de alta e média capacidades e o uso de fontes de energia limpa. Buscamos promover o planejamento integrado, eliminar o hiato de investimentos e articular políticas públicas setoriais.

Em 2025, consolidamos nossa posição como principal agente financiador da aquisição de ônibus elétricos na América Latina, conforme relatório da C40 Cities e do Conselho Internacional de Transporte Limpo (ICCT, na sigla em inglês). Desde 2023, as operações apoiadas pelo BNDES viabilizaram aproximadamente R\$ 5,8 bilhões em investimentos voltados à eletrificação da frota nacional, possibilitando a incorporação de mais de 1,8 mil ônibus elétricos. Essa atuação contribui para uma redução estimada de 122 mil toneladas de CO₂ por ano, até o momento, reforçando o nosso compromisso com a descarbonização do transporte coletivo.



Projetos apoiados

Em 2025, além de desembolsos de cerca de R\$ 3,4 bilhões no âmbito de projetos com financiamentos já contratados, foram aprovados mais de R\$ 3 bilhões em novas operações de crédito para projetos de mobilidade urbana, alavancando mais de R\$ 8,5 bilhões em investimentos no setor, a saber:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Obras civis para expansão da Linha 2 – Verde do Metrô do estado de São Paulo	R\$ 2.400 milhões	Extensão, em 8 km, da Linha 2 – Verde do Metrô de São Paulo, incluindo a implantação de oito novas estações (Orfanato, Santa Clara, Anália Franco, Vila Formosa, Santa Isabel, Guilherme Giorgi, Aricanduva e Penha) e uma base de manutenção e estacionamento (Complexo Rapadura).
Aumento, renovação e eletrificação da frota de ônibus em Salvador, com financiamentos ao município de Salvador (R\$ 264 milhões) e ao estado da Bahia (Fundo Clima – R\$ 330 milhões), no âmbito do Refrota	R\$ 594 milhões	Aquisição de 253 ônibus Euro VI para incorporação ao sistema de transporte coletivo por ônibus (STCO) do município de Salvador e aquisição de cem ônibus elétricos e estações de recarga para uso na região metropolitana, respectivamente.
Aumento e renovação da frota de ônibus da região metropolitana do Recife, sob concessão da Mobibrasil Expresso S.A. (duas operações, com recursos do FGTS)	R\$ 75,2 milhões	Aquisição de 95 ônibus Euro VI para uso no transporte público coletivo de linhas dos municípios de Recife (PE), Camaragibe (PE) e São Lourenço da Mata (PE), com capacidade para beneficiar uma população de 359 mil habitantes.

Entre as operações em fase de desembolso, destaca-se o financiamento, no valor de R\$ 2,5 bilhões, destinado à eletrificação da frota de ônibus do município de São Paulo (SP): foram liberados até o fim de 2025 cerca de R\$ 1,2 bilhão para a aquisição de 580 ônibus elétricos, promovendo uma redução anual estimada em mais de 40 mil toneladas de CO₂.

Projetos estruturados

A carteira de projetos do setor de mobilidade urbana encerrou 2025 com 12 projetos em diferentes fases de estruturação. Entre os principais destaques podemos citar a entrega, em setembro, dos estudos técnicos dos projetos Eletromobilidade Curitiba e CBTU Recife.

Com relação ao primeiro projeto, foram apresentadas e entregues à prefeitura de Curitiba as propostas de modelagem técnica, jurídica e econômico-financeira para a nova concessão do transporte público coletivo da cidade. O projeto prevê melhorias na rede integrada de transportes (RIT) do município, como otimização de rotas e ampliação da integração temporal, e investimentos da ordem de R\$ 3,7 bilhões nos 15 anos da concessão. Desse montante, R\$ 2,3 bilhões deverão ser executados nos cinco primeiros anos, principalmente com a implantação de frota elétrica (245 ônibus) e infraestrutura de recarga necessária, incluindo dois eletropostos públicos. Ao fim da implantação dessa nova frota, prevista para ocorrer até 2031, 33% dos assentos ofertados à população pelo sistema serão em ônibus elétricos, garantindo maior conforto aos usuários e colaborando para o cumprimento das metas de descarbonização do município de Curitiba.

No projeto de CBTU Recife, desenvolvido pelo BNDES no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), foram entregues os estudos técnicos contemplando a transferência de ativos da Superintendência Regional de Recife da CBTU ao estado de Pernambuco e a consequente concessão do serviço público de gestão, operação e manutenção da rede metroferroviária da região metropolitana do Recife. Os resultados dos estudos enviados ao programa de parcerias de investimentos (PPI) preveem investimentos da ordem de R\$ 3,5 bilhões para requalificação do sistema, que totaliza 71,4 km de trilhos e 37 estações. O escopo da iniciativa envolve ações como a reforma das estações e melhorias em seus entornos, aquisição de novos trens e melhorias em vias permanentes, sistemas de energia e sinalização. Após a realização dos investimentos, espera-se a redução dos intervalos entre as partidas das composições e o aumento do volume de usuários em mais de 30% em razão da melhoria do serviço.

Além disso, contribuimos com 49,96% dos recursos da Facility PSPInfra, uma parceria entre o BNDES, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), que objetiva melhorar a oferta de serviços públicos no Brasil por meio de projetos de infraestrutura, com a participação do setor privado. Em março de 2025, foi realizado o leilão para a concessão das Linhas 11 a 13 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A empresa Comporte Participações S.A. foi a vencedora e, em maio de 2025, assinou o contrato com o estado de São Paulo. O escopo da concessão prevê a ampliação em 22,6 km das linhas, construção de dez novas estações, ampliação e reforma das atuais estações. Ainda em 2025, foram concluídas as etapas de consultas públicas para os projetos de implantação das Linhas 10 e 14 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e do eixo oeste do trem intercity (TIC), conectando São Paulo a Sorocaba. Em conjunto, os projetos em parceria com a Facility deverão mobilizar cerca de R\$ 30 bilhões em investimentos e beneficiar mais de 4,1 milhões de usuários diários.



ESTUDO NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

Em 2025, o Estudo Nacional de Mobilidade Urbana (ENMU), contratado em maio de 2024, apresentou uma proposta de banco de projetos de alta e média capacidade às 21 maiores regiões metropolitanas do país.

O ENMU propôs 187 projetos de metrô, trens, veículos leves sobre trilhos (VLT), transporte rápido por ônibus (BRT, na sigla em inglês) e corredores centrais, com potencial para ampliar em 122% a malha atual, estimada em cerca de 2 mil km, além de requalificar 632 km da rede atual, com investimentos necessários estimados em R\$ 434 bilhões.

Os benefícios previstos pelo ENMU com a implantação dos projetos seriam: (i) redução de 12% no tempo médio de deslocamento dos passageiros; (ii) redução de 250 óbitos em acidentes de trânsito; (iii) redução de 3 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes em emissões; (iv) redução de 10% no custo operacional dos sistemas de transportes urbanos; e (v) aumento de 30% na acessibilidade da população a serviços públicos.

Além do banco de projetos, o ENMU irá propor um conjunto de políticas públicas necessárias para aumentar a eficiência dos sistemas de transporte públicos, como constituição de governança metropolitana responsável pela gestão dos sistemas de transportes de passageiros, fontes de recursos alternativas para financiar a mobilidade urbana, modelos de financiamento e garantias para os projetos para viabilização de investimentos, integração física, financeira e operacional. O lançamento do ENMU está previsto para o início de 2026.



LOGÍSTICA E TRANSPORTE

O apoio ao setor visa contribuir para a implantação de uma rede de transporte mais integrada, sustentável e resiliente, que reduza custos logísticos, aumente a segurança dos usuários, proporcione maior qualidade nos serviços, amplie a oferta de modos de transportes mais eficientes e contribua de forma efetiva para fortalecer a competitividade das empresas.

Projetos apoiados

Em 2025, consolidamos o apoio ao setor rodoviário, como consequência de um *pipeline* relevante de leilões nos níveis federal e estadual, com um total de vinte leilões realizados. Conduzimos estudos de pré-financiabilidade para todos os editais lançados no ano, participando de reuniões com potenciais interessados em possibilidades de estruturação financeira para os projetos e contribuindo para a oferta de propostas mais adequadas.

Os financiamentos aprovados para o setor de rodovias ultrapassam R\$ 22 bilhões, utilizando uma combinação do financiamento tradicional (Finem), com instrumentos de mercado de capitais (aquisição de debêntures).

Viabilizamos investimentos relevantes para a ampliação de alguns dos principais eixos logísticos do país, com destaque para a ampliação da BR-116 entre o Rio de Janeiro (RJ) e Governador Valadares (MG) (Ecovias Rio Minas), a duplicação de mais de 460 km no oeste do Paraná (EPR Iguazu); a ampliação de capacidade de um conjunto de rodovias no noroeste paulista (Ecovias Noroeste Paulista).

Ainda em 2025, utilizamos, pela primeira vez em projetos de rodovias, o produto BNDES Garantias como garantia fidejussória. A fiança foi prestada em favor do Banco do Nordeste (BNB), para financiamento à concessionária Grãos do Piauí. O montante total aprovado em 2025 está em linha com a aprovação do ano anterior (R\$ 23,5 bilhões), formando o maior ciclo de aprovação de recursos para projetos de rodovias na série histórica do BNDES, o que contribuirá para a melhoria do nível de serviço para os usuários brasileiros.

Do ponto de vista institucional e regulatório, atuamos em conjunto com outras instituições para promover avanços e inovações no setor rodoviário. Participamos de *road shows* no Brasil e no exterior para explicar a financiabilidade dos projetos, realizamos interações com órgãos de controle e avançamos na agenda ambiental, social e de governança (ASG), com a emissão de duas novas debêntures de transição verde do setor rodoviário no Brasil, após a primeira emissão realizada em 2024.

Aprovamos também a movimentação de R\$ 708,7 milhões das contas vinculadas das empresas brasileiras de navegação (EBN), relativas ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), a serem aplicados em projetos de construção e reparação naval brasileira, em especial naqueles vinculados ao transporte fluvial e à cabotagem, bem como contratamos R\$ 1,3 bilhão em financiamento ao setor naval e de infraestrutura portuária com recursos do FMM. Em 2025, destacam-se as operações aprovadas com a Tecon Salvador S.A. e com a Tecon Rio Grande S.A. voltadas à melhoria e modernização de terminais portuários.

Além disso, reforçamos nossa atuação no segmento aeroportuário, com o maior financiamento ao setor já concedido pelo BNDES, no valor total de R\$ 4,64 bilhões, sendo R\$ 4,24 bilhões em subscrição de debêntures e R\$ 400 milhões via Finem.

No setor portuário, destacam-se as aprovações de duas operações: uma destinada a melhorias no terminal de contêineres do Porto de Salvador (BA) e outra destinada a melhorias no terminal portuário de Rio Grande (RS). Ambas contaram com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Já no setor ferroviário, tivemos o maior volume de aprovações dos últimos dez anos, de R\$ 3,78 bilhões no total, com destaque para a diversificação de instrumentos e linhas de financiamento utilizados, incluindo Máquinas e Serviços, Mais Inovação, Fundo Clima e debêntures. Apoiamos com o valor de R\$ 2 bilhões a Rumo S.A. na conclusão da primeira etapa da Ferrovia Estadual de Mato Grosso (FMT). Também concedemos apoio de R\$ 1,05 bilhão para a o projeto da Eldorado Brasil Celulose S.A., sendo R\$ 1 bilhão por meio de emissão de debêntures de infraestrutura (Lei 14.801/2024), com remuneração atrelada à variação cambial, e R\$ 50 milhões via Finem. O projeto corresponde à implantação da primeira autorização ferroviária federal e representa um marco no início das *shortlines* no Brasil. Ademais, aprovamos o financiamento ao projeto da Brado Logística de modernização de terminais rodoferroviários e incremento do transporte de carga geral e contêiner. Por fim, por meio dos recursos do Fundo Clima, apoiamos o projeto de transporte de biocombustíveis com locomotivas híbridas da Rumo S.A.



Entre os **projetos aprovados** em 2025, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Setor rodoviário		
Concessionária EPR Iguaçú	R\$ 9,2 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> Execução de investimentos de ampliação de capacidade da Concessionária EPR Iguaçú, prevendo-se a duplicação de 462 km de vias, construção de 31 km de faixas adicionais e criação de 87 km de vias marginais, além dos contornos de Marmeleiro e de Lindoeste.
Concessionária Ecovias Rio Minas	R\$ 7,31 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> Execução de investimentos de ampliação de capacidade da Concessionária Ecovias Rio Minas, prevendo-se a duplicação de 303 km de vias, construção de 255 km de faixas adicionais e criação de 85 km de vias marginais, incluindo importante trecho da serra Rio-Teresópolis.
Concessionária Ecovias Noroeste Paulista	R\$ 4,13 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> Execução de investimentos de ampliação de capacidade da Concessionária Ecovias Noroeste Paulista, prevendo-se a duplicação de 84 km de vias, construção de 135 km de faixas adicionais e criação de 26 km de vias marginais.
Way-112 - Concessionária das Rodovias do Leste MS	R\$ 694 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Execução de investimentos de ampliação de capacidade da Way-112 - Concessionária das Rodovias do Leste MS, prevendo-se a construção de 53 km de faixas adicionais e dos contornos de São Pedro e de Cassilândia.
Concessionária Ecovias Minas Goiás	R\$ 550 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Suplementação de crédito para execução de investimentos de ampliação de capacidade da Concessionária Ecovias Minas Goiás, prevendo-se a duplicação de 15 km de vias e criação de 19 km de vias marginais.
CS Grãos do Piauí	R\$340 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Prestação de garantia fidejussória ao BNB no valor global de R\$ 340 milhões, por meio do produto BNDES Garantia, solicitada pela CS Grãos do Piauí, para financiamento destinado a diversos investimentos, incluindo a pavimentação de 176,7 km de vias.
Setor ferroviário		
Rumo S.A.	R\$ 2 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> Construção de 162 km de ferrovia estadual em Mato Grosso, entre Rondonópolis (MT) e o terminal da BR-070, em Dom Aquino (MT), contribuindo para a expansão do principal corredor de escoamento das exportações agropecuárias do país.
Rumo S.A.	R\$ 350 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de seis locomotivas híbridas e cerca de 160 vagões tanque (TCT), para expansão da logística de biocombustíveis do Centro-Oeste.
Eldorado Brasil S.A.	R\$ 1,05 bilhão	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos associados à implantação de ferrovia de 87 km para transporte de celulose, localizada entre os municípios de Três Lagoas/MS e Aparecida do Taboado/MS, objeto de autorização ferroviária federal.
Brado Logística S.A.	R\$ 377 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Modernização de terminais rodoferrviários e incremento do transporte de carga geral e contêiner.
Setor aeroportuário		
Bloco de Onze Aeroportos Brasil S.A.	R\$ 4,64 bilhões	<ul style="list-style-type: none"> Plano de investimentos em ampliação, modernização e manutenção em 11 aeroportos administrados pela Aena, incluindo Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Ponta Porã (MS), Corumbá (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG).
Setor portuário		
Tecon Salvador S.A.	R\$ 848 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Expansão e modernização do terminal de contêineres do Porto de Salvador (BA).
Tecon Rio Grande S.A.	R\$ 331 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Modernização do terminal portuário de Rio Grande (RS), com investimentos em automação do cais, adequação e aquisição de equipamentos e obras de dragagem.



Projetos estruturados

Em 2025, ocorreram mais dois leilões do programa federal de concessões em parceria com o BNDES. O lote Rota Agro Norte, segundo leilão dessa parceria, abrange 687 km de extensão da BR-364, ligando as cidades de Vilhena e Porto Velho (RO). O trecho é o principal corredor logístico para escoamento de carga pelos terminais portuários de Porto Velho e estão previstos R\$ 6,3 bilhões de investimentos ao longo de trinta anos de concessão. O lote Rota Agro, o segundo leilão de 2025, composto por trechos da BR-060 e BR-364, ligando Rio Verde (GO) a Rondonópolis (MT), em uma extensão de 482 km, mobilizará R\$ 4,4 bilhões em investimentos ao longo da concessão.

TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Continuamos avançando nos esforços para ampliar a acessibilidade e modernizar a infraestrutura de telecomunicações, visando a massificação da conectividade e o suporte ao desenvolvimento do ecossistema de inovação no setor. Isso denota a consolidação de nossa operação com fundos setoriais para a implementação de políticas públicas, assegurando um impacto duradouro e significativo no avanço da infraestrutura e serviços de telecomunicações em todo o país.

Assim, as operações envolvendo fundos setoriais, em especial o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), seguiram demonstrando seu papel essencial no fomento a projetos que reduzem desigualdades de acesso e impulsionam a inovação no setor.

Em 2025, o total captado com o Fust foi de R\$ 759,92 milhões (incluindo recursos reembolsáveis e não reembolsáveis, além da remuneração do agente financeiro). Destaca-se que, ao fim de 2025, foi celebrado um termo aditivo no valor de R\$ 286,2 milhões, com ingresso efetivo do recurso no BNDES em 2026, o que elevou a captação acumulada desde 2022 para R\$ 4,2 bilhões. Parte dos recursos captados foi destinada ao Fundo BNDES Fust Não Reembolsável, voltado a apoiar projetos de implementação de conectividade diretamente em escolas públicas.

Desde 2023, início da operação do fundo, foram aprovados R\$ 2,83 bilhões em operações voltadas à expansão e modernização da infraestrutura de telecomunicações. Esse montante viabilizou, entre outros resultados: (i) apoio à conexão de 1.963 escolas públicas, beneficiando aproximadamente 655 mil alunos; (ii) R\$ 248 milhões destinados a projetos voltados a escolas públicas; (iii) apoio a projetos de conectividade em 1.223 municípios, incluindo 680 favelas; e (iv) apoio à expansão de redes com potencial de atingir mais de 781 mil lares, bem como à implantação de 12 mil km de fibra ótica e instalação de 616 estações rádio base (ERB) de telefonia/banda larga móvel 4G/5G.

Já no âmbito do Funttel, captamos R\$ 181,04 milhões, com a aprovação de R\$ 253,93 milhões em novas operações. O fundo objetiva estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Assim, os investimentos são direcionados à promoção da inovação tecnológica e ao fortalecimento da cadeia produtiva de telecomunicações.

Projetos apoiados

Entre os **projetos concluídos** em 2025, destaca-se o da provedora local Coprel Telecom Ltda., com expansão estruturante da infraestrutura de conectividade no interior do Rio Grande do Sul. Foram implantados 429,17 km de rede de fibra ótica e assegurada a manutenção da conectividade por, no mínimo 24 meses, da conexão de 24 escolas públicas previamente elegíveis no Painel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Adicionalmente, foram construídas redes internas em 58 escolas públicas, ampliando de forma efetiva o acesso à internet em banda larga no ambiente educacional e viabilizando, potencialmente, quatrocentas novas conexões locais. Houve ainda a implantação de 82,1 km de rede de transporte (*backhaul*) de alta capacidade, com potencial de viabilizar cerca de 1.600 novas conexões domiciliares.

Saiba mais sobre nossa atuação em educação no capítulo **Desenvolvimento social e regional**.



Entre os **projetos aprovados** em 2025, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Recursos do Fust		
Tectodigital II SPE Ltda. (V.tal) I – Mega Lobster	R\$ 150 milhões (Fust – Modalidade Projetos Especiais)	<ul style="list-style-type: none"> Implantação e expansão faseada de um <i>data center</i> de padrão internacional em Fortaleza (CE), com capacidade inicial de 3 MW de TI a partir de dezembro de 2025. Expansão planejada até 10 MW, reforçando a infraestrutura digital estratégica do país. Fortalecimento de Fortaleza como <i>hub</i> digital internacional. Aumento da resiliência, da capacidade e da soberania da infraestrutura nacional de dados, e ampliação da oferta de serviços de computação e conectividade de alta qualidade e baixa latência para empresas, governo e grandes plataformas digitais.
Você Telecomunicações Ltda.	R\$ 10 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Redução de desigualdades territoriais e avanço da inclusão digital em áreas remotas do estado do Amapá. Ampliação do acesso à conectividade de alta capacidade ao conectar 16 escolas públicas nos municípios de Amapá e Calçoene, beneficiando diretamente 4.124 alunos, com impactos estruturantes sobre educação, permanência escolar e acesso a conteúdos digitais. Construção de 140,5 km de rede de fibra óptica e a expansão da rede de acesso de alta capacidade em Pracuúba, Calçoene e Amapá, bem como nas localidades de Lourenço, Agrovila do PA Carnot e Flechal, com benefício a 4.552 domicílios, ampliando o acesso da população a serviços digitais essenciais, serviços públicos, educação a distância e oportunidades econômicas.
Recursos do Funttel		
Brisanet S.A.	R\$ 96,2 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Construção de redes de transporte de alta capacidade em fibra óptica, abrangendo o total de 4.06 km de fibra nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte e a ampliação de capacidade de tráfego e financiamento de equipamentos FWA com produção nacional.
Lightera Latam S.A.	R\$ 117,2 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao desenvolvimento de novos produtos, bem como atualização de produtos já ofertados, mas que precisam continuar a evolução de suas funcionalidades. As duas frentes de desenvolvimento são: (i) <i>software</i> e equipamentos; e (ii) cabos e conectividade. O projeto contempla gastos com aquisição de máquinas e equipamentos, ferramentais e materiais de consumo, laboratoriais e protótipos.

No âmbito das operações indiretas automáticas, destaca-se que, desde setembro de 2023, a plataforma operacional do Programa BNDES Finame Fust aprovou 317 operações, totalizando R\$ 546,6 milhões em crédito. Esses financiamentos beneficiaram 311 prestadores de serviços de telecomunicações de diversos portes.

Em 2025, o lançamento do Programa Crédito Conectividade, voltado para capital de giro a MPMEs que realizaram investimentos recentes em ampliação de acesso, aumentou significativamente a abrangência das operações indiretas, assegurando que os recursos do Fust alcançassem provedores locais em todas as regiões do país.



TEMA MATERIAL

[GRI 3-3]

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E INOVAÇÃO



Objetivo estratégico: expandir o apoio ao **desenvolvimento produtivo abrangendo inovação, digitalização e inteligência artificial**

Nossa atuação tem como diretriz estratégica promover uma nova industrialização da economia brasileira, tornando-a mais verde, inovadora, inclusiva e digital, e ampliando a produtividade e a complexidade do setor industrial, de modo a viabilizar a produção de bens e serviços de maior valor agregado e a descarbonização. Para isso, temos trabalhado em sintonia com o Governo Federal, que construiu uma política industrial moderna, a Nova Indústria Brasil (NIB), com abordagem por missões, conforme definido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

Tendo como elementos transversais a inovação e a digitalização, a busca por soluções adequadas à transição ecológica, o aumento de produtividade e de exportações, buscamos estruturar e financiar projetos para promoção de: (i) cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; (ii) complexo econômico-industrial da saúde resiliente para reduzir a vulnerabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e ampliar o acesso da população a seus serviços; (iii) infraestrutura, saneamento e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; (iv) transformação digital da indústria para ampliar sua produtividade; (v) bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir recursos às gerações futuras; e (vi) tecnologias de interesse para a soberania nacional.

A ampliação dos projetos de inovação e digitalização inclui as parcerias com outras instituições do Sistema Nacional de Inovação para financiar, por exemplo, projetos de difusão tecnológica, por meio da aquisição de máquinas e equipamentos e/ou bens de informática com tecnologias inovadoras e contratação de serviços tecnológicos.

INOVAÇÃO

Em 2025, fortalecemos nosso apoio à inovação. As aprovações totalizaram R\$ 16,693 bilhões, sendo R\$ 15,886 bilhões oriundos do Plano Mais Produção (P+P), lançado em 2024 no âmbito da Nova Indústria Brasil (NIB). Os desembolsos para projetos inovadores representaram aproximadamente 7% do total aprovado pelo BNDES, um aumento substancial em relação a 2024, quando o percentual foi de 6,4%.

Entre os **projetos aprovados** em 2025, destaca-se o financiamento de R\$ 384,3 milhões à FS Indústria de Biocombustíveis Ltda. O projeto prevê a implantação de uma unidade pioneira de captação do CO₂ produzido nos processos da usina de etanol de Lucas do Rio Verde (MT), incluindo a compressão, a injeção e o armazenamento em reservas geológicas no subsolo. Com isso, estima-se a remoção de cerca de 423 mil toneladas de CO₂ da atmosfera por ano. O financiamento constitui um exemplo dos desdobramentos das ações de inovação e descarbonização apoiadas pelo BNDES no âmbito da NIB.

Destaca-se também a aprovação de cerca de R\$ 2 bilhões em crédito para projetos que abarcam, em alguma medida, soluções de inteligência artificial (IA) no processo produtivo e/ou no produto final, incluindo infraestrutura de *data centers*. As operações concentraram-se em desenvolvedores de aplicações (R\$ 1 bilhão), fabricantes de *hardware* (R\$ 552 milhões) e projetos de *data centers* (R\$ 474 milhões), reforçando o papel do Banco no apoio à transformação digital da indústria brasileira.

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema desenvolvimento produtivo e inovação e de seu respectivo objetivo estratégico. Em 2025, registramos desempenho significativamente superior às metas em todos os indicadores do tema, com destaque para aqueles referentes à quantidade e ao valor das operações aprovadas em inovação. Esse resultado foi impulsionado principalmente pela atuação do BNDES por meio do programa BNDES Mais Inovação, que viabilizou diversos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), contribuindo para reposicionar o Banco como um relevante agente no financiamento de iniciativas inovadoras.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em desenvolvimento produtivo	110	189	171,818%
Valor das operações aprovadas em desenvolvimento produtivo	R\$ 15.000 milhões	R\$ 24.011 milhões	160,073%
Quantidade de operações aprovadas em inovação	25	86	344,000%
Valor das operações aprovadas em inovação	R\$ 6.000 milhões	R\$ 16.693 milhões	278,227%

NOVA INDÚSTRIA BRASIL (NIB)

A NIB é uma política industrial do Governo Federal com o objetivo de revitalizar e modernizar o setor industrial brasileiro até 2033. A iniciativa busca reverter o processo de desindustrialização do país, promovendo o desenvolvimento sustentável, a inovação e a competitividade da indústria nacional. A política está estruturada em seis missões principais, cada uma com metas específicas a serem alcançadas até 2033, e contempla diversos instrumentos, que se dividem em três grandes grupos: financiamento, ações para melhoria no ambiente de negócios e compras públicas.

No escopo das ações relativas ao pilar financiamento, foi lançado, em 2024, o Plano Mais Produção (P+P), com o objetivo de fomentar a neointustrialização e a transição ecológica do Brasil. O plano previa, ao final de 2025, um investimento de R\$ 611,3 bilhões, aplicados por diversas instituições, com destaque para o BNDES, operando R\$ 300 bilhões.

No Banco, para que o plano pudesse ter seu impacto maximizado, diversas ações foram tomadas para aprimorar os instrumentos de apoio à indústria, tais como:

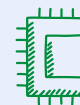
- » **BNDES Mais Inovação:** programa destinado a apoiar investimentos e projetos de inovação e digitalização. No âmbito do programa, em 2025, foram criadas linhas voltadas à indústria 4.0 e à implantação, ampliação ou modernização de centros de PD&I.
- » **Fundo de investimento em participações para o fortalecimento e adensamento tecnológico do ecossistema de inovação em saúde (FIP Saúde):** lançado em 2025, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e a Fundação Butantan, tem como objetivo apoiar micro, pequenas e médias empresas (MPME) brasileiras inovadoras e de base tecnológica do setor de saúde humana. Com dotação de pelo menos R\$ 200 milhões, o fundo priorizará investimentos em

empresas cujos negócios estejam diretamente relacionados à realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de produtos, serviços ou tecnologias inovadoras na área da saúde, especialmente iniciativas de caráter disruptivo e/ou de alta densidade tecnológica, com potencial de uso na saúde pública.

- » **FIP transição energética e descarbonização:** lançado em 2025, em parceria com a Finep e a Petrobras, tem como objetivo investir em MPMEs de base tecnológica nos setores de transição energética e descarbonização. A iniciativa busca o fortalecimento e o adensamento tecnológico do ecossistema de *energytechs* no Brasil, por meio de investimento em companhias que atuam em geração de energia renovável, armazenamento de energia, eletromobilidade, biocombustíveis, *e-fuels*, hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, além de tecnologias de captura, utilização e armazenamento de carbono e descarbonização de operações.
- » **Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT):** de natureza privada, o FNDIT tem seus recursos geridos e administrados pelo BNDES. Seu principal objetivo é captar recursos oriundos de políticas industriais para apoio financeiro a programas e projetos prioritários de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. O fundo iniciou suas captações em 2025 e suas operações deverão ser iniciadas em 2026.
- » **Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust):** fundo destinado à universalização dos serviços de telecomunicação, tendo o BNDES como único agente financeiro até o momento.
- » **FIP minerais estratégicos:** lançado em 2024, em parceria com a Vale e sob gestão da Ore Investments/JSP, iniciou suas operações com foco em financiamento de empresas juniores de pesquisa e exploração mineral.

Além dessas ações, em 2025, foram lançadas as seguintes chamadas públicas:

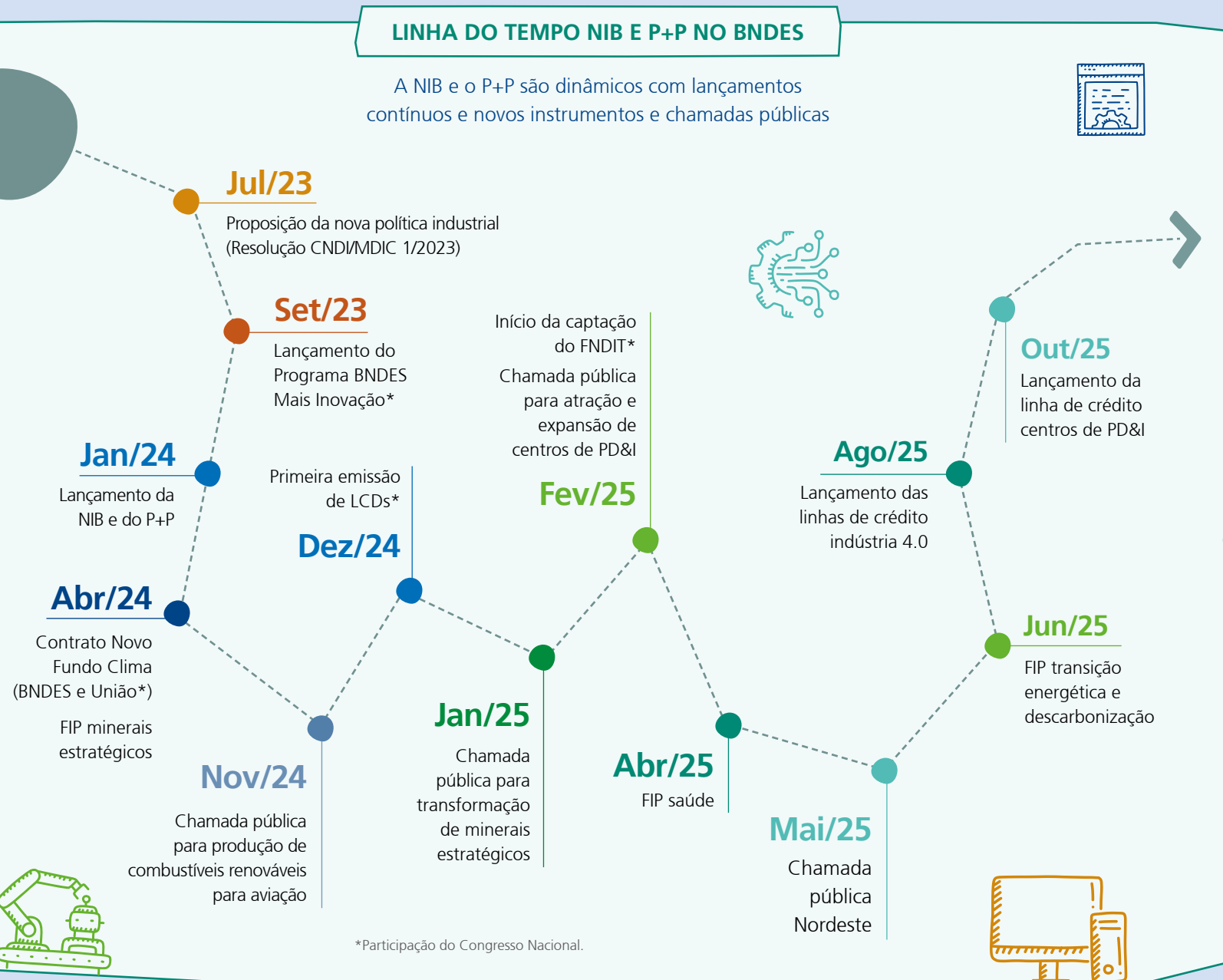
- » **Chamada pública para transformação de minerais estratégicos:** realizada em parceria com a Finep, selecionou 56 planos de negócios para avançar à fase de estruturação do plano de suporte conjunto (PSC). As propostas selecionadas somam mais de R\$ 45 bilhões em investimentos potenciais e incluem dez projetos de terras raras, oito projetos de lítio, seis de grafite, bem como projetos de outros minerais.
- » **Chamada pública para seleção de propostas de atração, implantação ou expansão de centros de PD&I:** realizada em parceria com a Finep, selecionou 88 propostas, que representam investimentos de R\$ 10 bilhões, dos quais R\$ 8,9 bilhões contarão com o apoio financeiro do BNDES e da Finep. Dentre as propostas, 27 preveem investimentos (totais ou parciais) em centros de PD&I nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, totalizando R\$ 4 bilhões em investimentos. Outras 27 têm foco exclusivo na implantação de novos centros de PD&I, somando R\$ 3,4 bilhões em investimentos. No total, as propostas selecionadas preveem a contratação de 572 mestres e 363 doutores, totalizando 935 pesquisadores qualificados.
- » **Chamada pública Nordeste:** lançada em parceria com a Finep, o Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), a Caixa Econômica Federal (CEF), com apoio técnico da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (CNE). A iniciativa tem como objetivo fomentar planos de negócios voltados a investimentos estratégicos na região Nordeste, alinhados às missões estabelecidas na NIB. O edital contempla áreas como armazenamento, bioeconomia com ênfase em fármacos, hidrogênio verde, *data centers* verdes e setor automotivo (incluindo máquinas agrícolas). Como resultado, foram selecionadas 189 propostas, que somam R\$ 113 bilhões, valor quase 11 vezes superior à demanda inicial. Essas propostas vieram de todos os estados da região e das cinco áreas estratégicas definidas na chamada, sendo 84% provenientes de MPMEs.





LINHA DO TEMPO NIB E P+P NO BNDES

A NIB e o P+P são dinâmicos com lançamentos contínuos e novos instrumentos e chamadas públicas



Desempenho do P+P em 2025

No âmbito do P+P, aprovamos, em 2025, R\$ 110,67 bilhões em 59,7 mil operações, sendo R\$ 38 bilhões (34,3%) destinados a MPMEs, correspondendo a 52.499 operações.

Até dezembro de 2025, 95,7% dos recursos previstos para o P+P (2023 a 2026) pelo BNDES já haviam sido executados. A maior parte desses recursos foi emprestada a custo de mercado, sendo que recursos para inovação, digitalização e descarbonização têm apoio incentivado.

Para mais informações sobre a contribuição do BNDES para o plano, acesse o [Painel do Plano Mais Produção](#) no site do BNDES.

Painel de desempenho do programa BNDES Mais Inovação

Ao longo de 2025, desenvolvemos a plataforma de acompanhamento do programa [BNDES Mais Inovação](#), voltado ao financiamento a projetos de inovação e digitalização no âmbito da NIB. A plataforma reúne informações consolidadas sobre todas as aprovações de crédito realizadas pelo BNDES no programa.

Desde 2023, foram aprovados R\$ 28,638 bilhões em crédito, distribuídos em 5.281 operações, contemplando empresas de todos os portes e de todas as regiões do país, beneficiando projetos voltados à difusão tecnológica (indústria 4.0), inovação e digitalização, contribuindo para a geração de mais de 33 mil empregos. Os projetos aprovados viabilizam a construção e a modernização de laboratórios ou centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) que totalizam 216.313 mil m², com 7.198 profissionais dedicados. Também estão sendo construídas 15 plantas industriais pioneiras no país.

Com a plataforma, o BNDES reafirma a transparência como um de seus valores centrais e permite que a sociedade acompanhe os investimentos realizados e seus resultados esperados em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país.

BENS DE CAPITAL E INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

Nosso apoio à indústria de média-alta e alta tecnologia visa fomentar e difundir tecnologias habilitadoras, estimular a indústria 4.0 e a eficiência no uso de recursos, apoiar a modernização e a competitividade, bem como apoiar a cadeia de produção de veículos bioeletrificados.

Com relação ao setor automotivo, durante o ano de 2025 foram realizados dois ciclos de recebimento de propostas no âmbito do Programa Prioritário BNDES Mover, cujo objetivo é apoiar, com recursos não reembolsáveis, projetos de PD&I no setor automotivo, com foco em tecnologias que estimulem a descarbonização. No fim de 2025, a carteira de projetos em análise era composta por oito projetos, distribuídos pelas duas linhas temáticas: (i) descarbonização de produtos e processos automotivos; e (ii) aplicações de biocombustíveis. Essa carteira atualmente demanda recursos da ordem de R\$ 103 milhões.

Entre os **projetos aprovados** em 2025 do setor de bens de capital e da indústria automotiva, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Bosch Soluções Integradas Brasil Ltda.	R\$ 29,7 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de soluções tecnológicas para descarbonização de motores de grande porte, que visam a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a redução da dependência de combustíveis fósseis e a promoção do uso de biocombustíveis. Desenvolvimento de soluções para transformação digital, por meio de projetos de tecnologias digitais com IA para automação de processos e aumento de eficiência operacional.
Cisa Indústria, Comércio e Representação de Equipamentos Agrícolas Ltda.	R\$ 22,5 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de protótipo funcional de uma plantadeira semiautônoma. Espera-se reforçar a atuação da empresa no mercado agrícola, no qual desenvolve e fornece partes e componentes para implementos, como dosadores, sensores de sementes e adubos, monitores, controladores e atuadores.
CNH Industrial do Brasil Ltda.	R\$ 129,1 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Inovação em máquinas agrícolas, com base em três tendências globais que direcionam o futuro do agronegócio: descarbonização, digitalização e agricultura de precisão. Intensificação da atuação da empresa na transformação tecnológica do agronegócio brasileiro, contribuindo para o fortalecimento das cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais. Desenvolvimento de tecnologias que atendam à crescente demanda por eficiência operacional, sustentabilidade e inovação no agronegócio.
Embraer S.A.	R\$ 278,7 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Incorporação de quinze tecnologias digitais em jato executivo e desenvolvimento de um novo motor para avião agrícola. As tecnologias digitais do jato executivo possibilitarão a redução do peso e melhoria da aerodinâmica, resultando em menor consumo de combustível, melhoria de confiabilidade, segurança operacional e cibersegurança da aeronave. O desenvolvimento de um motor movido a gasolina de aviação (AVGAS) possibilitará o acesso a mercados externos de aviação agrícola.
Romi S.A.	R\$ 190 Milhões (BNDES Mais Inovação – Aquisição de Bens Inovadores)	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar os clientes da Romi S.A., em especial MPMEs, na compra de máquinas e equipamentos inovadores fabricados pela empresa.
Stellantis Automóveis Brasil Ltda.	R\$ 241,8 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de tecnologias para a produção de veículos híbridos e elétricos na unidade de Betim (MG). A estratégia <i>bio-hybrid</i> adaptada ao mercado nacional prevê diferentes arquiteturas de motorização, incluindo a combinação de motor elétrico com motor <i>flex</i> (gasolina/etanol).



INDÚSTRIAS DE BASE

Nossa atuação no setor busca apoiar cadeias estratégicas para a economia brasileira, de maneira a garantir uma nova onda de industrialização, em bases mais verdes e inovadoras. Buscamos promover o desenvolvimento sustentável de diversos setores, como química, indústria de base florestal, mineração e transformação mineral, com atenção aos papéis que desempenharão na transição energética. Assim, entre nossas prioridades, figura o apoio à química verde, à bioeconomia, à expansão da produção e transformação de minerais críticos ou estratégicos, inclusive fertilizantes, e ao desenvolvimento e introdução de tecnologias para a descarbonização da indústria. A mesma atenção é dispensada às oportunidades de investimentos para produção de materiais de baixo carbono, aproveitando as vantagens brasileiras em recursos naturais e energias renováveis, por exemplo, para construção de *hubs* de hidrogênio e produtos de ferro e aço, ou fertilizantes.

Nos últimos anos, o BNDES retomou e intensificou o apoio à indústria de base. Desde 2023, foram destinados R\$ 13,1 bilhões em crédito para o setor de metalurgia e siderurgia. Esse montante é 248% superior ao aprovado entre 2019 e 2022, que somou R\$ 3,8 bilhões. Em 2025, as aprovações alcançaram R\$ 8 bilhões, o segundo maior valor da série histórica, inferior apenas ao registrado em 2008 (R\$ 10,4 bilhões).

Na agenda de descarbonização, utilizamos o estudo sobre a [Descarbonização das Indústrias de Base](#), publicado em 2024, como referência técnica para as análises do setor, de forma a suportar as estratégias e planos de governo para mitigação climática.

Para apoiar a produção de minerais estratégicos, o BNDES consolidou sua participação como cotista âncora de um FIP dedicado a projetos de pesquisa mineral e desenvolvimento de novas minas, com a mobilização de capital privado e o objetivo de destravar o potencial

de investimentos dependentes de instrumentos de financiamento participativos. O fundo foi estruturado em 2025, com foco na prospecção de oportunidades para que os financiamentos realizados ao longo do período de investimentos ultrapassem o valor previsto de R\$ 1 bilhão. Além dos financiamentos realizados pelo próprio fundo, é esperado que a sua atuação mobilize grande volume de recursos adicionais para coinvestimento nos projetos investidos, que deverão seguir as melhores práticas de sustentabilidade social e ambiental.

Entre os **projetos aprovados** em 2025, destacam-se:



PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Suzano	R\$ 109 milhões (Fundo Clima) R\$ 343 milhões (BNDES Finem)	<ul style="list-style-type: none"> Realização de projetos industriais nas unidades da empresa em Aracruz (ES), Limeira (SP), Mogi das Cruzes (SP), Mucuri (BA) e Três Lagoas (MS). Na unidade industrial de Limeira (SP), será realizada a otimização da matriz energética, com o objetivo de reduzir a dependência de gás natural na cogeração de energia. A iniciativa elevará a competitividade da operação e aprimorará seu desempenho ambiental, por meio da redução das emissões específicas de CO₂ por tonelada de celulose produzida. Trata-se de uma ação estratégica alinhada às metas de descarbonização da indústria de papel e celulose, que também contribuirá para a diminuição do custo total de produção por tonelada.
Lwart Soluções Ambientais S.A.	R\$ 320 milhões (Fundo Clima) R\$ 80 milhões (BNES Finem)	<ul style="list-style-type: none"> Expansão da unidade de rerrefino em Lençóis Paulista (SP) para o processamento de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC), com relevante impacto ambiental positivo, apoiado em novos sistemas de tratamento e logística reversa. Ampliação da capacidade nacional de produção de óleo básico de alto desempenho.
Gerdau	R\$ 259 milhões (Fundo Clima) R\$ 94 milhões (BNDES Finem)	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de sistemas dutoviários, compreendendo: (i) uma linha de concentrado (mineroduto), ligando a unidade de tratamento de minério (UTM-II) ao pátio de minérios da siderúrgica da Usina de Ouro Branco; e (ii) uma linha de rejeitos (rejeitoduto), ligando a UTM-II à PDR Sardinha, no âmbito do projeto de modernização e ampliação do Complexo Minerário de Miguel Burnier. O transporte do material por meio de dutos permitirá a redução significativa de circulação de veículos pesados nas estradas, com redução da emissão de aproximadamente 17 mil tCO₂e/ano. O projeto contemplará a recirculação de água no sistema da linha de concentrado e no sistema da linha de rejeitos. Dessa forma, será possível reduzir significativamente a demanda por água nova no empreendimento.
Wave Aluminium Brasil S.A.	R\$ 221 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de planta piloto em Barcarena (PA), dedicada ao beneficiamento do resíduo de bauxita por meio de tecnologia baseada em micro-ondas, com impacto positivo na redução de passivo ambiental e contribuição para a economia circular.

BENS DE CONSUMO E INTERMEDIÁRIOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Temos um histórico de apoio contínuo às indústrias de bens de consumo e intermediários, bem como aos setores de comércio e serviços. São os setores que geram mais empregos formais no país, além de serem grandes difusores de tecnologias de propósito genérico.

Entre os **projetos aprovados** no ano, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Boticário Produtos de Beleza Ltda.	R\$ 1 bilhão (BNDES Máquinas e Serviços)	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição de máquinas e equipamentos, materiais industrializados, dentre outros itens que auxiliarão no seu plano de expansão.
Luz Franquias Ltda. (Chilli Beans)	R\$ 30 milhões (BNDES Crédito Cadeias Produtivas)	<ul style="list-style-type: none"> Oferta de crédito estruturado a MPMEs, a um custo final mais adequado, por meio do repasse de recursos tomados pela empresa âncora, contribuindo para a liquidez na cadeia produtiva (até 200 empresas).
Docile Alimentos Ltda.	R\$ 58,8 milhões (BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento e implementação de novos processos com tecnologia de automação, substituição de etapas manuais por sistemas automatizados e digitais, visando maior produtividade, eficiência, maior controle de qualidade, rastreabilidade e precisão na fabricação dos produtos.

COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

Nossa atuação tem como foco contribuir para a sustentabilidade e o fortalecimento do SUS, buscando a resiliência do complexo econômico-industrial da saúde (Ceis) e a ampliação do acesso à saúde. Pautamo-nos pela missão 2 da NIB, que prevê ampliar a participação da produção nacional para 50% em 2026 no consumo interno de medicamentos, vacinas, equipamentos e materiais para saúde. Para isso, adotamos a abordagem integrada e sistêmica do Ceis, contemplando o financiamento a projetos tanto dos serviços de saúde quanto das indústrias farmacêutica e de dispositivos para saúde.

Projetos apoiados

Após o recorde histórico de aprovações para a saúde em 2024, os investimentos de 2025 retornaram ao patamar médio dos anos anteriores. Foi aprovado R\$ 1,9 bilhão para todos os segmentos do Ceis no último ano, do qual R\$ 1,25 bilhão foi destinado à indústria farmacêutica, R\$ 316 milhões à indústria de dispositivos para a saúde e R\$ 377 milhões aos serviços de saúde.

Notadamente para a inovação das indústrias de saúde, o apoio do BNDES financia entre dois e quatro anos de atividades de P&D das empresas apoiadas. Por essa razão, é esperado que uma nova onda de investimentos ocorra entre 2026 e 2027.

Considerando nosso apoio desde 2023, financiamos o desenvolvimento no Brasil de 580 novos medicamentos e vacinas, 53 dispositivos médicos e 28 ingredientes farmacêuticos ativos (IFA), em linha com os objetivos traçados no âmbito da NIB.

Entre os **projetos aprovados** no ano, destacam-se:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
Blanver Farmoquímica e Farmacêutica S.A.	R\$ 220 milhões (Programa BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de novos medicamentos, incluindo primeiros genéricos, para o tratamento de diferentes tipos de câncer e diabetes, e melhorias em medicamentos para pacientes do vírus HIV.
Nortec Química S.A.	R\$ 37,4 milhões (Programa BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de 28 insumos farmacêuticos ativos (IFA) ampliação e melhoria da infraestrutura do centro de P&D da empresa.
Novamed Fabricação de Produtos Farmacêuticos Ltda. (Grupo NC)	R\$ 27,5 milhões (Programa BNDES Mais Inovação)	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação do centro de pesquisa e desenvolvimento de medicamentos para uso humano, situado em Manaus (AM).



VACINA CONTRA DENGUE



A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu o registro à primeira vacina tetravalente de dose única contra a dengue no mundo, desenvolvida pelo Instituto Butantan. Trata-se da etapa final de um longo período de pesquisas e investimentos que teve apoio do BNDES desde 2008.

Naquele ano, aprovamos o apoio financeiro não reembolsável de R\$ 32 milhões ao Instituto Butantan para o desenvolvimento de vacinas contra rotavírus, dengue e leishmaniose canina. No caso da vacina da dengue, o apoio contemplava ensaios pré-clínicos, ensaios clínicos (fases 1 e 2) e o desenvolvimento de uma versão liofilizada da vacina experimental, fundamental para viabilizar a logística em grande escala em um território com altas temperaturas. Em 2017, o BNDES apoiou o Instituto Butantan com R\$ 97,2 milhões para custeio de ensaios clínicos de fase 3, que envolveram mais de 17 mil voluntários, e construção de uma planta de escalonamento para fornecimento da vacina contra a dengue. Os recursos não reembolsáveis do BNDES Funtec corresponderam a 31% do investimento da etapa final do desenvolvimento da vacina, que chegou a R\$ 305,5 milhões.

Denominada Butantan-DV, a vacina tem eficácia geral de 74,7% e de 91,6% para casos graves, além de imunizar contra os quatro tipos do vírus da dengue, o que significa ter potencial de mudar o panorama epidemiológico da doença no país, com redução de atendimentos ambulatoriais, hospitalizações e mortes relacionados à dengue. O imunizante já foi incorporado ao SUS, que começará a disponibilizar a vacina à população em 2026.



AUDIOVISUAL

Em junho de 2024, foi lançado o Programa BNDES de Financiamento ao Setor Audiovisual (BNDES FSA Audiovisual), com o objetivo de induzir investimentos e ampliar o acesso ao crédito em um dos principais gargalos da cadeia produtiva do setor, promovendo o fortalecimento empresarial em todas as suas etapas. O programa foi instituído em parceria com o Ministério da Cultura (MinC) e a Agência Nacional do Cinema (Ancine), em resposta à necessidade de consolidar um ecossistema sustentável para produção, distribuição e internacionalização de conteúdos audiovisuais brasileiros.

Em 2025, o programa avançou com a aprovação das quatro primeiras operações de crédito, configurando um marco na materialização do apoio financeiro do BNDES a projetos com potencial produtivo, cultural e de inserção global. As operações aprovadas fortalecem o setor em diferentes elos da cadeia, com apoio a planos de negócios voltados ao desenvolvimento e internacionalização de produtoras, ao investimento em distribuição e à ampliação de infraestrutura e capacidade produtiva.

A primeira operação aprovada foi com a Conspiração Filmes, coprodutora do filme *Ainda Estou Aqui*, destaque do cinema brasileiro, que utilizará os recursos para ampliar sua participação no mercado internacional e fortalecer sua capacidade produtiva em projetos de alto impacto cultural e econômico. Outros destaques foram as operações aprovadas com a LPL Lighting Productions Ltda., a Paris Filmes e a Boutique Filmes. Essas primeiras operações representam avanços concretos na operacionalização do Programa BNDES

FSA Audiovisual, refletindo o compromisso do Banco em fomentar um ambiente sustentável de crédito para o setor, com foco no fortalecimento da competitividade, na internacionalização de empresas brasileiras e na promoção de um mercado audiovisual integrado e dinâmico.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos projetos de destaque **aprovados** no ano:

PROJETO	VALOR APROVADO	RESULTADOS PREVISTOS
LPL Lighting Productions Ltda.	R\$ 74,25 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de estúdios especializados para produções audiovisuais e eventos, desenvolvimento de um centro de qualificação técnica para profissionais do setor e expansão da capacidade produtiva da empresa em Vargem Grande Paulista (SP).
Conspiração Filmes	R\$ 32 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Internacionalização de atividades e desenvolvimento, produção e comercialização de obras audiovisuais. Ampliação da participação no mercado internacional. Fortalecimento da capacidade produtiva em projetos de alto impacto cultural e econômico.
Paris Filmes	R\$ 25 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos na atividade de distribuição de obras audiovisuais, considerado elo estratégico da cadeia do setor.
Boutique Filmes	R\$ 18 milhões	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento, divulgação e internacionalização de produções da empresa. Capacitação de profissionais em novas tecnologias aplicadas à produção audiovisual. Ampliação do portfólio de séries e longas-metragens. Consolidação de parcerias com distribuidores e estúdios globais.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REGIONAL E GESTÃO PÚBLICA



Objetivo estratégico: *ampliar o apoio a projetos de desenvolvimento social e regional e de gestão pública buscando expandir o acesso a serviços públicos de qualidade, reduzir as desigualdades e promover cidadania*

Nossa atuação na agenda social busca desenvolver e estruturar iniciativas que tragam a questão social para o centro da discussão sobre desenvolvimento, estimulando a inclusão com redução de desigualdades e o desenvolvimento social e regional.

Essas ações têm como foco investimentos em inclusão produtiva, rural e urbana, principalmente para populações vulneráveis; desenvolvimento urbano, especialmente em favelas e periferias; desenvolvimento e requalificação urbana e preservação do patrimônio histórico; modernização da administração pública municipal e estadual; investimentos em saúde e educação; defesa e segurança pública, em especial para a melhoria da gestão e prevenção; aplicação de tecnologias sociais; investimentos em cultura e entretenimento, incluindo o setor audiovisual; capacitação de mão de obra, inclusive em função de inovações tecnológicas e de transição ecológica; e segurança alimentar e a transição de sistemas alimentares sustentáveis.

Em 2025, com a aprovação de mais de R\$ 8 bilhões em operações de crédito, o BNDES se consolidou como um banco parceiro do setor público para investimentos qualificados e estruturantes, incluindo projetos voltados

para aumento da resiliência e adaptação climática das cidades, além de se manter na liderança como banco financiador da melhoria da gestão pública.

Para acelerar e viabilizar mais investimentos públicos, inovamos em arranjos financeiros, associando diferentes programas e fontes de recursos, como o Fundo Clima, o programa BNDES Mais Inovação e o programa BNDES Investimentos Públicos de Impacto (BNDES Invest Impacto).

Além desses instrumentos, em 2024, foi criado o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS) para financiar empreendimentos voltados à educação, desde a educação infantil até o ensino médio, e à saúde pública primária e especializada, além de outras atividades de relevante interesse social. Em 2025, foram lançados os primeiros editais voltados às áreas de educação e saúde.

Neste capítulo, apresentamos nossas principais ações de apoio a programas, iniciativas, chamadas públicas e de estruturação de projetos sociais. Detalhes sobre nossa governança, nossos processos e impactos relacionados ao tema podem ser encontrados no capítulo [Nosso impacto socioambiental e climático](#).

Na tabela a seguir apresentamos os indicadores estratégicos de negócio associados ao objetivo estratégico de desenvolvimento social e apoio à gestão pública. Em 2025, tivemos desempenho muito acima da meta para os indicadores de quantidade de operações, cujo número foi três vezes maior do que a meta estipulada, e de valor das operações aprovadas, que alcançou um montante quase cinco vezes superior ao previsto. Esse desempenho tem relação com a competitividade das condições de apoio a essa agenda, diante do contexto macroeconômico de juros elevados, que perdurou ao longo de todo o ano de 2025. Ao considerar os focos de atuação, destacam-se os apoios a empresas do complexo industrial da saúde, modernização da gestão pública, expansão de sistemas de esgotamento sanitário, cooperativas agroindustriais e microempreendedores em comunidades periféricas.

O indicador de marcos de estruturação de projetos com foco social também superou a meta estabelecida, em 11%.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas em desenvolvimento social e gestão pública*	60	136	226,667%
Valor das operações aprovadas em desenvolvimento social e gestão pública*	R\$ 24.400 milhões	R\$ 37.870 milhões	155,205%
Marcos de estruturação de projetos com foco social	27	30	111,111%

* O indicador estratégico considera apenas as operações diretas e indiretas não automáticas aprovadas em desenvolvimento social e gestão pública.

INCLUSÃO PRODUTIVA

Nossas iniciativas de inclusão produtiva e social visam fortalecer a capacidade de geração de trabalho e renda da população rural e urbana de baixa renda e/ou vulnerável a partir da estruturação de empreendimentos coletivos e individuais.

Projetos apoiados

Em 2025, seguimos apoiando uma série de projetos, por meio de chamadas públicas, com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental, visando a inclusão tanto no campo quanto nas periferias das cidades.

O [Fundo Amazônia](#) também apoia iniciativas estruturantes de inclusão produtiva em atividades sustentáveis, evidenciando que promover inclusão social e produtiva é também promover ação climática, garantindo direitos, fortalecendo territórios e construindo caminhos de desenvolvimento sustentável que conciliem bem-estar humano, geração de emprego e renda e conservação ambiental.



INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

Novo Cataforte

Para apoio a projetos de fortalecimento da estrutura de redes de cooperativas e associações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, anunciamos, em 2025, apoio complementar de R\$ 10 milhões no âmbito do edital Novo Cataforte.

Com isso, a iniciativa soma R\$ 70 milhões de recursos não reembolsáveis do BNDES e da Fundação Banco do Brasil, contemplando 29 projetos, e está alinhada ao Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular (Pró-Catador) e às diretrizes do Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC), que conta com a participação do BNDES.

Tudo na Circularidade

Em 2025, anunciamos a seleção do parceiro gestor da iniciativa Tudo na Circularidade, que é um veículo de atração de recursos externos ao BNDES para financiamento não reembolsável a investimentos em projetos de reciclagem e logística reversa de cooperativas de catadoras e catadores. A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) foi a instituição selecionada, em parceria com o Instituto Desponta Brasil e com o Instituto Lixo Zero, reunindo competências para a implantação e escala da iniciativa.

Pra>Frente

Foram inauguradas 12 unidades do Espaço Empreendedor Pra>Frente, para impulsionar o empreendedorismo popular por meio do desenvolvimento comunitário e econômico local em diversos estados. A iniciativa, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), oferece capacitação e mentoria de forma digital para empreendedores de baixa renda e conta com investimentos que somam R\$ 12,7 milhões, sendo a nossa participação de 50%.



MENOS DESIGUALDADES EM AÇÕES COM AS PERIFERIAS E NAS PERIFERIAS

O BNDES tem colocado populações vulneráveis e territórios periféricos no centro dos investimentos, para construir um Brasil mais justo, resiliente e inclusivo. Apoiamos iniciativas de impacto social e ambiental por meio de investimentos não reembolsáveis, que estimulam parcerias e atraem outros investimentos, potencializando os benefícios para a sociedade.

Dentre tais iniciativas, destaca-se o [BNDES Periferias](#), que, desde 2024, já mobilizou mais de R\$ 355 milhões e prevê investimentos de R\$ 235 milhões nas frentes Periferias Empreendedoras, Periferias Verdes e Polos Periferias. As ações abrangem favelas e comunidades urbanas de 289 municípios vinculados ao Programa Periferias Vivas do Ministério das Cidades (MCID).

Tais frentes objetivam o aumento da geração de renda local, a ampliação de oportunidades para mulheres, jovens e negros, a qualificação de espaços coletivos e o fortalecimento de negócios de favela, a promoção da economia circular inclusiva, preservação ambiental e resiliência climática.

Até 2025, as operações aprovadas nessas frentes somam R\$ 32 milhões, abrangem 77 favelas e comunidades urbanas, beneficiando 4,7 mil mulheres, 1,4 mil pessoas pretas e pardas e mais de dois mil jovens, por meio de capacitação, mentoria e capital-semente, e preveem a criação de quase dois mil novos empreendimentos.

Destacam-se, ainda, os editais BNDES Periferias Fortes, que destinaram R\$ 35 milhões ao fortalecimento institucional comunitário de organizações sociais atuantes nos territórios do Norte e Nordeste.

Ao focar na redução de desigualdades estruturais, ampliamos oportunidades, fortalecemos redes produtivas locais e melhoramos a qualidade de vida da população brasileira – passos concretos para um futuro com mais oportunidades e dignidade para todos.

INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Nossa estratégia de atuação tem como objetivo contribuir para o aumento da produção de alimentos de base agroecológica e da estrutura dos empreendimentos coletivos de agricultura familiar, em especial das cooperativas. Destaca-se a atuação no semiárido, com o apoio histórico a tecnologias sociais, como cisternas e a produção agroecológica integrada e sustentável (Pais).

Em 2025, apoiamos esses projetos com R\$ 100 milhões do Fundo Socioambiental, correspondendo a 50% dos investimentos totais, além do apoio a bioinsumos, lançado no mesmo ano, com orçamento de R\$ 60 milhões.

Informações sobre nossa atuação na agricultura no âmbito dos programas nacionais voltados ao setor e do crédito rural podem ser encontradas no capítulo [MPMEs, agropecuária e cooperativismo](#).

Sertão Vivo

A iniciativa [Sertão Vivo](#), realizada em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), apoia projetos dos estados da região Nordeste que promovam o aumento da resiliência climática da população rural do semiárido nordestino brasileiro, incluindo agricultores familiares, assentados da reforma agrária e comunidades tradicionais, como povos indígenas, fundo de pasto e quilombolas. Com investimento previsto de R\$ 1,3 bilhão, espera-se beneficiar cerca de 326 mil famílias.

Em 2025, foram contratadas operações com quatro estados do Nordeste, que, somadas à operação contratada em 2024, totalizam R\$ 1 bilhão, com previsão de beneficiar cerca de 250 mil famílias.

Os agricultores familiares beneficiados deverão adotar princípios e práticas que proporcionem acesso à água, aumentem a produtividade e a segurança alimentar das famílias, aumentem a resiliência dos sistemas de produção agrícola, restaurem ecossistemas degradados e promovam a redução das emissões de GEE.

Sertão + Produtivo

Em junho, divulgamos o resultado do edital [Sertão + Produtivo](#), realizado em parceria com a Petrobras, para apoio a projetos de empreendimentos coletivos de agricultura familiar no semiárido brasileiro com o objetivo de produzir alimentos saudáveis e elevar a geração de renda.

Foram selecionados oito projetos, totalizando R\$ 80 milhões em recursos não reembolsáveis (R\$ 40 milhões de cada instituição). Inédita no formato e no volume de recursos, a iniciativa pretende beneficiar mais de 11 mil famílias de agricultores familiares, em mais de 250 municípios de todos os 11 estados do semiárido, com recursos destinados ao fortalecimento da capacidade produtiva e de comercialização de 230 empreendimentos coletivos.

Das oito propostas selecionadas, cinco tiveram a operação aprovada pelo BNDES em 2025, com previsão de início dos projetos no primeiro semestre de 2026. A primeira oficina, com representantes de todas as organizações contempladas, ocorreu em Petrolina, durante o Semiárido Show.

Bioinsumos

Em agosto, lançamos a iniciativa [BNDES Bioinsumos](#), que conta com recursos do Fundo Socioambiental e apoio técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A iniciativa tem como objetivo fomentar a produção de bioinsumos por cooperativas de agricultores familiares, em estruturas industriais ou semi-industriais que possibilitem a transição tecnológica para utilização de bioprodutos de forma integrada a agroecossistemas na produção de alimentos saudáveis.

No primeiro ciclo foram recebidas 17 propostas das cinco regiões do país, sendo priorizadas aquelas do Norte e Nordeste.

Cisternas

Participamos do [Programa Cisternas](#), em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O investimento de R\$ 40 milhões, dos quais 50% são do BNDES, é destinado à construção de cisternas para produção de alimentos para consumo próprio e comercialização de excedentes em feiras e no comércio local, com foco na promoção de segurança alimentar e na geração de renda. Além da implementação das tecnologias, a parceria com o MDS prevê serviço de acompanhamento a cada família atendida com cisterna.

Em 2025, alcançamos um total de 1,4 mil famílias rurais de baixa renda beneficiadas em 17 municípios do semiárido brasileiro.

Ecoforte Redes

Divulgamos o resultado do edital Ecoforte Redes, que visa fortalecer a agricultura familiar de base agroecológica no país, contemplando cinco redes na Amazônia Legal e 32 redes nas demais regiões do país, totalizando R\$ 85 milhões em investimentos.

A chamada pública marca o retorno do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte) com valor recorde de recursos, a partir de aportes do BNDES, do Fundo Amazônia e da Fundação Banco do Brasil.

A iniciativa pretende ampliar a escala de produção e a oferta de alimentos e produtos saudáveis e contribuir para a promoção da transição agroecológica e da resiliência dos ecossistemas. Além disso, busca promover a autonomia social e econômica das famílias agricultoras, com olhar priorizado para as populações quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais e com especial atenção a mulheres e jovens.

InovaSocial

Em 2025, foi retomado o Programa de Apoio à Inovação Social e ao Desenvolvimento Territorial Sustentável (Programa InovaSocial), realizado em parceria com a Embrapa e com gestão da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe).

O programa destina-se ao apoio a projetos territoriais, à geração e difusão de conhecimentos e tecnologias e ao fortalecimento de redes de agricultores familiares nas cadeias de caprinos e ovinos e de sementes agroecológicas, na região do semiárido nordestino, bem como nos estados de Goiás e Rio Grande do Sul. Os cinco projetos territoriais, no valor total de R\$ 23,8 milhões, têm previsão de beneficiar mais de quatro mil agricultores familiares.

Aliança pela Inclusão Produtiva (Aipê)

Apoiamos, com R\$ 4,5 milhões não reembolsáveis – cerca de 50% dos recursos totais –, a chamada pública Soluções Socioambientais para Centros Urbanos da Aipê, fruto de uma parceria com o Instituto Votorantim. Foram contempladas 13 organizações, em sete estados, apoiando mais de 1.200 beneficiários. Outros parceiros são Fundação Arymax, Fundação Tide Setúbal, Instituto Humanize, Instituto Votorantim e Santander, B3 Social e Instituto Itaúsa.

Segurança Alimentar

O projeto Segurança Alimentar, em parceria com a Fundação Vale, tem foco na estruturação de arranjos produtivos rurais sustentáveis de agricultores familiares para melhoria da segurança alimentar e geração de renda.

O projeto beneficia diretamente 572 produtores das cadeias de hortifruti, mel e mandioca, com forte protagonismo feminino, nos estados de Minas Gerais e Maranhão, com investimentos que somam R\$ 6,1 milhões, dos quais 50% em recursos do BNDES.

Em 2025, a atuação concentrou-se no ganho de escala e acesso a mercados, por meio do fortalecimento da comercialização via programas governamentais – Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) –, de parcerias públicas e privadas e da consolidação de redes territoriais.

Já o projeto Quebradeiras de Coco Babaçu, também em conjunto com a Fundação Vale, visa apoiar a inclusão socioprodutiva das unidades familiares das quebradeiras de coco babaçu e fortalecer uma rede de negócios sociais de base comunitária no Maranhão, com apoio de R\$ 6,5 milhões, dos quais 50% em recursos do BNDES.

Em 2025, a Rede Mulheres do Maranhão (RMM) e o projeto Quebradeiras consolidaram-se como iniciativas estratégicas de desenvolvimento territorial no Maranhão, promovendo autonomia, dignidade e geração de renda para famílias agroextrativistas em 16 comunidades do Vale do Pindaré, apoiando mais de quinhentas famílias.

Inclusão produtiva em Tocantins

Nossa parceria com o Instituto Meio visa promover a inclusão produtiva de mais de mil agricultores familiares do Tocantins, incluindo comunidades tradicionais e extrativistas, por meio do fortalecimento de arranjos produtivos prioritários e empreendedorismo.

Em 2025, foi divulgado o resultado das chamadas públicas Serras Gerais e Jalapão, complementares à do Bico de Papagaio, realizada em 2024. As iniciativas apoiam cadeias de fruticultura, mandiocultura e apicultura/meliponicultura, além de cadeias da sociobiodiversidade (buriti, jatobá e baru) e consorciadas (aves/peixes e horticultura).

Estão previstos R\$ 5,7 milhões em investimentos, sendo metade dos recursos provenientes do BNDES. Também participam da iniciativa o Governo do Estado do Tocantins e a empresa Suzano.



INCLUSÃO PRODUTIVA NO FUNDO AMAZÔNIA

A temática da inclusão produtiva também é apoiada pelo Fundo Amazônia, sendo as atividades produtivas sustentáveis um dos eixos de atuação do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm). Em 2025, dos 22 projetos aprovados pelo Fundo Amazônia, 14 têm componentes voltados ao fomento de atividades produtivas sustentáveis.

Entre os projetos aprovados, destacam-se:

- » Cinco projetos no âmbito da chamada pública Amazônia na Escola destinada aos estados do Amazonas, Amapá, Acre, Mato Grosso e Pará, no valor total de R\$ 165 milhões, cuja finalidade é fortalecer a produção de alimentos pela agricultura familiar (incluindo quilombolas, assentados, grupos de mulheres, povos indígenas e demais comunidades tradicionais) em bases sustentáveis e o seu consumo em redes públicas de ensino municipais e estaduais.
- » Um projeto no âmbito da chamada pública Sanear Amazônia, no valor de R\$ 128 milhões, com o objetivo de promover o acesso à água e a inclusão social e produtiva de comunidades da Amazônia Legal, viabilizando produção sustentável, segurança alimentar e geração de renda para mais de três mil famílias.

Nesses dois exemplos, a atuação do Fundo Amazônia buscou se conectar a outras políticas públicas (Pnae e Programa Cisternas), de modo a potencializá-las e dar mais sustentabilidade aos seus resultados.

Outro destaque foi a aprovação de uma iniciativa em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que prevê a realização de chamada pública para seleção de projetos para a estruturação de sistemas socioprodutivos extrativos ou biodiversos de comunidades e agricultores familiares tradicionais e de povos indígenas. O enfoque será em fomento logístico, sanitário e armazenagem, com vistas a ampliar a oferta de alimentos, com ênfase em produtos da sociobiodiversidade para o mercado local, institucional e outros mercados.

Mais detalhes sobre o Fundo Amazônia podem ser encontrados no capítulo Meio ambiente e clima e em fundoamazonia.gov.br.

DESENVOLVIMENTO URBANO

O BNDES vem liderando uma transformação histórica na adaptação climática: já são mais de R\$ 6,6 bilhões aprovados para fortalecer estados e municípios, incluindo mais de R\$ 1,4 bilhão do Fundo Clima. A construção dessa carteira de investimentos para adaptação climática se insere na estratégia aprovada pela Diretoria Executiva em 2023 para retomada qualificada do crédito a entes públicos.

Em 2025, visando a expansão relevante dessa estratégia nos municípios, efetuamos as seguintes ações: (i) a criação de um departamento direcionado a atuar com os municípios – o Departamento de Desenvolvimento Urbano (DEURB); (ii) o lançamento da Plataforma **BNDES Cidades** durante o Encontro Nacional de Prefeitos e Prefeitas (ENPP); (iii) a aprovação do Programa Cidades Resilientes (estruturação + crédito) em parceria com Área de Soluções para Cidades (ASC); e (iv) a aprovação da ampliação do INVEST Impacto, que além dos Estados passou a incorporar o apoio a grandes cidades.



Nesse contexto, destacamos a aprovação de cerca de R\$ 805 milhões em operações de crédito em desenvolvimento urbano, prioritariamente relacionadas a investimentos em adaptação climática em cidades brasileiras.

Assim, contribuimos fortemente para a criação de uma carteira, até então inexistente no BNDES, voltada à adaptação climática nas cidades. Além disso, atendemos a demanda da sociedade civil para diversificação do uso do Fundo Clima, com maior participação dos entes públicos e fortalecimento da agenda de adaptação em complemento aos investimentos em mitigação.

Projetos apoiados

Adaptação e resiliência climática em Manaus

Aprovamos apoio financeiro ao plano de investimentos da cidade de Manaus (AM), no valor de R\$ 200 milhões, no âmbito do programa BNDES Cidades Resilientes, para investimentos em adaptação e resiliência climática do município, em projetos que envolverão reurbanização e ações de saneamento em áreas de várzea, visando reduzir a exposição da população a riscos climáticos.

Região Oceânica Sustentável em Niterói

Em novembro, foi aprovado o apoio ao município de Niterói (RJ), referência em implantação de soluções baseadas na natureza, para execução da primeira etapa do programa Região Oceânica Sustentável – Pró-Sustentável II.

A iniciativa, no valor total de R\$ 104,6 milhões, conta com recursos do Fundo Clima e inclui a implantação do Parque Lagoa Itaipu, de florestas de bolso (também conhecidas como florestas esponja) e de serviços técnicos associados, além da elaboração de projetos e estudos preparatórios para a segunda etapa do programa.



DIFUSÃO SOBRE O FINANCIAMENTO À ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA

Participamos de diversos eventos sobre desenvolvimento urbano, com discussões sobre financiamento climático e promoção de articulação entre governos e setores estratégicos.

Destacam-se o 1º Encontro de Cidades, o Seminário de Governança e o 2º Encontro de Cidades Verdes Resilientes, promovidos pelo MMA e realizados em março e setembro de 2025. Nesses eventos, participamos de painéis com a promoção das linhas específicas para o tema de adaptação climática.

Em setembro de 2025, participamos, como instituição convidada, do XI Encontro InRede, realizado em Manaus (AM), evento em parceria com o MCID, o Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (ONU-Habitat) e a Cooperação Brasil-Alemanha (GIZ). Na ocasião, foram discutidos temas relacionados ao desenvolvimento urbano integrado e ao futuro das cidades, bem como foi apresentado o portfólio de financiamentos do BNDES.

Em outubro de 2025, participamos do seminário Resiliência Climática e Redução de Riscos em Cidades Costeiras, promovido pelo MCID, no qual integramos o painel “Instrumentos para construção de resiliência climática e redução de riscos de desastres em cidades costeiras”. O objetivo foi compartilhar experiências práticas em financiamentos do BNDES e apresentar as linhas de financiamento disponíveis para o tema.

Por fim, destaca-se a nossa participação nos eventos da Rede para Financiamento de Infraestrutura Sustentável em Cidades (Rede Fisc), iniciativa do WRI Brasil que reúne instituições financeiras de desenvolvimento internacionais, nacionais e locais, representantes do setor público, e outras instituições envolvidas no financiamento de infraestrutura urbana no Brasil. Ressalta-se as contribuições realizadas pelo BNDES no tema custos de inação, buscando aprimorar os conceitos e metodologias relacionados a esses custos.

Projetos estruturados

Nossa atuação na estruturação de projetos envolvendo soluções imobiliárias e requalificação urbana encerrou 2025 com 18 projetos ativos, em diferentes fases de execução.

Forte de Copacabana

A concessão do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, prevê investimentos de R\$ 357 milhões e tem como objetivo a valorização imobiliária da área, contemplando a restauração da fortificação, a modernização das estruturas existentes e a ampliação do Museu do Exército Brasileiro.

PPP do distrito Guararapes

Fomos contratados pela prefeitura do Recife, em dezembro de 2023, para estruturar o projeto de parceria público-privada (PPP) do distrito Guararapes, voltado à requalificação urbana e à valorização de ativos públicos estratégicos, com foco no desenvolvimento econômico, na dinamização imobiliária e na geração de benefícios para a cidade.

Em 2025, foram concluídos e entregues os estudos técnicos, urbanísticos, econômico-financeiros e jurídicos que fundamentam a modelagem do projeto. Ao fim do ano, a iniciativa avançou para as etapas de consulta pública e audiência pública, promovendo o diálogo com a sociedade e o mercado e possibilitando o aperfeiçoamento da proposta a partir das contribuições recebidas.

FII AXIA Energia

Ainda em 2025, concluímos a estruturação e a implementação do fundo de investimento imobiliário FII AXIA Energia, entregando à empresa um veículo plenamente operacional, com governança definida e gestor selecionado.

O fundo foi formalmente constituído e foi realizada a primeira integralização de cotas, o que marcou o início de sua operação e viabilizou a estratégia de valorização e gestão dos ativos imobiliários aportados. A estruturação contemplou os aspectos técnicos, jurídicos, econômico-financeiros e regulatórios necessários, em linha com as melhores práticas de mercado.

Além disso, encontravam-se em andamento, entre outros, os seguintes estudos e projetos, ao fim do exercício:

- requalificação territorial de área de aproximadamente novecentos hectares entre os municípios de São Leopoldo e Sapucaia (RS);
- estruturação de fundo de investimento imobiliário para o estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de conferir maior eficiência à gestão de imóveis públicos subutilizados;
- estruturação de PPP para investimentos no Centro Administrativo do Estado do Rio Grande do Sul (CAFF);
- estruturação de projetos voltados à valorização do patrimônio imobiliário da Universidade de Brasília (UnB), com vistas à geração de benefícios econômicos sustentáveis para a instituição e impactos urbanos positivos;
- estruturação, em parceria com a Força Aérea Brasileira (FAB/Comaer), de projeto de concessão de terreno localizado na Base Aérea de Santos (Bast), no município do Guarujá (SP), com vistas à valorização do ativo, atração de investimentos privados e geração de contrapartidas econômicas e institucionais, em razão de sua localização estratégica em região de elevada relevância logística e portuária; e
- elaboração dos estudos técnicos necessários à estruturação da concessão do Edifício Celso Furtado, no âmbito de contrato firmado com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2026.

Adicionalmente, foram celebrados contratos com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e com a Conab, para a valorização de ativos imobiliários de sua propriedade.

APOIO AO INVESTIMENTO PÚBLICO

Nosso protagonismo no apoio a estados e municípios marcou a retomada qualificada do investimento público com o lançamento do Programa BNDES Investimentos Estaduais de Impacto (BNDES Invest Impacto) em 2023, que prevê a apresentação, pelo cliente, de um plano de investimento setorial ou multissetorial.

Nessa modalidade de apoio, os governos apresentam inicialmente um conjunto de investimentos, seus méritos, riscos e tese de investimento associada. Após a contratação da operação, submetem o detalhamento técnico dos projetos individuais para nossa aprovação. Esse modelo torna a contratação mais ágil e, ao mesmo tempo, permite que os projetos sejam adequadamente estruturados.

Em pouco mais de dois anos de vigência do programa, observou-se a mudança do perfil dos investimentos públicos: 35% (R\$ 1,6 bilhão) dos recursos do programa foram direcionados a investimentos em mitigação e adaptação climática e redução de vulnerabilidades socioeconômicas. Objetiva-se, assim, incentivar o direcionamento de investimentos públicos para a solução de problemas multicausais e com impacto intergeracional, como a atuação em favelas e periferias e a viabilização de novas rotas de desenvolvimento econômico e produtivo em bases sustentáveis.

Nesse contexto, expandimos nossa atuação no financiamento a investimentos públicos diretos voltados à adaptação climática, por meio do apoio a planos de investimento que combinam recursos do programa BNDES Invest Impacto e do Fundo Clima, com destaque para os planos em 2025 dos estados do Acre e do Espírito Santo. Nesses planos, foram direcionados 41% (R\$ 0,6 bilhão) dos recursos para mitigação e adaptação climática e redução de vulnerabilidades socioeconômicas.

Tal atuação é condizente com a estratégia de desenvolvimento do Governo Federal e está alinhada a políticas públicas federais prioritárias, como o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o Plano de Transformação Ecológica (PTE), a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Em 2025, visando fortalecer a gestão pública dos entes subnacionais, também desenvolvemos um curso de 120 horas de duração sobre gestão e acompanhamento de contratos de parceria, oferecido gratuitamente a gestores públicos de estados e municípios.



Terminal Fluvial da Tamandaré, em Belém (PA).| Foto: Acervo BNDES/Diego Formiga.



INVESTIMENTOS EM BELÉM E A COP30

A realização da 30ª edição da Conferência das Partes (COP30) na cidade de Belém (PA) acelerou importantes investimentos do setor público na cidade e em sua região metropolitana.

Além dos investimentos necessários à preparação de Belém para sediar o evento, o BNDES, em parceria com o estado do Pará, apoia projetos que visam a melhoria da infraestrutura e da mobilidade urbana da região metropolitana, promovendo a ampliação do acesso a equipamentos e serviços públicos essenciais para a população, apoiando a redução de vulnerabilidades socioeconômicas, a ocupação ordenada do território e medidas de adaptação às mudanças climáticas, com impacto no desenvolvimento sustentável.

Financiamos obras relevantes para a COP30 e para o desenvolvimento urbano de Belém, com destaque para a implantação do terminal hidroviário internacional, a requalificação do Hangar (Centro de Convenções da Amazônia), a macrodrenagem e a urbanização no bairro Mangueirão, além da implantação do Parque Linear Almirante Tamandaré, do terminal fluvial turístico da Tamandaré e da nova rua da Marinha.

Destaque para a obra que integra o maior projeto de urbanização de favelas e periferias financiado pelo BNDES, nas bacias do Tucunduba e do Murutucu, compreendendo a macrodrenagem e urbanização de nove canais, que somam quase 10 km de extensão. O investimento total no projeto é de aproximadamente R\$ 740 milhões.

Considerando-se também as obras nas bacias do Tamandaré e Una, os investimentos vão garantir saneamento, infraestrutura e mobilidade urbana para mais de quinhentas mil pessoas, o que equivale a cerca de 35% da população de Belém. Ao todo, há um conjunto de intervenções de macrodrenagem e urbanização em 12 canais, com um investimento total superior a R\$ 847 milhões apoiados pelo Banco.

Saiba mais sobre os investimentos do BNDES em Belém em nosso [site](#).

Projetos apoiados

Em 2025, o BNDES aprovou dois relevantes planos de investimento no âmbito do programa BNDES Invest Impacto, voltados ao fortalecimento da resiliência climática, ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da infraestrutura nos estados. As operações evidenciam a atuação do Banco no apoio estruturado a políticas públicas, combinando diferentes fontes de recursos e articulando investimentos com impacto socioambiental e econômico.

No estado do Acre, foi aprovada operação de crédito no valor de R\$ 120 milhões para apoio ao Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável – Agenda Acre 10 Anos. O financiamento, composto por R\$ 80 milhões do Fundo Clima (modalidade Desenvolvimento Urbano Resiliente e Sustentável) e R\$ 40 milhões do BNDES Invest Impacto – Investimentos Priorizados, estrutura-se em três frentes complementares: (i) R\$ 80 milhões destinados à implantação de sistema de parques e áreas verdes, urbanização integrada e requalificação de áreas vulneráveis, incluindo viveiros de mudas nativas; (ii) R\$ 20 milhões voltados à eficiência energética de edifícios públicos, com instalação de usinas solares fotovoltaicas; e (iii) R\$ 20 milhões para modernização da gestão pública e fortalecimento das cadeias de turismo, cultura e artesanato, com foco na inclusão produtiva de comunidades tradicionais e povos indígenas.

No âmbito dos planos de investimentos já contratados, o BNDES aprovou, em 2025, um total de R\$ 2,9 bilhões em novos projetos, distribuídos por diferentes setores estratégicos e regiões do país.

ESTADO/CLIENTE	VALOR APROVADO	SETOR
SE	R\$ 48 milhões	Cultura e turismo
PB	R\$ 506 milhões	Ciência, tecnologia e mobilidade viária urbana
ES, MA, MS, PB e SC	R\$ 1.853 milhões	Infraestrutura rodoviária
CE	R\$ 247 milhões	Segurança hídrica
PA	R\$ 249 milhões	Infraestrutura e mobilidade viária urbana

Além dos investimentos tradicionalmente apoiados, destacou-se, em 2025, o avanço de projetos voltados à descentralização do turismo, da ciência e da cultura, com iniciativas relevantes na Paraíba e em Sergipe, no âmbito do programa BNDES Invest Impacto.

Na Paraíba, foi aprovada a destinação de R\$ 56 milhões para a construção da Cidade da Astronomia, no município de Carrapateira, integrando o Complexo Científico do Sertão e uma estratégia mais ampla de interiorização das políticas de ciência, tecnologia e inovação, com estímulo ao turismo científico e à valorização da Caatinga.

Em Sergipe, foram aprovados R\$ 48 milhões para o fortalecimento da economia criativa e das cadeias de cultura e turismo, no âmbito do Programa Viva.SE, incluindo a implantação da rede de Casas do Artesão Sergipano e o desenvolvimento de equipamentos culturais estruturantes, como a Pinacoteca do Estado e o Mirante de Santo Antônio.

Em conjunto, essas iniciativas evidenciam o papel do BNDES na promoção de novas centralidades de desenvolvimento, com geração de renda, valorização cultural e dinamização econômica nos territórios.



GOVERNO DIGITAL

A Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) é uma política do Governo Federal para, por meio da transformação digital do setor público, oferecer à população serviços públicos com mais qualidade e eficiência, impulsionar a inovação tecnológica e fortalecer a participação cidadã e a inclusão digital.

Ao longo do tempo e com a maturidade dos clientes, o escopo das propostas de gestão municipal recebidas tem se expandido. Além do foco tradicional em modernização dos serviços sociais básicos e gestão administrativa, tributária e fiscal, os projetos têm incluído frentes como cidades inteligentes, segurança pública, desenvolvimento urbano integrado, eficiência energética (tanto em imóveis públicos quanto iluminação pública), gestão de riscos de desastres e mitigação de eventos climáticos, bem como ampliação, adaptação e modernização da infraestrutura de serviços públicos, aumento da resiliência das cidades e desenvolvimento de processos sustentáveis de urbanização.

Os projetos apoiados contribuem diretamente para o atingimento dos objetivos da EFGD e de outras políticas públicas federais, como a Carta Brasileira para Cidades Inteligentes e a Política Nacional de Modernização do Estado (Moderniza Brasil).

Em 2025, foram aprovados seis projetos no valor total de R\$ 677 milhões no âmbito do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (Pmat), dos quais três (São José dos Campos, Maceió e Santos), com valor total de R\$ 446 milhões, contaram com a combinação de recursos do Fundo Clima e do BNDES Mais Inovação, resultantes da estratégia transversal de atuação do BNDES com os municípios em gestão pública, alinhada com o aumento da capacidade de gestão urbana focalizada em redução de riscos climáticos e com investimentos estratégicos em inovação tecnológica.

EDUCAÇÃO

Atuamos prioritariamente na educação básica, com foco na qualidade do ensino e na redução das desigualdades. Nosso apoio à educação é alinhado às políticas públicas para o setor e ocorre por meio de chamadas e seleção pública com recursos não reembolsáveis do Fundo Socioambiental ou do Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Em outubro de 2025, no âmbito do FIIIS, foi lançado edital para seleção de propostas de financiamento a projetos de educação, no qual 1.129 municípios de 25 estados apresentaram propostas de solicitação de financiamento, que somam R\$ 9,7 bilhões.

Projetos apoiados

Em 2025, uma série de ações se desenvolveram, com destaque para:

Ampliação da conectividade de escolas municipais no Norte e Nordeste

O BNDES vem atuando na ampliação de soluções de conectividade em escolas municipais indicadas pelo Ministério da Educação (MEC). Com o uso de recursos não reembolsáveis do Fust, a atuação visa fornecer, de forma gratuita, internet em banda larga e infraestrutura interna para distribuição do sinal em todos os ambientes escolares das escolas apoiadas.

Em 2025, foram contratadas as empresas vencedoras da primeira seleção pública, com atuação nos estados do Amapá e Pará (lote 1), Acre e Amazonas (lote 2) e Bahia, Maranhão e Paraíba (lote 3). Até o fim do ano, das 1.396 escolas que compunham os três lotes apoiáveis, 940 escolas tiveram suas instalações concluídas.

Além disso, em dezembro de 2025, lançamos a segunda Seleção BNDES Fust Escolas Conectadas, no valor máximo de R\$ 53,3 milhões. O edital contempla 1.258 escolas, divididas em três lotes: 392 no Pará (lote a), 368 no Maranhão e Ceará (lote b) e 498 em Pernambuco e Bahia (lote c).

Somando os dois editais, os investimentos vão atingir quase 1 milhão de alunos: 576 mil alunos com o primeiro e 410 mil com o segundo.

Redes de ensino na Amazônia Legal

Dois projetos representam nossa atuação em educação na Amazônia Legal. O primeiro é o projeto Saneamento nas Escolas – Piloto Marajó (PA), em parceria com a Fundação Habitat para a Humanidade, cujo objetivo é a implantação de tecnologias sociais de saneamento em unidades de ensino municipais com déficit de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário. Em 2025, iniciou-se a implementação das tecnologias no primeiro componente de 33 escolas nos municípios de Muaná, Ponta de Pedras e São Sebastião da Boa Vista.

O outro projeto é o estudo para implementação de cursos técnicos em bioeconomia para os nove estados da Amazônia Legal, em parceria com MEC e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em agosto de 2025, foi realizado fórum online para a apresentação do diagnóstico das cadeias de valor da bioeconomia indicadas pelos estados e das lacunas formativas existentes. O projeto prevê ainda a realização de mais um fórum no segundo semestre de 2026, para apresentação das potencialidades dos cursos técnicos e do plano de implementação dos cursos técnicos prioritizados. O apoio total ao projeto tem valor de R\$ 7,4 milhões, já tendo sido liberados R\$ 3,5 milhões.

Formação e tecnologias sociais em educação pública

Em 2025, avançaram as ações em cinco projetos com foco na formação de colaboradores das secretarias estaduais e municipais de educação, todas com 50% do valor total financiado com recursos do Fundo Socioambiental.

O projeto “Alavancas para uma educação inclusiva de qualidade”, realizado pelo Instituto Rodrigo Mendes, capacitou mais de 537 pessoas (gestores escolares e professores) no tema educação inclusiva, em dez municípios, beneficiando 174 mil alunos das redes públicas municipais. Seu valor total é de R\$ 5,9 milhões.

Já o projeto de educação em parceria com o Instituto de Pesquisas em Tecnologia e Inovação (IPTI), no valor total de R\$ 9,9 milhões, realizou atividades em 58 municípios (sendo 31 novos desde o início do projeto), alcançando mais de 66 mil alunos e 1.200 professores. O objetivo do projeto é contribuir para a consolidação e replicação de tecnologias sociais pedagógicas e de apoio à gestão escolar.

No ano, houve continuidade das atividades de projeto de educação em parceria com a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), que irá promover a formação continuada de professores do ensino fundamental de 11 municípios do estado do Amazonas, beneficiando 22 mil alunos. O projeto tem valor total de R\$ 11,1 milhões.

Realizado pelo Instituto Votorantim com nosso apoio, o programa Parceria pela Valorização da Educação (PVE) continuou, em 2025, atividades nos 33 municípios selecionados em 2023, com o objetivo de desenvolver gestores das secretarias de educação, diretores escolares e coordenadores pedagógicos, bem como mobilizar pais, alunos e profissionais em prol da educação. Outros 33 municípios já haviam iniciado as atividades do projeto em 2022, totalizando 66 municípios desde o início do programa, distribuídos

pelos cinco regiões do país, e mais de 1.370 escolas beneficiadas pelo projeto. A iniciativa tem valor total de R\$ 43 milhões.

Por fim, o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio – Percurso técnico (Panem-Tec), também realizado em parceria com o Instituto Votorantim, durante o ano de 2025, está formalizando as parcerias com os estados que foram selecionados no ano anterior. A entrada em operação está prevista para 2026.

Infraestrutura escolar

Em 2025, houve continuidade da PPP para a SPE Integra S.A., no valor de R\$ 52,6 milhões, para a implantação de cinco centros educacionais unificados (CEU), no município de São Paulo (SP), voltados à oferta de ensino integral, lazer, esporte e cultura em cinco bairros, selecionados pela prefeitura com base em índices de vulnerabilidade social. Estima-se que os equipamentos tenham capacidade para atender diariamente cerca de 31 mil pessoas, sendo mais de 4,6 mil novas vagas de ensino fundamental em tempo integral, mais de três mil vagas na Universidade nos Centros Educacionais Unificados (UniCEU) e mais de 23,1 mil vagas por dia em oficinas de cultura, esporte e recreação.



Neste ano, também foi concluído o leilão do projeto de infraestrutura escolar infantil do município de Caxias do Sul (RS), e o contrato de concessão foi assinado. A iniciativa prevê a construção de 31 unidades educacionais, entre 2026 e 2028, que oferecerão 7.200 novas vagas na rede pública municipal, o que permitirá a eliminação da lista de espera e da necessidade de contratação de vagas na rede privada.

Em 2025, foram celebrados quatro novos contratos de estruturação para projetos de PPPs no setor de infraestrutura escolar, com os municípios de Maceió (AL), Natal (RN), Santa Maria (RS) e Boa Vista (RR):

PROJETO	VALOR	RESULTADOS ESPERADOS
Maceió (AL)	R\$ 317 milhões	Construção de trinta novas unidades de educação infantil (creches e pré-escolas), gerando até 7.500 novas vagas
Natal (RN)	R\$ 300 milhões	Construção de 25 novas unidades de educação infantil (creches e pré-escolas), gerando 6.250 novas vagas/matrículas
Santa Maria (RS)	R\$ 360 milhões	Construção e reconstrução de até trinta unidades de educação básica, beneficiando um total estimado de 7.500 alunos
Boa Vista (RR)	R\$ 408 milhões	Construção de 34 novas unidades de educação infantil (creches e pré-escolas), gerando 17.000 novas vagas



SAÚDE

Além da nossa atuação no complexo econômico-industrial da saúde (Ceis), apoiamos projetos estratégicos, com recursos não reembolsáveis de nossos fundos estatutários.

Em outubro de 2025, no âmbito do FIIIS, foi lançado chamamento público com o objetivo de selecionar propostas de financiamento de investimentos em infraestrutura de atenção à saúde pública, primária e especializada, no âmbito do SUS. No total, foram selecionados 1.119 municípios em todas as regiões do país.

Em 2023, as diretrizes e critérios para aplicação dos recursos do Fundo Amazônia na Amazônia Legal foram revisadas e, em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), o apoio a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais passou a incluir a agenda da saúde indígena, permitindo tanto o apoio a esse tema em ações intersetoriais quanto o apoio à saúde indígena de forma integral, incluindo o atendimento fora de terras indígenas, como forma de manutenção dos modos de vida dos povos originários.

Em 2025, foram contratados os dois primeiros projetos de apoio à saúde indígena, da Associação Expedicionários da Saúde e do Centro de Trabalho Indigenista, marcando um passo importante nessa trajetória.



PATRIMÔNIO CULTURAL E CULTURA

Somos um dos maiores e mais consistentes apoiadores do patrimônio cultural brasileiro, com atuação ininterrupta ao longo dos últimos 28 anos e contribuição a mais de seiscentos patrimônios e acervos memoriais brasileiros espalhados por todas as regiões do país. Apoiamos projetos tanto por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet) quanto com recursos não reembolsáveis próprios, por meio do Fundo Cultural.

Projetos apoiados

Museu das Amazônias, em Belém (PA)

O Museu das Amazônias é um novo equipamento cultural concebido para valorizar a diversidade das Amazônias em múltiplas dimensões – ancestral, milenar, secular e contemporânea. Resultado do esforço conjunto de diferentes órgãos e instituições públicas e privadas, sua abertura ocorreu em outubro de 2025, durante os preparativos da COP30, e contou com as exposições Amazônia, de Sebastião Salgado, com apoio do Fundo Amazônia, e Ajurí, criada especialmente para o espaço.



Museu das Amazônias, inaugurado durante os preparativos da COP30.
Foto: Acervo Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG)/Manuel Sá.

Nosso apoio, no valor de R\$ 10 milhões, destina-se ao desenvolvimento e implantação da exposição de longa duração, que será inaugurada em 2026.

Complexo Trapiche Santo Ângelo, em São Luís (MA)

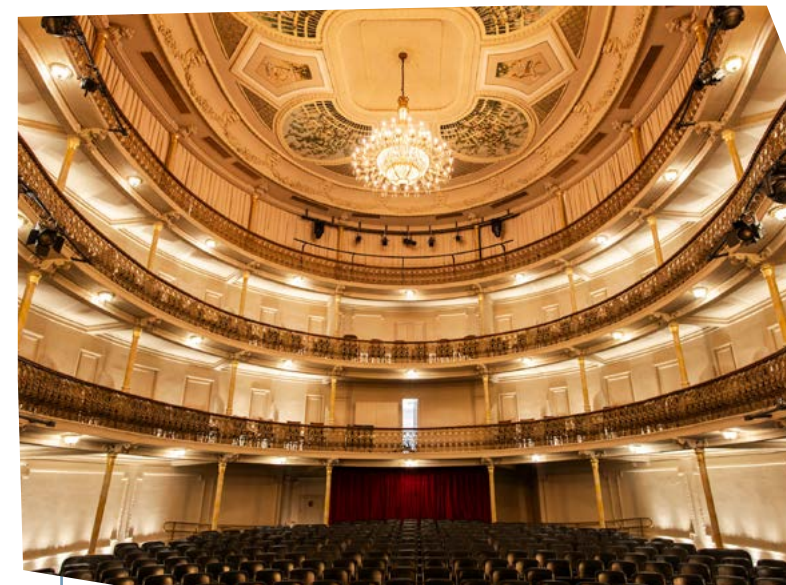
A restauração devolveu à população um conjunto de cinco armazéns e duas chaminés, agora requalificados para abrigar usos culturais, administrativos, de inovação e de gastronomia. Nosso investimento foi de R\$ 33 milhões, permitindo a consolidação de um novo polo de dinamização urbana.

Teatro Carlos Gomes, em Vitória (ES)

Nosso apoio não reembolsável de R\$ 10 milhões, em parceria com a Fundação EDP, viabilizou a restauração integral do espaço, incluindo modernização cênica, acessibilidade plena, adequações elétricas e estruturais, além do restauro arquitetônico. A reabertura, após sete anos fechado, devolveu à cidade seu principal teatro histórico.

Solar Barão de Saí, em Mangaratiba (RJ)

Com R\$ 3,5 milhões em recursos não reembolsáveis do BNDES, e em parceria com a Vale e a MRS Logística, o projeto permitiu a restauração arquitetônica completa, a instalação de elevador de acessibilidade, a modernização do projeto museográfico, a adequação de espaços anexos e a implantação de sistemas de segurança e combate a incêndio. Com isso, o espaço, sede do Museu Municipal, volta a integrar o circuito de patrimônios históricos da região, fortalecido para estimular o turismo cultural e ampliar o acesso à memória local.



Teatro Carlos Gomes, restaurado com apoio do BNDES.
Foto: Acervo Instituto Modus Vivendi/Cacá Lima.

MUSEU NACIONAL

O Museu Nacional voltou a receber o público em julho de 2025, após sete anos do incêndio, permitindo visitas às áreas restauradas com exposições temporárias. As obras para a reabertura completa encontram-se em andamento.

Em agosto de 2025, aprovamos apoio de R\$ 50 milhões adicionais para os esforços de reconstrução do Museu Nacional, totalizando R\$ 100 milhões. Trata-se do maior valor de apoio do BNDES destinado a um único projeto, tornando o Banco o maior apoiador do museu até o momento, desde o incêndio que o atingiu em 2018.

Projetos estruturados

Programa Revive Brasil

Projeto piloto desenvolvido em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Ministério do Turismo (MTur), voltado à viabilização do uso turístico de bens tombados, assegurando sua manutenção e conservação ao longo de todo o período de concessão.

Encontram-se em estruturação a Fazenda Pau D'Alho, em São José do Barreiro (SP); a Fortaleza de Santa Cruz (Forte Orange), em Itamaracá (PE); a Fortaleza de Santa Catarina, em Cabedelo (PB); e a Estação Ferroviária de Diamantina (MG).

Complexo do Palácio Itamaraty (RJ):

Além do apoio às ações de restauração do complexo, estruturamos, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), modelo de concessão para viabilizar o uso dos terrenos contíguos ao palácio, assegurando compatibilidade com as atividades institucionais do complexo e promovendo soluções de moradia digna para os atuais ocupantes.



PEQUENA ÁFRICA

O sítio arqueológico do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, foi reconhecido em 2017 como patrimônio cultural mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Atuamos na região com diferentes projetos.

Viva Pequena África

Em maio de 2025, dando continuidade à iniciativa Viva Pequena África, foi lançado edital para destinar, via doação de recursos, até R\$ 5 milhões para o fortalecimento de instituições e coletivos culturais atuantes na região histórica do Centro do Rio de Janeiro.

O edital é uma das entregas previstas no plano de ação da iniciativa e foi conduzido pelo parceiro gestor do BNDES, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), em parceria com a Diáspora.Black e o Instituto Feira Preta.

A seleção pública recebeu 45 inscrições e, ao fim, dez projetos foram contemplados com doações que variam entre cerca de R\$ 300 mil e R\$ 500 mil cada. Tiveram projetos selecionados as seguintes entidades ou coletivos: (i) Casa Escrivência, da escritora Conceição Evaristo; (ii) Casa da Tia Ciata; (iii) Instituto Entre o Céu e a Favela; (iv) Casa Amarela Providência; (v) Cordão do Prata Preta; (vi) Instituto Efeito Urbano; (vii) Casarão Cultural João de Alabá; (viii) Associação Cultural Bloco Carnavalesco Coração das Meninas; (ix) Associação Cultural Recreativa Filhos de Gandhi; e (x) Por um Fio.

O anúncio dos vencedores ocorreu em setembro, em cerimônia realizada no Armazém Docas André Rebouças, marcada pela ampla participação da sociedade civil, em especial organizações do território.

O valor total destinado à iniciativa Viva Pequena África é de R\$ 20 milhões e abarca ações complementares ao edital de 2025, que ocorrerão nos próximos anos. Nossa participação é de R\$ 10 milhões, por meio do Fundo Cultural. Também financiam o projeto o Instituto Ibirapitanga, a Fundação Ford, a Open Society Foundations e a Fundação Itaú.

Distrito Cultural da Pequena África

Em 2024, com recursos do Fundo de Estruturação de Projetos (FEP), iniciamos os estudos para o desenvolvimento do distrito cultural da Pequena África com foco na reabilitação urbana, na valorização da identidade cultural e do patrimônio histórico afro-brasileiro e na inserção da população local na gestão territorial do distrito. O escopo dos trabalhos inclui a qualificação dos espaços urbanos e do acervo cultural e arqueológico do território – com destaque para o Cais do Valongo e os pontos de interesse cultural a céu aberto – bem como a estruturação de instrumentos financeiros de longo prazo voltados à sustentabilidade do distrito.

Ao longo de 2025, foram realizadas oficinas participativas e reuniões em diferentes espaços institucionais e no próprio território, envolvendo moradores, empreendedores, representantes culturais e lideranças locais. O processo incluiu visitas técnicas a experiências de referência em São Paulo e na Bahia, além da realização de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre usos urbanos, identidade e qualidade de vida.

Como parte da estratégia de valorização cultural e inovação urbana, foi promovido o Concurso BNDES Pequena África, voltado a ideias de arquitetura e urbanismo, com o protagonismo de profissionais negros.

As ações subsidiaram a elaboração de um diagnóstico integrado e de um *masterplan* preliminar, que será debatido com a sociedade civil em 2026, com vistas à consolidação de um planejamento final e de um modelo de governança e financiamento de longo prazo para o território.

TEMA MATERIAL

[GRI 3-3]

MEIO AMBIENTE E CLIMA



Objetivo estratégico: ampliar o apoio a **projetos ambientais e climáticos** contribuindo para a **transição ecológica justa, a descarbonização e a conservação e restauração de biomas**

Nossa atuação no tema ambiental tem como diretriz estratégica promover a transição justa para uma economia neutra em carbono, resiliente e adaptada ao clima. A contribuição para a descarbonização da economia brasileira engloba o estímulo a projetos de: (i) prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como a conservação, a restauração e o uso sustentável da biodiversidade da Amazônia e dos demais biomas brasileiros, incluindo o ecossistema marinho; (ii) projetos de eficiência energética e outras formas de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE); (iii) bioeconomia e outras vertentes da economia azul; (iv) soluções baseadas na natureza; (v) turismo sustentável, principalmente em áreas públicas; (vi) descarbonização da indústria e do transporte; (vii) transição energética; e (viii) agricultura regenerativa.

Em 2025, publicamos a nossa Agenda Climática, destacando a atuação em três dimensões centrais: mudança no uso da terra e agropecuária de baixo carbono; reindustrialização de baixo carbono e transição energética; e adaptação climática. Essas dimensões estão alinhadas à estratégia de longo prazo 2026-2030 do BNDES, ao plano plurianual da PRSAC e às políticas públicas, como o Plano Clima e o Plano de Transformação Ecológica.

Neste capítulo, apresentamos nossas principais ações de apoio e estruturação de projetos ambientais e climáticos, bem como nossa atuação em programas, iniciativas, chamadas públicas e fundos no setor. Detalhes sobre nossa governança, nossos processos e impactos relacionados ao tema podem ser encontrados no capítulo Nosso impacto socioambiental e climático.

BNDES AZUL

Em 2025, celebramos o primeiro ano de atuação do BNDES Azul. Trata-se de uma iniciativa estratégica que coloca o mar no centro do desenvolvimento sustentável do Brasil e que conta com um portfólio de aproximadamente R\$ 345 milhões em projetos voltados ao território marinho e costeiro. Com a iniciativa, reafirmamos nosso compromisso com a conservação da biodiversidade marinha e o uso sustentável dos recursos costeiros e oceânicos.

Na frente do planejamento espacial marinho (PEM), avançamos significativamente com os estudos contratados para as regiões Sul e Sudeste e em processo de aprovação para a região Norte, com mobilização de aproximadamente R\$ 41,8 milhões. Com recursos do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), os estudos para a região Nordeste também estão em andamento. O avanço desses estudos permitirá ao Brasil cumprir seu compromisso com a comunidade internacional de implementar o PEM para toda sua costa até 2030.

Na tabela apresentamos os indicadores estratégicos de negócio associados ao nosso objetivo estratégico ambiental e climático. Em 2025, tivemos desempenho acima da meta em todos os indicadores, com destaque para a quantidade de operações aprovadas em economia verde e marcos de estruturação em projetos com foco ambiental e climático, cujos resultados foram mais do que o dobro da meta. Nesse sentido, destacam-se a quantidade de operações com recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia e o desenvolvimento da carteira de crédito para restauração florestal com recursos do Fundo Clima. Em relação à estruturação de projetos, destacam-se as concessões de unidades de manejo florestal no estado do Amazonas. Considerando tais resultados, é possível afirmar que nossa atuação estratégica em relação ao meio ambiente e ao clima foi positiva.

Esse indicador, em nossa taxonomia de economia verde e transição, é transversal e classifica também projetos de desenvolvimento produtivo e infraestrutura, como os de eficiência energética, energia renovável, transporte público, gestão da água e esgoto, além dos relatados neste capítulo. Ademais, esse indicador também inclui operações que contribuem para a biodiversidade. [GRI 101-1]

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas de economia verde*	74	157	212,162%
Valor das operações aprovadas de economia verde*	R\$ 20.080 milhões	R\$ 36.746 milhões	183,000%
Marcos de estruturação projetos com foco ambiental e climático	9	23	255,556%
Operações ambientais, chamadas, editais e fomentos estruturados aprovados	27	52	192,593%

* O indicador estratégico considera apenas as operações diretas e indiretas não automáticas aprovadas em economia verde.

No âmbito da restauração ecológica, a iniciativa [Floresta Viva](#), no segmento manguezais e restingas, conta com oito projetos financiados ao longo da costa brasileira, no valor de R\$ 53 milhões, em parceria com a Petrobras.

A iniciativa BNDES Corais, com orçamento total de R\$ 166 milhões, sendo 50% com recursos do BNDES e os outros 50% provenientes de contrapartidas, já selecionou 12 projetos voltados à recuperação e conservação de recifes de corais, inclusão socioprodutiva e desenvolvimento científico. O primeiro desses projetos foi aprovado durante a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em novembro de 2025, com os demais em fase avançada de análise.

Soma-se a essas iniciativas a chamada pública BNDES Biodiversidade: Ilhas do Futuro, Ninhos Protegidos, lançada em 2025 em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que terá um apoio total de R\$ 80 milhões, sendo 50% com recursos do BNDES e o restante em contrapartida. A chamada tem como objetivo promover a melhoria da qualidade do habitat reprodutivo para conservação de espécies de aves marinhas ameaçadas, endêmicas e/ou migratórias, em ilhas marinhas contempladas em unidades de conservação federais, por meio da mitigação das principais ameaças.

BNDES FLORESTAS

Nossa atuação visa desenvolver e promover ações voltadas para a conservação, preservação, redução do desmatamento e valorização das florestas nativas.

A iniciativa [BNDES Florestas](#) representa a estratégia estruturante do Banco para transformar a restauração florestal e a bioeconomia de espécies nativas em pilares do desenvolvimento sustentável

brasileiro, construindo caminhos para tornar o Brasil um ator de destaque no restauro florestal e na cadeia de florestas global.

Mais do que um conjunto de ações, o BNDES Florestas é um guarda-chuva de iniciativas que se articulam e se fortalecem mutuamente, como o [BNDES Florestas Crédito](#), que financia, com recursos do Fundo Clima, a restauração ecológica e produtiva e a cadeia de restauro de florestas nativas; o [Floresta Viva](#), com recursos próprios do BNDES, que mobiliza parcerias privadas em um arranjo financeiro inovador para recuperar milhões de hectares; o [Arco da Restauração](#), que busca transformar áreas devastadas da Amazônia em corredores de recomposição ecológica e produtiva; o [BNDES ProFloresta+](#), em parceria com a Petrobras, que conecta financiamentos a contratos de compra antecipada de carbono; a iniciativa concessões florestais, que objetiva o restauro e manejo, viabilizando as áreas públicas de florestas; o BNDES Florestas Inovação, que investe em tecnologia para reduzir custos na silvicultura de espécies nativas, aumentar a previsibilidade de seu crescimento e desenvolvimento e ampliar o impacto socioambiental; além do [Fundo Amazônia](#), maior iniciativa global de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD+), também canalizando recursos para redes de sementes, viveiros e brigadas florestais.

Nos últimos três anos, o BNDES mobilizou R\$ 7 bilhões para manter e reconstruir florestas brasileiras, combinando instrumentos reembolsáveis e não reembolsáveis, crédito, garantias, concessões e apoio produtivo. As iniciativas se fortalecem mutuamente, por exemplo: viveiros criados para restaurar unidades de conservação abastecem projetos vizinhos; redes de coletores de sementes, apoiadas pelo Fundo Amazônia ou pelo Fundo Socioambiental do BNDES, servem tanto às concessões florestais quanto aos projetos apoiados pelo Fundo Clima; contratos de carbono do BNDES ProFloresta+ dão previsibilidade e destravam capital para novos plantios.



PLATAFORMA BRASIL DE INVESTIMENTOS CLIMÁTICOS E PARA A TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA (BIP)

A BIP, iniciativa do Governo Federal cujo secretariado é liderado pelo BNDES, tem como foco impulsionar o investimento privado em projetos inovadores e de grande impacto climático nos setores de indústria de baixo carbono, soluções baseadas na natureza e transição energética.

Em 2025, a plataforma alcançou 16 projetos que, além de contribuírem para a descarbonização da economia brasileira, somam US\$ 23 bilhões em investimentos potenciais no país. Para apresentar os projetos à rede de instituições financeiras credenciadas e viabilizar investimentos, a plataforma articulou oito chamadas com mais de sessenta investidores e financiadores internacionais, que resultaram em mais de oitenta conexões entre os projetos e potenciais financiadores.

Com o objetivo de ampliar seu escopo de atuação seu impacto, a BIP passou a incorporar novas formas de mobilização de capital privado para os setores, incluindo em sua carteira fundos de investimento em participações em fase de captação, focados na transição ecológica.

Adicionalmente, visando aumentar a financiabilidade dos projetos da plataforma, foram mapeadas, no diálogo com parceiros, com instituições financeiras e com os próprios projetos apoiados, barreiras transversais aos setores atendidos, que se apresentam como riscos e diminuem a capacidade de financiamento de setores-chave para a transição climática brasileira. Nesse sentido, a plataforma iniciou um trabalho de criação de mecanismos de mitigação de risco para os setores de apoio e anunciou, com o Green Climate Fund (GCF) e com o BNDES, um fundo de capital catalítico que deverá atrair recursos privados para investimentos considerados de risco mais elevado e movimentar mais de US\$ 1 bilhão em investimentos em participações para projetos dos setores da plataforma.

BNDES Florestas Crédito

A iniciativa **BNDES Florestas Crédito** conta principalmente com recursos do Fundo Clima, na modalidade Florestas Nativas e Recursos Hídricos. Desde 2023, foram destinados cerca de R\$ 1,4 bilhão por meio de 14 operações de crédito, em todas as regiões do país e em quase todos os biomas brasileiros. Com esses recursos, estima-se o plantio de aproximadamente 280 milhões de árvores, a recuperação ou conservação de mais de 168 mil hectares, a geração de mais de setenta mil empregos e a captura de 54 milhões de toneladas de carbono, valores recordes do setor de florestas nativas no Brasil.

Floresta Viva

A iniciativa Floresta Viva, cujo primeiro edital foi lançado em 2022, conta com diversos parceiros para a implementação de projetos de restauração ecológica com espécies nativas e sistemas agroflorestais nos biomas brasileiros, além do fortalecimento da estrutura técnica e de gestão da cadeia produtiva do setor de restauração.

Em 2025, foram lançados seis novos editais e foi aberta a segunda janela de um edital lançado anteriormente, totalizando mais de R\$ 100 milhões em recursos. Dentre esses, o destaque foi o edital Florestas do Rio II, com até R\$ 60 milhões destinados à restauração ecológica e ao fortalecimento da cadeia produtiva em regiões hidrográficas do estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Aegea. Outros editais relevantes foram: (i) Águas do Paranaíba, de até R\$ 17,8 milhões, voltado à restauração e revitalização hídrica em bacias de Goiás e Minas Gerais, em parceria com a Axia Energia; e (ii) Terras Indígenas, em parceria com a Fundação Bunge e a Agrícola Alvorada, com até R\$ 8,9 milhões para ações em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

O Floresta Viva tem contratos que somam aproximadamente R\$ 236,15 milhões em aportes de 16 instituições parceiras. Até o momento, foram lançados 16 editais, com os quais espera-se selecionar cerca de cem projetos de restauração ecológica, perfazendo mais de 10 mil hectares nos biomas Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Caatinga.

Arco da Restauração

A restauração de florestas está entre as medidas mais rápidas e baratas de remoção de CO₂ da atmosfera. Por isso, em 2023, lançamos a iniciativa Arco da Restauração na Amazônia, construída em parceria com o MMA, com o objetivo de restaurar 24 milhões de hectares na região.

Em 2024, foram selecionados, por chamada pública, três parceiros – Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil) – para gerir R\$ 450 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia, destinados a projetos de restauração ecológica com espécies nativas ou sistemas agroflorestais em sete estados da Amazônia Legal. Cada parceiro é responsável por uma macrorregião: Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) pela macrorregião 1 (estados do Acre, Amazonas e Rondônia), Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) pela macrorregião 2 (estados do Mato Grosso e Tocantins) e Conservação Internacional (CI-Brasil) pela macrorregião 3 (estados do Pará e Maranhão).

Entre novembro de 2024 e setembro de 2025, esse montante materializou o lançamento de 12 editais direcionados à seleção de entidades sem fins lucrativos para projetos de restauração florestal e implantação de sistemas agroflorestais (SAF) em áreas

degradadas de unidades de conservação, terras indígenas, áreas de preservação permanente (APP), reservas legais em assentamentos e pequenas propriedades rurais. Por meio desses editais será possível apoiar, no mínimo, 45 projetos que irão viabilizar o restauro em pelo menos 9 unidades de conservação, oitenta assentamentos e 26 terras indígenas.

Por meio do Restaura Amazônia, além de recuperar áreas degradadas, serão gerados centenas de empregos e renda, com a coleta de sementes, produção de mudas, plantio e turismo. A iniciativa fortalece ainda as comunidades na resistência ao crime organizado, incluindo grilagem, desmatamento, garimpo ilegal e narcotráfico.

Em 2025, o apoio reembolsável do BNDES para o Arco da Restauração seguiu baseado na sua linha mais incentivada, com melhores condições, do Fundo Clima para florestas nativas, com a qual foi possível apoiar mais duas operações localizadas total ou parcialmente no Arco da Restauração: a primeira, no valor de R\$ 100 milhões com a Belterra, para a implantação de 2 mil hectares de sistemas agroflorestais com base na produção de cacau, e a segunda com a Regreen, para restaurar ecologicamente até 19 mil hectares com florestas, que conta com recurso de R\$ 250 milhões, primeiro crédito recorrente ofertado pelo Fundo Clima – Florestas Nativas e Recursos Hídricos.

No âmbito da estruturação de projetos, foi lançado, na COP30, o edital para a concessão florestal na Floresta Nacional do Bom Futuro, localizada em Porto Velho (RO). Estruturado com apoio técnico do BNDES por meio de acordo de cooperação técnica, o projeto prevê a restauração de 12.375 hectares de áreas degradadas e a conservação de cerca de 80 mil hectares de floresta em pé ao longo dos quarenta anos de concessão.

BNDES ProFloresta+

A iniciativa, uma parceria entre o BNDES e a Petrobras, tem como objetivo contribuir para a superação de gargalos do mercado de carbono e para a agenda florestal de forma inovadora. O contrato firmado tem vigência de 25 anos e oferece estabilidade de demanda para os projetos de restauração. Por meio de leilões públicos, a Petrobras irá adquirir créditos de carbono e os vencedores do certame poderão contar com recursos diferenciados do Banco, como o Fundo Clima – Florestas, com taxas reduzidas e prazos adequados ao ciclo de maturação de projetos florestais.

Espera-se que o BNDES ProFloresta+ promova a restauração de florestas em área equivalente a 50 mil campos de futebol, ou a 350 parques do Ibirapuera. Com essa iniciativa, serão capturadas 15 milhões de toneladas de carbono, equivalentes às emissões de cerca de 9 milhões de carros em um ano, além da geração de 4,5 mil postos de trabalho e de investimentos de R\$ 1,5 bilhão destinados ao plantio de espécies nativas na Amazônia.

A iniciativa se destaca por reunir os atores centrais do mercado de carbono: empresas compradoras de créditos de carbono, que buscam compensar emissões; empresas responsáveis pela implantação de projetos florestais geradores de créditos de carbono, chamadas de desenvolvedoras; e o BNDES, principal financiador do setor florestal. Nesse modelo, o contrato de compra e venda de créditos pode ser utilizado como garantia do financiamento, reduzindo riscos, liberando capital e dando previsibilidade a iniciativas de alto impacto socioambiental, enquanto o edital público e o contrato-padrão de compra desenvolvidos na parceria se consolidaram como referência de integridade para o setor.

Fundo Amazônia

Criado em 2008 o Fundo Amazônia, é o maior fundo global de REDD+. Gerido pelo BNDES em coordenação com o MMA, seus projetos contribuem para a implementação de planos e políticas públicas como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (ENREDD+) e os planos estaduais de prevenção e combate ao desmatamento dos estados da Amazônia Legal. O Fundo Amazônia segue a lógica do pagamento por resultados alcançados: à medida que o Brasil reduz o desmatamento, abrimos espaço para receber captações internacionais ou de empresas.

Em 2025, celebramos os 17 anos do fundo com uma robusta carteira de projetos e com a consolidação do Brasil como responsável pela maior e mais bem-sucedida experiência de financiamento climático florestal do mundo, traduzindo o apoio da comunidade internacional em ações com resultados concretos na região, além de ter um papel fundamental na contribuição para o Brasil ficar mais próximo de zerar a sua meta do desmatamento até 2030.

No ano, o fundo alcançou recorde em quantidade e valor de projetos aprovados – foram 22 projetos, no valor total de R\$ 2,2 bilhões –, além de recorde nos desembolsos, que alcançaram R\$ 387 milhões. Com isso, entre 2023 e 2025, foram 44 projetos no valor de R\$ 3,7 bilhões.

Os projetos do Fundo Amazônia, desde a retomada dos investimentos em 2023, resultaram em apoio à restauração ecológica em 15 mil hectares para reconstruir o chamado Arco do Desmatamento, onde o reflorestamento construirá um verdadeiro cinturão de proteção do bioma, que envolve territórios de sete estados amazônicos desde o Acre até o Maranhão, passando pelo Amazonas, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Pará.

Em relação à prevenção e combate a incêndios florestais, destaca-se o apoio aos corpos de bombeiros nos nove estados da Amazônia Legal, que inclui aquisição de veículos especializados e equipamentos de proteção individual, entre outros para combate e prevenção de incêndios florestais, com disponibilização de até R\$ 45 milhões para cada um dos nove estados. A atuação nesse segmento foi ampliada para os biomas Cerrado e Pantanal, fronteiriços à Amazônia Legal, em projeto para implementação da Política de Manejo Integrado do Fogo.



Na pauta de regularização ambiental e fundiária, destaca-se o apoio ao Programa União com Municípios, que proverá assistência técnica e serviços de regularização ambiental e fundiária em municípios prioritários para o combate ao desmatamento. A iniciativa Caminhos Verdes promoverá o georreferenciamento e a regularização fundiária de terras públicas e assentamentos.

Também foram apoiados projetos que conjugam preservação com segurança alimentar (chamada pública Amazônia na Escola), acesso à água (chamada pública Sanear Amazônia), inclusão produtiva e geração de emprego e renda, com atuação capilarizada em mais de 130 instituições locais em 149 municípios.

Ao longo de seus 17 anos, o Fundo Amazônia passou a alcançar três em cada quatro municípios da Amazônia Legal (584 municípios) e a mais 570 organizações apoiadas, diretamente ou como aglutinadas. Mais de 650 entidades comunitárias foram fortalecidas com apoio em gestão e capacitações.

Desse modo, a continuidade das iniciativas lançadas entre 2023 e 2025, somada a políticas públicas de abrangência em todo território, foram fundamentais para o alcance de resultados positivos em 2025, entre os quais se destacam:

- » Apoio financeiro ao projeto Fortalecimento da Fiscalização Ambiental para o Controle do Desmatamento Ilegal na Amazônia (FortFisc), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no valor recorde de R\$ 825,7 milhões, o maior da história do Fundo Amazônia. O projeto tem como objetivo ampliar a presença do Estado na Amazônia Legal e modernizar a resposta ao desmatamento ilegal com aquisição de helicópteros de grande porte com proteção balística, drones de alta tecnologia e construção de bases aéreas e helipontos estratégicos na

floresta. Inclui, ainda, a instalação de centro de treinamento, bases móveis de fiscalização, depósitos para bens apreendidos e novos sistemas digitais para monitoramento ambiental e aplicação de sanções. A iniciativa contempla também o uso de inteligência artificial para autuação remota e o fortalecimento da gestão institucional do Ibama, garantindo mais eficiência, segurança e alcance às ações de comando e controle.

- » Ampliação do apoio para além da Amazônia Legal, por meio do projeto Manejo Integrado do Fogo (MIF), e destinação de até R\$ 150 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia para ações de prevenção e combate a incêndios florestais nos biomas Cerrado e Pantanal, com apoio aos corpos de bombeiros, às brigadas florestais e à Força Nacional nos estados da Bahia, Piauí, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.
- » Apoio aos municípios prioritários da Amazônia, com investimento de R\$ 150 milhões do Fundo Amazônia, em cooperação com o MMA, o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A iniciativa beneficia 48 municípios prioritários da Amazônia Legal, em seis estados: Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Com este projeto, cerca de sete mil agricultores familiares terão seus imóveis regularizados do ponto de vista fundiário e ambiental, além de acesso à assistência técnica e extensão rural, crédito, melhorias produtivas e ações de prevenção, controle e redução do desmatamento e da degradação florestal.
- » Início das operações do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), no âmbito do Plano Amazônia: Segurança e Soberania (Amas), executado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com colaboração do MMA, em parceria com o BNDES. O CCPI funciona como um espaço de articulação conjunta entre forças de segurança pública do Brasil e

de países vizinhos, promovendo o intercâmbio ágil de informações e o desenvolvimento de ações integradas no combate a crimes ambientais e outros, tais como tráfico de drogas e contrabando.

Em 2025, o Fundo Amazônia também apoiou quatro projetos dos seguintes entes estaduais:

- » Mato Grosso e Tocantins: projeto de prevenção e combate a incêndios florestais, com apoio de R\$ 45 milhões para os corpos de bombeiros militares de cada um dos estados. Com isso, concluiu-se o apoio a todos os corpos de bombeiros militares dos nove estados da Amazônia Legal.
- » Pará: o projeto Pará Mais Sustentável, no valor de R\$ 81,2 milhões, tem como objetivo a regularização ambiental e fundiária, o fortalecimento da sociobioeconomia e o desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono. O projeto abrange 27 municípios das regiões de integração do Baixo Amazonas e Xingu, que correspondem a aproximadamente 56% do território paraense.
- » Tocantins: o projeto SustenTO, no valor de R\$ 56 milhões, objetiva a implementação de ações integradas de monitoramento e controle, ordenamento territorial e assistência técnica e extensão rural, de modo a contribuir para a redução do desmatamento e para a consolidação de áreas protegidas.

Em agosto de 2025, o Fundo Amazônia comemorou 17 anos de atuação em evento realizado em Manaus com o tema “Raízes e Rumos”. O encontro reuniu mais de cem participantes, entre representantes indígenas, de povos e comunidades tradicionais, de governos estaduais, da sociedade civil, da União e dos países doadores do Fundo Amazônia. Mesas temáticas e participativas foram realizadas para resgatar aprendizados, acertos, desafios e transformações geradas ao longo dos anos, além de planejar o futuro a partir da escuta e discussão da visão de futuro do fundo.

Ainda em 2025, o Fundo Amazônia participou da COP30, em Belém (PA), estando presente em diversas ações institucionais como painéis, anúncios e reuniões. Durante o evento, foi alcançado um volume expressivo de R\$ 156 milhões em novas captações, sendo R\$ 123 milhões provenientes de contrato com a União Europeia e R\$ 33 milhões relativos a aditivo contratual com a Suíça. Na Casa do BNDES, visitada por cerca de trinta mil pessoas, foi apresentada a exposição inédita “Afluentes: caminhos e histórias do Fundo Amazônia”, que reuniu vídeos e fotografias que retratam experiências de projetos apoiados pelo fundo ao longo de seus 17 anos e proporcionam uma vivência dos territórios da Amazônia.



Em 2025, o Fundo Amazônia ampliou a sua base de apoio internacional, com a entrada de dois novos doadores: Irlanda e União Europeia, que se unem aos outros sete países doadores: Noruega, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, Suíça, Japão e Dinamarca, além do apoio da Petrobras. Desde janeiro de 2023, foram firmados R\$ 2 bilhões em contratos de doação, dos quais R\$ 1,6 bilhão já foi efetivamente internalizado. Esses resultados evidenciam o elevado grau de confiança no fundo como mecanismo de enfrentamento às mudanças climáticas e proteção da biodiversidade, sustentado por uma atuação que compartilha responsabilidades e fortalece a ação coletiva.

FUNDO CLIMA

Somos gestores da parcela reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), mais conhecido como [Fundo Clima](#) – a parcela não reembolsável é de responsabilidade do MMA. Por meio do fundo, apoiamos projetos em áreas como transição energética, logística e mobilidade verdes e florestas, que visam reduzir as emissões de GEE e se adaptar às mudanças climáticas.

Em 2025, o Fundo Clima recebeu R\$ 14 bilhões adicionais financiados por uma captação de títulos soberanos sustentáveis emitidos pelo Tesouro Nacional no exterior. Com eles, foram 199 projetos aprovados no ano, totalizando R\$ 12,5 bilhões, e R\$ 6,8 bilhões desembolsados. A previsão é de que as operações aprovadas possam evitar, ao longo da vida útil dos projetos, emissões de 187,2 milhões de toneladas de gás carbônico equivalentes. Ganham espaço os investimentos em projetos de adaptação climática para o desenvolvimento urbano resiliente e de restauração florestal, com destaque para a iniciativa do [Arco da Restauração da Amazônia](#).

RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

Em 2025, criamos o Programa BNDES Cidades Resilientes, com o objetivo de apoiar os municípios na preparação e implementação de projetos integrados de adaptação climática, redução de riscos de desastres e fortalecimento da resiliência urbana frente a ameaças de origem natural. O programa atua de forma coordenada na estruturação de projetos e na oferta de soluções de crédito, promovendo investimentos sustentáveis e replicáveis em âmbito nacional, com foco especial em áreas urbanas vulneráveis.

A atuação do programa se organiza em quatro vertentes principais:

- » Diagnóstico e avaliação de riscos climáticos: identificação integrada de ameaças, exposições e vulnerabilidades, com base em evidências técnicas e territoriais.
- » Projetos de adaptação e urbanização resiliente: desenvolvimento de soluções estruturantes que integrem, entre outras, infraestrutura verde, recuperação ambiental, drenagem sustentável, habitação e requalificação urbana.
- » Priorização e preparação de investimentos: definição de portfólios de projetos e elaboração de anteprojetos.
- » Apoio à implementação: suporte às etapas de licitação, contratação e execução dos investimentos, com fortalecimento da capacidade institucional dos entes subnacionais.

Informações sobre projetos de resiliência climática realizados em articulação com entes subnacionais ou com foco na atuação do BNDES nos territórios também podem ser encontradas no capítulo [Desenvolvimento social e regional e gestão pública](#).

ESTRUTURAÇÃO DE ATIVOS AMBIENTAIS

Apoiamos órgãos ambientais federais e subnacionais na construção de projetos que visam atrair investimentos privados para a proteção, conservação e desenvolvimento de florestas públicas no país, em três grandes vertentes:

- » Projetos de uso público em unidades de conservação e parques urbanos: fomento ao turismo sustentável e à geração de renda para as comunidades no entorno desses ativos.
- » Projetos de manejo florestal sustentável em florestas públicas (destinadas e não destinadas): redução do desmatamento por meio da criação de modelos de negócio sustentáveis no longo prazo na região amazônica; e criação de mecanismos para substituição da madeira ilegal por madeira certificada no mercado consumidor nacional e internacional.
- » Projetos de restauração ecológica em unidades de conservação: recomposição de áreas degradadas (desmatadas) em florestas públicas, por meio de parceria com o setor privado.

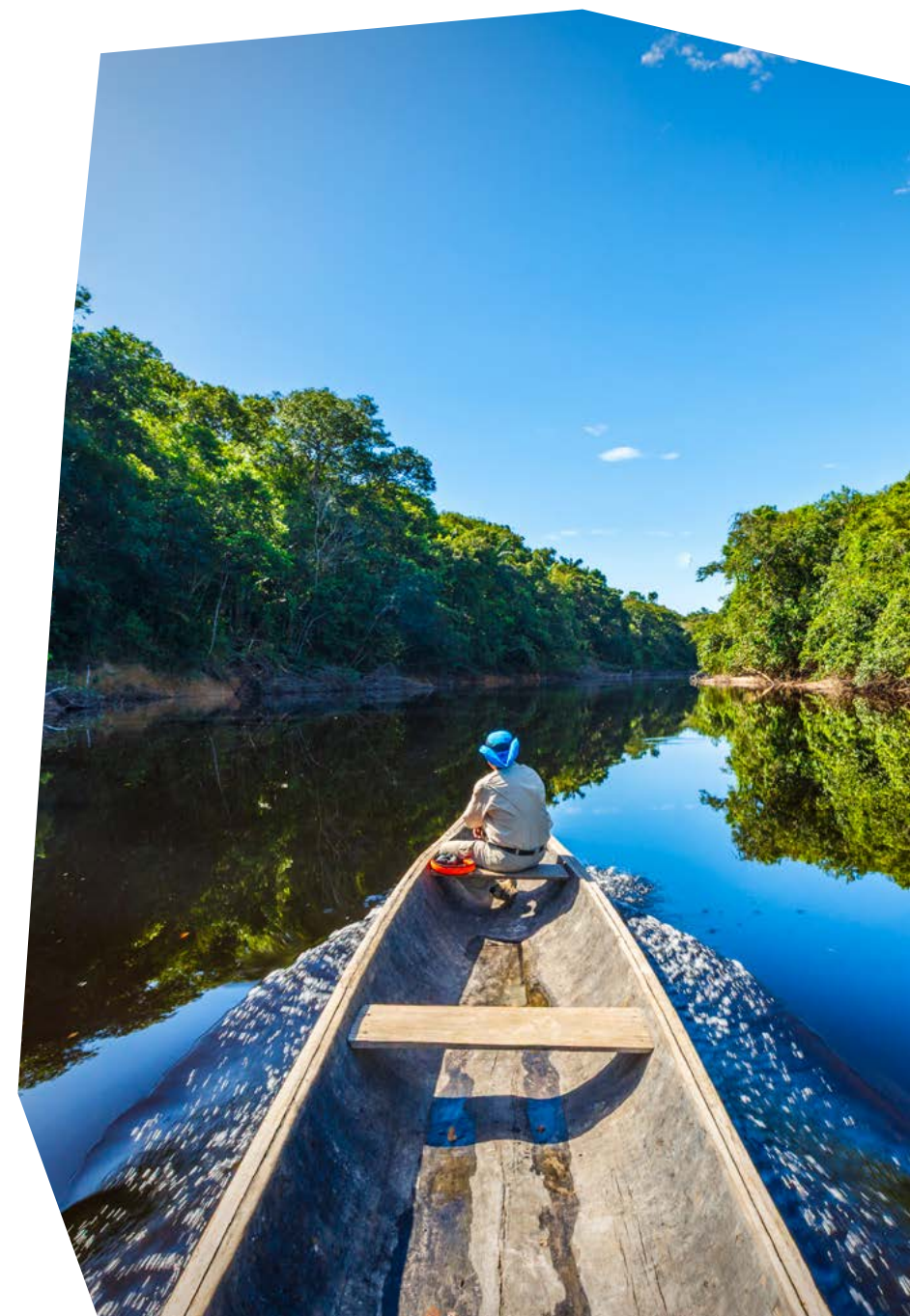
A carteira conta com mais de 69 projetos, entre ativos e em contratação, e R\$ 29 bilhões de Capex no total, destinados a projetos em áreas públicas, principalmente na Amazônia.

Cabe destaque à carteira de projetos de restauração ecológica, que envolve iniciativas inovadoras para recompor a Floresta Amazônica. O modelo prevê a atração de investidores privados que ficarão responsáveis pela recuperação de áreas degradadas em unidades de conservação e que serão remunerados pela venda de créditos de carbono. O primeiro projeto desse tipo teve edital publicado em novembro de 2025, durante a COP30. Trata-se da concessão florestal na

Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia. Dos 98 mil hectares da unidade, 12.375 hectares de áreas degradadas serão restaurados e aproximadamente 80 mil hectares de floresta em pé serão conservados ao longo dos quarenta anos de concessão. Os investimentos estimados para o projeto somam R\$ 400 milhões, com expectativa de geração de cerca de 941 empregos diretos e indiretos. Além dessa iniciativa, outras sete unidades de conservação federais encontram-se em fase de estruturação pelo BNDES para concessões voltadas à restauração.

Em relação aos projetos de manejo madeireiro, merece destaque a concessão de quatro unidades de manejo florestal na Floresta Nacional do Jatuarana (AM), em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O manejo florestal sustentável abrangerá uma área total de 453 mil hectares e, por meio da administração dos recursos florestais que visam a produção de itens madeireiros e não madeireiros, permitirá a conservação dos processos ecológicos de recomposição dos volumes dos produtos colhidos.

Em nossa atividade de estruturação de projetos, também temos contribuído para a expansão dos serviços de saneamento no país. Os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU) estão profundamente ligados à qualidade do meio ambiente e aos temas de mitigação e adaptação climática. Com a expansão desses serviços, há uma contribuição expressiva para o uso racional dos recursos hídricos e naturais, e para a despoluição dos corpos hídricos. Informações sobre a estruturação de projetos de saneamento podem ser encontradas no capítulo [Infraestrutura](#) deste relatório.



EXPORTAÇÃO



Objetivo estratégico: ampliar o apoio à **exportação**, promovendo maior inserção das empresas brasileiras em mercados internacionais

A atividade exportadora aumenta a competitividade e a escala de produção da empresa, e a maior competitividade aumenta as oportunidades de exportação, uma vez que a competição mais acirrada no mercado internacional requer competência para atender às especificidades e exigências dos importadores por meio de processos mais eficientes e preços competitivos. O mercado interno se beneficia desses ganhos de produtividade, do aumento da demanda por insumos no país e da oferta de bens e serviços de melhor qualidade.

Nossa atuação em comércio exterior visa assegurar às empresas brasileiras a capacidade de competir em diferentes mercados internacionais, oferecendo soluções financeiras para as exportações nacionais em condições compatíveis com as de seus concorrentes. Contribuímos, assim, para o aumento da participação de itens de média e alta intensidade tecnológica na pauta exportadora brasileira, e para o adensamento da cadeia de produção nacional, gerando divisas, empregos e renda no Brasil.

Em 2025, as linhas de financiamento à exportação do BNDES completaram 35 anos. Para celebrar a data, foi lançado o livro BNDES Exim: 35 anos de apoio às exportações brasileiras. A publicação apresenta os principais marcos desse período e destaca a relevância do apoio público às exportações como vetor no processo de desenvolvimento do país.

Em 2025, as aprovações do BNDES para o apoio às exportações brasileiras somaram R\$ 22,8 bilhões, valor equivalente a US\$ 4 bilhões, o que representou crescimento de 51% (em dólares) em comparação ao ano anterior. O resultado consolida a retomada da atividade de apoio à exportação realizada nos últimos três anos. Entre 2023 e 2025, as aprovações somaram mais de R\$ 50 bilhões, correspondentes a cerca de US\$ 9,4 bilhões, resultado mais de duas vezes e meia superior ao acumulado entre 2019 e 2022. Desse total, os setores de alta ou média-alta intensidade tecnológica corresponderam a 80% do valor.

No mesmo ano, o BNDES executou o Programa Brasil Soberano, que visou apoiar as exportações brasileiras atingidas pela elevação de tarifas pelos Estados Unidos da América (EUA). Nas linhas de apoio diretamente destinadas à exportação, foram aprovados R\$ 9,2 bilhões por meio da modalidade Giro Diversificação, atingindo 260 exportadores em vinte estados. Mais de setenta setores da economia foram atendidos, abrangendo produtos como alimentos, cerâmicas, granitos, móveis, máquinas e equipamentos elétricos.

Com o objetivo de preservar os interesses do BNDES e mantê-lo atualizado em relação às práticas do mercado internacional, temos participado sistematicamente, em conjunto com outros órgãos e ministérios brasileiros, de diversas reuniões e grupos de trabalho internacionais sobre exportação, como as reuniões do grupo de trabalho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre créditos e garantias à exportação, cujo objetivo é negociar as diretrizes dos países da OCDE para o apoio público às exportações.

Na tabela a seguir, apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema exportação e de seu respectivo objetivo estratégico. Em 2025, tivemos desempenho acima da meta nos dois indicadores relacionados ao tema. Contribuíram para esses resultados as operações aprovadas no âmbito do Programa Brasil Soberano, que visou apoiar as exportações brasileiras atingidas pela elevação de tarifas pelos EUA.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de operações aprovadas/homologadas de exportação	142	557	392,254%
Valor das operações aprovadas/homologadas de exportação	R\$ 12.500 milhões	R\$ 22.893 milhões	183,150%



Acompanhamos, também, as reuniões do grupo de países da OCDE aderentes à convenção e às recomendações de combate à corrupção em transações internacionais, e do grupo de especialistas das agências de crédito à exportação que discute políticas, práticas e experiências relativas ao tratamento das questões sociais e ambientais.

Temos sido um partícipe de primeira ordem das iniciativas do Governo Federal para promoção da internacionalização das micro, pequenas e médias empresas (MPME). No âmbito da Política Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), em especial, temos divulgado e disponibilizado nossos produtos e instrumentos financeiros como forma de qualificar e robustecer a capacidade de atuação de empresas desse segmento no mercado internacional.

EXPORTAÇÕES DE AERONAVES

Em 2025, aprovamos o financiamento à comercialização de 44 aeronaves da Embraer, distribuídas em seis operações, totalizando cerca de R\$ 6 bilhões (US\$ 1,1 bilhão) em recursos. Esse volume expressivo reforça o compromisso de longo prazo do BNDES com o fortalecimento do setor aeronáutico e com a Embraer.

Destaca-se a estruturação da operação de financiamento à Royal Jordanian Airlines, que viabilizou a exportação de duas aeronaves Embraer E195-E2, ampliando a presença do exportador brasileiro no Oriente Médio. Essa operação também representa o primeiro financiamento à exportação do BNDES destinado à Jordânia, reafirmando o papel do Banco como catalisador da abertura de novos mercados para a indústria aeronáutica brasileira. Outra operação de destaque foi o financiamento à Porter Airlines, marcando o primeiro financiamento do BNDES para a exportação de aeronaves E2 a um cliente no Canadá.

As demais quatro operações foram realizadas nos EUA, região que concentra os principais clientes da Embraer.

EXPORTAÇÕES DE BENS

Em relação ao apoio aos demais bens, em 2025, o BNDES aprovou R\$ 17,8 bilhões em financiamento, indicando um crescimento de 116% em relação a 2024. No total, 340 empresas brasileiras foram apoiadas, localizadas em 19 estados do país, o que denota a abrangência da atuação do Banco. Há de se destacar também a atuação no âmbito do Plano Brasil Soberano.

Já por meio da linha BNDES Pós-embarque Exim Automático, produto em que são descontadas cartas de crédito emitidas por mais de quarenta bancos no exterior credenciados para operar com o BNDES, foram apoiadas 45 empresas, com US\$ 65 milhões aprovados – tendo como destaque as exportações de implementos, máquinas e equipamentos agrícolas, ônibus, caminhões e outros bens de capital para a América Latina. A linha atingiu a marca de mil operações aprovadas.

Destaca-se, ainda, que a Diretoria Executiva do BNDES aprovou a cobertura de seguro de crédito à exportação pela EKN, agência de crédito à exportação da Suécia. Tal parceria possibilitou a aprovação da primeira operação com esse instrumento de garantia para apoiar a exportação de ônibus fabricados pela Scania Latin America Ltda. para a Transportes Cruz Del Sur S.A.C., localizada na República do Peru.

Em 2025, também foi aprovada a primeira operação no âmbito do produto BNDES Garantias para contratos comerciais internacionais, por meio do qual são oferecidas garantias de concorrência (*bid bond*), execução (*performance bond*) ou devolução de adiantamento (*refundment bond*) para as exportações brasileiras.

EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS

Em 2025, continuamos envidando esforços para que as melhores práticas internacionais para exportação de serviços, sempre preconizadas pelo BNDES, estejam normatizadas, fortalecendo a legitimidade do apoio público e permitindo a retomada de operações de crédito dessa natureza. Ao longo do ano, trabalhamos na elaboração e execução de um plano de trabalho para atendimento das recomendações exaradas por órgãos de controle a respeito do apoio à exportação de serviços, que será finalizado em 2026.

Para o BNDES, a importância da concessão de crédito a exportações de serviços deriva do fato de o setor ser responsável pela geração de divisas, pela ampliação de mercados para empresas brasileiras, pela criação e manutenção de empregos altamente qualificados e pela aquisição, no Brasil, de uma série de bens e serviços utilizados na exportação de serviços, contribuindo, assim, com o adensamento da cadeia de fornecedores da empresa brasileira exportadora.



TEMA MATERIAL

[GRI 3-3]

MPMEs, AGROPECUÁRIA E COOPERATIVISMO



Objetivo estratégico: expandir crédito e garantias para **MPMEs** promovendo o acesso a crédito, a **agropecuária sustentável** e o **cooperativismo**

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME)

As MPMEs representam a maior parte dos estabelecimentos formais do país e respondem por parcela significativa dos empregos, sendo cruciais para o desenvolvimento nacional.

Apesar de seu papel-chave na dinâmica econômica, essas empresas enfrentam restrições de crédito devido a fatores como a concentração e o baixo apetite a risco do mercado de crédito; a assimetria de informações entre as empresas e as instituições financeiras; sua dificuldade de constituição de garantias; e seu baixo conhecimento de gestão financeira.

Nosso apoio às MPMEs tem como diretriz estratégica ampliar seu acesso a crédito, estimulando o cooperativismo e expandindo o microcrédito em todas as regiões do Brasil e a oferta de soluções financeiras e não financeiras dedicadas ao segmento, inclusive via mercado de capitais, com foco na ampliação do número de MPMEs atendidas. Buscamos ainda promover a ampliação, a eficiência e a diversificação dos canais de distribuição, buscando capilaridade e abrangência regional do BNDES e contribuindo com a desconcentração bancária, com atuação neutra.

Atuamos como instrumento do Governo Federal na execução de políticas públicas para o segmento, oferecendo apoio direto e indireto – sendo o último a principal forma de atendimento a essas empresas.

Na tabela ao lado apresentamos os dois indicadores estratégicos de negócio – apoio por meio de garantias e clientes financiados por cooperativas –, associados ao objetivo estratégico relacionado aos temas MPMEs, cooperativismo e agropecuária. Também apresentamos o indicador estratégico corporativo referente a clientes MPMEs e pessoas físicas (PF) apoiados com crédito, associado ao objetivo estratégico relacionado à expansão do desembolso e da carteira de crédito do Sistema BNDES (os outros indicadores relacionados a esse objetivo podem ser encontrados no capítulo [Destaques em 2025](#)).

Em 2025, tivemos desempenho muito acima do planejado na quantidade de MPMEs e PFs apoiadas por meio de garantias viabilizadas pelo BNDES. O resultado refletiu o uso dos recursos liberados pela renúncia de *stop loss* ocorrida no FGI Peac (estratégia em que agentes financeiros voluntariamente abrem mão de parte da cobertura de garantia para aumentarem sua capacidade de conceder novos créditos) e o aumento das contratações no Fundo Garantidor BNDES Sebrae e no FGI Tradicional no segundo semestre. Também tivemos desempenho acima da meta na quantidade de clientes financiados por cooperativas de crédito apoiadas pelo Banco, explicado pelo bom desempenho do Pronaf e do produto BNDES Crédito Digital, que foi lançado em setembro de 2024 e, em 2025, atendeu mais de cinco mil clientes por meio de cooperativas de crédito.

Já o indicador sobre quantidade de clientes MPMEs e PFs apoiados com crédito alcançou 93,977% da meta, o que pode ser explicado, principalmente, pela redução de mais de 16 mil clientes no Programa Procapcred em relação ao ano anterior, dadas as condições adversas no mercado, particularmente elevadas taxas de juros.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de MPME e PF apoiadas com produtos de garantia	85.000	233.187	274,338%
Quantidade de clientes financiados por cooperativas de crédito	164.000	166.757	101,681%
Quantidade de clientes MPMEs e PFs apoiadas com crédito	228.000	214.267	93,977%

Apoiamos a atuação sustentável das MPMEs, com foco na transição ecológica justa e em soluções sociais, contribuindo para o aumento de sua produtividade, inovação e geração de valor ao longo de sua cadeia produtiva, ampliando inclusive sua capacidade de exportação. Impactamos positivamente variáveis que evidenciam o crescimento dessas empresas, como investimento, emprego e faturamento. Os resultados positivos alcançam também a economia local.

Soluções financeiras para MPMEs

Revisamos e modelamos soluções financeiras para MPMEs, incluindo produtos de garantias, que buscam facilitar e melhorar as condições de obtenção de crédito por essas empresas. Sempre que possível, incorporamos as necessidades desse público por meio de condições financeiras diferenciadas ou de instrumentos desenhados sob medida. Trabalhamos continuamente para simplificar nossos processos de modo a facilitar o acesso das MPMEs a crédito – nosso ou de outros agentes financeiros.

As condições e regras das diferentes soluções que oferecemos às MPMEs são estabelecidas em nossas políticas operacionais e comunicadas aos agentes financeiros credenciados por meio de avisos e circulares.

Entre os principais instrumentos financeiros de apoio a esse público, estão:

- » **BNDES Finame:** financia a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais previamente credenciados, incluindo produtos com eficiência energética e tecnologia 4.0, equipamentos agrícolas, ônibus e caminhões e materiais industrializados.

- » **BNDES Automático:** inclui linhas específicas para MPMEs, como o BNDES Crédito Pequenas e Médias Empresas, que atendem às necessidades do dia a dia das empresas, e a linha de projeto de investimentos que apoia a modernização e ampliação da estrutura produtiva.
- » **BNDES Crédito Serviços 4.0:** oferece financiamento para contratação de serviços tecnológicos, previamente credenciados, voltados a otimizar a produção, viabilizar projetos de manufatura avançada e implantar soluções de cidades inteligentes e similares.
- » **Crédito rural:** inclui os Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), que financiam investimentos e despesas de custeio de produtores rurais, agricultores familiares e cooperativas, e linhas próprias, como o BNDES Crédito Rural.
- » **Cartão BNDES:** crédito rotativo, pré-aprovado, para aquisição de bens, insumos e serviços que tenham fabricação total ou parcial no Brasil e que sejam previamente credenciados pelo Banco.
- » **BNDES Microcrédito:** direcionado a microempresas ou microempreendedores individuais (MEI), formais e informais, financia capital de giro e investimentos produtivos de atividades de pequeno porte. As operações são feitas de acordo com o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e limitadas ao valor máximo de R\$ 21 mil. Por meio desse instrumento, promovemos inclusão produtiva, gerando impacto social e desenvolvimento das economias locais. A iniciativa contribui para geração de renda e fortalecimento de pequenos negócios.
- » **BNDES Crédito Digital:** empréstimo para microempreendedores individuais, micro, pequenas e médias empresas, contratado em ambiente integralmente digital, por meio de plataformas digitais disponibilizadas pelos agentes financeiros credenciados.
- » **BNDES Mais Inovação:** crédito para investimentos em inovação e digitalização de empresas, incluindo gastos em pesquisa, contratação de serviços tecnológicos, aquisição de máquinas e equipamentos com características inovadoras, dentre outras finalidades.

- » **BNDES Fust Automático:** financiamento para estimular a expansão, o uso e a melhoria da qualidade das redes e dos serviços de telecomunicações, reduzir as desigualdades regionais e estimular o uso e o desenvolvimento de novas tecnologias de conectividade para promoção do desenvolvimento econômico e social, incluindo equipamentos e capital de giro.
- » **BNDES Fundo Clima Automático:** apoio à aquisição de máquinas e equipamentos e projetos de investimentos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima e aos seus efeitos.
- » **BNDES Renovação de Frota:** financiamento para aquisição de caminhões novos ou seminovos para renovação de frota. Aprovado em dezembro de 2025, o programa contribui para a descarbonização, a modernização logística e a inclusão produtiva, uma vez que os veículos devem ser mais eficientes e menos poluentes, atendendo a requisitos ambientais. Dos R\$ 10 bilhões em recursos disponíveis (R\$ 6 bilhões em recursos do Tesouro Nacional e R\$ 4 bilhões em recursos captados pelo Banco a taxa de mercado), R\$ 1 bilhão será reservado exclusivamente para transportadores autônomos e pessoas físicas ligadas a cooperativas.
- » **Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS):** apoio a projetos de investimento vinculados à universalização da educação infantil, da educação fundamental e do ensino médio e voltados à ampliação e/ou modernização de unidades de saúde que ofereçam assistência pública e gratuita no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), focadas em atenção primária e/ou especializada.

Além das linhas de financiamento, oferecemos garantias para operações com o BNDES (por meio de agentes financeiros credenciados) ou com terceiros, com objetivo de viabilizar o acesso a crédito ou melhorar condições de contratação de empréstimos para empresas e empreendedores de menor porte.

Canal MPME

A plataforma Canal MPME – um dos resultados da transformação digital pela qual o Banco vem passando nos últimos anos – disponibiliza soluções financeiras e não financeiras às MPMEs, com o objetivo de apoiá-las no desenvolvimento de seus negócios. Visando uma melhor experiência final do cliente, traça-se uma identificação entre os interesses de MPMEs, MEIs ou empreendedores pessoas físicas e os dos parceiros que concedem crédito e oferecem serviços no canal.

Chegamos, em 2025, a um total de dez *fintechs* de crédito e quatro de eficiência financeira ativas na plataforma, além de 24 bancos comerciais, bancos de cooperativas, bancos de desenvolvimento regional e instituições repassadoras de microcrédito ativos ao final do segundo semestre. Já foram aprovadas 28,5 mil propostas e contratados R\$ 4,7 bilhões por meio da plataforma desde seu lançamento em 2017. O canal já foi utilizado por empreendedores de todos os municípios brasileiros, com contratações registradas em todos os estados. Das operações de crédito, 60% foram efetuadas fora das capitais. Além disso, mais de 12 mil empresas contrataram sistemas de gestão disponibilizados pelo canal.

Dando continuidade às iniciativas de inovação, concluímos, em 2025, consulta pública lançada no final de novembro de 2024, bem como lançamos o edital para o Contrato Público de Solução Inovadora (CPSI). Ao longo do ano de 2026 será desenvolvida e testada, em caráter experimental, uma solução, com base em inteligência artificial, com objetivo de melhor qualificar e segmentar as micro e pequenas empresas do canal.

Rede de parceiros de crédito e desconcentração bancária

Contamos com uma rede de agentes financeiros credenciados, como agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito e bancos cooperativos, bancos privados e públicos, que operam com nossos recursos em grande parte do território nacional. Atuamos continuamente para ampliar essa rede de modo a contribuir para a desconcentração bancária, que acreditamos ser condição importante para a democratização do crédito no país.

Esse modelo de atuação, também adotado por bancos de desenvolvimento internacionais como o Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW) e o British Bank, permite uma maior capilaridade do crédito em todo o território nacional e contribui para ampliar a concorrência no setor bancário brasileiro.

Nos últimos cinco anos, alcançamos mais de 95% dos municípios. Ao fim de 2025, havia mais de noventa instituições financeiras credenciadas para ofertar linhas de financiamento (operações indiretas), fornecer fianças a operações diretas do BNDES ou utilizar os fundos garantidores. Se incluirmos os parceiros que operam microcrédito (Oscips) e *fintechs* que oferecem crédito com linhas próprias pelo Canal MPME, são mais de 111 instituições.

PROJETOS DE DESTAQUE:

- » Implantação de unidade de cogeração de energia, por biomassa, visando a autossuficiência elétrica para o funcionamento do novo parque de produção de etanol, grãos de destilaria secos com solúveis (DDGS, na sigla em inglês) e óleo de milho em Uruçuí (PI), via Banco do Nordeste (BNB) – R\$ 150 milhões, sendo R\$ 107 milhões para a aquisição de equipamentos nacionais, para a Brasbio Brasil Bioenergia S.A. O apoio visa contribuir para a criação de 186 empregos e o aumento da capacidade instalada de geração de energia por biomassa (de 0 para 24MW).
- » Implantação de uma nova unidade industrial voltada à conversão de resíduos de papel e papelão em biomassa em Coronel Freitas (SC), via Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) – R\$ 3 milhões, sendo R\$ 689 mil para capital de giro, para a Papel Top Embalagens Ltda. O apoio visa contribuir para o aumento do número de empregos e da capacidade de produção de produtos de alto valor agregado (de 0 para 4 toneladas/dia).



FUNDO GARANTIDOR BNDES-SEBRAE (FG BNDES-SEBRAE)



Em 2025, estreitamos nosso relacionamento com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em razão do início das operações do Fundo Garantidor BNDES-Sebrae. O fundo, que conta com a participação do BNDES, na proporção de 20% do capital, e do Sebrae, com 80%, visa facilitar o acesso ao crédito para microempreendedores individuais (MEI) e empresas de pequeno porte, por meio do reforço de garantias às instituições financeiras que operam na ponta. No ano, foram alavancados R\$ 3,2 bilhões em crédito com a concessão de garantias pelo fundo para 15,4 mil operações.

Detalhes sobre nosso apoio por meio de garantias podem ser encontrados nos capítulos [O que fazemos?](#) e [Destaques em 2025](#).

avalia a conformidade dessas operações por amostragem, levando em conta fatores de risco e materialidade, em observância às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Atuamos como um dos principais repassadores dos PAGFs no âmbito dos Planos Safra. Em 2025, aprovamos R\$ 35 bilhões em operações de crédito com recursos desses programas – R\$ 13,1 bilhões referentes ao Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2024-2025 (janeiro a junho) e R\$ 21,9 bilhões ao PAP 2025-2026 (julho a dezembro), sendo:

- » R\$ 21 bilhões destinados a programas da agricultura empresarial, como o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) e o Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).
- » R\$ 14 bilhões destinados a programas da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Foram relevantes para esse desempenho os repasses realizados por bancos cooperativos e pelo sistema de cooperativas de crédito, que viabilizaram a concessão de cerca de 72% dos recursos totais.

Também apoiamos o setor com o BNDES Crédito Rural, criado com o objetivo de manter uma oferta de crédito contínua ao setor, complementando os PAGFs e garantindo uma fonte perene de recursos à agropecuária. Em 2025, foram aprovados R\$ 8,3 bilhões no âmbito do produto. Desde seu lançamento, em 2020, até o fim de 2025, já são mais de R\$ 36,7 bilhões financiados em mais de 52 mil operações.

Liquidação de dívidas rurais para quem teve perda de safra

Em 2025, lançamos o Programa BNDES para Liquidação de Dívidas Rurais, instituído pela Medida Provisória 1.314/2025 e pela Resolução CMN 5.247/2025, que tem como objetivo apoiar produtores rurais, associações, condomínios rurais e cooperativas agrícolas que sofreram perda de safra e estão localizados em municípios que, entre 2020 e 2024, tiveram a declaração de estado de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidas pelo Governo Federal, em decorrência de eventos climáticos adversos. O programa visa permitir a liquidação ou amortização de suas dívidas, contribuindo, assim, para o restabelecimento da capacidade produtiva do setor.

Ao menos 40% dos recursos do orçamento do programa, que é de R\$ 12 bilhões, estão reservados para produtores beneficiários do Pronaf e do Pronamp, segmentos mais vulneráveis aos efeitos das perdas de safra. Ao longo de 2025, foram aprovados R\$ 5,6 bilhões em cerca de 20,6 mil operações no âmbito do programa, sendo 63% para Pronaf e Pronamp.

AGROPECUÁRIA

Apoiamos o setor com o objetivo de promover a sustentabilidade e a competitividade da produção de biocombustíveis e de alimentos, incentivando e contribuindo para a disseminação de técnicas como agropecuária de baixo carbono e de precisão. As soluções financeiras atendem produtores e empresas de todos os portes, desde o agricultor familiar até as grandes cooperativas e empresas do agronegócio.

A maior parte de nossos financiamentos ao setor são realizados indiretamente. A análise dos aspectos socioambientais dos empreendimentos é de responsabilidade dos agentes repassadores e é realizada com base em critérios definidos por normativos internos do BNDES e normativos externos aplicáveis. Os agentes financeiros também avaliam os riscos e realizam o acompanhamento dos financiamentos. O BNDES, por sua vez,



Biocombustíveis

Em 2025, a demanda de crédito para produção de biocombustíveis atingiu o maior patamar desde 2010. Foram aprovados mais de R\$ 6,4 bilhões, dos quais quase R\$ 5 bilhões para a produção de etanol, contribuindo para as metas de redução de emissões de carbono do Brasil.

Entre os projetos aprovados em 2025, destacam-se sete operações de crédito que totalizaram mais de R\$ 1,8 bilhão em investimentos, financiados com recursos do Fundo Clima:

CLIENTE	VALOR	PROJETO
São Martinho S.A.	R\$ 500 milhões	Implantação de nova unidade de produção de etanol de milho em Quirinópolis (GO)
Inpasa Agroindustrial S.A.	R\$ 350 milhões	Implantação de nova unidade de produção de etanol de milho em Luís Eduardo Magalhães (BA)
Biomil Etanol Ltda.	R\$ 310 milhões	Implantação de nova unidade de produção de etanol de milho em Tupaciguara (MG)
Neomille S.A.	R\$ 240 milhões	Ampliação de unidade de produção de etanol de milho em Chapadão do Céu (GO)
Vale do Pontal Açúcar e Etanol S.A.	R\$ 220 milhões	Produção de etanol de cana-de-açúcar e geração de energia em Limeira do Oeste (MG)
Cooperativa Agroindustrial Alfa	R\$ 185,109 milhões	Implantação de nova unidade de produção de <i>biodiesel</i> em Chapecó (SC)
Vaccaro Indústria de Derivados Vegetais Ltda.	R\$ 54 milhões	Implantação de nova unidade de produção de <i>biodiesel</i> em Erechim (RS)

Agricultura familiar

Em relação à inclusão social e produtiva com foco na agricultura familiar, atuamos com recursos não reembolsáveis, visando incentivar a transição para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, contribuir para adaptação às mudanças climáticas, elevar a produtividade, aumentar e estabilizar a renda familiar, ampliar a segurança alimentar e a manutenção de jovens em atividade nas áreas rurais.

Detalhes de projetos de agricultura familiar e cooperativismo realizados em articulação com entes governamentais ou com foco na atuação do BNDES nos territórios, como o Ecoforte Redes, o Sertão + Produtivo, Segurança alimentar, entre outros, podem ser encontrados no capítulo [Desenvolvimento social e regional e gestão pública](#).

Detalhes de projetos de agricultura familiar no âmbito do Fundo Amazônia, relacionados à prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia Legal podem ser encontrados no capítulo [Meio ambiente e clima](#).

COOPERATIVISMO

Construímos parcerias com bancos cooperativos e cooperativas de crédito, com o intuito de viabilizar a concretização de projetos de MPMEs e produtores rurais em todo o Brasil, permitindo que o crédito extrapole as capitais e grandes centros urbanos e chegue a cidades do interior. Contamos, atualmente, com sete instituições credenciadas a repassar nossas linhas de crédito: Sicredi, Sicoob, Cresol, Ailos, Credicoamo, Credisis e Credicoopavel.

Em 2025, essas instituições foram responsáveis por aprovar 245 mil operações de crédito, o que corresponde a mais de 72% do número de operações aprovadas por meio de nossa rede de parceiros financeiros, no valor de R\$ 38,4 bilhões.

Entre as soluções financeiras voltadas exclusivamente para o desenvolvimento do segmento, destacamos o Programa BNDES Procapcred, que visa fortalecer a estrutura patrimonial das cooperativas de crédito, oferecendo financiamento direto aos associados para aquisição de cotas-partes do capital de cooperativas singulares de crédito. Em 2025, foram aprovadas 62,1 mil operações no valor total de R\$ 1,2 bilhão.



MERCADO DE CAPITAIS



Objetivo estratégico: *fomentar o mercado de capitais e a atuação internacional do BNDES para contribuir com o desenvolvimento sustentável*

No período de 2019 a 2022, nossa atuação no mercado de capitais foi marcada pela estratégia de desinvestimento da carteira. A partir de 2023, em linha com a estratégia do Sistema BNDES de retomada do seu papel como provedor de recursos para projetos estruturantes do país, a BNDESPAR interrompeu o ritmo dos desinvestimentos e passou a focar na reconstrução de sua estrutura dedicada à análise de novas oportunidades de investimentos em valores mobiliários de renda variável.

O fomento ao mercado de capitais brasileiro foi então reinserido na nossa estratégia de longo prazo. Com essa mudança de direcionamento estratégico, a governança do tema e os processos e controles internos foram revisados e fortalecidos, garantindo maior transparência aos novos investimentos e à nossa atuação. Como resultado, em 2024, o Conselho de Administração aprovou a [Estratégia de Investimentos em Renda Variável do Sistema BNDES](#). Também foi estabelecida uma vertente prioritária de atuação, com foco em uma agenda verde, voltada para a transição ecológica justa e a descarbonização. [\[GRI 3-3\]](#)

No bojo desse trabalho de fortalecimento da esteira de governança de mercado de capitais, os processos de análise passaram a espelhar, tanto quanto possível, os fluxos operacionais típicos das operações de crédito, inclusive no que se refere à submissão das operações de mercado de capitais ao [Regulamento Socioambiental e Climático do Sistema BNDES](#).

Com relação ao investimento direto, foi aprovado, ainda em 2024, normativo que autoriza a contratação de auditores externos para a realização de procedimento de *due diligence* previamente à execução do aporte pela BNDESPAR, o que contribui para mitigar os riscos inerentes ao investimento em companhias fechadas e não listadas em mercado organizado.

O BNDES tem, ainda, como diretriz estratégica a mobilização de recursos de investidores internacionais, tanto para o próprio capital do BNDES quanto para investimentos em projetos no Brasil. Essa diretriz busca atender às necessidades orçamentárias de investimentos e futuros desembolsos, inserindo-se no contexto dos objetivos estratégicos de ampliar e diversificar o *funding* do Banco e desenvolver novos instrumentos de captação de mercado, em complemento às fontes tradicionais de recursos.

Nesse sentido, o BNDES realiza operações de captação de recursos com organismos internacionais e nos mercados externo e interno, inclusive por meio da emissão de instrumentos incentivados de renda fixa de mercado, como as letras de crédito do desenvolvimento (LCD). As parcerias mobilizadoras de recursos formalizadas em 2025, além de resultarem do reforço do nosso relacionamento institucional internacional e com investidores, posicionam o BNDES como instituição relevante nos mercados externo e interno, fomentam o mercado de capitais brasileiro e contribuem para tornar o Brasil destino final de investimentos estrangeiros.

Na tabela a seguir, apresentamos os indicadores estratégicos de negócio do tema mercado de capitais e de seu respectivo objetivo estratégico. Como se pode observar, em 2025 tivemos desempenho acima das metas estipuladas para o setor.

Em relação ao indicador “quantidade de operações de mercado de capitais aprovadas”, parte do desempenho positivo decorre do retorno dos investimentos diretos em operações de subscrição de valores mobiliários, da realização de operações relevantes de reciclagem da carteira e do reforço das parcerias institucionais no fomento a empresas brasileiras de pequeno e médio porte. Em relação a “quantidade de parcerias mobilizadoras de recursos”, destacam-se as parcerias relacionadas à COP30. Já o número significativo de ofertas públicas coordenadas acompanha um momento de aumento significativo do mercado de debêntures, especialmente no setor de energia.

INDICADOR ESTRATÉGICO	META	REALIZADO ATÉ 31.12.2025	DESEMPENHO
Quantidade de operações de mercado de capitais aprovadas	18	34	188,889%
Quantidade de parcerias mobilizadoras de recursos	16	26	162,500%
Quantidade de ofertas públicas coordenadas	12	17	141,667%

ATUAÇÃO VIA FUNDOS [GRI 3-3]

Em nossa atuação via fundos, buscamos construir portfólios que contribuam para a sustentabilidade financeira do Sistema BNDES e para o alcance de seus objetivos estratégicos, de forma complementar à nossa atuação, por meio de instrumentos de crédito e participações acionárias diretas.

Nesse contexto, em 2025, subscrevemos cotas de quatro novos fundos de investimento, nos quais comprometemos mais de R\$ 1 bilhão, alavancando cerca de R\$ 4,1 bilhões com outros investidores privados e institucionais. Esses fundos irão apoiar os seguintes temas estratégicos, proporcionando maior capilaridade à nossa atuação:

- » **Infraestrutura:** investimentos no Fundo Pátria V, cuja tese é investir em ativos e/ou projetos de infraestrutura no Brasil, em segmentos como rodovias, transporte e logística (mobilidade urbana), infraestrutura de dados (*data centers*), energia e saneamento. O montante aprovado foi de até R\$ 500 milhões, limitado a 25% do capital subscrito total da estrutura de fundos. Além disso, aprovamos o investimento de até R\$ 100 milhões (limitado a 25% do capital subscrito total) no Kinea Coinvestimento I, veículo de coinvestimento estruturado pelo gestor para complementar o investimento do fundo Kinea Infra I na *holding* Rotas do Brasil, plataforma do setor de rodovias.
- » **Neoindustrialização e inovação:** no espaço de inovação, subscrevemos cotas em um fundo de investimento em participações (FIP) focado no setor de saúde. O fundo, gerido pela DNA Capital Consultoria LTDA., foi selecionado por meio da Chamada Pública para Fundos de Capital Semente e *Venture Capital*, realizada em 2023. A política de investimento do FIP prevê o apoio a empresas que: (i) desenvolvam e/ou utilizem *softwares* que auxiliem a cadeia de valor de saúde; (ii) prestem serviços para a cadeia de valor da saúde; (iii) prestem serviços relacionados

à educação de profissionais da área de saúde; (iv) desenvolvam produtos, serviços ou tecnologias para atender o público de pessoas com deficiências (PCDs); e/ou (v) desenvolvam outras atividades relacionadas à área da saúde, em setor estratégico para o BNDES. O investimento da BNDESPAR será de até R\$ 125 milhões, limitado a 25% de participação na estrutura.

- » **Economia verde e mudanças climáticas:** firmamos o compromisso de investir até R\$ 300 milhões (limitado a 25% do capital comprometido da estrutura de investimento) no FIP TRF I B (The Reforestation Fund), fundo focado em projetos que realizam, de forma combinada, a restauração de mata nativa e o reflorestamento de áreas degradadas, com florestas comerciais sustentáveis, promovendo tanto a recuperação ambiental quanto a produção responsável. O objetivo é mobilizar cerca de R\$ 4 bilhões em investimentos para recuperar, preservar e reflorestar aproximadamente 190 mil hectares de áreas degradadas no Brasil. Além de restaurar ecossistemas, a iniciativa busca gerar créditos de carbono por meio de soluções baseadas na natureza, estimular a criação de empregos e renda nas comunidades próximas às áreas recuperadas e favorecer o fortalecimento da biodiversidade local.

Em 2025, também foi aprovada a contratação do fundo selecionado no âmbito da Chamada Pública para Seleção de Fundo de Investimento em Participações no Setor de Mineração, realizada em 2024, em parceria com a Vale S.A. O fundo visa apoiar companhias com projetos para pesquisar, desenvolver, implantar ou operar minas de minerais estratégicos, com foco na transição energética e descarbonização, e em minerais usados na fertilização do solo. O fundo selecionado, apresentado pelos cogestores Ore Investments e Régia Capital, tem capital comprometido alvo de até R\$ 2 bilhões, no qual BNDES e Vale S.A. investirão até R\$ 250 milhões cada. O fundo está em processo de captação, com a subscrição de cotas prevista para 2026.

Outra contratação aprovada foi a do Antler Brasil I FIP, selecionado por meio da Chamada Pública para Fundos de Capital Semente e *Venture Capital*, realizada em 2023. O fundo tem por objetivo investir prioritariamente em *startups* selecionadas pela Antler Brasil, consultor especializado do fundo, no âmbito de seu Programa de Residência, com estratégia de investimento focada em *startups* de tecnologia que demonstrem alto potencial de escala e crescimento. O fundo contará com incentivo para realização de investimento em empresas oriundas do BNDES Garagem, o programa de aceleração de *startups* do Sistema BNDES. A efetiva subscrição de cotas desse fundo pela BNDESPAR está prevista para 2026.

Adicionalmente, foi aprovado o investimento no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc), cujo objetivo central é atuar como mecanismo de apoio ao ecossistema de negócios da Padtec S.A., na condição de originadora do fundo. A iniciativa visa ampliar o acesso ao crédito, com foco prioritário em empresas de menor porte, utilizando *funding* proveniente do Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). A estruturação da operação buscou: (i) combinar o suporte à indústria e à tecnologia nacional; (ii) promover a inclusão digital em escala; (iii) contribuir para o equilíbrio regional; (iv) fomentar a transformação produtiva; e (v) utilizar instrumentos do mercado de capitais como vetor de alavancagem financeira, gerando impacto múltiplo. O investimento está alinhado às prioridades estratégicas definidas para o Sistema BNDES no período de 2025 a 2029. O fundo contará com patrimônio comprometido de até R\$ 100 milhões, com participação de até 80% do Sistema BNDES.

Ainda em 2025, a gestora Canary apresentou solicitação de apoio financeiro à BNDESPAR, na qualidade de cotista, para o FIP Canary IV, cuja tese de investimento contempla empresas brasileiras de base tecnológica em diferentes níveis de maturidade, notadamente aquelas que estão em estágios iniciais de desenvolvimento. A Diretoria Executiva da BNDESPAR aprovou, em dezembro de 2025, a contratação do fundo, cujo capital comprometido estimado é de R\$ 610 milhões, dos quais a BNDESPAR aportará até R\$ 150 milhões, limitado a 25% do fundo. Um dos principais méritos do investimento da BNDESPAR no FIP Canary IV é contribuir para a atração de recursos internacionais a serem investidos no Brasil. Antes do início das tratativas com a BNDESPAR, a Canary indicava a intenção de alocar até 70% dos recursos do fundo *offshore* no país. Após o aporte da BNDESPAR, o fundo passou, segundo a gestora, a prever a destinação de aproximadamente 90% de seus recursos totais para investimentos em *startups* brasileiras. Destaca-se que esse foi outro fundo em que foi possível incluir incentivos para realização de investimentos em *startups* oriundas do BNDES Garagem.

Em 2025, a BNDESPAR, em parceria com a Petrobras e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), atuando como cotistas âncora, lançou o edital de chamada pública para seleção de gestor de FIP voltado a micro, pequenas e médias empresas (MPME) de base tecnológica nos setores de transição energética e de descarbonização. O fundo, gerido pela Valetec, terá capital comprometido alvo de R\$ 500 milhões, com aportes previstos da BNDESPAR de, no mínimo, R\$ 50 milhões, e, no máximo, R\$ 125 milhões, limitados ao percentual máximo de 25% de participação no capital comprometido do fundo. Já a Petrobras e a Finep poderão aportar, respectivamente, até R\$ 250 milhões (limitados a 49% do capital comprometido do fundo) e R\$ 60 milhões. O fundo deverá contar também com a participação de outros investidores interessados na tese orientada.

Além disso, a BNDESPAR realizou a chamada pública para seleção de gestor para FIP que terá como objetivo investir em MPMEs e fomentar *startups* que possam contribuir para o fortalecimento e adensamento tecnológico do ecossistema de inovação do complexo econômico-industrial da saúde no Brasil. Foi selecionada a proposta apresentada pela KX Ventures Ltda., como gestora, e IKJ Capital LLC, como consultora. O fundo terá capital mínimo de R\$ 200 milhões e contará com o apoio inicial das três instituições envolvidas no lançamento do edital: a BNDESPAR deverá aportar, no mínimo, R\$ 50 milhões, e, no máximo, R\$ 125 milhões; a Finep e o Butantan deverão aportar, cada um, pelo menos R\$ 50 milhões. O fundo deverá contar com a participação de outros investidores interessados no setor.

No mesmo ano, a BNDESPAR lançou chamada pública para selecionar até cinco fundos de índice (ETF, na sigla em inglês), com previsão de investimentos de até R\$ 1 bilhão ao longo de 2026. A iniciativa reforça o histórico da BNDESPAR no desenvolvimento da indústria de ETFs no Brasil e busca estimular a ampliação da base de investidores, fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras e aprofundar as práticas de gestão passiva no país.

Finalmente, o ano foi marcado pela Chamada Pública de Mitigação Climática (Chamada de Clima). Lançada em setembro, teve como objetivo a contratação de fundos de *private equity* e de crédito voltados prioritariamente ao financiamento de projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, restauração ecológica, reflorestamento e conservação florestal. A iniciativa mobilizou significativamente o mercado: foram recebidas 45 propostas de fundos de investimento, das quais sete foram selecionadas. O capital comprometido da BNDESPAR nos sete fundos selecionados poderá alcançar até R\$ 4,3 bilhões, com potencial de alavancagem de até R\$ 16,2 bilhões em recursos adicionais do mercado.

Os fundos selecionados na modalidade soluções baseadas na natureza destacam-se por iniciativas voltadas à recuperação de áreas degradadas por meio de projetos de restauração de florestas nativas, abrangendo o Arco da Restauração na região amazônica, além dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Estão previstas, ainda, ações de restauração produtiva por meio de sistemas agroflorestais e de silvicultura sustentável, com integração lavoura-pecuária-floresta. Esses fundos têm como meta a restauração de mais de 90 mil hectares nesses três biomas.

Já os fundos selecionados na modalidade transformação ecológica (TE) apresentam teses de investimento focadas em áreas estratégicas, como indústria de baixo carbono (aço e cimento verdes, minerais críticos, hidrogênio, biomassa, eficiência energética, logística e armazenamento, além da eletrificação da mobilidade urbana), resíduos e economia circular (reciclagem de resíduos urbanos e industriais, biogás e biometano, biocombustíveis, logística reversa e saneamento), sistemas alimentares sustentáveis (agricultura de baixo carbono, bioinsumos, redução de emissões de metano e bioeconomia circular), além de energia renovável, eletrificação, monitoramento, sensores digitais e sistemas de armazenamento de energia.



Fundos *equity* selecionados:

FUNDO	APORTE/INVESTIMENTO
Modalidade TE	
Catalytic Transition Fund Brazil FIP	Aporte de até R\$ 1 bilhão pela BNDESPAR
EB Clima II – Transição Energética & Descarbonização FIP	Investimentos de até R\$ 500 milhões
Generation Just Climate Brasil FIP	Aporte de até R\$ 800 milhões
Modalidade SBN	
Patria Latam Reforest Fund I FIP	Investimentos de até R\$ 500 milhões
The Amazon Reforestation Fund II FIP – Mombak	Aporte de até R\$ 500 milhões

Além dos fundos de *equity*, foram selecionados dois **fundos de crédito**:

FUNDO	APORTE/INVESTIMENTO
Vinci Crédito Soluções Climáticas	Investimentos de até R\$ 500 milhões
Clima Riza Fama	Investimentos de até R\$ 500 milhões

Os investimentos na agenda climática contribuem para a transição para uma economia sustentável e neutra em carbono, apoiando a transição energética, a indústria verde, o desenvolvimento de infraestrutura e transporte de baixo carbono, bem como o fortalecimento da agropecuária sustentável. Adicionalmente, promovem a ampliação das ações de conservação e restauração de biomas, o fortalecimento da bioeconomia da sociobiodiversidade e a adaptação das atividades econômicas, da infraestrutura e das cidades aos impactos das mudanças climáticas.



BNDES GARAGEM

O BNDES Garagem tem como objetivo impulsionar negócios de impacto voltados à resolução de desafios sociais ou ambientais. Em 2025, lançamos o segundo ciclo de aceleração de *startups* da 3ª edição do programa, que recebeu mais de 1.800 inscritos de todas as regiões do país, mantendo o patamar recorde alcançado no ano anterior.

Foram selecionadas cem *startups*, com critérios baseados no impacto e na capacidade de escala das soluções desenvolvidas pelos negócios, bem como em critérios de diversidade regional, racial e de gênero. O anúncio do resultado da seleção ocorreu durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA). A temática de maior representatividade entre os negócios de impacto selecionados foi a de economia verde e descarbonização, equivalente a 38% do total.

Outras verticais prioritárias dentre os negócios participantes do programa são: saúde, educação, economia azul, economia da periferia e segurança pública.

Ainda em 2025, foi aprovada a ampliação da premiação do programa, incluindo uma nova categoria: Prêmio BNDES Garagem Mais Brasil. A premiação é destinada exclusivamente aos negócios das regiões Norte e Nordeste e àqueles voltados para a economia da periferia. Os participantes que se destacam durante a aceleração receberam premiação no valor de R\$ 920 mil, distribuída para 16 negócios.

Mais informações sobre o programa e negócios acelerados podem ser acessadas em: www.garagem.bndes.gov.br.

COORDENAÇÃO DE OFERTAS PÚBLICAS DE RENDA FIXA [GRI 3-3]

Em 2025, consolidamos ainda mais nossa posição como agente fundamental no mercado de capitais, aprovando 17 ofertas públicas de debêntures destinadas à captação de recursos para a realização de investimentos no setor de infraestrutura, que totalizaram aproximadamente R\$ 35,4 bilhões, volume superior aos R\$ 33,1 bilhões registrados em 2024.







É nosso compromisso promover continuamente o desenvolvimento do mercado de capitais e atuar de forma complementar ao mercado privado, canalizando recursos públicos e privados para ampliar os investimentos no país, sobretudo nos setores de logística e transporte, energia, mobilidade urbana e saneamento básico.

Atuamos coordenando operações significativas em todas as cinco regiões do país ao longo do ano, reforçando nosso papel essencial no fomento ao desenvolvimento regional brasileiro, especialmente em infraestrutura. Em um cenário de forte retomada e crescimento do mercado de crédito privado, no qual se destacou o aumento expressivo das emissões de debêntures incentivadas, ampliamos nossos esforços de distribuição desses títulos, diversificando e ampliando as fontes de recursos à disposição dos projetos financiados pelas emissões coordenadas. Essa estratégia permitiu não apenas mobilizar um volume recorde de emissões, mas também consolidar a confiança dos investidores privados, fortalecendo o ambiente para a captação de recursos em renda fixa.

Assim como em 2024, mais da metade do volume das operações que aprovamos em 2025 foi para o setor de logística rodoviária, com destaque para a emissão de R\$ 8,6 bilhões pela EPR Iguazu S.A., que representou a segunda maior emissão de debêntures coordenada pelo BNDES e a maior emissão de debêntures do mercado brasileiro em 2025. Os recursos captados se destinaram ao financiamento de investimentos no sistema rodoviário BR-163/277/469/PR e PR-158/180/182/280/483. A emissão de EPR Iguazu S.A. se destacou também por contar com instrumentos do Pacote de Estabilização de Funding para Infraestrutura (Pefi) lançado pelo BNDES em 2025 para viabilizar financiamento a projetos oferecendo condições mais flexíveis, com possibilidades de repactuação ao longo do ciclo de vida.

Nossa atuação ao longo de 2025 também incluiu projetos importantes nos setores de logística, com destaque para ampliação, expansão e exploração da infraestrutura de 11 aeroportos localizados em SP, MS, PA e MG. Em 2025, foi aprovada também a primeira oferta no mercado brasileiro de debêntures de infraestrutura, no âmbito da Lei 14.801/2024, de emissão da Eldorado Brasil Celulose S.A.

Das 17 ofertas coordenadas aprovadas em 2025, três contaram com certificação sustentável.

SETOR	VOLUME TOTAL DAS OFERTAS COORDENADAS
 Rodoviário	21,420 bilhões
 Saneamento	2,295 bilhões
 Logística	8,300 bilhões
 Energia	3,276 bilhões
 Outros	0,150 bilhões
 TOTAL	35,441 bilhões

ATUAÇÃO VIA RENDA VARIÁVEL

Em 2025, a Diretoria Executiva do BNDES aprovou a atuação do Banco como coordenador de ofertas públicas de renda variável, buscando ampliar as fontes de recursos disponíveis para financiamento de projetos. Em linha com a estratégia do Banco, a BNDESPAR retomou as operações de investimento direto em renda variável.

Ao longo de 2025, foram aprovadas operações em ofertas privadas e públicas que somaram aproximadamente R\$ 1 bilhão, com destaque para os seguintes investimentos:

- » R\$ 114 milhões no Grupo Santa Clara, no segmento de bioinsumos;
- » R\$ 405,3 milhões na Eve Air Mobility, voltado à mobilidade aérea urbana;
- » R\$ 409 milhões na Cosan S.A., nos setores de energia renovável e infraestrutura; e
- » R\$ 85,8 milhões na Bioo, com foco em economia circular e produção de biometano.

TEMA MATERIAL

[GRI 3-3]

ATUAÇÃO EMERGENCIAL



Nos últimos anos, foi possível observar o aumento na ocorrência de eventos emergenciais não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, caracterizados por eventos climáticos extremos e outras situações adversas, de grande impacto social, econômico e ambiental. O aquecimento global vem acelerando a incidência e intensidade de eventos dessa natureza, impondo desafios ao poder público, à população, ao setor produtivo e, também, aos bancos de desenvolvimento (BD), que vêm sendo chamados a atuar por meio de soluções financeiras que possam auxiliar tanto na resposta a desastres quanto em atividades de prevenção, mitigação e adaptação climática. Em contextos de instabilidade, quando o crédito privado recua e os riscos aumentam, os BDs exercem papel estratégico e anticíclico, tornando-se ainda mais relevantes para a estabilização financeira, oferta de liquidez e redução de riscos sistêmicos.

A relevância da atuação emergencial pode ser observada na sua incorporação na nossa Estratégia de Longo Prazo 2026-2030, que agora contempla o **tema estratégico de negócios “Emergencial”** e diretrizes estratégicas que nos orientam a atuar em respostas às situações de emergências sociais, ambientais e/ou econômicas, contribuindo na reparação, recuperação e restauração dos territórios e a promover a adaptação e a resiliência do país a eventos climáticos extremos ou desastres naturais, por meio do apoio, em cooperação com órgãos de governo, a ações preventivas e emergenciais de remediação e reconstrução.

Nossa atuação emergencial conta com instrumentos de apoio e uma governança própria, que prevê a instalação de um gabinete emergencial, um conselho executivo, uma secretaria executiva e de forças-tarefa emergenciais sempre que necessário, com matriz de responsabilidades previamente definidas para maior agilidade durante as ocorrências.

Nossos principais instrumentos para esse tipo de apoio são:

- » **Standstill:** suspensão temporária de pagamentos de parcelas de principal e juros dos contratos de colaboração financeira e de debêntures simples, atuando de maneira imediata para estabilizar liquidez e evitar rupturas produtivas.
- » **Programas emergenciais de crédito:** linhas de crédito emergencial disponibilizadas nas modalidades direta e indireta para recompor capital de giro, viabilizar investimentos prioritários e apoiar a retomada da atividade econômica, bem como a reconstrução de ativos em áreas atingidas por eventos extremos. São incentivadas pelo governo, com recursos geralmente oriundos da autorização do uso emergencial de fundos, ou oferecidas pelo BNDES com recursos próprios, por meio de linhas complementares que visam aumentar a oferta de crédito e ampliar o apoio aos afetados.
- » **Concessão de garantias:** viabilização de garantias, como no Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), originário do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI). Os instrumentos de garantia visam mitigar risco de crédito e viabilizar operações que, dadas as condições excepcionais do desastre, dificilmente seriam possíveis apenas com a exposição dos agentes financeiros. De maneira geral, o FGI é utilizado principalmente por pequenos empresários, facilitando o seu acesso ao crédito.

Durante a pandemia da Covid-19, atuamos com uma série de medidas emergenciais para ajudar o país a enfrentar seus efeitos econômicos e impactos sociais. Foram criadas linhas emergenciais para os setores da saúde (para capital de giro, ampliação de leitos e compra de equipamentos e insumos, inclusive com ferramentas de financiamento coletivo, como o programa Salvando Vidas), do audiovisual, de energia e sucroalcooleiro. Também foi disponibilizado crédito para cadeias produtivas de grandes empresas e linha específica para folhas de pagamento, bem como ofertados recursos não reembolsáveis para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Além disso, foram oferecidas garantias por meio do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI Peac), principalmente para pequenas e médias empresas (MPME), e a suspensão de pagamentos para empresas, estados e municípios.

Nos últimos cinco anos, atuamos em três eventos emergenciais de grande impacto para o país: a pandemia da Covid-19, em 2020 e 2021; as enchentes no estado do Rio Grande do Sul, em 2024; e a imposição, em 2025, de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros destinados à exportação para os EUA (o chamado “tarifaço”). Esse último, ainda que não decorrente de um desastre natural, exigiu uma resposta rápida por parte do poder público, por meio da implementação do Plano Brasil Soberano, e uma atuação emergencial do BNDES, em razão das possíveis consequências econômicas para o país.

Em 2025, também iniciamos nossa atuação como administrador do Fundo Rio Doce, instituído no mesmo ano, cujo objetivo é financiar as medidas reparatórias e compensatórias destinadas às comunidades e à recuperação ambiental dos 49 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão em Mariana (MG), ocorrido em 2015.

APOIO EMERGENCIAL AO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Durante a tragédia resultante das enchentes do Rio Grande do Sul, fomos acionados para estruturar, em prazo reduzido, uma resposta emergencial capaz de preservar liquidez, garantir a continuidade produtiva e apoiar a retomada econômica das empresas afetadas. A partir de maio de 2024, ofertamos um conjunto integrado de soluções financeiras e operacionais que envolveram suspensão temporária de pagamentos (*standstill*), programas de crédito e mecanismos de garantia.

Por meio desses instrumentos, considerando operações diretas e indiretas, **469 municípios** foram apoiados, com **R\$ 19,4 bilhões em créditos** aprovados, **R\$ 5,3 bilhões em parcelas suspensas** e **R\$ 4,2 bilhões em garantias** concedidas por meio do FGI Peac Crédito Solidário RS. Além disso, a fim de prestar um apoio mais próximo aos atingidos pelo desastre, instalamos um posto avançado na capital do estado, Porto Alegre, para atendimentos presenciais a entidades e associações empresariais, sindicatos e prefeituras sobre as medidas emergenciais disponibilizadas pelo BNDES para apoio à retomada da economia gaúcha.

Em 2025, destacamos a conclusão do nosso apoio ao estado com o programa BNDES Fust Emergencial, criado para apoiar a recuperação da infraestrutura de telecomunicações nos municípios afetados por eventos climáticos extremos. Ao todo, foram aprovados R\$ 225 milhões em financiamentos, beneficiando 31 provedores, dos quais 54% são micro e pequenas empresas. O apoio abrangeu 84% dos municípios impactados, viabilizando o suporte direto para 602 mil pontos

de acesso em serviço de comunicação multimídia, por meio de crédito para capital de giro.

Outro destaque foi o resultado do nosso apoio à Fraport, concessionária que administra o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, realizado em 2024. O financiamento de R\$ 100 milhões permitiu minimizar os impactos para os usuários e para a economia local: em 2025, a movimentação de passageiros alcançou o patamar de R\$ 7,4 milhões, uma recuperação significativa em relação ao número de 2024, que foi de R\$ 3,4 milhões.

No ano, celebramos ainda acordo com o estado para a estruturação do Projeto Resiliência, Inovação e Obras para o Futuro do Rio Grande do Sul (Projeto RioS), voltado à formulação de um plano estratégico de resiliência climática de médio e longo prazo, com o objetivo de reduzir impactos e fortalecer a capacidade adaptativa do estado frente a eventos extremos. O acordo viabilizou a celebração de contrato de estruturação de projetos destinado ao desenvolvimento de soluções com abordagem integrada e replicável, alinhadas à promoção de soluções inovadoras para o setor público.

Também apoiamos o estado na elaboração dos projetos relativos à implementação do Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (Cegird) e do Centro Estadual de Logística Humanitária (Celog), viabilizando a realização de licitação pública para a implantação desses centros, considerados estratégicos para a política estadual de gestão de riscos e desastres. Os projetos envolvem investimentos estimados em R\$ 100 milhões e são relevantes para o fortalecimento da infraestrutura estadual voltada ao enfrentamento de eventos climáticos extremos.



PLANO BRASIL SOBERANO

A utilização de práticas protecionistas pelos EUA, que culminou nos episódios do tarifaço, em abril de 2025, e na prática de tarifas específicas para o Brasil, em agosto, trouxe um risco significativo para as exportações e as empresas nacionais e para o trabalhador brasileiro. A articulação diplomática e empresarial para ampliar a lista de produtos excepcionalizados, juntamente com iniciativas como o Plano Brasil Soberano, implementado pelo BNDES, ajudou a proteger empregos e a reduzir os impactos adversos para o Brasil, evitando maiores danos à economia doméstica.

O Plano Brasil Soberano foi instituído pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória 1.309/2025 e teve como objetivo apoiar exportadores brasileiros e seus fornecedores afetados pelas tarifas adicionais impostas ao Brasil pelos EUA. As medidas emergenciais foram implementadas por nós, por meio da oferta de crédito (direto e indireto) a exportadores de bens e seus fornecedores, viabilizada com recursos do Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Paralelamente, e com o objetivo de ampliar o público elegível, lançamos, com recursos próprios, o programa BNDES Crédito Emergencial Complementar. Dessa forma, nossos programas no âmbito do Brasil Soberano disponibilizaram R\$ 30 bilhões em crédito, além de R\$ 10 bilhões adicionais por meio do programa BNDES Complementar – Exportação. Para divulgação das medidas e esclarecimentos ao público elegível, empregados do Banco percorreram o país em caravanas.

Nesse contexto, foram aprovadas **1.386 operações**, totalizando **R\$ 19,6 bilhões**, sendo 47% (R\$ 9,2 bilhões) para a modalidade Giro Diversificação, que disponibilizou

capital de giro para exportadores buscarem novos mercados para seus produtos. A região Sudeste respondeu por aproximadamente 45% das aprovações e, a região Sul, por 38% das operações. Na modalidade Giro Emergencial, aprovamos R\$ 950 milhões em apoio para seis empresas exportadoras impactadas pelo aumento das tarifas, com o objetivo de manter a atividade econômica e preservar os empregos. Essas empresas, localizadas nos estados de São Paulo e Paraná, atuam nos setores de alimentos, madeira, energia e fabricação de lápis e artigos de escritório.

Ao ampliar o público-alvo das nossas linhas tradicionais de apoio à exportação, o Plano Brasil Soberano expandiu de forma significativa o alcance do nosso apoio ao comércio exterior brasileiro. Em especial, o valor aprovado para o setor de fabricação de produtos alimentícios quadruplicou em 2025, atingindo R\$ 2 bilhões, em comparação a R\$ 529,2 milhões em 2024.

No período, as aprovações destinadas a MPMes exportadoras cresceram de R\$ 346,3 milhões para R\$ 1,9 bilhão, enquanto aquelas direcionadas a exportadores das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste avançaram de R\$ 431,3 milhões para R\$ 2 bilhões, evidenciando a ampliação regional e setorial de nosso apoio. Cabe destacar também o apoio referente às operações diretas. Em cerca de três meses, foram aprovadas vinte operações (totalizando cerca de R\$ 2,6 bilhões).

Para garantir o atendimento célere e prioritário à demanda pelo Plano Brasil Soberano, foram realizados ajustes e evoluções operacionais não apenas nos procedimentos internos, mas também nos processos e sistemas voltados para a interação com os clientes. Nesse sentido, foi desenvolvida integração eletrônica

para obtenção de informações de elegibilidade de empresas interessadas em acessar o programa, custodiadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Tais dados foram utilizados para consumo interno e para viabilizar o desenvolvimento de um *site* destinado à consulta de elegibilidade por parte das empresas interessadas, mediante devida identificação por meio da apresentação de certificado digital e-CNPJ.

Os sistemas internos e externos foram adaptados para receber a demanda de forma estruturada e devidamente identificada, permitindo seu pronto direcionamento e tratamento. Essa priorização se refletiu na reorganização temporária interna para atender à demanda de novos clientes relacionados ao plano, bem como no tratamento preferencial para análise dos pedidos de apoio por parte das equipes operacionais. Em conjunto, essas medidas viabilizaram o atendimento tempestivo, resultando em um tempo médio de aprovação inferior a trinta dias.



FUNDO RIO DOCE

O [Fundo Rio Doce](#) é um instrumento financeiro criado em 2025 para gerir os recursos provenientes do novo acordo judicial firmado após o rompimento da barragem do Fundão em Mariana (MG), em 2015. O fundo receberá, ao longo de vinte anos, recursos aportados pelas empresas compromissárias (Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda.), cujos valores objetivam financiar as medidas reparatórias e compensatórias destinadas às comunidades e à recuperação ambiental, com foco na justiça social e no desenvolvimento sustentável das regiões afetadas, abrangendo 38 municípios mineiros e 11 capixabas, com uma população total de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas.

Dos recursos a serem repassados ao poder público, a União receberá R\$ 49,1 bilhões, valor que será depositado no Fundo Rio Doce e administrado pelo BNDES ao longo de 22 anos. Para isso, criamos uma unidade operacional específica, a Área de Enfrentamento de Eventos Extremos e Gestão do Fundo Rio Doce (ARD), com dois departamentos dedicados exclusivamente às ações institucionais e operacionais relacionadas ao fundo. Além de uma gerência operacional localizada no nosso escritório em Brasília, destaca-se a abertura de um novo escritório dedicado ao tema em Belo Horizonte (MG), mais próximo dos territórios atingidos.

O fundo é regulamentado por decreto do Presidente da República e tem um comitê gestor, denominado Comitê do Rio Doce, que estabelece as diretrizes das ações, aprova o plano anual de aplicação dos recursos e os relatórios de execução. Em seu primeiro ano de operação, o Fundo Rio Doce recebeu **R\$ 6,2 bilhões em aportes e rendimentos e repassou R\$ 1,8 bilhão** para ações de ministérios e entidades executoras.

Dos recursos liberados, a maior parte se destinou a programa de transferência de renda destinado a 35 mil agricultores familiares e pescadores artesanais que tiveram suas atividades impedidas em função do rompimento da barragem; e à saúde pública, no fortalecimento da rede de atendimento nos territórios, incluindo construção ou reforma de unidades básicas de saúde (UBS), unidades de pronto atendimento (UPA), centros de atenção psicossocial (CAPS) e policlínica. Também foram contemplados projetos para a retomada econômica, assistência social e contratação de assessorias técnicas independentes, em linha com o que foi determinado pelo acordo judicial.



AUXÍLIO A PRODUTORES AGROPECUÁRIOS COM PERDA DE SAFRA DECORRENTE DE ADVERSIDADES CLIMÁTICAS

Aprovamos, em setembro de 2025, em parceria com o Governo Federal, o [Programa BNDES para Liquidação de Dívidas Rurais](#), visando auxiliar a retomada da capacidade econômica e apoiar a recuperação dos produtores agropecuários que registraram perdas significativas de safra. Com orçamento de R\$ 12 bilhões, o programa tem como objetivo apoiar produtores rurais, associações, condomínios rurais e cooperativas agrícolas localizados em municípios que, entre 2020 e 2024, tiveram a declaração de estado de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal, em decorrência de eventos climáticos adversos. Saiba mais sobre o programa no capítulo [MPMEs, agropecuária e cooperativismo](#).

APOIO À REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS

Em novembro de 2025, durante a COP30, firmamos protocolo de intenções com a Marinha do Brasil e com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) que estabelece diretrizes para uma cooperação na agenda de redução de risco de desastres no país e fortalecimento da resiliência climática nacional. O acordo busca estimular a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação aplicados à previsão, monitoramento e resposta a eventos extremos. A proposta é que as três instituições iniciem a formação de uma rede que possa ser futuramente expandida e agregar institutos de pesquisa, especialistas em proteção e defesa civil e representantes do setor produtivo.

DESAFIOS E VISÃO DE FUTURO



A economia mundial está sendo impactada por três grandes transições estruturais. A primeira é a climática, que impõe os desafios de preservar e restaurar biomas, de desenvolver uma economia de baixo carbono e de promover a adaptação a eventos extremos. A segunda é a tecnológica, que traz os desafios de impulsionar a transformação digital dos setores produtivos, de aumentar investimentos em inovação e promover a educação, de modo a não comprometer a quantidade e a qualificação dos postos de trabalho na economia. A terceira é a social, com os desafios de lidar com o envelhecimento populacional e as mudanças na composição da força de trabalho, que demandam a expansão dos sistemas de saúde e de ações de inclusão.

Em meio a essas transições, o cenário mundial atual tem sido caracterizado pelo contexto geopolítico multipolar. Como resultado, o enfrentamento dos desafios elencados requer novas formas de diálogo e cooperação na diplomacia internacional. O protecionismo econômico aumentou, com a elevação das tarifas de importação pelo governo norte-americano por motivos alegados de soberania nacional. Ao longo de 2025, as restrições ao comércio passaram a ser usadas, na relação dos Estados Unidos da América (EUA) com diversos países, também como instrumento para pressões geopolíticas.

Nesse contexto, a implementação de políticas públicas nacionais e, em particular, a atuação de bancos de desenvolvimento devem ganhar ainda mais relevância. As políticas e ações desses bancos precisam também continuar a responder a demandas específicas dos países quanto à promoção do desenvolvimento dos setores produtivos e da infraestrutura, entre outras prioridades.

A estratégia do BNDES tem como visão para a instituição ser um banco de desenvolvimento sustentável, digital, inclusivo, inovador, industrializante e tecnológico.

Em sua vertente sustentável está a promoção da transição para uma economia de baixo carbono. Tal vertente está incorporada há muitos anos na atuação do Banco, em iniciativas de apoio à energia renovável, restauração ecológica, gestão do Fundo Amazônia, entre outras. Nossa estratégia compreende também a promoção da reindustrialização verde, com investimentos em tecnologias e práticas sustentáveis, e do aumento da resiliência dos territórios a eventos extremos, com o estímulo a investimentos em adaptação às mudanças climáticas. Devemos, ainda, realizar iniciativas por meio do mercado de capitais, focadas no desenvolvimento sustentável.

O BNDES digital, inovador, industrializante e tecnológico abrange estruturar e financiar projetos alinhados às missões da Nova Indústria Brasil (NIB), de estímulo às cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais; ao complexo industrial da saúde; à infraestrutura sustentável; à transformação digital da indústria; à bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas; e às tecnologias de defesa. Merece atenção também o apoio à mineração sustentável, com foco nos minerais estratégicos. O apoio à exportação deve ampliar a inserção das empresas brasileiras em diferentes mercados internacionais, em bens e serviços de maior valor agregado e em itens de média e alta intensidade tecnológica, adensando a cadeia de produção nacional.

A agenda de inclusão destaca a importância do apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME), diante de sua relevância para a geração de emprego e renda. Nesse âmbito está o estímulo à agropecuária sustentável e ao cooperativismo. Outras diretrizes são as do apoio ao microcrédito em todas as regiões do Brasil e ao empreendedorismo, em especial o feminino, o negro e o de grupos minorizados. Nossa estratégia coloca também a importância de atuar para aprimorar a gestão pública na oferta de serviços públicos essenciais e na promoção da cidadania, o que inclui o apoio a projetos de desenvolvimento e requalificação urbana e a investimentos em saúde e educação.

Para essa visão ser uma realidade, entendemos que transições associadas ao clima, à tecnologia e à sociedade têm que ocorrer no âmbito do próprio BNDES. Assim, adotamos práticas sustentáveis e procuramos aperfeiçoar competências ligadas à responsabilidade social, ambiental e climática. Buscamos a transformação digital do Banco, com os objetivos de aumentar a eficiência operacional e melhorar a experiência dos clientes. Promovemos um ambiente de trabalho inclusivo e respeitoso, com a valorização da diversidade.

Com ética, transparência e criatividade, tais ações e atitudes guiam nosso propósito de melhorar a vida de gerações, promovendo o desenvolvimento econômico, social e ambiental.



ANEXOS



SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI

Declaração de Uso: O BNDES relatou as informações citadas neste sumário de conteúdo da GRI para o período de 01.01.2025 a 31.12.2025, com base nas normas GRI.

GRI Usada: GRI 1: Fundamentos 2021

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
CONTEÚDOS GERAIS					
GRI 2 - Conteúdos gerais 2021	GRI 2-1	Detalhes da organização	17,18		
	GRI 2-2	Entidades incluídas no relato de sustentabilidade da organização	8, 99		
	GRI 2-3	Período de relato, frequência e ponto de contato	8, 99		
	GRI 2-4	Reformulações de informações	9, 67		
	GRI 2-5	Verificação externa	9		
	GRI 2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	15, 17, 18, 19, 84		
	GRI 2-7	Empregados	59, 60	6	5, 8
	GRI 2-8	Trabalhadores que não são empregados	63		8
	GRI 2-9	Estrutura de governança e sua composição	32, 47, 50, 51, 181		16
	GRI 2-10	Nomeação e seleção para o mais alto órgão de governança	51		16
	GRI 2-11	Presidente do mais alto órgão de governança	50		16
	GRI 2-12	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na supervisão da gestão dos impactos	17, 24, 25, 32, 47, 50	7	16
	GRI 2-13	Delegação de responsabilidade pela gestão de impactos	47, 52	7	16
	GRI 2-14	Papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no relato de sustentabilidade	8, 9		
	GRI 2-15	Conflitos de interesse	53		16
	GRI 2-16	Comunicação de preocupações cruciais	53		16
	GRI 2-17	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	51		16
	GRI 2-18	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	51		16
	GRI 2-19	Políticas de remuneração	54		16
	GRI 2-20	Processo para determinação da remuneração	54		16
	GRI 2-21	Proporção da remuneração total anual	65		16
	GRI 2-22	Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	4, 6	1, 7, 8, 9	2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
CONTEÚDOS GERAIS					
GRI 2 - Conteúdos gerais 2021	GRI 2-23	Compromissos de política	32, 34	Todos	Todos
	GRI 2-24	Incorporação de compromissos de política	19, 24, 32, 35, 36, 40	1, 2, 4, 5, 7	16
	GRI 2-25	Processos para reparar impactos negativos	39, 74, 75, 79, 87, 89	1, 8	16
	GRI 2-26	Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	79, 87, 89	1, 8	16
	GRI 2-27	Conformidade com leis e regulamentos	87	1, 8	16
	GRI 2-28	Participação em associações	76, 77		17
	GRI 2-29	<i>Abordagem para engajamento de stakeholders</i>	18, 71		17
	GRI 2-30	Acordos de negociação coletiva	65	3	8
TÓPICOS MATERIAIS					
GRI 3 - Temas materiais 2021	GRI 3-1	Processo de definição de temas materiais	9		
	GRI 3-2	Lista de temas materiais	9		
		Gestão dos temas materiais	24, 29, 31, 32, 34, 36, 40, 41	1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9	16
		- Agropecuária	10, 154	7, 8, 9	1, 2, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 15, 17
		- Apoio a MPMEs e cooperativismo	10, 114, 154	8, 9	1, 8, 10
	GRI 3-3	- Economia verde e mudanças climáticas	10, 43, 145, 159, 160	7, 8, 9	1, 2, 6, 10, 12, 13, 14, 15, 17
		- Infraestrutura	10, 114, 116, 160, 162	7, 8, 9	6, 7, 8, 9, 11, 13
		- Neointustrialização e inovação	10, 114, 126, 152, 160	7, 8, 9	1, 3, 4, 8, 9, 11, 13, 17
		- Atuação emergencial	10, 164	1,7	2, 3, 8, 9, 13
	GRI 101 - Biodiversidade 2024	GRI 101-1	Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade - Economia verde e mudanças climáticas	10, 33, 34, 145	7, 8, 9
GRI 203 - Impactos econômicos indiretos 2016	GRI 203-1	Investimentos em infraestrutura e apoio a serviços - Infraestrutura	10, 15, 38, 114		6, 7, 9, 11,13
	GRI 203-2	Impactos indiretos econômicos significativos - Agropecuária, Apoio a MPMEs e cooperativismo, Economia verde e mudanças climáticas, Infraestrutura, Neointustrialização e inovação	10, 15, 24, 38		2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
TÓPICOS MATERIAIS					
GRI 305 - Emissões 2016	GRI 305-1	Emissões diretas (escopo 1) de gases de efeito estufa (GEE) - Economia verde e mudanças climáticas	10, 42	7	13
	GRI 305-2	Emissões indiretas (escopo 2) de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia - Economia verde e mudanças climáticas	10, 42	7	13
	GRI 305-3	Outras emissões indiretas (escopo 3) de gases de efeito estufa (GEE) - Economia verde e mudanças climáticas	10, 42	7	13
	GRI 305-4	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) - Economia verde e mudanças climáticas	10, 43	7	13
	GRI 305-5	Redução de emissões de gases do efeito estufa - Economia verde e mudanças climáticas	10, 43	7	13
NORMAS TEMÁTICAS					
GRI 201 - Desempenho econômico 2016	GRI 201-1	Valor econômico direto gerado e distribuído	108		8
	GRI 201-3	Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	66		8
	GRI 201-4	Apoio financeiro recebido do governo	102		16
GRI 205 - Combate à corrupção 2016	GRI 205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados a corrupção	96	10	16
	GRI 205-2	Comunicação e capacitação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	86, 90	10	16
	GRI 205-3	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	88	10	16
GRI 206 - Concorrência desleal 2016	GRI 206-1	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio	87		16
GRI 207 - Tributos 2019	GRI 207-1	Abordagem tributária	109		16
	GRI 207-2	Governança, controle e gestão do risco fiscal	109		16
	GRI 207-3	Engajamento de stakeholders e gestão de suas preocupações quanto a tributos	109		16
	GRI 207-4	Relato país a país	109		16
GRI 302 - Energia 2016	GRI 302-1	Consumo de energia dentro da organização	45	8	7
	GRI 302-3	Intensidade energética	45	8	7
	GRI 302-4	Redução do consumo de energia	45	8	7

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
NORMAS TEMÁTICAS					
GRI 303 - Água e efluentes 2018	GRI 303-5	Consumo de água	46	8	6
	GRI 306-3	Resíduos gerados	46	8	12
GRI 306 - Resíduos 2020	GRI 306-4	Resíduos não destinados para disposição final	46	8	12
	GRI 306-5	Resíduos destinados para disposição final	46	8	12
GRI 401 - Emprego 2016	GRI 401-1	Novas contratações e rotatividade de empregados	62	6	5, 8
	GRI 401-2	Benefícios oferecidos a empregados em tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou de período parcial	65, 66		8
	GRI 401-3	Licença maternidade/paternidade	66	6	5, 8
GRI 403 - Saúde e segurança no trabalho 2018	GRI 403-1	Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	70		3, 8
	GRI 403-2	Identificação de periculosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes	68		3, 8
	GRI 403-3	Serviços de saúde do trabalho	68		3, 8
	GRI 403-4	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho	70		3, 8
	GRI 403-5	Capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	70		3, 8
	GRI 403-6	Promoção da saúde do trabalhador	70		3, 8
	GRI 403-7	Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios	38		3, 8
	GRI 403-9	Acidentes de trabalho	69		3, 8
	GRI 403-10	Doenças profissionais	69		3, 8
	GRI 404 - Capacitação e educação 2016	GRI 404-1	Média de horas de capacitação por ano, por empregado	67	6
GRI 404-2		Programas para o aperfeiçoamento de competências dos empregados e de assistência para transição de carreira	67		4, 8
GRI 404-3		Percentual de empregados que recebem avaliações regulares de desempenho e de desenvolvimento de carreira	67	6	5, 8

Continua

Continuação

NORMA GRI	INDICADOR	DESCRIÇÃO	PÁGINA	PACTO GLOBAL	ODS
NORMAS TEMÁTICAS					
GRI 405 - Diversidade e igualdade de oportunidades 2016	GRI 405-1	Diversidade em órgãos de governança e empregados	50, 55, 60	6	5, 8
	GRI 405-2	Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos por homens	65	6	5, 8
GRI 406 - Não discriminação 2016	GRI 406-1	Casos de discriminação e medidas corretivas tomadas	87	6	5, 8
GRI 408 - Trabalho infantil 2016	GRI 408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de casos de trabalho infantil	24, 36, 38, 85	1, 2, 5	8
GRI 409 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo 2016	GRI 409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de trabalho forçado ou análogo ao escravo	24, 36, 38, 40, 85	1, 2, 4	8
GRI 410 - Práticas de segurança 2016	GRI 410-1	Pessoal de segurança capacitado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	63	1, 2	16
GRI 413 - Comunidades locais 2016	GRI 413-1	Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local	37, 38	7	11
	GRI 413-2	Operações com impactos negativos significativos - reais e potenciais - nas comunidades locais	37, 38	1, 2, 7	11
GRI 415 - Políticas públicas 2016	GRI 415-1	Contribuições políticas	87	10	16
GRI 417 - Marketing e rotulagem 2016	GRI 417-3	Casos de não conformidade em relação a comunicação de marketing	87		16
GRI 418 - Privacidade do cliente 2016	GRI 418-1	Queixas comprovadas relativas a violação da privacidade e perda de dados de clientes	87	1	16

ELEMENTOS DE CONTEÚDO DO RELATÓRIO DE GESTÃO CONFORME DN TCU 198/2022 APLICÁVEIS AO BNDES

No âmbito da Prestação de Contas ao TCU, o Relatório de Gestão tem como objetivo principal oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas do BNDES, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos. Desde 2018 o Relatório de Gestão é apresentado no formato de Relato Integrado.

Apresentamos no quadro a seguir uma lista relacionando os elementos de conteúdo do Relatório de Gestão elencados na Decisão Normativa TCU 198/2022 aos capítulos deste relatório. Ressaltamos que a lista não é exaustiva, sendo apenas um direcionamento.

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
1. Elementos pré-textuais.	» Sumário
2. Mensagem do dirigente máximo.	» Apresentação → Mensagem do presidente
Visão geral organizacional e ambiente externo	
3. O que é a organização, o que faz e quais são as circunstâncias em que atua?	» Como geramos valor? » O BNDES → Perfil – O Banco do desenvolvimento do Brasil → O que fazemos?
3.1. Qual o modelo de negócios da organização?	» Como geramos valor? » O BNDES → O que fazemos? → Nossa estratégia
3.2. Como a organização determina os temas a serem incluídos no relatório de gestão e como estes temas são quantificados ou avaliados?	» Apresentação → Sobre este relatório
3.3. Identificação da UPC e declaração da sua missão e visão.	» O BNDES → Perfil – O Banco do desenvolvimento do Brasil
3.4. Indicação das principais normas direcionadoras de sua atuação, com <i>links</i> de acesso respectivos.	» O BNDES → Nossa estratégia → Nosso impacto socioambiental e climático → Nossa governança → Ética, <i>compliance</i> e transparência → Gestão de riscos » Desempenho e sustentabilidade financeira

Continua

Continuação

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
Visão geral organizacional e ambiente externo	
3.5 Organograma da estrutura organizacional, incluindo as estruturas de governança (conselhos ou comitês de governança, entre outros).	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa governança
3.6 Diagrama da cadeia de valor.	<ul style="list-style-type: none"> » Como geramos valor?
3.7 Se for o caso, a relação de políticas e programas de governo/ações orçamentárias, bem como de programas do Plano Plurianual, de outros planos nacionais, setoriais e transversais de governo nos quais atua, com seus respectivos objetivos e metas.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia <p>Informações complementares estão disponíveis no documento Conexões e contribuições para políticas públicas, citado no capítulo.</p>
3.8 Relação com o ambiente externo e com os destinatários dos bens e serviços produzidos pela organização.	<ul style="list-style-type: none"> » Apresentação <ul style="list-style-type: none"> → O Brasil e o mundo em 2025 » Como geramos valor? » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nosso impacto socioambiental e climático → Nossos relacionamentos » Desempenho e sustentabilidade financeira » Desempenho operacional
3.9 Capital social e participação em outras sociedades, se aplicável.	<ul style="list-style-type: none"> » Desempenho e sustentabilidade financeira
Riscos, oportunidades e perspectivas	
4.1 Quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo e como a organização lida com esses riscos?	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia → Gestão de riscos
4.2 Quais os desafios e as incertezas que a organização provavelmente enfrentará ao buscar executar seu plano estratégico e as potenciais implicações para seu modelo de negócio e desempenho futuro?	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia » Futuro <ul style="list-style-type: none"> → Desafios e visão de futuro
4.3 Principais riscos identificados que podem afetar a capacidade de a UPC alcançar seus objetivos e como a UPC lida com essas questões.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Gestão de riscos
4.4 Principais oportunidades identificadas que podem aumentar a capacidade de a UPC atingir seus objetivos e as respectivas ações para aproveitá-las.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia
4.5 As fontes específicas de riscos e oportunidades, que podem ser internas, externas ou, normalmente, uma combinação das duas.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia → Gestão de riscos
4.6 Avaliação, pela UPC, da probabilidade de que o risco ou a oportunidade ocorram e a magnitude de seu efeito, caso isso aconteça, levando em consideração, inclusive, as circunstâncias específicas que levariam à ocorrência do risco ou da oportunidade.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia

Continua

Continuação

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
Governança, estratégia e desempenho	
5.1 Para onde a organização deseja ir e como ela pretende chegar lá?	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia » Futuro <ul style="list-style-type: none"> → Desafios e visão de futuro
5.2 Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor em curto, médio e longo prazo?	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia → Nossa governança
5.3 Quais os principais resultados alcançados e até que ponto a organização alcançou seus objetivos no exercício?	<ul style="list-style-type: none"> » Desempenho e sustentabilidade financeira » Desempenho operacional
5.4 Descrição de como a estrutura de governança apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, abordando o relacionamento com a sociedade e as partes interessadas da organização, bem como a consideração de suas necessidades e expectativas na definição da estratégia, a gestão de riscos e a supervisão da gestão.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia → Nossa governança → Nossos relacionamentos → Gestão de riscos
5.5 Identificação dos objetivos estratégicos, responsáveis, indicadores de desempenho, com as metas pactuadas para o período e seu desdobramento anual, bem como sua vinculação ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior, indicando os resultados já alcançados, comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia
5.6 Planos de curto prazo da organização com a indicação dos objetivos anuais, das medidas, iniciativas, projetos e programas necessários ao seu alcance, dos prazos, dos responsáveis, das metas para o período a que se refere o relatório de gestão, e os resultados alcançados comparando-os com as metas e os objetivos pactuados.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Nossa estratégia <p>Informações complementares estão disponíveis no documento Estratégia 2026-2030, citado no capítulo.</p>
5.7 Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas, abrangendo ainda, conforme o caso, a contribuição de autarquias e fundações vinculadas e de empresas controladas, contratos de gestão e SPEs, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do valor gerado pela UPC.	<ul style="list-style-type: none"> » Desempenho e sustentabilidade financeira » Desempenho operacional <p>O resultado dos indicadores estratégicos de desempenho são apresentados no início dos capítulos do tema estratégico correspondente.</p>
5.8 Principais ações de supervisão, controle e de correção adotadas pela UPC para a garantia da legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.	<ul style="list-style-type: none"> » O BNDES <ul style="list-style-type: none"> → Ética, <i>compliance</i> e transparência

Continua

Continuação

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	CAPÍTULOS DO RELATÓRIO
Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	
6.1. Quais são as principais informações orçamentárias, financeiras e contábeis, inclusive de custos, que dão suporte às informações sobre o desempenho da organização no período?	» Desempenho e sustentabilidade financeira
6.2. Resumo da situação financeira contábil da UPC (saldos das principais contas e/ou grupos de contas, resultados, receitas e despesas) e da evolução no exercício de referência e em comparação com o último exercício.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
6.3. As contas relativas aos fundos de financiamento devem apresentar informações sobre o patrimônio global e os resultados das operações de crédito realizadas à conta desses recursos em face dos objetivos estabelecidos.	» Desempenho e sustentabilidade financeira Informações sobre a gestão de fundos em que o BNDES atua como administrador, gestor ou agente operador delegado pelo Governo Federal, estão disponíveis na página de fontes de recursos em: https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/fontes-de-recursos/
6.4. Principais fatos contábeis, contas ou grupos de contas, saldos e ocorrências relativos à atuação e à situação financeira da UPC no exercício.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
6.5. Conclusões de auditorias independentes e/ou dos órgãos de controle público e as medidas adotadas em relação a conclusões ou eventuais apontamentos.	» O BNDES → Nossa governança → Ética, <i>compliance</i> e transparência Inclui resposta ao encaminhamento do TCU ao BNDES (Acórdão 866/2025). » Desempenho e sustentabilidade financeira
6.6. Indicações de locais ou endereços eletrônicos em que demonstrações contábeis e notas explicativas estão publicadas e/ou podem ser acessadas em sua íntegra.	» Desempenho e sustentabilidade financeira Informações complementares estão disponíveis em nossa Central de Resultados , citada no capítulo.
6.7. Esclarecimentos acerca da forma como foram tratadas as demonstrações contábeis em caso de a UPC possuir em sua composição mais de uma entidade contábil.	» Desempenho e sustentabilidade financeira
Anexos e apêndices	
7. Se aplicáveis, documentos e informações de elaboração da UPC ou de terceiros úteis à compreensão do relatório, que podem ser fornecidos mediante <i>links</i> , nesta ou nas seções anteriores ao longo do relatório de gestão, para documentos, tabelas, páginas ou painéis de informação já produzidos pela UPC.	Ao longo do Relatório são informados <i>links</i> para aprofundamento dos assuntos. Por meio do <i>hotsite</i> : www.bndes.gov.br/ra2025 é possível baixar o relatório completo em formato PDF.

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de asseguaração limitada dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Rio de Janeiro - RJ

Relatório de asseguaração limitada dos auditores independentes sobre as informações ambientais, sociais e de governança (ASG) constantes no Relatório Anual Integrado 2025 do BNDES

Conclusão

Realizamos um trabalho de asseguaração limitada sobre as informações ambientais, sociais e de governança (ASG) constantes no Relatório Anual Integrado 2025 ("Relatório") do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 preparados com base nas normas do *Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards* e com a *Orientação CPC 09 – Relatório Anual Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relatório Anual Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council – IIRC)* ("Critérios").

Com base nos procedimentos executados e nas evidências obtidas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações ambientais, sociais e de governança (ASG) constantes no Relatório Anual Integrado 2025 do BNDES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram preparados, em todos os aspectos relevantes, com base nas normas do *Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards* e com a *Orientação CPC 09 – Relatório Anual Integrado (que tem correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relatório Anual Integrado, elaborada pelo International Integrated Reporting Council – IIRC)*.

Nossa asseguaração limitada não se estende a qualquer outra informação divulgada em conjunto com o Relatório, incluindo quaisquer imagens, arquivos de áudio ou vídeos incorporados.

Base para a conclusão

Conduzimos nosso trabalho de acordo com a NBC TO 3000 (revisada) – Trabalhos de Asseguaração Diferente de Auditoria e Revisão e a ISAE 3000 (revised) – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e *International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB)*, respectivamente. Nossas responsabilidades em relação a essas normas estão descritas mais detalhadamente na seção "Nossas responsabilidades" do relatório.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firmante da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de Ética Profissional do Contador e das Normas Profissionais (incluindo as Normas de Independência) emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) baseados nos princípios fundamentais de integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

Nossa firma aplica a NBC PA 01 Gestão de Qualidade para Firms (Pessoas Jurídicas e Físicas) de Auditores Independentes e o *International Standard on Quality Management (ISQM) 1, Quality Assurance for Firms that Perform Audits or Reviews of Financial Statements, or Other Assurance or Related Services Engagements, emitidas pelo CFC e IAASB*, respectivamente. Essa norma requer que a firma elabore, implemente e opere um sistema de gestão de qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relativos ao cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Acreditamos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar a nossa conclusão.

Responsabilidades da administração do BNDES pelo Relatório

A administração do BNDES é responsável pelo(a):

- desenho, a implementação e a manutenção dos controles internos relevantes para a preparação das informações constantes no Relatório para que estejam livres de distorção relevante, independente se devido a fraude ou erro;
- seleção dos critérios adequados para a preparação das informações constantes no Relatório e a referência apropriada aos critérios utilizados ou descrição desses critérios; e
- preparação e apresentação adequada das informações constantes no Relatório com base nos critérios.

Nossas Responsabilidades

Somos responsáveis por:

- planejar e executar o trabalho para obter uma asseguaração limitada sobre se as informações constantes no Relatório do BNDES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, preparadas com base nos Critérios estão livres de distorções relevantes, independentemente se devido a fraude ou erro;
- formar uma conclusão independente, de acordo com os procedimentos executados e nas evidências obtidas; e
- reportar nossa conclusão ao Conselho de Administração e Acionistas do BNDES.

Resumo do trabalho que executamos como base para nossa conclusão

Exercemos julgamento profissional e mantivemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho. Desenhamos e executamos nossos procedimentos para obter evidência sobre as informações constantes no Relatório do BNDES que é suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa conclusão. Nossos procedimentos selecionados dependem do nosso entendimento das informações constantes no Relatório do BNDES e de outras circunstâncias do trabalho, além de nossa consideração das áreas em que é provável que surjam distorções materiais. Ao realizar o trabalho, nós:

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firmante da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.



- planejamos os trabalhos, considerando a materialidade dos aspectos para as atividades do BNDES, a relevância das informações divulgadas, o volume de informações quantitativas e qualitativas e dos sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes no Relatório;
- obtivemos o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação das informações por meio de indagações e entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- realizamos procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Relatório;
- avaliamos os processos para a elaboração do Relatório e da sua estrutura e conteúdo, com base nos Critérios.

Os procedimentos realizados em um trabalho de asseguaração limitada variam em termos de natureza e época, e sua extensão é restrita (menos extensa) do que em trabalho de asseguaração razoável. Assim, o nível de segurança obtido em um trabalho de asseguaração limitada é substancialmente menor do que a segurança que teria sido obtida caso um trabalho de asseguaração razoável tivesse sido realizado.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firmante da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

FICHA TÉCNICA

Composição dos cargos em 31 de dezembro de 2025.

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

BNDES

Conselho de Administração [GRI 2-9]

Guilherme Santos Mello (presidente)

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Carlos Afonso Nobre

Jean Kenji Uema

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Maria Laura da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

Conselho Fiscal

Suzana Teixeira Braga (presidente)

Flávio José Roman

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Denis do Prado Netto (suplente)

Comitê de Auditoria

Nelson Edgar Leite (coordenador)

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Waldemir Bargieri

Diretoria

Presidente

Aloizio Mercadante Oliva

Diretores

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baère de Araújo Filho

TELEFONES E ENDEREÇOS

Central de Atendimento

0800 702 6337

www.bndes.gov.br/faleconosco

Ouvidoria

0800 702 6307 | Caixa postal: 15054

20031-120 | Rio de Janeiro | RJ

www.bndes.gov.br/ouvidoria

Escritórios

Edserj – Rio de Janeiro

Av. República do Chile, 100 | Centro

20031-917 | Rio de Janeiro | RJ

Brasília

Centro Empresarial Parque Cidade

Setor Comercial Sul – SCS

Quadra 9 | Torre C | 12º andar

70308-200 | Brasília | DF

Tel.: 61 3204 5600

São Paulo

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510

5º andar | Vila Nova Conceição

04543-906 | São Paulo | SP

Tel.: 11 3512 5100

Recife

Rua Padre Carapuceiro, 858 | 18º e 19º andares

Centro Empresarial Queiroz Galvão

Torre Cícero Dias | Boa Viagem

51020-280 | Recife | PE

Tel.: 81 2127 5800

EXPEDIENTE

Coordenação

Área de Relacionamento,
Marketing e Cultura

Área de Controladoria

Área de Planejamento e Pesquisa Econômica

Edição

Área de Relacionamento,
Marketing e Cultura

Departamento de Relacionamento

Gerência de Editoração e Memória

Coordenação editorial

Luisa de Carvalho e Silva

Camila Braga Medina Marçal

Shirlene Linny da Silva

Equipe técnica

Camila Braga Medina Marçal

Francisco Anderson da Silva

Helena Werneck Guimarães Lontro

Isabela Damião Brum Moraes

Lêda Tamandaré da Silveira Siqueira

Luisa de Carvalho e Silva

Marcia Paiva Braga

Paula Barreto de Figueiredo Barsted

Shirlene Linny da Silva

Projeto gráfico e diagramação

Refinaria Design

Revisão

Tikinet

Editado pelo Departamento de Relacionamento da
Área de Relacionamento, Marketing e Cultura do BNDES

Maio de 2026



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO,
INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E SERVIÇOS

